



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

DAMIANA VALENTE GUIMARÃES GUTIERRES



**A ESCOLA NORMAL DO PARÁ NA PERSPECTIVA DA CULTURA ESCOLAR
(1890-1926)**

BELÉM-PARÁ
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

DAMIANA VALENTE GUIMARÃES GUTIERRES

**A ESCOLA NORMAL DO PARÁ NA PERSPECTIVA DA CULTURA ESCOLAR
(1890-1926)**

Texto de Tese submetido à Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. César Augusto Castro.

BELÉM-PARÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

V154e Valente Guimarães Gutierrez, Damiana.
A ESCOLA NORMAL DO PARÁ NA PERSPECTIVA DA
CULTURA ESCOLAR (1890-1926) / Damiana Valente
Guimarães Gutierrez. — 2021.
227 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. César Augusto Castro
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Belém, 2021.

1. Educação. 2. Escola Normal. 3. Cultura escolar. I.
Título.

CDD 370



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

DAMIANA VALENTE GUIMARÃES GUTIERRES

**A ESCOLA NORMAL DO PARÁ NA PERSPECTIVA DA CULTURA ESCOLAR
(1890-1926)**

Texto de Tese submetido à apreciação da Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do Título de Doutorado em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Educação, Cultura e Sociedade. Orientador Prof. Dr. César Augusto Castro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Castro – Orientador e Presidente (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Carlota Boto – Membro Externo (FEUSP)

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro de Avelino França – Membro Externo (UEPA)

Prof.^a Dr.^a Laura Maria Silva Araújo Alves – Membro Interno (UFPA)

Prof. Dr. Samuel Luis Vellazques Castellanos – Membro Interno (UFPA)

BELÉM-PARÁ
2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas pessoas, instituições e também ao que considero sagrado, por permitir forças no percurso da realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela oportunidade de poder realizar este curso, continuar os estudos e desenvolver esta pesquisa. Assim como, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação por compartilharem seu conhecimento nas disciplinas, seminários e eventos, muito obrigada.

Aos membros da banca de defesa: à professora Dr.^a Carlota Boto, pela gentileza e generosidade em compartilhar seu conhecimento e experiência de anos de pesquisa ao indicar leituras; à professora Dr.^a Socorro França, pela generosidade e atenção indicando leituras e a atenção a pontos importantes; à professora Dr.^a Laura Alves, a quem tenho carinho e admiração, obrigada pelas palavras gentis, por compartilhar seu conhecimento comigo; e ao professor Dr. Samuel Castellanos, por suas observações sobre a pesquisa, obrigada. Agradeço por aceitarem o convite em participar desta banca e por suas importantes contribuições para este trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), da Biblioteca Pública Artur Vianna, do Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), da Biblioteca Pública Fórum Landi, da Biblioteca Legislativa Deputado Newton Miranda, da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, do Museu de Arte de Belém (MABE), do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEJUDH/PARÁ), da Biblioteca de Pós-Graduação em Artes – PPGArtes - UFPA e do Conservatório Carlos Gomes. Todos foram muito atenciosos, gentis e ajudaram bastante na pesquisa.

À minha família, agradeço pela paciência, pela compreensão, pelo apoio e pela presença em todos os momentos e, no último ano do curso, mesmo que virtual, em decorrência do distanciamento por causa da pandemia. Em especial, agradeço aos meus avós queridos Raimundo (in memoriam) e Maria e aos meus pais, Dalva, minha amada mãe e Rubens, pelo apoio e incentivo nesta caminhada do curso do Doutorado. Muito obrigada!

Ao meu orientador professor Dr. César Augusto Castro por ter me aceito como sua orientanda, continuar os estudos sobre a História da Educação paraense e aprender sobre a cultura escolar, muito obrigada!

Agradeço ao diretor da Biblioteca Legislativa Paraense “Deputado Newton Miranda”, senhor Thiago Vianna, pela doação de um livro para a minha pesquisa.

Agradeço à diretora do Museu de Arte de Belém (MABE), senhora Rosa Arraes, pelas informações para a minha pesquisa e a doação de um catálogo.

Agradeço ao professor Dr. Jean Yves Mollier pela generosidade em compartilhar seu conhecimento, indicando leituras que pudessem ajudar na minha pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço à bibliotecária Elizângela Costa, por sua ajuda na pesquisa na Biblioteca do Fórum Landi e na Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann. Obrigada!

A todos os funcionários do Instituto de Ciências da Educação ICED – UFPA, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA - UFPA e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH – UFPA que sempre me atenderam com cordialidade e simpatia. Obrigada!

Ao senhor Adenauer Góes, muito obrigada pela ajuda na minha pesquisa.

Agradeço ao Denys Silva e à Soraya Vargas por me apoiarem e ajudarem na qualificação com suas habilidades com as tecnologias.

Agradeço aos meus amigos e amigas pela torcida, obrigada!

Obrigada à Prefeitura Municipal de Barcarena pela liberação da licença para estudo.

Muito obrigada!

A escola deveria ser o elemento dominante do conjunto de construções que a rodeiam, sendo o símbolo que represente o esforço em favor da cultura.
W. M. Moser (1933)

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de analisar a escola normal do Pará, no período de 1890 a 1926, no que se refere ao prédio e seus espaços, aos bancos-mesas e uniformes escolares e à trajetória pessoal e profissional dos professores e professoras numa perspectiva de estabelecer relações entre esses elementos e a cultura escolar. O referencial teórico-metodológico da pesquisa baseou-se na concepção de História Cultural e Cultura Escolar, segundo autores como Chartier (1988,1999), Julia (2001), Felgueiras (2010), Frago (1998), Faria Filho (2014), entre outros. A metodologia utilizada foi basicamente o estudo documental. Para a análise da trajetória pessoal e profissional dos professores, também se utilizou a prosopografia como método auxiliar. A Escola Normal em Belém do Pará tem a sua origem associada ao ideal de homem moderno almejado não apenas pela República nascente, mas também pela noção de progresso e civilização decorrente da “*Belle Époque*”. Contraditoriamente, os primeiros prédios eram propriedades particulares muito precárias. A modernização do prédio de acordo com os novos preceitos pedagógicos só viria a acontecer em 1903, no governo de Augusto Montenegro. Foi quando o prédio da Escola Normal apresentou as reformas alinhadas com o que se esperava da pedagogia moderna. Na Europa e nas Américas, as carteiras escolares tiveram sua evolução de acordo com as ideias higienistas e pedagógicas, conforme Machado (2004). Em Belém, o critério de escolha do governo para adotar os bancos-mesas na escola normal estava relacionado com questões como o higienismo e a moralidade. A concepção do uniforme para as alunas da Escola Normal paraense no governo de Enéias Martins era de que deveria ser “simples e prático” e ter o objetivo de ser vantajoso para a Educação cívica, a disciplina e contribuir nos “créditos” da escola. Os professores da escola normal, predominantemente homens e boa parte de origem estrangeira, eram considerados os intelectuais da época. Os homens trabalhavam também como advogados, literatos, artistas, políticos e redatores de jornais, enquanto as mulheres, além de professoras, exerciam apenas atividades beneficentes e de donas de casa. A formação e a profissionalização desses professores geralmente estavam relacionadas com a prática escolar desenvolvida na escola normal. Os professores eram disseminadores da cultura e do saber não apenas no âmbito escolar, mas também por outros meios em toda a sociedade. Todavia, a profissão continuava sendo associada a um sacerdócio.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal do Pará. Cultura escolar. História da Educação. Cultura material escolar.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the teachers' school of Pará, in the period of 1890-1926, with respect to the building and its spaces, the benches and school uniforms, and the personal and professional trajectory of teachers from a perspective of establishing relationships between these elements and school culture. The theoretical-methodological reference of the research was based on the conception of Cultural History and School Culture, according to authors such as Chartier (1988,1999), Julia (2001), Felgueiras (2010), Frago (1998), Faria Filho (2014), among others. The methodology used was basically the documentary study. We also the prosopography as an auxiliary method for the analysis of teachers' personal and professional careers. The Teachers' school in Belém do Pará has its origin associated with the ideal of the modern man desired not only by the nascent Republic, but also by the notion of progress and civilization resulting from the "*Belle Époque*". Contradictorily, the first buildings were very precarious private properties. The modernization of the building according to the new pedagogical precepts only came to happen in 1903, in the government of Augusto Montenegro. It was when the teachers' school building presented the reforms in line with what was expected of modern pedagogy. In Europe and in the Americas, the school desks had their evolution according to hygienic and pedagogical ideas, according to Machado (2004). In Belém, the government's criteria for adopting the benches in the teachers' school was related to issues such as hygiene and morality. The conception of the uniform for the students of the teachers' school of Pará in the government of Enéias Martins was that it should be "simple and practical" and have the objective of being advantageous for civic education, discipline and contribute to the "credits" of the school. The teachers of the teachers' school, predominantly men and mostly of foreign origin, were considered the intellectuals of the time. Men also worked as lawyers, literati, artists, politicians and newspaper writers, while women, in addition to being teachers, performed only charitable and housewives' activities. The formation and professionalization of these teachers was usually related to the school practice developed in the teachers' school. The teachers were disseminators of culture and knowledge not only in the school context, but also by other means throughout society. However, the profession was still associated with a priesthood.

KEY WORD: Teachers' School of Pará. School Culture. History of Education. Material School Culture.

RÉSUMÉ

Cette thèse doctorale vise à analyser l'école normale du Pará, dans la période 1890-1926, en ce qui concerne le bâtiment et ses espaces, les bancs et les uniformes scolaires, et la trajectoire personnelle et professionnelle des enseignants en vue d'établir des relations entre ces éléments et la culture scolaire. La référence théorique-méthodologique de la recherche était basée sur la conception de l'Histoire Culturelle et de la Culture Scolaire, selon des auteurs tels que Chartier (1988,1999), Julia (2001), Felgueiras (2010), Frago (1998), Faria Filho (2014), entre autres. La méthodologie utilisée était essentiellement l'étude documentaire. La prosopographie a également été utilisée comme méthode auxiliaire pour l'analyse de la carrière personnelle et professionnelle des enseignants. L'école normale de Belém do Pará a son origine associée à l'idéal de l'homme moderne recherché non seulement par la République naissante, mais aussi par la notion de progrès et de civilisation dérivée de la Belle Époque. De façon contradictoire, les premiers bâtiments étaient des propriétés privées très précaires. La modernisation du bâtiment selon les nouveaux préceptes pédagogiques ne se fera qu'en 1903, sous le gouvernement d'Augusto Montenegro. C'est alors que le bâtiment de l'École Normale a présenté les réformes conformément à ce que l'on attendait de la pédagogie moderne. En Europe et en Amérique, les pupitres scolaires ont évolué selon des idées hygiéniques et pédagogiques, selon Machado (2004). À Belém, les critères du gouvernement pour l'adoption des bancs dans l'école normale étaient liés à des questions telles que l'hygiène et la moralité. La conception de l'uniforme pour les élèves de l'escola normal du Pará du gouvernement d'Enéias Martins était qu'il devait être "simple et pratique" et avoir pour objectif d'être avantageux pour l'éducation civique, la discipline et de contribuer aux "crédits" de l'école. Les enseignants de l'école normale, majoritairement des hommes et d'origine étrangère, étaient considérés comme les intellectuels de l'époque. Les hommes ont également travaillé comme avocats, littéraires, artistes, politiciens et journalistes, tandis que les femmes, en plus d'être enseignantes, n'exerçaient que des activités caritatives et étaient des femmes au foyer. La formation et la professionnalisation de ces enseignants étaient généralement liées à la pratique scolaire développée à l'école normale. Les enseignants étaient des diffuseurs de culture et de connaissances non seulement au niveau de l'école, mais aussi par d'autres moyens dans toute la société. Cependant, la profession était toujours associée à un sacerdoce.

MOTS CLÉ: École Normale du Pará. La culture de l'école. Histoire de l'éducation. Culture matérielle de l'école.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Prédio da Escola Normal	73
Imagem 2 - Prédio na esquina da Rua 28 de Setembro com a Travessa Santo Antônio nos dias atuais	74
Imagem 3 - Abertura das aulas da Escola Normal	75
Imagem 4 - Interior do prédio com a entrada pela Rua 28 de Setembro, diretoria e acesso ao segundo pavimento.....	80
Imagem 5 - Sala que possivelmente pertenceu à diretoria.....	80
Imagem 6 - Entrada para acesso a sala	84
Imagem 7 - Sala com a ornamentação das paredes e o desenho diferenciado do piso em madeira.....	85
Imagem 8 - Sala com a vista para a Rua 28 de Setembro	85
Imagem 9 - Um dos espaços térreos ao lado do ambiente ao fundo em que funcionava a diretoria	86
Imagem 10 - Entrada dos banheiros no primeiro pavimento	87
Imagem 11 - Corredor do primeiro pavimento com a perspectiva em direção à Rua 28 de Setembro.....	87
Imagem 12 - Provável localização de uma das salas de aula das escolas-modelo..	88
Imagem 13 - Corredor lateral de acesso ao pátio.....	88
Imagem 14 - Lado esquerdo do prédio com a saída lateral para um pátio interno ...	89
Imagem 15 - Escada na lateral do prédio do lado esquerdo	89
Imagem 16 - Lateral do prédio do lado esquerdo	90
Imagem 17 - Escada de madeira para acesso ao pavimento superior	91
Imagem 18 - Escada de madeira para acesso ao pavimento superior.....	91
Imagem 19 - Corredor central do pavimento superior	92
Imagem 20 - Espaço de provável funcionamento das aulas da Escola Normal	92
Imagem 21 - Outro espaço de provável funcionamento das aulas da Escola Normal	93
Imagem 22 - Vista do corredor	93
Imagem 23 – Ornamentação em um arco	94
Imagem 24 - Saída do corredor ornamentada em forma de arco	94

Imagem 25 - O encanto e a graça nas escolas	110
Imagem 26 - Nossas futuras educadoras	111
Imagem 27 - Inteligencia e beleza	112
Imagem 28 - Pela Escola Normal	112
Imagem 29 - Começo das aulas da Escola Normal.....	113
Imagem 30 - Começo das aulas na Escola Normal.....	114
Imagem 31 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899	127
Imagem 32 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899	129
Imagem 33 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899	130
Imagem 34 - Folha de exames oraes de Português do Curso Normal.....	136
Imagem 35 - A Festa das Normalistas.....	144
Imagem 36 - Formatura vista da plateia	144
Imagem 37 - A Festa das Normalistas.....	145
Imagem 38 - Formatura dos alunos da Escola Normal vista do palco.....	145
Imagem 39 - O Baile do adeus	147
Imagem 40 - Quadro de formatura das novas normalistas.....	148
Imagem 41 - Escola Normal do Pará Diplomados de 1919	149
Imagem 42 - Frontispício do livro “Desenho Linear Geometrico”.....	154
Imagem 43 - Domenico de Angelis, a representação de Mnemosine e algumas das musas da arte, parte da pintura em têmpera do teto da sala de espetáculos, 1889, Theatro da Paz (Pará).....	156
Imagem 44 - “Últimos dias de Carlos Gomes”. Óleo sobre tela de Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi, Itália, 1899.....	157
Imagem 45 - Professor Arthur Porto	172
Imagem 46 - Portaria de suspensão do aluno Cornélio de Barros	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espaços Físicos e Plataformas Virtuais utilizados para a pesquisa	38
Quadro 2: Professores da Escola Normal e escolas-modelo do Pará – 1903-1919	121
Quadro 3: Professores da Escola Normal por disciplinas e anos – 1903.....	131
Quadro 4: Atuação dos professores da Escola Normal por disciplina – 1903-1905	132

LISTA DE SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTUR	Centro Cultural Tancredo Neves
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IEEP	Instituto de Educação do Estado do Pará
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHGPA	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
MABE	Museu de Arte de Belém
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGArtes	Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará
PPGHIST	Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia
SEJDUH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
UFPA	Universidade Federal do Pará

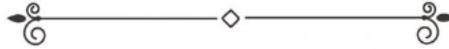
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Os caminhos da pesquisa	16
Os enlaces da pesquisa: o problema, as questões norteadoras, os objetivos e a tese	21
A abordagem teórica	22
Procedimentos metodológicos	27
“Os documentos são vestígios...” algumas considerações sobre fonte	28
Os espaços e o percurso da pesquisa	36
A Organização da Tese	43
1. A EMERGÊNCIA DAS ESCOLAS NORMAIS E A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ NO PERÍODO DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	45
1.1 As Escolas Normais na Europa, o Iluminismo e o modelo de pedagogia moderna	45
1.2 Belém do Pará nos tempos áureos da borracha e a “<i>Belle Époque</i>”	50
2. DE “REZ DO CHÃO” A “BELO PRÉDIO”: ESPAÇOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA NORMAL NO ADVENTO DO PERÍODO REPUBLICANO E DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	61
2.1 Os espaços de funcionamento da primeira Escola Normal	63
2.2 Os espaços internos da primeira Escola Normal	76
2.2.1 O Pavimento térreo: de Escola-Modelo a Grupo Escolar	78
2.2.2 O Pavimento superior: um espaço exclusivo para o curso normal	81
2.3 A Solenidade de reinauguração do prédio da Escola Normal em 1903	83
2.4 O que um dia foi o primeiro prédio da Escola Normal do Pará	86
3. PARA SENTAR E PARA VESTIR: OS BANCOS-MESA E OS UNIFORMES	96
3.1 Objetos gerais da Escola Normal: aquisição e intencionalidades	97
3.2 Os bancos-mesas: da necessidade de importação ao início da indústria local	99
3.3 “O encanto e a graça nas escolas”: o uniforme	104
3.3.1 Breve história sobre o uniforme das normalistas.....	104
3.3.2 “Simples e prático”: os uniformes das normalistas paraenses	108

4. MESTRES ILUSTRES: A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ.....	115
4.1 A distinção etimológica entre Mestre e Professor	115
4.2 Os professores e os espaços formativos da escola: entre ritos e formalidades.....	118
4.3 O ingresso dos professores na Escola Normal.....	123
4.4 Dias de rotina: o cotidiano dos professores da Escola Normal do Pará....	126
4.4.1 Os registros das frequências dos professores	126
4.4.2 Os programas de ensino desenvolvidos pelos professores da Escola Normal do ano de 1903	131
4.4.3 A função dos professores nos concursos e exames	134
4.4.4 A reunião da congregação dos professores com o governador Lauro Sodré.	137
4.5 Os professores na solenidade de formatura das normalistas: a cultura escolar nas formalidades das festas escolares	138
4.6 Mestres ilustres: Quem eram os professores da Escola Normal?	150
4.6.1 Lecionar também é uma arte: professores e pintores	151
4.6.1.1 Pierre Maurice Blaise: o francês que se encantou pela cidade morena.....	151
4.6.1.2 Domenico De Angelis: professor italiano e um dos artistas do embelezamento da cidade de Belém.....	155
4.6.1.3 David Osipovitsch Widhofpp: o russo que chegou à Amazônia	158
4.6.1.4 José Girard: o professor que gostava de fotografia.....	160
4.6.2 O ensino da música em lindas canções: os professores e músicos.....	161
4.6.2.1 Aureliano Pinto de Lima Guedes: professor, músico e tenente-coronel.....	161
4.6.2.2 Henrique Eulálio Gurjão: o professor e músico que viajou e retornou para Belém	162
4.6.2.3 Antônio Marques de Carvalho: professor e pianista	163
4.6.3 Magistério, lei e ordem: professores, advogados e políticos	165
4.6.3.1 Deodoro Machado de Mendonça: um cametaense atuante no magistério e na política	165
4.6.3.2 Elias Augusto Tavares Vianna: Ilustrado no ensino e nas leis	167
4.6.3.3 Arthur Theodulo dos Santos Porto: de Pernambuco para Belém do Pará ..	171

4.6.4 Felipe Pinto Marques: Seminarista, professor e Secretário de Instrução Pública	176
4.6.5 Manoel Lobato: engenheiro, professor e Deputado Estadual.....	177
4.6.6.1 Francisco Ferreira de Vilhena Alves: o professor enciclopédico, autodidata e jornalista	178
4.6.6.2 Cornélio de Barros: de normalista advertido a professor da Escola Normal.....	179
4.6.6.3 Paulino de Almeida Brito: o renomado diretor da Escola Normal	184
4.6.7 Distintas professoras, mestras exemplares: a atuação das mulheres no ensino normal	188
4.6.7.1 Borda, ensina, corta e costura: As mestras de Prendas Josepha Torreão de Lacerda Redig e Joanna dos Santos Tocantins Maltez	189
4.6.7.2 A mestra das letras belas: Anesia Schüssler	193
CONCLUSÕES	197
REFERÊNCIAS.....	203
ANEXOS	217

INTRODUÇÃO



No ano de 1900, a revista “A Escola”, informava que a Escola Normal era considerada “um estabelecimento de ensino secundário-técnico, destinado à formatura de professores de ambos os sexos para o ensino do curso primário” (A ESCOLA, 1900, p.361). O curso normal durava quatro anos, o aluno recebia o diploma de professor normalista após a aprovação em todas as seguintes disciplinas:

[...] português, noções de litteratura, francez, mathemática elememntar, elementos de physica e chimica, elementos de história natural, geografia, chorographia do Brazil, pedagogia e direção de escolas, legislação do ensino, educação moral e cívica, estudo da Constituição pátria e do Estado, calligraphia e desenho (A ESCOLA, 1900, p. 363).

É sobre essa escola de formação de professores em Belém do Pará que trataremos nesta tese, na perspectiva de apreender os elementos da cultura escolar no que se refere à arquitetura, aos objetos escolares, tais como os bancos-mesa e o uniforme e também sobre o perfil dos professores e professoras dessa instituição. Mas o percurso até chegarmos ao tema, à definição da abordagem teórico-metodológica e à organização da tese foi entrecortado por idas e vindas.

Os caminhos da pesquisa

Na seleção para o curso de doutorado em Educação, apresentei o projeto de pesquisa com o tema “O Jardim de Infância e o *Kindergarten* em Belém do Pará no final do século XIX para o XX” como proposta de estudo. A mudança do tema ocorreu no decorrer da pesquisa com a reelaboração do projeto até a presente versão final com o tema que relaciona a escola normal à cultura escolar, intitulado: “A Escola Normal do Pará na Perspectiva da Cultura Escolar (1890-1926)”. Para isso, a pesquisa inicial em alguns textos, teses, dissertações e documentos se mostrou de grande importância.

No documento denominado “Regulamento orgânico e provisório dos Jardins D’infância creados e mantidos a expensas da Câmara Municipal de Lisboa”, do ano

de 1882, que tratava sobre as regras para o funcionamento dos Jardins de Infância que foram criados e mantidos pela Câmara Municipal de Lisboa, o artigo 7º do referido documento, descrevia qual seria o perfil preferencial de professoras formadas para atuar nas escolas infantis:

Artigo 7º

Os logares de diretoras e professoras dos *Jardins d'Infância*, serão dados no futuro, por meio de concurso documental, provas, publicas e lições práticas.

§ unico – Em egualdade de circunstância serão preferidas as professoras das escolas centraes de Lisboa, e depois as que tiveram **o curso das escolas normaes** (REGULAMENTO ORGÂNICO E PROVISÓRIO DOS JARDINS D'INFÂNCIA CREADOS E MANTIDOS A EXPENSAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 1882, p.5, grifos nossos).

O documento informava os locais preferenciais de formação das professoras do Jardim de Infância à época: as escolas centrais de Lisboa e **as escolas normais**. No entanto, não especificava nada mais a respeito dessas instituições. Em busca de mais informações, outro documento consultado, essencial para a pesquisa, foi o denominado “Jardins D’Infancia Escolas Primárias e Normaes na Suissa, França e Espanha” (1882) que tratava dos jardins de infância e escolas normais da Europa. Percebemos que em ambos os documentos o tema dos jardins de infância se colocava lado a lado com o das escolas normais. Verificamos ainda que tais instituições também foram criadas em vários estados brasileiros, inclusive no Pará.

O acesso ao estudo da dissertação de mestrado de Rogério Guimarães Malheiros (2012) intitulado: “Formação de Professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838-1871)”¹, que aborda o tema no período imperial, contribuiu para conhecer sobre a origem das intencionalidades governamentais a respeito da implantação de escolas normais no Pará, visto que, neste trabalho, o autor aborda as ideias dos presidentes da Província sobre a necessidade de uma escola normal no Pará para formar professores devido à escassez de docentes e às mudanças necessárias para o desenvolvimento da Província. Mas, após a leitura desse trabalho, persistia uma pergunta: Como era ministrada a Educação na Escola

¹ Essa Dissertação foi realizada no âmbito do PPGED/UFPA, defendida no ano de 2012, sob a orientação do Prof. Dr. Genilton Odilon Rego da Rocha e pode ser acessada no site: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3255>.

Normal do Pará no período da Primeira República? De que maneira teriam se concretizado as intencionalidades desses governadores de instituir a escola normal no Pará? O que representava a escola normal para a cultura da época?

Essas constatações e indagações iniciais despertaram a necessidade de aprofundar o estudo sobre a escola normal² no Pará, pois mostraram a relevância paraense na Educação no período republicano. Partimos, então, para a realização de um levantamento mais detalhado sobre os estudos, a fim de verificar o que havia sido pesquisado nos últimos anos sobre o tema no Pará e em outros estados do país sobre a escola normal.

A partir desse levantamento, procuramos identificar as lacunas temáticas de tais pesquisas e, assim, também buscar elementos para melhor delimitar o objeto de estudo, o problema da pesquisa, o recorte temporal, as fontes, a metodologia e a abordagem teórico-metodológica.

O levantamento das produções bibliográficas sobre a escola normal envolveu teses e dissertações que foram coletadas na Base de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no Repositório da Universidade Federal do Pará, nos portais eletrônicos do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPGHIST/UFPA. A coleta dos dados focalizou a produção do período de 2011 a 2016 a respeito da escola normal na Primeira República a partir da palavra-chave “escola normal” constante no título ou que fizesse referência à Educação/formação de professores na Primeira República. A partir desse critério foram encontradas 14 (quatorze) dissertações de mestrado e 9 (nove) teses de doutorado conforme ANEXOS A e B, que foram classificadas conforme a região brasileira em que se discutiu a escola normal, a fim de melhor precisarmos os estudos desenvolvidos sobre esse tema no Pará.

Dos vinte e três trabalhos (quatorze dissertações e nove teses) que discutiram a escola normal na Primeira República, dez eram investigações sobre esse tema na Região Sudeste. A dissertação de Martins (2013) tratou sobre o ensino de história na

² Nos estudos referentes às escolas normais no Brasil por Freitas, Lopes e Araújo (2008), posteriormente à Revolução Francesa, as instituições encarregadas da formação de professores de escolas primárias receberam o nome de escolas normais. Seguindo essa tendência, as províncias brasileiras também começaram a implantar escolas normais, a exemplo da primeira delas, instalada em Niterói em 1835.

Escola Normal de São Paulo, de 1880 a 1890; a de Jambersi (2014) analisou o papel da Escola Normal Secundária de São Carlos na constituição de um poder local de elite, de 1911 a 1923; a de Aird (2015) estudou o jardim da infância público anexo à Escola Normal da Praça, de 1896 a 1926, na perspectiva de gênero; a dissertação de Monteiro (2016) analisou a criação, a instalação e o cotidiano escolar da Escola Normal Primária de Casa Branca, no período de 1912 a 1932; o estudo de Giácomo (2016) focalizou a Escola Normal de Piracicaba, de 1913 a 1945; e a dissertação de Nascimento (2016) abordou a Escola Normal Livre de Santos, de 1928 a 1933. No estado de Minas Gerais, foram encontradas duas dissertações: a de Ferreira (2013) que trata da Escola Normal de Juiz de Fora, de 1881 a 1911, e a de Fernandes (2016) que se ocupou em analisar os saberes necessários à formação docente na Escola Normal de Sabará, em Minas Gerais, de 1882 a 1904. A tese de Mota (2015) analisou a Escola Normal de Sorocaba, de 1929 a 1967, e o estudo de doutorado de Neiva (2016), que focalizou o ensino de Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte/MG, de 1906 a 1946.

Nos estados da Região Nordeste, verificou-se a existência de cinco trabalhos sobre o tema no período estudado (três dissertações e duas teses). Sarmiento (2013) focalizou a Escola Normal Primária de Mossoró, de 1922 a 1934, interior do estado do Rio Grande do Norte; Vieira, (2013) abordou a Escola Normal da Bahia com enfoque nos saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério, de 1890 a 1914, e Barros (2016) que focalizou a Educação, a higiene e a saúde na Escola Normal de Sergipe, de 1879 a 1930. A escola normal no período da Primeira República também foi tema em duas teses no município de Natal (RN): a tese de Silva (2013) que se ocupou do estudo da Escola Normal de Natal como espaço de formação do professor primário, de 1908 a 1971, e a tese de Assis (2016) que focalizou um dos aspectos da Escola Normal de Natal, as Matemáticas elementares.

A escola normal foi focalizada em duas teses na região Sul, de 2011 a 2016: a tese de Sganderla (2015), que se ocupou do estudo do ensino de Psicologia na Escola Normal em Santa Catarina, de 1911 a 1939, e a de Guedes (2015) que tratou dos manuais didáticos e a formação de professores nas escolas normais paranaenses de 1920 a 1960. Na Região Centro-Oeste, foi encontrada apenas uma

tese sobre o tema, o estudo de Uekane (2016) que focalizou a escola normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal, de 1892 a 1912.

Na Região Norte, a temática escola normal e/ou a formação de professores no período da Primeira República foi tema de cinco trabalhos (três dissertações e duas teses). A tese de Mota (2015) focalizou a Escola Normal do Amazonas, de 1889 a 1945. Os demais trabalhos focalizaram a escola normal no estado do Pará, com o objeto de estudo do presente trabalho e, portanto, foi realizada uma leitura mais detalhada sobre essas produções. A dissertação de Moraes (2011) abordou os sentidos de uma concepção político-educacional republicana no primeiro governo de Lauro Sodré, de 1886 a 1897; a dissertação de Costa (2011) tratou da formação de professores da Primeira República no Pará, de 1900 a 1904, e a dissertação de Costa (2015) analisou a formação de professores e o ensino primário no Pará, de 1891 a 1909, na perspectiva de avaliar o papel da instrução pública na civilização da nação. A tese de Tavares Júnior (2012) trata da escola normal na cidade de Belém, de 1890 a 1920.

A maior parte das pesquisas realizadas sobre as escolas normais, no período de 2011 a 2016, focalizaram estados da região Sudeste, sendo que foram encontrados apenas quatro trabalhos no Pará. A leitura da tese de Raimundo Willian Tavares Junior (2012) intitulada: “Um Viveiro de Mestres: A Escola Normal e a cidade de Belém em Tempos de Modernização”³ foi particularmente instigante e importante para a definição do objeto da pesquisa, pois, se por um lado esclareceu parte das dúvidas sobre a instituição da escola normal e a vida urbana paraense no período de 1890 a 1920, por outro suscitou outras dúvidas: Quem eram os professores normalistas? Qual era a formação desses professores? Como eram escolhidos? Onde funcionaram as primeiras escolas normais?

Assim, os estudos de Malheiros (2012) e Tavares Júnior (2012), além de permitirem dimensionar a importância da Escola Normal como referência para a formação de professores no Estado do Pará no período imperial e no republicano, contribuíram também ao apontar a necessidade de aprofundamento do estudo em novas pesquisas.

³ Essa tese foi realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação da PUC/SP, defendida no ano de 2012, sob a orientação do Prof.^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga e pode ser acessada na página eletrônica: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12746>.

A tese que ora apresentamos deve somar para o estudo da História da Educação paraense, para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, para os campos de pesquisa da História das Instituições, História da Formação de Professores e História da Cultura Escolar, pois se trata de uma pesquisa sobre uma importante instituição de ensino, responsável pela educação de muitos normalistas, que era referência na formação de professores para todo o Estado do Pará. Foi com esse intuito que desenvolvemos a pesquisa sobre a Escola Normal do Pará na perspectiva da cultura escolar.

Os enlaces da pesquisa: o problema, as questões norteadoras, os objetivos e a tese

O levantamento dos estudos a respeito da Escola Normal nos possibilitou identificar as lacunas existentes no campo temático e, assim, também buscar elementos para melhor delimitar o objeto de estudo, o problema de pesquisa, o recorte temporal, as fontes, a metodologia e a abordagem teórico-metodológica.

Neste sentido, a presente tese apresentou como problema de estudo a seguinte questão norteadora: Que aspectos da cultura escolar são representados pelo prédio e seus espaços, pelos objetos escolares e pela trajetória pessoal e profissional dos professores e professoras da Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926?

As demais questões foram: De que modo o prédio e os espaços da Escola Normal do Pará expressavam a cultura escolar? Quais aspectos da cultura escolar eram expressos nos objetos da escola, tais como os bancos e o uniforme das normalistas? Como a trajetória pessoal e profissional dos professores e professoras da Escola Normal do Pará contribuía para evidenciar a cultura escolar da época?

Desse modo, tecemos como objetivo geral analisar os aspectos da cultura escolar em relação à Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926, no prédio e em seus espaços, assim como, aos objetos escolares e também sobre os professores. Os objetivos específicos foram: caracterizar o prédio e os espaços da Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926 na cultura escolar; analisar os bancos-mesas e uniformes escolares inseridos na cultura escolar; descrever e analisar a trajetória pessoal e profissional de alguns professores que atuavam na

Escola Normal (formação, profissionalização, forma de ingresso, relações sociais) e verificar de que forma tais trajetórias se refletiam na cultura escolar.

A tese é que a Escola Normal apresenta elementos característicos em sua história no período de 1890 a 1926 em que a cultura escolar se manifesta, tais como a arquitetura escolar, os objetos escolares como os bancos-mesa e o uniforme das normalistas, assim como, a trajetória pessoal e profissional dos professores.

A abordagem teórica

Valemo-nos das discussões propostas pela História Cultural, uma abordagem que trata do alargamento das fontes de pesquisa, possibilitando a inserção de novas perspectivas de análises, aperfeiçoando o olhar sobre a investigação da História da Educação.

A escolha pela abordagem se deve ao fato de que o presente estudo se insere na temática das representações e práticas escolares, mais especificamente, está relacionado com o recorte temático da história das instituições educativas (SOUZA, 2007) que dá ênfase à cultura escolar. Para Souza (2007), a história das instituições educativas está voltada para a análise dos aspectos internos da escola, tais como o espaço e a arquitetura, o currículo e as práticas escolares.

A História Cultural se tornou cada vez mais relevante nos anos iniciais do século XX com antecedentes desde o início do século. É um campo de estudos rico que permite abrigar diferentes possibilidades de tratamento, por vezes, antagônicas. Entendida como uma história que não está limitada a analisar apenas a produção cultural literária e a artística, vai além e busca compreender e ultrapassar as fronteiras da cultura popular.

Peter Burke (2000), um dos mais importantes historiadores culturais, localiza a origem da história cultural no século XIX. Nesse período, o autor percebe a existência de um tipo de história das representações humanas.

Nessa época, a ideia de uma história geral da cultura e da sociedade já se havia sido estabelecida em alguns círculos intelectuais, pelo menos de Edimburgo a Florença, de Paris a Göttingen. Na geração seguinte, esse estilo de história seria marginalizado com a ascensão de Leopold von Ranke, no início do século XIX, e da história política, narrativa baseada em documentos associada a ele e a sua escola (BURKE, 2000, p. 36 e 37).

O campo de trabalho dos historiadores culturais é descrito por Burke (2008) como a “preocupação com o simbólico e as interpretações”. Ele também evidencia que apesar da história cultural não ter uma essência, possui uma história em si e é sobre essa história que trata a obra referida, a partir da descrição das diferentes tradições culturais⁴ para a localização precisa do trabalho individual dos historiadores culturais.

José D’Assunção Barros (2003) por sua vez, conceitua a História Cultural como o campo de saber historiográfico atravessado pela noção de cultura⁵ e descreve o conceito de cultura como “um conceito extremamente polissêmico”. Adotaremos o conceito de cultura de Clifford Geertz por ser o mais citado entre os estudos referentes à história cultural de acordo com Peter Burke: “o antropólogo que inspirou a maioria dos historiadores culturais da última geração, especialmente nos Estados Unidos, foi Clifford Geertz” (BURKE, 2008, p. 51).

Geertz (1989) trabalhou em seu livro “A interpretação das Culturas” o que ele chamou de “descrição densa”, no qual define cultura como:

um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas de formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, se perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (GEERTZ, 1989. p. 89).

Sandra Pesavento (2014) também apresenta a história cultural com base em autores sobre o que chamou de arqueologia da História Cultural, descrição semelhante ao que Peter Burke (2008) realizou em “O que é a História Cultural?”. Esta autora remete seu estudo à Antropologia Cultural, para sustentar o que seria a arqueologia da História Cultural. A semelhança com o trabalho de Burke (2008) é que este também se remeteu à antropologia para explicar essa teoria, fazendo

⁴ Refere-se às tradições: germânica e holandesa, da América do Norte, inglesa e francesa. Para mais informações consultar: BURKE, P. **O que é história cultural?** 2ª ed. revista e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 10 e 11.

⁵ Para o autor, o termo cultura é polissêmico. Para maiores informações, consultar: BARROS, J.D. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Vol.11, nº 1/2, 2003. p. 145.

referência à noção de alta e baixa cultura para explicar o alargamento do que poderia abranger os temas da História Cultural.

Como observou Burkrhardt em 1882, história cultural é um 'conceito vago'. Em geral é usado para se referir a 'alta' cultura. Foi estendido 'para baixo', continuando a metáfora, de modo a incluir a 'baixa' cultura, ou cultura popular. Mais recentemente se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Numa geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (BURKE, 2008. p. 44 e 45).

À medida que Peter Burke (2008) explica a relação dos teóricos com a História Cultural, é possível observar o desdobramento dessa teoria ao longo dos tempos e como ela faz uso de outros conceitos como o de cultura para ser mais bem compreendida. Ao remeter-se aos estudos de Burkrhardt sobre a cultura, Burke (2008) evidencia a necessidade de expansão dos temas estudados pela cultura, que foi dividida em “alta cultura” e “baixa cultura” para que pudesse incluir novos temas do estudo da História Cultural, relacionados aos artefatos e às práticas cotidianas.

Mas afinal o que estuda a História Cultural? Georges Duby (2011) mostra que o campo de estudo “se propõe observar no passado, entre os movimentos de conjunto de uma civilização, os mecanismos de produção dos objetos culturais” (DUBY, 2011, p. 147). Barros (2003) acrescenta que, além dos mecanismos de produção de objetos culturais, também enfoca os mecanismos de recepção e cita o livro como exemplo, pois, ao escrever um livro, o autor exerce a função de produtor cultural. Por sua vez, o leitor produz cultura, porque cada leitor recria o texto original de uma nova maneira, assim a leitura é uma prática criadora. Portanto, para Barros (2003) “uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constituiu no momento da recepção” (BARROS, 2003, p. 146).

A História Cultural tem como objeto de estudo os objetos que faziam parte dos antigos estudos historiográficos da cultura (BARROS, 2003) no âmbito da literatura, das artes e das ciências. São parte dessa história, as imagens produzidas pelo homem, pela sociedade e pelo mundo que o cerca, além das condições de produção e circulação de objetos da arte e da literatura.

Portanto, os eixos da História Cultural são os objetos culturais, os sujeitos, as práticas, os processos e os padrões (BARROS, 2003), que são o foco de interesse dos estudos de parte dos historiadores culturais do século XX. Ainda sobre o objeto de estudo da História Cultural, Roger Chartier (1988) referencia como o seu principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16 e 17) e, para isso, aponta caminhos. O primeiro é sobre as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreensão do real. Para esse mesmo autor, existem variáveis relativas às classes sociais ou aos meios intelectuais onde essas categorias são produzidas, segundo disposições, próprias do grupo, estáveis e partilhadas.

O conceito de “representação” em relação à cultura escolar também é de muita importância para a compreensão do sentido dos espaços, das mensagens nas legendas das fotografias, das normalistas e dos professores da escola normal no período estudado. Para Roger Chartier (1988), as representações constituem “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Ginzburg (2001) também apresentou sua visão sobre o conceito de representação e o descreve como um jogo de espelhos entre a presença e a ausência.

Por um lado, a ‘representação’ faz as vezes à realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

Enquanto que para Chartier o conceito é um esquema intelectual, para Ginzburg, é um jogo entre a evocação da ausência e a sugestão da presença. Percebemos que essas duas visões são complementares e, portanto, ambas foram úteis para a leitura do objeto.

Em relação à metodologia e ao conceito de representação, Chartier (2011) explica a relação entre a fonte documental e a representação das práticas:

qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (CHARTIER, 2011. p.16).

As fontes documentais, portanto, constituem apenas os primeiros indícios do que pode vir a ser o objeto, necessitando que se investiguem outros elementos subjacentes que não são imediatamente identificáveis. E foi com essa perspectiva da representação das práticas a que Chartier se refere que procuramos conduzir a análise das fontes. Compreender o que sejam essas práticas remete por sua vez aos estudos de Michael de Certeau (2014), para quem as práticas culturais são definidas como: “Essas ‘maneiras de fazer’ [que] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2014, p. 41). Portanto, “a maneira de fazer” a formação de professoras na primeira República certamente tende a refletir a produção cultural e a cultura escolar da época.

O conceito de cultura escolar⁶ adotado nesta tese tem como referência Dominique Julia (2001) por ser o mais aceito no meio acadêmico e o que se mostrou mais adequado a esta pesquisa, definido como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p.10).

Esse conceito é central na discussão porque apresenta uma perspectiva nova de pesquisa em relação às instituições educacionais. Felgueiras (2005) esmiúça o

⁶ Esse conceito tem sido insistentemente citado tanto nas investigações estrangeiras quanto nas nacionais. Ver: FARIA FILHO, L. M. et al. A Cultura Escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004; FELGUEIRAS, M.L. Cultura Escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, M. L. VIEIRA, C. E. (Org.) **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania. Sociedade Portuguesa de Ciências Sociais e Educação e autores**. Porto, 2010, p. 17-32.

conceito da cultura escolar de Julia (2001), tendo como referência a fenomenologia, em que pressupõe olhar os objetos como resultados de ações que incorporam interesses, objetivos e tradições de quem os produz e de quem destes se apropria. Utiliza como exemplo os edifícios escolares, os cadernos, uma lousa, um mapa. Sua ideia é a de uma dupla significação, ou seja, quem produziu os objetos, produziu pra quê? E para quem? Em quais condições foram produzidos? Quem se apropria deles? E, ainda, “com que interesse e como se articulam objectos com origens e intencionalidades diferentes num mesmo projecto escolar, local e pessoal?” (FELGUEIRAS, 2010, p. 28). Consequentemente, apresenta três pontos de vista de possibilidades de pesquisa: “mover o olhar do discurso escrito para a materialidade de diferentes registros; instituir o estudo do quotidiano da educação [...] como projecto comum e reintroduzir os actores no cenário historiográfico” (FELGUEIRAS, 2010, p. 28).

Essas perspectivas do conceito de cultura escolar deram suporte teórico a este trabalho, cujo objetivo demandou analisar os aspectos da cultura escolar em relação à Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926, no que se refere ao prédio e seus espaços, aos objetos escolares como os bancos-mesa e ao uniforme das normalistas e à trajetória pessoal e profissional dos professores. Portanto, com base nos conceitos de representação, práticas culturais e cultura escolar é que se deu a análise sobre a Escola Normal paraense.

Procedimentos metodológicos

Um dos procedimentos metodológicos adotados para responder à questão da investigação foi à pesquisa documental⁷. Na visão de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), um pesquisador deve utilizar documentos com o objetivo de extrair informações, investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para o

⁷ A pesquisa documental se diferencia da bibliográfica por recorrer a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são fontes primárias. Para mais informações consultar: SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas & metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009. p. 6. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6> Acessado em: 21 de Junho de 2017.

manuseio e a análise do documento. O desenvolvimento desse tipo de pesquisa segue etapas e procedimentos, considerando a organização de informações a serem categorizadas e, depois de analisá-las, finalmente, elaborar as sínteses.

Para Appolinário (2009), as estratégias de coleta de dados, a depender do local, envolvem duas possibilidades: a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

Normalmente as pesquisas possuem duas categorias de estratégia de coleta de dados: a primeira refere-se ao local onde os dados são coletados (estratégia-local) e, neste item, há duas possibilidades: documental ou campo. Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental (...). Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo. (APPOLINÁRIO, 2009 p. 85).

Logo, considerando a concepção desse autor, para quem a pesquisa de campo se utiliza de sujeitos (humanos ou não) além de documentos, nossa investigação também pode ser caracterizada como pesquisa de campo. Isso porque a pesquisa não se restringiu à coleta e utilização de documentos, mas também incluiu visitas para observar os espaços dos antigos prédios onde funcionava, e atualmente funciona com um novo nome, a Escola Normal, bem como visitas a institutos, bibliotecas e museus em busca de indícios biográficos dos professores, além de obras de arte, livros publicados, placas comemorativas, partituras de música entre outros artefatos, o que se insere no que o autor descreveu como estratégia de campo.

“Os documentos são vestígios...” algumas considerações sobre fonte

No percurso da pesquisa, houve a necessidade de considerar mais de um tipo de fonte que apontassem os caminhos necessários para a elucidação do objeto. O diálogo com essas fontes se deu a partir da escolha do próprio objeto investigativo. Por conseguinte, é importante expor algumas considerações sobre as fontes.

Na concepção de Ulpiano Meneses (2003), a pesquisa não deve se restringir apenas a documentos materiais para o enriquecimento do trabalho. Segundo o

autor, a dimensão do estudo histórico é complexa, pois a história é a história da sociedade em sentido último e por isso exige a utilização de fontes diversas.

Para ser história, precisa ser história da sociedade. Com as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problemas de maior complexidade, é que se torna necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevantes ao todo material. (...) para que a observação seja eficaz, é indispensável usar-se *todo e qualquer tipo de fonte* (fontes materiais, escritas, orais, hábitos corporais, etc., etc.) – ainda que os materiais possam predominar. É, contudo, a dimensão material da produção/reprodução social (que acima aludimos) que está sendo estudada (MENESES, 2003, p.11-23).

Como este estudo tratou de um objeto histórico que envolve aspectos múltiplos – no caso, a Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926 – seu enriquecimento passou pela utilização de diversas fontes que pudessem possibilitar maior abrangência do olhar sobre o objeto e colaborar com a discussão. Por esse motivo, coletamos os mais diversos tipos de documentos possíveis (relatórios, decretos, jornais, revistas, fotografias, mapas, gravuras) no período da pesquisa de campo em diferentes instituições do estado do Pará e em plataformas de pesquisa virtuais.

Barros (2017) toma como referência a frase de Le Febvre de que “sem problema não há história” em contraposição à frase de Charles Seignobos (1854 -1942) “sem documento não há história” para mostrar que a perspectiva de Febvre era de que a história deveria ser sempre reconstruída a partir do presente de acordo com um problema, orientada pela formulação de hipóteses, ou seja, tratava-se do que cunhou como o termo de “história-problema”. Esse autor afirma que “o ‘Documento’ ou a ‘fonte histórica’ continua na base do método historiográfico” (BARROS, 2017, p. 80). Assim, os documentos, ou fontes históricas⁸ são o caminho do trabalho histórico. Por sua vez, Lucien Febvre (1985) explica que a história pode ser feita com tudo que possibilite explicar sobre o homem, o que servir e der significado ao homem e à possibilidade de pesquisa por outras fontes, o que significa um alargamento das

⁸ São fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras da literatura, correspondências públicas e privadas e tanto mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam fornecer um testemunho ou discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta relevante para o presente do historiador. In: BARROS, J. D. **Fontes históricas**. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p.16.

fontes em relação à variedade de possibilidades que se caracterizem como uma fonte e que possa ajudar na pesquisa.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar para fazer o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da Lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime ao homem, significa a presença, a atividade, os gestos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1985, p. 249).

Na concepção de Bloch (2001), os “documentos são vestígios” (2001, p. 7 e 8) e devem ser criticados, pois o passado é uma estrutura em progresso para esse historiador, por isso, há a necessidade de interrogar os documentos. De modo que a pergunta que fazemos às fontes é que condiciona a análise e é essa pergunta que elevará ou reduzirá “a importância de um texto retirado de um texto afastado” (BLOCH, 2001, p. 7 e 8).

Bacellar (2010) também aborda a crítica às fontes, para quem “ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização dos documentos que se tem em mãos” (BACELLAR, 2010). A partir dessa observação, podemos inferir que quem escreveu o documento/fonte o fez com alguma intenção, pois nenhum documento é neutro, na medida em que traz as marcas da opinião ou da pessoa que o redigiu, considerando que foi escrito para um determinado público e abrange certo período histórico. Isso ocorre com os Relatórios de Presidentes de Província e Governadores do Pará que, além das informações sobre quem o redigiu e a que órgão foi enviado, expressam as marcas de um tempo, as mudanças ocorridas nos períodos do Império e da República. Bacellar (2010) também adverte sobre a necessidade de, ao analisar um documento, entendê-lo no contexto de sua época e também o significado das palavras e expressões.

Sá-Silva et al (2009) abordam a importância dos documentos em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais pela qualidade de informações que podem ser extraídas e, assim, contribuir para compreendermos os objetos de estudo que necessitam de contextualização histórica e sociocultural.

Cellard (2008) também se refere à importância do trabalho com documentos e a distinção entre eles:

tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou 'fonte', como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos etc. (CELLARD, 2012, p. 296 e 297).

A atenção para a distinção dos documentos em fontes primárias e secundárias é outro destaque na realização da pesquisa. De acordo com Oliveira (2007) *apud* Sá-Silva et al (2009), as fontes primárias tratam de “dados originais, a partir dos quais se tem a relação direta com os dados a serem analisados” (OLIVEIRA, 2009, p. 6), isto é, são os documentos que ainda não receberam nenhum tratamento, nenhuma análise. Já as fontes secundárias são a “pesquisa de segunda mão”, ou seja, aquelas que já foram trabalhadas por outros pesquisadores e são de domínio científico.

Julio Ruiz Berrio (1976) classificou os documentos escolares em “El método histórico en la investigación histórica de la educación” (BERRIO, 1976, p.454) em seis grupos de documentos segundo a sua natureza. **Escritos:** inscrições, correspondência, diários, relatórios, regulamentos, planos, cartas fundamentais etc. para obras literárias em geral, livros didáticos, notas, dicionários, enciclopédias, estatísticas, textos pedagógicos, jornais, revistas, guias, livros de acordo, livros de registro etc. **Sonoros:** discos, fitas, trilhas sonoras. **Pictóricos:** impressões, desenhos, fotografias, slides, filmes, microfilmes. **Audiovisuais:** trilhas sonoras de vídeos. **Arquitetônicos:** os edifícios que são conservados inteiros e os restos de outros edifícios, nos quais salas de aula, bibliotecas, capelas, cozinhas, dormitórios – em cada caso, seriam analisados tanto a sua estrutura quanto os materiais utilizados em sua fabricação. Por fim, **mobiliários:** mesas ou cadeiras de professores, bancos e tapetes. Em sua pesquisa, Julio Ruiz Berrio (1976) considerou também os documentos de utilidade escolar utilizados ao longo dos séculos: canetas, tinta, giz, quadros negros, quadros brancos, mapas, coleções de mineralogia, herbários, papéis, carteiras, pastas.

No caso desta pesquisa, foram utilizados diversos documentos escolares como revistas, livro de registro de exame, livro de ponto, jornais, programas de ensino, espaço arquitetônico escolar, fotografias, discursos, entre outros.

A fotografia ganha destaque já na virada do século XIX como uma revolução cultural que vai ajudar na propagação da República. Kossoy (1993) descreve a relação da fotografia com o período republicano.

Uma verdadeira revolução cultural patrocinada pela elite da sociedade brasileira tem lugar no apagar das luzes do Império e do século XIX. É interessante refletirmos como as recentes inovações da ciência e da técnica, mais especificamente no campo das comunicações, são assimiladas pela sociedade e pelo poder nos anos que se seguem à Proclamação da República. Porém, principalmente como a fotografia, enquanto registro expressivo de um cenário urbano, arquitetônico e social em processo de mutação, se vê utilizada pelos meios de comunicação impressa da época, e em que medida se refletirão nessas imagens os anseios da modernidade daquela elite. Existe, nos primeiros anos do novo regime, uma necessidade imperiosa de exaltação do conteúdo simbólico da 'ordem e do progresso' (KOSSOY, 1993, p. 17 e 18).

Além da relação da fotografia com o período republicano, Kossoy (2014) trata a fotografia como uma fonte histórica, um artefato que apresenta indícios da sua constituição e como o registro visual:

Este artefato é caracterizado e percebido, pois, pelo conjunto de materiais e técnicas que lhe configuram externamente enquanto objeto físico e, pela imagem que o individualiza, o objeto-imagem, partes de um todo indivisível que integram o documento enquanto tal. (KOSSOY, 2014, p. 49 e 51).

Por sua vez, Miguel (1993) trabalha a fotografia como um documento, considerando-a como “uma mensagem situada, produzida por alguém e com endereço situado. É essa conotação que devemos destrinçar, uma vez que uma fotografia não se esgota em sua denotação. Denota em um nível e conota em outro” (MIGUEL, 1993, p. 13 e 14). Para isso, o autor recomenda que se leve em consideração que a interpretação da imagem fotográfica também requer “o conhecimento da cultura do aspecto estudado, pois só assim será possível do fenômeno individual observável se chegar à compreensão do todo” (MIGUEL, 1993, p.127). Além disso, explica o que é necessário para a análise fotográfica.

O conhecimento das técnicas fotográficas permite ainda localizar no seu devido tempo uma fotografia sem data, sem local e ainda desmistificá-la. [...] as características externas da fotografia também devem ser levadas em consideração quando da interpretação. O tamanho, tipo, data, local, fotógrafo e publicação são importantes para identificar o contexto em que foram produzidas. Deve-se também examinar as informações que constam na própria fotografia – nomes de ruas, inscrições de cartazes, nomes de lojas, etc. – e o conteúdo (MIGUEL, 1993, p.124).

A partir da utilização da fotografia, com suas possibilidades de recurso histórico-documental, foi possível observar melhor alguns elementos que faziam parte do contexto da cidade de Belém no período republicano, além de outros focalizados na pesquisa, como o antigo prédio da primeira Escola Normal, atual Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Pará (SEJDUH/PA), o uniforme das normalistas, as cenas de formatura das normalistas, em que são apresentados os diferentes ângulos da cerimônia, dentre outros.

A utilização de imagens da formatura das normalistas, oriundas de diferentes fontes, permitiu observar uma sequência da cerimônia da formatura considerando o início, meio e fim da celebração. A fotografia também permitiu a comparação entre os detalhes dos diferentes tipos de uniforme, bem como a distinção da roupa no ritual da formatura, ou seja, a diferença entre o que era usado no dia a dia em relação às roupas de gala da formatura das normalistas. Isso reforça o pensamento de Burke (2017) que considera “o valor de imagens como evidência para a história do vestuário é inquestionável” (BURKE, 2017, p.122), uma prova bem evidente das mudanças características de cada época e contexto histórico.

Assim como a fotografia, a legislação também é uma importante fonte para os estudos em História da Educação. Luciano Mendes de Faria Filho (1998) descreve a legislação escolar como uma importante fonte de pesquisa, além de enfatizar a importância do arquivo, como os relatórios dos presidentes de província, os relatórios de diretores e inspetores.

A legislação criada pelos governos estaduais mostrou-se como uma importante fonte para esta investigação e foi utilizada na pesquisa sobre a movimentação dos professores no ambiente escolar para descrever o processo de ingresso, saída ou exoneração, substituição, concurso, nomeação na profissão, entre outros.

Os Relatórios dos Presidentes de Província e dos Governadores, com os quais também trabalhamos como fonte de pesquisa ao longo desta tese, são documentos que “têm sua origem em algum ato legal. Nesta perspectiva, não posso deixar de compreendê-los como a realização e a expressão dos imperativos legais, ou seja, como lei” (FARIA FILHO, 1998, p.94). Uma lei que deve ser interpretada considerando a época estudada.

Outros tipos de documentação utilizados foram as revistas. A revista “A Escola” é um exemplo de publicação que fez parte de um grupo de periódicos destinados ao público da Educação, pois se trata da imprensa pedagógica que, além de revistas, também engloba jornais e boletins, por exemplo. Segundo Bastos (2002), essas publicações são feitas “por professores e para professores” (BASTOS, 2002, p.49). Também podem ser escritas e publicadas pelo estado ou por associações de classes, ou ainda instituições como a Igreja.

A análise desse tipo de documentação, ainda segundo Bastos (2002), permite que seja realizada uma avaliação política das organizações, das preocupações sociais, bem como de situações antagônicas. O periódico pedagógico intitulado “Revista de Ensino” era uma publicação do governo do Estado do Pará, editada pela imprensa oficial do Estado, em que encontramos informações sobre a Escola Normal de uma forma geral. Em relação aos professores, encontramos informações mais específicas nas secções que informavam as ações do governo.

A metodologia utilizada para o estudo da trajetória de pessoal e profissional dos professores da Escola Normal foi a prosopografia. De acordo com Stone (2011), a prosopografia vem a ser “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p.115).

As matérias-primas com as quais esses estudos podem ser elaborados são de três grandes tipos: “listas simples de nomes de ocupantes de certos cargos ou títulos ou qualificações profissionais ou educacionais; genealogias das famílias e dicionários biográficos inteiros” (STONE, 2011, p.117). Esta pesquisa se enquadra no primeiro tipo, o das listas simples de nomes por tratar-se de um grupo de professores da Escola Normal.

Na concepção de Heinz (2006), a prosopografia ou biografia coletiva é definida como "um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando rever as características comuns (permanentes e transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico" (HEINZ, 2006, p.9). O conceito também nos motivou a escolhermos o método das biografias coletivas ou prosopografia para auxiliar no estudo sobre os professores. Esse método, ainda segundo Heinz (2006), é eficiente em mostrar os "nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar" (HEINZ, 2006, p.11).

Charle (2006) apresenta o princípio do método:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (CHARLE, 2006, p. 41).

Esse autor apresenta as duas primeiras as etapas do método, que são a definição da população e elaboração de um questionário. A partir da definição do grupo escolhido, os professores no nosso caso, Charle (2006) indica que "a escolha do grupo é primordial" (CHARLE, 2006, p.31). O passo seguinte vem a ser a elaboração do questionário para nortear a pesquisa prosopográfica, para isso deve-se considerar qual fonte será pesquisada, pois, "é ainda a fonte que comanda o ponto de vista e as questões formuladas" (CHARLE, 2006, p.24). Nesta pesquisa, foram escolhidas fontes variadas e também as que fossem acessíveis, como, por exemplo, os jornais, as revistas, as fotografias, os relatórios dos presidentes e dos governadores do Pará, documentos escolares, entre outros, de modo que essas fontes pudessem apresentar uma variedade de pontos de vista.

As questões formuladas versavam sobre aspectos profissionais e pessoais: Qual era a origem desses professores? Qual a formação desses professores? Quais eram os locais de trabalho além da Escola Normal? Quais disciplinas lecionavam? Em quais profissões atuavam além do magistério? Quais foram as obras que escreveram?

O passo seguinte da pesquisa foi buscar por respostas. Como indica Charle (2006), o pesquisador "deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação que será tratada" (CHARLE, 2006, p.31). As fontes que

escolhemos não ficaram restritas aos arquivos (como veremos no tópico seguinte sobre os espaços e o percurso da pesquisa), foram fontes diversas que incluíram espaços físicos, além de plataformas de pesquisa virtuais.

Em seguida, Charle (2006) indica as próximas etapas, que são: a organização da documentação e o exame dos dados.

Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises factoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes (CHARLE, 2006, p.41).

As últimas etapas foram a organização da documentação e o exame dos dados. Nesta pesquisa, adotamos o exame qualitativo desses dados.

Além destas perguntas do questionário, analisamos mais destacadamente os professores a partir da adoção de alguns critérios específicos que elaboramos para a seleção dos professores desta pesquisa, tais como: sobre a origem dos professores, sobre a formação e sobre o gênero, sendo que o estudo deveria apresentar o exemplo de pelo menos cada um destes professores: a) Em relação à origem: um professor estrangeiro; um professor natural de outro Estado e um professor natural do Pará; b) Em relação a formação: um com formação de normalista e um com outra formação diferente e c) Em relação ao gênero: pelo menos um professor e uma professora.

Os espaços e o percurso da pesquisa

Le Goff (2013), ao se remeter ao passado e às fontes que estejam ainda por serem descobertas, afirma que “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2013, p.28). O autor lança ao futuro da pesquisa histórica uma constante reinvenção dos métodos e das fontes, mostrando uma dinâmica de pesquisa em constante reinterpretação e evolução. Neste tópico, revelamos como ocorreu a busca por fontes em diversos locais de pesquisa.

Os espaços de coleta dos documentos escolhidos para a pesquisa foram os espaços físicos e as plataformas de pesquisa virtuais. Os espaços físicos foram: o

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e o Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP) com pesquisas realizadas no arquivo e na biblioteca “Bela Aurora Chaves”.

Outras pesquisas foram realizadas na Biblioteca Arthur Vianna e no setor de obras raras e obras do Pará, que fazem parte do Centro Cultural Tancredo Neves (Centur). A pesquisa realizada no setor de obras raras resultou na aquisição de documentos digitalizados, anotações de informações de documentos que não estavam digitalizados, além da consulta a documentos na página eletrônica do setor de obras raras.

Outros locais de pesquisa foram a Biblioteca do Fórum Landi – um espaço de pesquisa que pertence à Universidade Federal do Pará que abriga um projeto dedicado à revitalização do Centro Histórico de Belém, com foco na pesquisa da obra arquitetônica de Antônio Landi –; a Academia Paraense de Letras; a Biblioteca Legislativa “Deputado Newton Miranda” – que faz parte da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); a Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará “Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” – na ocasião da pesquisa nessa biblioteca, os documentos pesquisados e consultados encontravam-se no setor da “Coleção Amazônia” e no Setor de Obras Raras. Outros locais foram a Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (PPGArtes) e a Biblioteca “Leonor Macedo” do Conservatório Carlos Gomes.

Além desses locais, também pesquisamos no Museu de Arte de Belém (MABE), no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA) e na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJDUH/PA). Nesse último local, a pesquisa teve o objetivo de visitar o espaço e buscar pistas do que ainda poderia restar do prédio que remetesse à época da Escola Normal, logo, tratou-se de uma pesquisa de campo, em que o próprio prédio e os seus espaços eram a fonte documental da pesquisa.

As plataformas virtuais pesquisadas foram a Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital; o *Center for Research Libraries Global Resources Network* – pesquisa referente à *Provincial Presidential Reports: Pará*, em que foram pesquisados e coletados os Relatórios dos Presidentes de Província e dos Governadores do Pará; a pesquisa na página do acervo da Biblioteca Central “Prof.

Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” (UFPA); o Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina e o Repositório da Universidade de Lisboa. As páginas eletrônicas são oriundas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Museu Emílio Goeldi, do Álbum do Junventus, do setor de obras raras do Centro Cultural Tancredo Neves (Centur), do acervo da biblioteca do Fórum Landi e da Secretaria de Estado de Turismo-SETUR.

Sintetizamos os espaços de coleta dos documentos da pesquisa em espaços físicos e plataformas virtuais apresentadas no quadro 1 detalhado a seguir:

Quadro 1: Espaços Físicos e Plataformas Virtuais utilizados para a pesquisa

Espaços Físicos	
Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)	
Biblioteca Pública Arthur Vianna (Setores de Obras do Pará e Obras Raras/CENTUR)	
Arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP)	
Biblioteca “Bela Aurora Chaves” (IEEP)	
Biblioteca Pública Fórum Landi	
Academia Paraense de Letras	
Biblioteca Legislativa “Deputado Newton Miranda” (ALEPA)	
Biblioteca Central “Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” (UFPA)	
Museu de Arte de Belém (MABE)	
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Pará (SEJUDH/PA)	
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)	
Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES)	
Biblioteca “Leonor Macedo” do Conservatório Carlos Gomes	
Plataformas Virtuais	
Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital	https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
<i>Center for Research Libraries Global Resources Network</i>	https://www.crl.edu/collaborations/global-resources-programs
Provincial Presidential Reports: Pará	http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0
Biblioteca Central “Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” (UFPA)	http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php

Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)	http://ihgp.net.br/principal/
Museu Paraense Emílio Goeldi	https://www.museu-goeldi.br/
Setor de obras raras (Centur)	http://www.fcp.pa.gov.br/consulta-do-acervo/obras-raras
Fórum Landi	http://forumlandi.org/
Biblioteca Legislativa “Deputado Newton Miranda”	https://www.alepa.pa.gov.br/biblioteca.asp
Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina	https://repositorio.ufsc.br/
Repositório da Universidade de Lisboa	https://repositorio.ul.pt/
Secretaria de Estado de Turismo-SETUR	http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_vigia_2017.pdf
Prefeitura Municipal de Cametá	https://prefeituradecameta.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/
Álbum dos Juvencios	http://albumdosjuvencios.blogspot.com/2011/04/antiga-escola-normal-do-para.html

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos endereços físicos e virtuais consultados.

O percurso inicial da pesquisa aconteceu no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), em busca do que havia sobre o tema, a partir da informação de que o Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP) foi a antiga Escola Normal e passou por uma reforma com a mudança de nome.

A partir disso, direcionamos a pesquisa com mais intensidade no prédio do IEEP, no qual passamos grande parte do tempo em busca de pistas e documentos. O arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP) foi um dos locais que encontramos pouco preservado, com a evidência de falta de documentos. Alguns dos que foram encontrados estavam corroídos por traças, bastante empoeirados, com restos de pedaços de vidro e pedaços de madeira, possivelmente restos de estilhaços do armário que guardava os livros e documentos.

A falta de conservação do acervo e a precariedade em que se encontram os documentos nos arquivos escolares é uma preocupação mencionada nos estudos de Paulilo (2019) que afirma: “A má conservação da documentação histórica que

pertence às escolas é traço marcante no testemunho acerca do trabalho nesse tipo de acervo” (PAULILO, 2019, p. 10).

Nunes e Carvalho (2005) abordam o assunto e atestam que o problema das fontes é mais complexo com relação aos arquivos, porque esses espaços de pesquisa contêm informações inestimáveis e algumas vezes inéditas. As autoras apontam que essas fontes são necessárias, para que sejam comparadas a outras fontes e também recebam a crítica de informações de outras fontes e, até mesmo, da própria historiografia educacional já existente.

As autoras também apontam para as possibilidades de pesquisa em relação à História da Educação que os arquivos escolares podem abranger: “história administrativa, a história política, a história bibliográfica, a história intelectual, a história religiosa, a história econômica”. (NUNES, CARVALHO, 2005, p.36). Um leque de possibilidades a ser pesquisado. Consideram que a História da Educação seja uma especialização da História e ainda que as investigações realizadas pelos historiadores da Educação não estão vinculadas apenas a certos matizes teóricos, mas também aos materiais históricos com que podem contar.

Embora a pesquisa tenha se iniciado no arquivo do IEEP, o seu percurso fez com que retornássemos ao Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e, em seguida, para a Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará “Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” em busca de livros que abordassem, por exemplo, a Academia Paraense de Letras, o esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt e demais informações, assim, chegamos à Coleção Amazônia e ao Setor de Obras Raras. Passamos a ter acesso à biblioteca como local de pesquisa (e não apenas de empréstimo e consulta de livros) o que não aconteceu antes, quando estivemos na Academia Paraense de Letras, porque o local estava fechado e aparentemente abandonado. Em seguida, nos dirigimos à biblioteca do Fórum Landi, no bairro da Cidade Velha onde encontramos revistas, fotografias, recortes de jornais e o hinário escolar.

A inquietação gerada com as informações levantadas nestes locais, aliada à curiosidade e à persistência, nos impulsionou a percorrer outros espaços e plataformas de pesquisa. Logo, procuramos por outras fontes como revistas pedagógicas e jornais na Hemeroteca Nacional Digital, no setor de obras do Pará e

de obras raras do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR). Deste local, seguimos para o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA), pois procurávamos saber se algum associado do Instituto teria sido professor da Escola Normal.

A pesquisa no Instituto resultou na indicação de que havia documentação digitalizada na plataforma virtual desta instituição, em consulta ao acervo, descobrimos a biografia do professor Camillo Salgado⁹ que ministrou a disciplina de Pedagogia na Escola Normal, intitulada “Às portas do Templo – Biografia do Prof. Camillo Henrique Salgado” a qual, foi publicada por Nilo Mattos em dois exemplares da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará dos anos de 1932 e 1933, respectivamente e também a informação de que os seguintes professores da Escola Normal também foram sócios fundadores daquela Instituição: Eufosono Nery, Eládio Amorim Lima e Francisco Ferreira de Vilhena Alves, em Maio de 1900 e Deodoro Machado de Mendonça, em 6 de Março de 1917.

Neste mesmo período da pesquisa no IHGPA, também nos ocorreu fazer consultas no Museu de Arte de Belém (MABE) e na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Pará (SEJDUH/PA). Como o museu se encontrava em reformas à época, nos foi gentilmente doado um catálogo com o título “Entre Imagens e Histórias de Poder” da diretora do museu, a senhora Rosa Arraes. Também conseguimos algumas informações sobre obras e breves referências sobre a vida de três artistas: Pierre Maurice Blaise, Domenico De Angelis e David Osipovitsch Widhofpp.

Os locais seguintes de pesquisa foram a biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA/PPGArtes, em busca de mais informações sobre os professores músicos e também os pintores, em seguida a pesquisa foi direcionada para o Conservatório Carlos Gomes, na biblioteca do conservatório encontramos um livro com indicação de uma das obras de Domenico De Angelis mencionada mais à diante.

Na página eletrônica do Museu Paraense Emílio Goeldi, pesquisamos sobre o professor Domingos Soares de Ferreira Pena. Na consulta ao acervo da biblioteca

⁹ O professor Camillo Salgado foi pai do renomado médico paraense homônimo Camilo Salgado.

Central da Universidade Federal do Pará “Prof. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann” constam duas obras¹⁰ deste renomado pesquisador.

A cada pista ou informação encontrada sobre os professores, um novo local se colocava como possibilidade de pesquisa. Embora tenha iniciado a partir da documentação pedagógica, a pesquisa não ficou restrita a essa documentação e também ao local da escola.

Na busca pelas peças deste quebra-cabeça, a informação de que havia outro prédio anterior ao que conhecemos atualmente foi importante para que chegássemos ao primeiro prédio de funcionamento da Escola Normal, local onde atualmente funciona a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJDUH). Logo, tratamos de providenciar uma visita à Secretaria com o objetivo de buscar se ainda haveria indícios da época em que funcionava como escola tais como placas, piso, portas, janelas, ornamentos, marcações que pudessem indicar a localização de uma sala de aula, uma biblioteca, cozinha, banheiro, copa etc. Este foi o último local pesquisado.

Assim, a pesquisa se desenrolou na tentativa de mostrar a Escola Normal desde a época em que oferecia cursos no Colégio do Amparo e no Liceo Paraense até o seu funcionamento no segundo prédio onde, atualmente, funciona o Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP).

O ir e vir entre a teoria e os locais de pesquisa de campo em busca de novos documentos fizeram constantemente parte do percurso da produção deste trabalho acadêmico, uma dinâmica somente parcialmente freada pela pandemia do Covid-19, tragédia humana mundial iniciada no ano de 2020, ano em que se encerraram os estudos de campo.

O transcurso de todas essas etapas de pesquisa nos leva a concordar com Freitas (2002) para quem o período da pesquisa, envolvendo a elaboração e a escrita da tese, é o período de formação do pesquisador. A autora afirma que “a tese é parte indissociável da formação de um pesquisador, e que este será um elemento

¹⁰ As obras de Domingos Soares Ferreira Pena que foram encontradas no acervo foram: PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Pena**. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971-1973. 2 v. (Coleção Cultura Paraense: série Ignácio Moura) e PENNA, Domingos Soares Ferreira. **A Região ocidental da província do Pará: resenhas estatísticas das comarcas de Obidos e Santarem**; apresentadas a S. EXC. o SR. conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. [Belém]: Typografia do Diário de Belém, 1869. 248 p., viii

multiplicador onde quer que ele esteja” (FREITAS, 2002, p. 216). E, nesse processo, a autora aponta elementos essenciais para a realização de uma pesquisa tais como: tempo, dedicação, uma boa bibliografia e capacidade econômica. Assim, a nossa capacidade de pensar de forma ordenada “necessita de treino, um fio condutor e estímulos concretos, que provém em grande parte de uma boa bibliografia. Ah, mas reunir, ler, reler e analisar uma bibliografia decente consome tempo, energia e dinheiro” (FREITAS, 2002, p. 220).

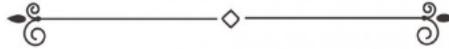
Nota-se que, na elaboração de um trabalho científico, essas etapas são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e que todo o processo está interligado, envolvendo o pesquisador em todos os sentidos na busca de entrelaçar teoria e empiria. E esse foi o processo percorrido que culminou na tessitura do presente texto.

A Organização da Tese

A tese está organizada em seis partes. A primeira corresponde à **Introdução**, quando apresentamos o objeto e o problema de pesquisa; as questões norteadoras; os objetivos gerais e específicos; a proposição de tese; a abordagem teórico-metodológica; os procedimentos metodológicos; algumas considerações sobre fontes; os espaços e o percurso da pesquisa e a organização da tese. O Capítulo 1 intitulado “**A emergência das Escolas Normais e a cidade de Belém do Pará no período da *Belle Époque***” teve como objetivo buscar compreender a origem histórica da escola normal como instituição de ensino e situar o contexto paraense referente ao período do estudo. Por conseguinte, apresenta a discussão sobre a origem da escola normal nos países europeus no contexto das ideias iluministas e da pedagogia moderna. Em seguida, a tese aborda a cidade de Belém do Pará nos tempos áureos da borracha e da “*Belle Époque*”, focalizando as influências desses fatores, entre outros aspectos, na expansão populacional, na urbanização e na cultura da cidade. O Capítulo 2, denominado “**De ‘rez do chão’ a ‘belo prédio’: espaços de funcionamento da Escola Normal no advento do período republicano e da *Belle Époque***” teve como objetivo caracterizar e analisar o prédio e os espaços da Escola Normal do Pará no período de 1890 a 1926 na perspectiva de estabelecer suas

relações com a cultura escolar. Em consequência, discutem-se historicamente os diversos espaços de funcionamento da Escola Normal no período estudado, as condições de funcionamento dos prédios, se próprios ou alugados, procurando estabelecer situa-los na cultura escolar. O Capítulo 3 intitulado: **“Para sentar e para vestir: os bancos-mesa e os uniformes”** teve como objetivo analisar esses parâmetros na perspectiva de observa-los inseridos na cultura escolar. Discute-se a evolução dos modelos de carteiras escolares associada a propósitos higiênicos e pedagógicos. Também se discute o uniforme como símbolo de padronização, identificação institucional, civismo, disciplina e credibilidade como parte da cultura escolar. O Capítulo 4, intitulado **“Mestres Ilustres: a trajetória pessoal e profissional dos professores da Escola Normal do Pará”** teve como objetivo descrever e analisar a trajetória pessoal e profissional de alguns professores que atuavam na Escola Normal (formação, profissionalização, forma de ingresso, relações sociais) e verificar de que forma tais trajetórias se refletiam na cultura escolar. Por fim, procura-se refletir nas **Conclusões** a respeito dos achados da pesquisa à luz do referencial teórico-metodológico adotado.

1. A EMERGÊNCIA DAS ESCOLAS NORMAIS E A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ NO PERÍODO DA *BELLE ÉPOQUE*



1.1 As Escolas Normais na Europa, o Iluminismo e o modelo de pedagogia moderna

O estudo sobre a Escola Normal iniciou com a pesquisa nos estudos de Lakarnal (1794) sobre a origem da expressão “escola normal” que vem: “Do latim, Norma, Regra. Estas escolas devem ser, com efeito, o modelo e padrão de todas as outras” (ARCE, NERY, 2001, p.11). Assim, a origem da expressão está relacionada à ideia da formação do professor, significava norma, regra e designava as escolas que seriam o modelo padrão para todas as outras.

A criação das primeiras escolas normais aconteceu na Europa como parte das transformações na Educação decorrentes do Iluminismo¹¹, cujas ideias de formação humana se amparavam em uma concepção científica e racionalista de Educação, diferente da Educação calcada no dogmatismo e nas doutrinas tradicionais religiosas até então vigentes. Com as ideias iluministas, a pedagogia ganhou centralidade na transformação desse homem moderno, de “espírito burguês”, como afirma Cambi (1999).

É através da difusão das *Lumières*, a *Aufklärung*, do iluminismo que a pedagogia se afirma como um dos centros motores da vida social e das estratégias de sua transformação. São os iluministas, de fato, que devem reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno (mais livre, mais ativo, mais responsável na sociedade) e nutridos de ‘espírito burguês’ (utilitário e científico) (CAMBI, 1999, p.336).

Esse espírito reformador do Iluminismo se encontrava por toda a Europa, impactando as teorias e as instituições de formas diferentes nas diversas áreas do país. A França foi o epicentro dessas transformações, onde se “produziu as teorias pedagógicas mais inovadoras e mais orgânicas, exprimindo também as soluções mais radicais” (CAMBI, 1999, p. 337). Teóricos como Louis-René de La Chalotais

¹¹ O Iluminismo se caracteriza como um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa. As bases filosóficas desse movimento se baseavam na defesa do uso da razão contra as ideias tradicionais religiosas do antigo regime e maior liberdade econômica e política.

(1701-1785), Denis Diderot (1713-1784), Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783), Voltaire (1694-1778) e Rousseau (1712-1778) defendiam ideias contra o ideal formativo dos jesuítas e a cultura religiosa como modelo de formação e eram favoráveis à instrução de um saber útil e uma formação civil, enfim, uma Educação que servisse ao estado e à sociedade.

As ideias iluministas chegaram ao século XIX associadas ao pensamento positivista e, assim, consolidaram a concepção moderna de Educação, pautada pelas referências de racionalização, secularização, institucionalização e civilização (CAMBI, 1999). Para Boto (2017), a escola da Idade Moderna inscreve-se no processo de construção do Estado Moderno. Nesse sentido,

A modernidade engendrou uma maneira específica de ser escola e de viver a escola. Essa escola, construída e mantida pela modernidade, configura-se como instituição civilizadora. Nesse sentido, “cultura escolar”, “gramática escolar”, “modelo de escola moderna” ou “forma escolar de socialização”, todos esses registros implicam significados concernentes à especificidade do lugar social ocupado pela escola no âmbito do processo civilizador. A escola institui protocolos de ação e estruturas de subjetividade autorizadas no cenário social. Este foi o papel que ela adquiriu no mundo moderno (BOTO, 2017, p.291).

Dessa forma, “a escola moderna tem a uniformidade e a equalização como princípio, como método e como meta declarada” (BOTO, 2017, p.289) na sua missão de civilizar. As escolas normais, engendradas no início do século XIX, portanto, nascem com a intenção de substituir definitivamente a ideia do “velho” mestre-escola pelo “novo” professor do ensino primário, cuja formação deveria atender às expectativas de formar o homem moderno requerido pelos novos tempos (VILLELA, 2010), seguindo premissas de civilização. Mas o que se entende por civilização? Conforme Boto (2017), a ideia de civilização supõe:

[...] uma acepção clara de cultura acrescida da ideia de um autocontrole regulatório das relações interpessoais. Nessa medida, falar em civilização escolar supõe o reconhecimento da existência de uma hierarquia de valores entre as diferentes manifestações culturais de uma dada sociedade, e também de uma hierarquia de valores entre culturas de sociedades distintas. Nessa direção, acreditamos que a expressão “civilização escolar” é ampla porque abarca um contingente expressivo de fenômenos, que têm sim, a ver com uma gama variada de artefatos (imagens, ferramentas e instrumentos), técnicas, linguagens, valores e práticas, mas que compreendem também um roteiro prescritivo de códigos de ação

interiorizados, os quais deveriam ser observados por aquilo que representam no tabuleiro social (BOTO, 2017, p. 281 e 282).

Isso significa que, embora existam diversos valores na sociedade, há uma hierarquia de valores associada à correlação de forças presente no momento histórico, cujos valores predominantes são os legitimados por quem tem poder de legitimá-los por meio das mais diferentes formas de regulação, controle dos comportamentos e códigos de ação, inclusive a escola. O conceito de civilização evidenciado por Boto (2017) é muito semelhante ao de cultura escolar na perspectiva aqui compreendida, conforme o conceito de Dominique Júlia (2001). A França se destacou no século XIX como o centro de referência europeu sobre tudo que havia de mais moderno, avançado e sofisticado (COELHO, 2011). Um dos aspectos dessa modernidade estava relacionado à Educação e à instrução pública. Assim, as primeiras escolas de formação de professores na França foram fundadas em 1842 (CHARTIER, 1999). Seguindo essa tendência, as províncias brasileiras também começaram a implantar escolas normais com os primeiros decretos de criação que remontam às décadas de 1930 e 1940. No entanto, foi um período caracterizado por criações e extinções de escolas normais com a criação da primeira escola normal do Brasil na província do Rio de Janeiro, em Niterói (VILLELA, 2010).

Carlos Monarcha (1999) estudou a instabilidade das escolas normais no Brasil no período imperial, exemplificada pela Escola Normal de São Paulo, fundada em 1846.

Instalada em edifício contíguo à velha Sé Catedral, foi fechada em 1867. A segunda fundação deu-se em 1875: desta vez, funcionou na sala do curso anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, para ser novamente fechada em 1878. A terceira e última fundação deu-se no ano de 1880: instalada conjuntamente com o Tesouro Provincial na rua da Imperatriz. Pouco tempo depois, em 1881, a Escola Normal foi transferida para o sobrado colonial na rua da Boa Morte, lá permanecendo até 1894, quando foi instalada definitivamente em edifício especialmente construído para abrigar uma escola, situado na Praça da República (MONARCHA, 1999, p. 13).

A criação e o fechamento, assim como a mudança da localização da Escola Normal de São Paulo, é um exemplo do que ocorreu com muitas outras escolas normais no período imperial, que continuou no período republicano.

Mas afinal o que se esperava para a Escola Normal paraense no período republicano? Uma pista sobre isso foi à viagem realizada por José Veríssimo à Paris. Como observado anteriormente, a França era o centro de referência europeu sobre tudo o que havia de mais moderno, o que incluía a Educação e a instrução pública.

Na busca por referências como modelo para a formação da instrução paraense, o relatório do Dr. José de Araujo Roso Danin, 1º vice-presidente da Província do Pará de 1889, descreve que, José Veríssimo¹² teria sido convidado e participado de uma das exposições internacionais realizada em Paris com a missão de observar e relatar o que observou.

José Veríssimo participou do Congresso da sociedade de *Antropológica Pré-histórica* de Paris, a convite desta mesma sociedade de antropologia com a incumbência do vice-presidente de estudar na Exposição Universal a parte sobre a instrução pública. Expedido no seguinte ofício: '1ª Secção nº 3.355 – Palácio da Presidência do Pará, 15 de Julho de 1889. – Ilm. Sr. Sabendo que tem v. s. de brevemente seguir para Paris, a convite da sociedade de *Antropológica*, afim de tomar parte no congresso que ela vai realizar na época da exposição, resolvi incumbi-lo de, como comissionada desta província, estudar a secção de instrução pública na Exposição, tendo principalmente em vista: a organização do ensino primário, escolas normais, ensino técnico, arquitetura escolar, métodos e aparelhos pedagógicos, ensino misto e educação física, e outros assuntos concernentes a instrução pública.

Do patriotismo e ilustração de V.S. espero a aceitação desta comissão, cujo desempenho será de relevante serviço a nossa província.

Junto encontrará v. s. os officios de apresentação que dirijo ao nosso ministro em Paris e ao Presidente do *Comitê* brasileiro. – Deus guarde a v. s. – José d'Araujo Roso Danin. Sr. Commendador José Veríssimo' (PARÁ, 1889, p.18 e 19).

O fato da capital do Pará ter sido representada por José Veríssimo em uma dessas exposições mostra que mesmo uma cidade como Belém¹³, localizada no meio da floresta amazônica, poderia estar em sintonia com o que havia de mais

¹² José Veríssimo nasceu no Pará em Óbidos, em de abril de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1916. Filho de José Veríssimo de Matos, médico do Exército, e de Ana Flora Dias de Matos (ARAÚJO, 2007), foi sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Destacou-se no cenário intelectual nacional como crítico literário, ensaísta, cronista, ficcionista, além de professor, jornalista e etnógrafo. No campo da Educação: http://www.belem.pa.gov.br/belemtur/site/?page_id=459 Acessado em: junho de 2016.

Foi reitor do Externato do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II, 1892 a 1898) e professor da Escola Normal lecionando até o seu falecimento. (VERÍSSIMO 2011).

¹³ Santa Maria de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Belém do Pará, 18 de de Abril a nordeste do estado a 120 km do mar e a 160 km da linha do equador. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/belemtur/site/?page_id=459 Acessado em: junho de 2016.

moderno e civilizado na França. Demonstra como a capital paraense estava alinhada com o que havia de mais moderno em termos de conhecimento mundial. Esse documento mostra a relevância da Escola Normal paraense na Educação no período republicano, pois as referências para a sua organização eram baseadas nas que haviam de mais moderno no exterior.

Foi igualmente significativo que um paraense como José Veríssimo fosse convidado para participar da Exposição Universal de Paris, que celebrava o centenário da Revolução Francesa, com a missão de organizar a instrução pública no estado com destacada atenção para as modernas escolas normais.

Tanto é assim que para Hilsdorf (2003) a análise das escolas parisienses é importante porque elas consideravam as implicações sociais e políticas daquele momento histórico, ou seja, os ideais republicanos. Conforme a autora, uma boa escola era a que praticava a pedagogia moderna como afirma:

Se dermos destaque aos aspectos pedagógicos, podemos avançar o outro traço que as identificava como uma boa escola: elas praticavam a pedagogia moderna, definida pelo método intuitivo, no qual são importantes o olhar, o ver e ser visto, a observação e o escrito, e pela organização escolar regida pelos princípios da racionalidade científica e da divisão de tarefas. Anunciada como a mais adequada para conformar a mentalidade progressista do homem urbano, civilizado e republicano, essa concepção era contraposta à pedagogia tradicional da memorização, da oralidade, do ouvir e do repetir falando, própria da monarquia atrasada (HILSDORF, 2003, p. 62).

Além da importância de conhecer o que havia de mais moderno para a Educação, as exposições universais educacionais significavam para Benito (2018) um campo de estudo de alto valor testemunhal para os historiadores da cultura empírica da escola e um espaço de acolhimento e exibição das invenções que instrumentavam os primeiros modos de produção escolar. As exposições universais significavam, ainda, um espaço de cultura, de representação do mundo contemporâneo e do que havia de mais moderno. O trecho a seguir destaca o que era apresentado nas exposições universais e o que era reproduzido em termos de materiais da cultura escolar.

Nelas obteve-se publicidade e visibilidade social das primeiras representações do mundo contemporâneo, boa parte desconhecidas e inclusive exóticas para os observadores de umas ou outras partes do

mundo. Muitas dessas imagens passaram aos manuais escolares, aos manuais das salas de aula, aos programas das instituições educativas, à imprensa, aos museus pedagógicos e etnográficos e a outras mediações culturais, codificando estereótipos iconográficos acerca do mundo natural, etnoantropológico, social e estético dos povos, das nações e dos impérios. Todo esse repertório de textos, ícones e realidades instituiu um imaginário, a dizer, uma cultura (BENITO, 2018, p.94).

A influência francesa na capital paraense foi percebida também na sua urbanização aliada a elementos como o crescimento econômico da região com o advento do ciclo da borracha e as ideias republicanas de civilidade e progresso como veremos a seguir.

1.2 Belém do Pará nos tempos áureos da borracha e a “*Belle Époque*”

A cidade de Belém do Pará¹⁴ no período republicano (1889-1930) foi fortemente marcada pelo que se convencionou chamar de *Belle Époque*. Para Geraldo Mártires Coelho (2001):

Belle Époque indica um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas desenvolvidas no interior de um *corpus* reconhecido historicamente como cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial no final do século XIX (COELHO, 2011, p. 141).

Além disso, as implicações desse complexo processo de relações culturais, sociais e mentais desenvolvidos no meio da sociedade burguesa significava:

[...] reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que reproduzidas nos centros hegemônicos da economia capitalista industrial, reproduziam-se, em escala planetária, também na condição de formas de ser e de agir em tempos que implicavam o triunfo do Progresso e da afirmação da Civilização (COELHO, 2014, p. 25).

Paris era a cidade que surgia, no final do século XIX, como uma grande e poderosa metáfora, o espaço-síntese de um modo de viver requintado, elegante,

¹⁴ De acordo com a Biblioteca Nacional Digital, a cidade de Belém foi fundada em 12 de janeiro de 1616, na ocasião em que Francisco Caldeira Castelo Branco, capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte, desembarcou com suas tropas na foz do rio Guajará, considerado um ponto estratégico para a defesa da Amazônia. Nesse local, ergueu o Forte do Presépio, um povoado que inicialmente se chamou Feliz Lusitânia e depois Santa Maria do Grão-Pará, Santa Maria de Belém do Grão-Pará e, por fim, Belém do Pará.

culto e civilizado: “Os mecanismos e os comportamentos da sociedade burguesa produziram, assim imagens de uma Idade do Ouro da vida social, cujas vias e veias de circulação orgânica eram os *boulevards* de Paris” (COELHO, 2011, p.141).

Portanto, a noção de *Belle Époque* era muito mais abrangente. Tratava-se de valores, códigos e rituais de cultura que se espalhavam mundo afora em menor ou maior escala. Assim, “cidades de topografias sociais e físicas distintas¹⁵ integravam-se ao circuito mundial da cultura burguesa, na medida em que abrigavam elos da cadeia mundial do mercado” (COELHO, 2011, p. 142). A condição de “teatro da civilização” indicava questões econômicas, mas também o expansionismo cultural, a influência nos costumes a partir das demandas da classe burguesa, as “formas de ser e de agir em tempos que abrigavam o proclamado triunfo do progresso e da sua homologia, a Civilização!” (COELHO, 2011, p.142). Logo, quando esse movimento global de economia, costumes e atitudes chegou a Belém e a outras cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, indicava características que relacionavam a capital do Pará com outros lugares, cidades e países.

Além dos cuidados estéticos, do culto às artes em geral, especialmente a literatura e a música, também se destacava “o ideal de cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância” (COELHO, 2011, p. 142). Coelho (2001) aponta que o livro “No Amazonas”, do médico-viajante alemão Roberto Avé-Lallemert, faz referência ao modo de vestir de homens e mulheres paraenses ao estilo francês e também a certa sociabilidade com marcas europeias, assim como a presença do piano nas casas e o gosto por outras artes, como música e dança.

Em Belém, “o elo da cadeia mundial do mercado”, mencionado por Coelho (2011), corresponde à fase áurea da economia paraense entre aos anos de 1848 e 1912, período que em parte coincide com o alvorecer da República, em 1889, momento em que efervesciam as discussões sobre a necessidade de se adequar os objetivos educacionais aos ideais do estado. Mas como esses ideais burgueses repercutiram em Belém? Será que realmente tivemos a *Belle Époque* na capital paraense? Considerando os acontecimentos decorrentes do ciclo da economia da

¹⁵ Como exemplo, Coelho (2011) cita cidades como Paris, Lisboa, Buenos Aires, São Petersburgo, Viena, Belém e Manaus.

borracha e comparando-os com o que ocorria em cenários europeus, a Amazônia, incluindo Belém, teve sim a sua *Belle Époque*, mas de uma maneira particular.

Se, por questão de aceitação de um léxico aplicado à leitura das realidades culturais, sociais e materiais pelos quais passou a Amazônia da borracha, e forçando-se a uma correlação com os cenários da Europa do capitalismo industrial e da cultura e da sociabilidade burguesas do fim do século XIX e início do XX, admite-se, por transposição e adequação terminológica, que a Amazônia de então viveu a sua, repita-se, a sua *belle époque* (COELHO, 2011, p. 145).

Portanto, considerando as especificidades do contexto amazônico, a *Belle Époque* adquiriu “uma fisionomia singular no que concerne às dimensões culturais, políticas e estéticas” (COELHO, 2011, p. 148). Mas, ao mesmo tempo, a *Belle Époque* preservava os princípios da modernidade apregoada segundo os ideais burgueses. Para Sarges (2010), essa modernidade implicava em:

avanço da tecnologia (Revolução Industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade); mudança de comportamento público e privado e bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza (SARGES, 2010, p. 19).

O governo de Antônio José de Lemos¹⁶ foi o responsável por grande parte do projeto de modernidade urbanística da cidade de Belém. Empossado no ano de 1897, como intendente municipal de Belém, se empenhou em tornar a cidade mais moderna e “civilizada”.

O desenvolvimento urbano de Belém foi um trabalho conjunto do intendente Antônio Lemos e do governador Dr. Augusto Montenegro. Geraldo Coelho (2014) discorre sobre o mecenato nos governos dessas duas personalidades políticas paraenses. Buscar compreender como a esfera política interferia diretamente e também indiretamente na vida das pessoas e da cidade possibilita entender como interferia na Escola Normal, uma vez que as decisões dos governos também eram aplicadas a essa instituição.

¹⁶ Antônio José de Lemos (1843-1913) nasceu em São Luís do Maranhão a 17 de dezembro de 1843, filho do capitão-mor Antônio José de Lemos e Olívia de Sousa Lemos, e faleceu em 1913. In: ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará**, 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup, 1996, p. 51.

O jogo político pelo domínio do poder na capital paraense fez com que houvesse alianças partidárias e também inimigos políticos, que gerou o antagonismo entre Lauro Sodré e Antônio Lemos e seus respectivos apoiadores.

O Partido Republicano Paraense voltava-se a apoiar Justo Chermont (contando com a força de Lauro Sodré) à ascensão de Paes de Carvalho (1897-1901). Ao lado de Montenegro, enfrentando diretamente Lauro Sodré, estava Antônio Lemos, o todo-poderoso Intendente Municipal de Belém, no que foi uma aliança política que se propagou até o fim da Administração do Governador do Estado. Nos oito anos do governo Montenegro, a política no Pará – e não apenas em Belém – passava pelas mãos de (Antônio) Lemos, responsável pelas indicações dos nomes que constituiriam o corpo dirigente do Estado, seguindo Montenegro, as indicações do Intendente Municipal (COELHO, 2014, p. 44).

Cada governo procurava imprimir suas marcas e suas concepções e deixá-lo registrado. No “Álbum de Belém” (BELÉM, 1902), publicado no governo de Antônio Lemos, a cidade é descrita¹⁷ com suntuosas igrejas, palacetes, monumentos à República, institutos de Educação, cemitério, curro público, asilo, hospitais, quartéis, museu, largo, necrotério, mercado municipal, orfelinato municipal, usina, bosque e Companhia Urbana E. de F. Paraense. Nesse período, a cidade possuía uma área de 40.156.568 m², sendo 24.103.972 m² de área construída. De acordo com informações publicadas na “Belém da Saudade (1998)”, a cidade contava na época com 53 ruas e avenidas, 52 travessas, 22 lagos, 790 construções com sobrados, incluindo palacetes, 9.152 prédios, 2.600 casas pequenas e 11 grandes trapiches e portos.

A explosão cultural fervilhava na cidade e “as quase 1.000.000 pessoas que viviam em Belém dispunham ainda de instituições culturais e recreativas, religiosas e laicas” (DAOU, 2004, p. 29). A sensação era que Belém era a melhor cidade do mundo para se viver na virada do século XIX para o XX. Tanto era assim que, no ano de 1905, a capital paraense era considerada uma “*Paris N’América*”. Isso mostra que embora a cidade estivesse longe de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, já era bastante desenvolvida e continuava em grande expansão.

¹⁷ Descrição da cidade desde a sua fundação, estabelecida as margens da baía do Guajará em 1616, por Francisco Castelo Branco, primeiro capitão da conquista do Pará. No período republicano, os municípios passaram a ser autônomos, a partir do Art. Federal de 24 de fevereiro de 1891.

A economia da borracha também ajudou no crescimento populacional. Com mais pessoas vindo para a cidade, houve maior necessidade de serviços de profissionais liberais como “médicos, engenheiros, advogados, dentistas, lojistas, caixeiros, guarda-livros, farmacêuticos, professores” (CANCELA, 2012, p. 45).

O Barão do Marajó expressou sua impressão sobre o impacto da economia da borracha na virada do século XIX para o século XX: “uma alteração positiva da ‘prosperidade publica’, a ‘purificação de nossos costumes’ e o aperfeiçoamento de nosso espírito” (DAOU, 2004, p.28). Isso evidencia que a economia da época tinha ares de prosperidade, refinamento e aperfeiçoamento.

Os moradores de poder aquisitivo mais elevado da época optavam por enviar seus filhos para continuar seus estudos na Europa, prática que passou a ser comum, principalmente em relação aos filhos do sexo masculino. Já os filhos de famílias com menos posses continuavam seus estudos em escolas em Belém, como no Liceu Paraense e nas faculdades de Direito e Odontologia. Nesta época, o estudo era muito valorizado, tornando-se “um sinal de prestígio e riqueza” (CANCELA, 2012, p.48). O fato era publicado nos jornais e revistas, especialmente quando alguém retornava a Belém depois de um longo período de estudos no exterior.

Uma boa parcela dos herdeiros das famílias da elite paraense (e amazonense) era enviada para estudar na Europa, antes mesmo do período da *Belle Époque*, como afirma Coelho (2011).

No anteaço da *belle époque* da borracha, membros de famílias abastadas do Pará e do Amazonas partiram para viagens para a Europa, geralmente para estudar, enquanto europeus interessados no mercado amazônico chegavam aos desembarcadouros de Belém (COELHO, 2011, p.147).

A Escola Normal poderia vir a representar uma possibilidade de estudar e permanecer no país, especialmente para as moças, cujas oportunidades de viajar para o exterior e se separar de suas famílias eram mais difíceis.

Carlos Rocque (1996) sintetiza as impressões sobre Belém em relação à economia da borracha e à movimentação da cidade, informando inclusive sobre o intercâmbio com outras cidades da Europa: a cultura, a urbanização, a busca pelo melhoramento da higiene e da Educação da juventude paraense rica.

Com a borracha valorizada, o dinheiro correndo a rodo, naturalmente Belém oferecia um nível de vida melhor que qualquer outra cidade brasileira. Ao lado disso, havia o ininterrupto intercambio com Lisboa, Paris, Londres, cidades onde a mocidade rica do Pará ia estudar, trazendo de lá os costumes apreciados por Euclides da Cunha, por Duque Estrada e tantos outros viajantes. Em verdade tudo colaborava para realçar ainda mais o trabalho de Lemos. Não bastassem as obras, a limpeza, as novas avenidas, os suntuosos jardins, Belém era uma cidade cosmopolita, com as grandes lojas de modas parisienses, grandes cabarés apresentando belos espetáculos dos quais participavam bailarinas europeias. E o que é muito importante: uma excelente praça comercial (ROCQUE, 1996, p. 31).

No entanto, segundo Figueiredo (2005), apesar de toda a suntuosidade aparente na época, Belém era uma cidade de contrastes onde conviviam pessoas pobres e abastadas. O sofrido cotidiano do seringal contrastava com a riqueza e a modernidade. A insalubridade não condizia com a necessidade de a cidade ficar cada vez mais parecida com uma Paris tropical. Na verdade, os pobres acabavam de alguma forma empurrados para as áreas mais distantes da cidade.

Neste período, as cidades de Belém e Manaus passaram por uma série de transformações em seu espaço urbano. Construíram-se grandes palacetes, teatros, largas avenidas e *boulevards*, bosques e praças. O governo da época projetou uma reforma urbana que pretendia enxotar do centro da cidade a população mais pobre (FIGUEIREDO, 2005, p. 28).

Nesse período, houve um crescimento do processo migratório um exemplo disso foi vivenciado por um dos personagens da história como ilustrado na obra “A Normalista” de Adolfo Caminha (2007), que migrou do Ceará para o Pará em busca de emprego, o que causava a separação nas famílias que vinham trabalhar nos seringais.

O pai de Maria do Carmo (personagem principal e normalista em Fortaleza) deixa a menina aos cuidados do compadre João da Mata após o falecimento de sua esposa. Diante da situação de não ter trabalho e do aumento das mortes na cidade, resolve tentar a sorte no Pará, que compara a uma mina na Califórnia. Promete enviar uma pequena mesada para ajudar nos cuidados com a filha e tem esperança de retornar para o Ceará com melhores condições financeiras.

Dias depois Mendonça embarcara para o norte. Ainda acabrunhado pelo desgosto que lhe trouxera a morte quase repentina da mulher, manifestou a João da Mata d’ir tentar fortuna onde quer que fosse. Não podia continuar no Ceará, viúvo e ocioso, de braços cruzados, sem dinheiro, olhando para o

tempo, decididamente não podia continuar. Mas havia uma dificuldade – a Maria. Se o compadre quisesse tomar a menina, mediante uma mesada, um pequeno auxílio...

O amanuense aceitou. Que fosse imediatamente para o norte. A vida no Ceará não valia coisíssima alguma. O Pará, sim, aquilo que é terra de fartura e dinheiro. Um homem trabalhador e honesto, como o compadre. Com um pouco de experiência, podia enricar da noite para o dia (CAMINHA, 2007, p. 31).

Esse processo migratório, do Brasil e do exterior, fez com que a população de Belém aumentasse consideravelmente, o que refletia na necessidade de ordenamento da cidade e da população.

Assim como no trecho do livro de Adolfo Caminha, a literatura paraense também apresenta informações sobre o estado no início do século XX. Além dos nordestinos, quem mais eram os habitantes do Pará neste período? Murilo Menezes (2000) escreveu um texto para o livro de Haroldo Maranhão sobre os habitantes do Pará em 1900. No Bairro de São Braz viviam os nordestinos: “o elemento Nordeste dava a essa outra parte da população belenense, um modo de vida todo diverso do que se via nos outros trechos urbanos” (MENEZES, 2000, p.54). Além dos nordestinos, Menezes (2000) também tratava da diversidade de pessoas na cidade.

Nesses idos, 1900, a população conservadora de Belém, que ia por umas cem mil almas – além das imigrações nordestinas referidas, era caracterizada pelo português, na sua maioria homens; visto que as mulheres lusas não vinham com medo da febre amarela; pelo caboclo tapuia, e pelo preto (MENEZES, 2000, p. 55).

A literatura de Murilo de Menezes (2000) mostra a diversidade da formação da população paraense, de nordestinos, portugueses, caboclos e negros. Enquanto os caboclos, ao se unirem aos primeiros portugueses vindos para o Pará, possivelmente formaram as principais famílias locais, Menezes (2000) indica que “os primeiros homens ilustres que o Pará teve eram filhos desse cruzamento”. Seria provável, então, que muitos dos filhos e filhas dessas famílias ilustres, que não foram concluir os estudos na Europa, tivessem estudado na Escola Normal ou no Liceu Paraense.

Assim como Figueiredo (1996), Menezes (2000) também apresenta o lado menos glamouroso e mais realista do período da borracha a respeito do trabalho dos caboclos pobres e dos negros. Os negros exerciam profissões como “vendedoras de

tacacá, amassadeiras de açaí, lavadeiras, doceiras, cozinheiras, pintores, artesãos de toda espécie” (MENEZES, 2000, p. 55) e os caboclos mais pobres dedicavam-se à profissão de “embarcadiço”. Nos apresenta, ainda, as características dos caboclos que mesclam a religiosidade e a pajelança anteriormente abordada por Figueiredo (1996): “gente inteligente, desconfiada, de fisionomia alegre e comunicativa (...) oriundas das ilhas do Baixo Amazonas, as famílias tapuias foram sempre de arraigada fé religiosa, sem deixar de usar seus feitiços e pajelanças” (MENEZES, 2000, p. 55).

Além da diversidade de pessoas em Belém, que ajudavam na constituição da formação da sociedade paraense, os estudos de Dias e Chaves (2017) mostram que a economia da borracha de fato influenciou na própria organização e investimentos no desenvolvimento da cidade. No entanto, o governo de Antônio Lemos tendia a investir de maneira a beneficiar as regiões hoje consideradas mais centrais, como Nazaré e Batista Campos, interferindo na organização dos bairros.

Fica evidente que o maior número de edificações se concentra no bairro da cidade velha, Campina e Reduto, ou seja, nos marcos iniciais de ocupação da cidade. Isso se deve, primordialmente, à concentração de atividades comerciais naquela área, especialmente na Cidade Velha e Zona Portuária. Após a intensificação das atividades gomíferas, as áreas baixas passaram a se ‘especializar’ em atividades ligadas ao látex. Logo os lucros daquela dinâmica começaram a ser revertidos para a municipalidade, esta passou a investir em áreas secas a altas da cidade, como os bairros de Batista Campos e Nazaré (DIAS; CHAVES, 2017, p. 14).

Além das mudanças na paisagem da cidade, propiciadas pela economia gomífera, evidenciadas por Dias e Chaves (2017), os estudos de Figueiredo (1999) sobre pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia de 1870 a 1950 apontaram que “a civilização traria o progresso que, por seu turno, seria o algoz das tradições populares” (FIGUEIREDO, 1996, p. 98). Ou seja, ao mesclar novos hábitos e costumes sociais, a tendência era de que a civilização dizimasse parte das tradições populares.

As mudanças nesse período também se refletiam na arquitetura da cidade. O governo de Augusto Montenegro também mandou publicar um álbum, o “Álbum do Estado do Pará” (1908), para divulgar o seu governo em outros estados brasileiros e

países. Na publicação, havia a informação sobre a Escola Normal entre outros edifícios públicos.

O Palácio do Governo, o Palácio da Câmara dos Deputados e da Intendência Municipal; o Palacete do Senado e o Lyceo Paes de Carvalho; o Museu Goeldi; a Bibliotheca Pública, o Theatro da Paz; o Instituto Gentil Bittencourt, os Quartéis da Brigada Militar do Estado, o Instituto Lauro Sodré; o Hospício dos Alienados, o Quartel do Corpo Municipal de Bombeiros, o Hospital Domingos Freire, o Arsenal de Marinha, o Necrotério, o Asylo da Mendicidade, a Escola Normal, a Chefatura de Segurança, o 5º Grupo Escolar, o Hospital da Misericórdia, a Imprensa do Estado, o Mercado de Ferro, a Alfândega, o Matadouro, etc. Todos esses edifícios são vastos e de importante architettura [...] (PARÁ, 1908, p. 53).

É fato que a economia da borracha certamente alterou a urbanização da cidade, revolucionou costumes, contribuiu para mudanças na vida social e cultural, embora persistisse o contraste entre riqueza e pobreza. Também implicou em maior acesso de paraenses ao exterior e trouxe muitos estrangeiros a essas terras.

A cidade de Belém e o governo do intendente Antônio Lemos foram registrados por escritores como Leandro Tocantins, Correia Pinto, Euclides da Cunha e Osório Duque Estrada, que por sua vez, foram reunidos por Carlos Rocque (1996).

Leandro Tocantins descreveu o governo de Antônio Lemos e a cidade como um período de renascença: “guardando ainda hoje os sinais de vitalidade de grande transformação que lhe colocou, no princípio deste século, em predomínio urbanístico sobre o Rio de Janeiro anterior as reformas de Pereira Passos” (TOCANTINS, 1996, p. 25). Em outra publicação, o livro “O Estado do Acre” – citado por Meira, Ildone e Castro (1990) – Tocantins assim se pronuncia sobre as primeiras décadas do século no Pará.

Belém e Manaus, estimuladas pelo dinheiro grosso dos impostos sobre a borracha, cresceram, civilizaram-se sob modelo europeu, a França como mais forte inspiração: arquitetura das casas erguidas em palacetes, nas artes, nos livros, nas modas. Os belos teatros da Paz, em Belém, e Amazonas, em Manaus, obras de grande suntuosidade, apresentavam espetáculos das melhores companhias líricas italianas (TOCANTINS, s/d, apud MEIRA, ILDONE; CASTRO, 1990, p. 168).

Outro escritor, Correia Pinto, também registrou sua visão sobre Antônio Lemos e a urbanização de Belém: “do insigne homem público é um atestado do seu

admirável instinto de grandeza, é um símbolo do seu amor a monumentalidade. Tudo ali quanto edificou foi com a ciência e a paciência de quem constrói para os séculos” (PINTO,1996. p. 25).

As impressões de Euclides da Cunha sobre a cidade das mangueiras, em dezembro de 1904, também foram registradas em seu livro “Euclides da Cunha e seus amigos”.

Nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem (CUNHA, 1996 p. 26).

As observações de Osório Duque Estrada, em seu livro “O Norte”, mostram suas impressões sobre Antônio Lemos no ano de 1904: “Tudo isso tem sido obra do Sr. Antônio Lemos, intendente municipal de Belém, ao qual não se pode negar, sem grave injustiça, o título tantas vezes por ele merecido de administrador benemérito” (ESTRADA, 1996. p.26) e sobre a cidade, no mesmo ano.

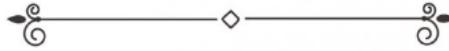
Por todos os títulos, Belém é hoje a terceira cidade da República: pela sua beleza natural, pelas grandes avenidas que a cortam em todas as direções, pela amplitude de suas praças, pelos ataviados jardins, pelo conforto da vida que ali se passa, nenhuma outra pode competir com ela, com exceção do Rio de Janeiro e São Paulo (ESTRADA, 1996, p. 31).

Coelho (2014) enfatiza que a literatura nas crônicas de autores como Olavo Bilac e João do Rio, sobre a capital federal, assim como a de Humberto de Azevedo, sobre Belém do Pará, revela que a *Belle Époque* sempre foi um domínio visitado nas narrativas sociais brasileiras. Na leitura das crônicas, os “seus autores acreditavam que os cenários essenciais da cultura e da escola haviam sido transportados para as cidades brasileiras em causa”. (COELHO, 2014, p. 26).

Os bairros de Belém ilustram esse crescimento populacional, ao receberem as famílias que buscavam a ascensão social. Havia praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia. Essa descrição dos espaços da cidade mostra o quanto Belém era um lugar em que o progresso

estava em desenvolvimento. Mas quais foram as influências desses acontecimentos em relação à educação? Vejamos no decorrer deste trabalho.

2. DE “REZ DO CHÃO” A “BELO PRÉDIO”: ESPAÇOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA NORMAL NO ADVENTO DO PERÍODO REPUBLICANO E DA BELLE ÉPOQUE



O espaço não é neutro. Sempre educa.
Antônio Vinão Frago (1998, p. 75)

A frase de Frago (1998) sintetiza a ideia desse capítulo, de que o espaço escolar também tem a função de educar. A história da cultura material escolar abrange grandes possibilidades de pesquisa e, entre os objetos a serem investigados, estão: “edifícios, mobiliários, acessórios, equipamentos, objetos de uso de alunos e professores, recursos didáticos, impressos, entre outros” (SOUZA, 2007, p. 180). O prédio escolar é um dentre os diversos objetos de estudo que vem à tona nas pesquisas referentes à cultura material escolar, assim como nas pesquisas relacionadas à História das Instituições Escolares (SAVIANI et al., 2007) e à História da Educação (NUNES; CARVALHO, 2005). Para Bencostta (2013), “o próprio edifício que abriga a instituição” (BENCOSTTA, 2013, p. 26) trata-se de cultura material escolar.

Buffa e Pinto (2002) no estudo sobre arquitetura e a educação, ao que se refere aos projetos das Escolas Normais de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, estes “revelavam-se, sobretudo nos edifícios das Escolas Normais. São projetos únicos, adaptados à topografia e ao sítio, de elaboração sofisticada e inegável requinte de acabamento”. (BUFFA; PINTO, 2002, p.37). Essas indicações de Buffa e Pinto (2002) mostram que o planejamento para uma Escola Normal era elaborado e os detalhes da decoração eram finos, elegantes ou ainda sofisticados, logo o prédio, poderia ser uma referência do que haveria de mais moderno em relação à educação.

Outra indicação importante é com relação ao terreno e a localização, para Buffa e Pinto (2002) o terreno era estrategicamente escolhido, pois a localização era distinta dos demais locais da cidade, poderia ser escolhida “ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade” (BUFFA; PINTO, 2002, p.43).

A pergunta que surge é a seguinte: Como seria um edifício de Escola Normal na transição no limiar do Império para a República? Citamos como exemplo o

edifício da Escola Normal da Praça da cidade de São Paulo, visto que a instrução pública paulista era referência para as demais cidades do país.

De ar palacial, o edifício da Escola Normal da Praça apresenta o formato em “E” – maiúsculo – um corpo central e dois laterais – uma planta relativamente simples. Mede 86 metros de frente, 37 metros de fundo e 14 metros de altura, com três pavimentos, sendo um subterrâneo (MONARCHA, 1999, p. 192).

A descrição indica que a planta era simples, em formato diferenciado de “E” e revela a suntuosidade do edifício, visto como “palacial”. A partir destas referências, seguiram-se as demais perguntas: Como se constituíram historicamente os primeiros espaços de funcionamento da Escola Normal no Pará da Primeira República considerando a cultura escolar da época? E quais eram os espaços no interior da escola? São essas as questões a que nos propomos a responder nesse capítulo. Por meio de pesquisa documental e visita a um dos prédios antigos da Escola Normal, buscou-se identificar indícios que revelassem a cultura escolar da época. Fizemos uma análise do processo de criação dos primeiros espaços de funcionamento da Escola Normal, os prédios escolares.

A busca pela reconstrução da história da Escola Normal a partir do ponto de vista da história dos seus espaços de funcionamento possibilitou percebermos que a instituição sofreu muitas mudanças até chegar ao seu primeiro prédio próprio. Essas mudanças acompanharam os governos da cidade de Belém desde as ideias da criação da Escola, em meados do Império, passando por períodos em que ora eram abertas, ora fechadas.

A trajetória histórica dos espaços físicos da escola se inicia desde “o rez do chão” quando a mensagem do general Barão de Maracajú (1883) denunciava a precariedade dos espaços de funcionamento da escola normal: “funciona em uma sala ao rez do chão do edifício em que trabalha a assembleia provincial, o lyceo, **a escola normal**” (PARÁ, 1883, p. 98, grifos nossos). A expressão “rez do chão”, que significa rente ao chão, utilizada pelo autor também demonstra que o funcionamento do curso normal nesse período, provavelmente era no andar térreo da Assembleia Provincial e se fazia de forma precária, sem prédio próprio ou estrutura específica.

Já a expressão “belo prédio” faz referência ao prédio próprio da escola na publicação da revista “A Escola” (1905) no período do governador Dr. Augusto

Montenegro. Por esses motivos, as escolhemos para fazer parte do título deste capítulo, por descreverem a trajetória dos espaços de funcionamento da Escola Normal.

2.1 Os espaços de funcionamento da primeira Escola Normal

No Pará, a ideia de implantação de uma Escola Normal como escola de formação de professores remonta ao período imperial. Essa ideia já era mencionada nos Relatórios dos Presidentes da Província do Pará desde a primeira metade do século XIX. No entanto, segundo França (2012), ainda que em 1839 tenha sido aprovada a Lei nº 33 de 30 de setembro de 1839, que autorizava a criação de uma Escola Normal na capital da província, o fato não ocorreu. Logo em seguida, a legislação que criou o Liceu Paraense (Lei nº 27 de 1841) deixou de mencionar a possibilidade de criação de uma Escola Normal, haveria apenas aula de ensino normal, que também não teria sido concretizada.

Na Província do Pará, decorridos dois anos, aproximadamente, da promulgação da Lei nº33, de 30 de setembro de 1839 que determinou a criação de uma Escola Normal nessa região, foi expedida a Lei nº 27, de 28 de junho de 1841, que criou o Liceu Paraense e regulamentou a instrução primária e secundária na Província. Essa lei não faz referência à fundação de uma Escola Normal, mas tão somente que haveria na capital uma aula de ensino normal. Essa aula não chegou a ser instalada (FRANÇA, 2012, p. 7).

Essas primeiras tentativas de criação de uma Escola Normal na Província do Pará não se concretizaram. Entre os anos de 1840 e 1860, segundo França (2012), os governos pouco fizeram para que a criação de uma escola normal deixasse de ser apenas uma intenção, embora houvesse muitos pronunciamentos favoráveis à sua implantação.

Foi somente “em 13 de abril de 1871, [que] o Presidente Joaquim Pimentel Machado Portela, criou na capital da província a Escola Normal, destinada a preparar homens e mulheres para o magistério público primário” (FRANÇA, 2012, p.

10). As instalações se fizeram em dois espaços: o Liceu Paraense¹⁸ e o Colégio Nossa Senhora do Amparo¹⁹.

Para Vianna (1967), a dispensa das educandas do Colégio do Nossa Senhora do Amparo, só poderia acontecer por casamento, entrega a parentes, ou ainda se fossem empregadas em escolas públicas, segundo o regulamento. A educação no Colégio era refinada, como cita o relatório de 1872 do presidente Cunha Junior: “Parece-me que naquela casa aprende-se mais a ser dama de salão do que dona de casa” (VIANNA, 1967, p.13). As moças estudavam matérias como música, piano, canto e ensino de língua francesa, por exemplo, disciplinas que o presidente Cunha Junior julgava serem pouco convenientes para as meninas desvalidas, porque, justificava, não fariam uso daquelas matérias ao saírem do estabelecimento.

Vianna (1967) relatou sobre o funcionamento e a extinção do Colégio Nossa Senhora do Amparo, a escola normal para as moças.

A escola normal para o sexo feminino começou então a funcionar no colégio. Pouco depois uma lei de 19 de outubro de 1872, extinguiu esta instituição, mas declarou que as alunas já matriculadas concluiriam o curso. Ficou havendo aulas então um dia por semana (VIANNA, 1967, p. 14 e 15).

A extinção da Escola Normal no Colégio Nossa Senhora do Amparo conseqüentemente interferiu no currículo com diminuição das aulas para as alunas em um dia por semana. Uma das possíveis causas da extinção da Escola Normal, ainda segundo Vianna (1967), seria o resultado insuficiente e a sua regulamentação: “a escola normal não deu resultado satisfatório e nem podia dar, atenta à insubsistência de sua regulamentação e das suas bases” (VIANNA, 1967, p.14).

¹⁸ O edifício do Liceu Paraense funcionava em parte do edifício da antiga Assembleia Provincial (PARÁ, 1891). Atualmente, funciona no prédio o Colégio Estadual Paes de Carvalho.

¹⁹ O curso normal no Colégio Nossa Senhora do Amparo, segundo Vianna (1967), passou a funcionar no local reservado para as alunas que terminassem o curso de primeiras letras pudessem continuar os estudos no curso normal. O colégio do Amparo mudou de nome para Instituto Gentil Bittencourt em fevereiro de 1897, quando o dr. José Paes de Carvalho assumiu o governo do estado do Pará e decretou, de acordo com Vianna (1967), a mudança do seu nome em homenagem ao dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, pelos serviços que prestou à população quando foi vice-governador. Gentil Bittencourt era magistrado de formação e foi o primeiro provedor do Colégio, nomeado pelo governador dr. Justo Chermont. Exerceu a função no Colégio até a instituição passar para os cuidados da congregação das Religiosas (Filhas) de Sant’anna, com a Lei n. 946 de 9 de outubro de 1905, que autorizava o governo a dar nova organização administrativa e técnica ao Instituto Gentil Bittencourt.

Por sua vez, em 1874, o presidente Pedro Vicente de Azevedo, também citado por Vianna (1967), era da opinião de que o ensino oferecido no estabelecimento do Colégio Nossa Senhora do Amparo era uma distração e uma forma de desviar a atenção do que realmente importava: o ensino voltado para a formação de professoras.

O simulacro de escola normal ali existente, era antes um pretexto para as educandas se distraírem dos misteres e ocupações sérias, do que um meio regular d'ensino prático, pelo qual pudessem adquirir habilitações para o magistério (VIANNA, 1967, p.14).

Pedro Vicente de Azevedo seguiu o regulamento de Cunha Junior e de uma comissão, segundo Vianna (1967), e criou um projeto para uma escola normal para ambos os sexos, sendo que a do sexo feminino deveria funcionar no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Assim, “fez-se a escola normal pela portaria de 9 de junho de 1874, e com esta medida afirmou o presidente que as educandas, até então de futuro incerto podiam habilitar-se à vida do magistério em que teriam uma profissão honrosa” (VIANNA, 1967, p.15). No entanto, mesmo com os esforços de Cunha Jr e de Pedro Vicente de Azevedo, de acordo com Vianna (1967), a Escola Normal foi retirada do colégio em 1885.

Posteriormente, a Escola Normal passou a funcionar no Liceu Paraense. Os diversos liceus provinciais, de acordo com Kulesza (1998) eram a referência para o desenvolvimento do ensino normal ao emprestarem os professores, as instalações e os regulamentos para as novas escolas. Vejamos como foi essa passagem da Escola Normal para o Liceu.

Viana (1967) relatou que a Lei nº 1.224, de 3 de dezembro de 1885, autorizava “o presidente a fundir a escola normal com o Liceu Paraense” (VIANNA, 1967, p. 16). A decisão do presidente da época, Tristão de Alencar Araripe, na opinião de Vianna, foi desastrosa. Kulesza (1998) ressalta ainda que a presença das mulheres nos cursos normais “obrigava ao desdobramento de professores e espaço físico” (KULESZA, 1998, p. 68).

O Liceu, nos relatos de Vianna (1967), encontrava-se na seguinte situação: “o liceu a êsse tempo, era um caos de desordem, de insubordinação e de imoralidade, repulsiva tornando-se, portanto, a idéia de ordenar que as meninas fôssem ali

estudar” (VIANNA, 1967, p.16). Mesmo na desordem em que se encontrava o Liceu, as moças foram estudar no local no período matutino: “As educandas do colégio que cursavam a escola normal, passaram a frequentar o liceu, todas as manhãs” (VIANNA, 1967, p.16).

No alvorecer do período republicano, era comum que as escolas fossem improvisadas e/ou adaptadas para funcionar em prédios alugados. O conselheiro João Silveira de Souza, presidente da Província do Pará em 1885, mostrava preocupação com a escassez de prédios disponíveis para esse fim. O problema era a especulação imobiliária decorrente do aumento da população e maior circulação de recursos oriundos da economia gomífera. E, assim, indicava não só a necessidade de aquisição de prédios próprios para a instalação de escolas, mas também que elas fossem equipadas.

Edifícios, mobílias, livros e utensílios para escolas.

É urgente começar-se a fazer aquisição de edifícios próprios para as escolas, porquanto as casas vão se escasseando, ao menos na capital, de modo que é difícil encontrá-las em boas condições para este serviço.

Na secção de obras públicas há plano para este edifício (PARÁ, 1885, p. 108).

O relatório, redigido por José Veríssimo publicado em 1901, descreve a situação da instrução pública do estado do Pará em 1890, no início da República, apresentado ao governador Justo Chermont.

O professorado desrespeitado nos seus direitos, esquecido nos seus deveres, pouco habilitado, a escola desorganizada, sem móveis nem material de ensino, inapta para executar qualquer programma, os **estabelecimentos de ensino público em plena decadência material e moral**, de modo a não soffrerem sequer comparação com o do ensino particular, os serviços administrativos em atraso, desorganizados, insuficientes, e viciados com copias de práticas menos regulares (PARÁ, 1891, p. VIII, grifos nossos)

Infere-se, portanto, que a situação das escolas públicas nesse período era um verdadeiro caos. Com prédios deteriorados, sem mobiliário e sem equipamentos, professores desrespeitados em seus direitos e sem dar cumprimento a seus deveres e serviços administrativos em atraso. A situação da Escola Normal não era muito diferente. Isso porque, desde que foi criada em 1871, a escola de formação de

professores teve seu funcionamento em locais não planejados para esse fim. Os espaços alugados ou públicos passavam por adaptações e aos poucos se transformavam em escola, mas evidenciavam precariedades e, algumas vezes, eram considerados impróprios.

No entanto, para Carvalho (2003), os prédios escolares deveriam apresentar algumas características e materiais que demonstrassem sua adaptação à pedagogia moderna com a chegada da República e, assim, poder atender à finalidade de dar suporte às aulas:

[...] para *fazer ver* a importância que a República atribuía à instrução, o edifício deveria *dar a ver* a escola no seu funcionamento, como instituição que, adequada aos preceitos da pedagogia moderna, evidenciasse o Progresso que a República instaurava. Por isso, também, os edifícios deveriam ser amplos e iluminados, abrigando uma profusão inédita de novos materiais escolares, produtos industriais que condensavam os modernos usos pedagógicos de povos civilizados, propondo-se prescritivamente como suportes de rotinas inéditas nas salas de aula (CARVALHO, 2003, p. 70)

Um prédio adequado para a Escola Normal atenderia à demanda da pedagogia moderna almejada pela República. O texto escrito por José Veríssimo (1891), na época diretor da Instrução Pública, trazia em anexo o relatório do diretor da escola normal, Paulino de Almeida Brito, que ficaria encarregado de tomar conhecimento das escolas normais por meio do decreto nº 29 de 4 de fevereiro de 1890.

O diretor pleiteava a mudança do local de funcionamento da Escola Normal para um prédio maior uma vez que, de outra forma, não haveria como funcionar plenamente em todas as suas dependências. Em um dos trechos de seu relatório, Paulino de Brito (1891) afirmava: “Das necessidades actuaes da Escola, a mais palpitante é, certamente, a de um edifício sufficientemente vasto onde possa ella funcionar com todas as suas dependências” (PARÁ, 1891, p. 185).

O general Barão de Maracajú (1883) um pouco antes já havia feito a mesma avaliação em relação ao funcionamento precário da Escola Normal. Em relato datado de 1883 sobre o Liceu, descrevia as condições do funcionamento de diversos setores públicos que compartilhavam espaço no prédio da Assembleia Provincial, inclusive a Escola Normal.

Funciona em uma sala ao rez do chão do edifício em que trabalha a assembleia provincial, o lyceo, **a escola normal**, a bibliotheca e a directoria de instrucção pública. Está ali tão mal acomodado e tão comprimido que é difícil achar um lugar para artigos novos, que se venha a adquirir (PARÁ, 1883, p. 98, grifo nosso).

Tendo em vista essas condições, o diretor da Escola Normal, Paulino de Almeida Brito (1891), relatou que procurou lugares para o funcionamento dos dois segmentos da Escola Normal que, em 1891, se dividia segundo o sexo dos estudantes. Propôs que a Escola Normal para as moças funcionasse nos salões da frente do Colégio Nossa Senhora do Amparo e a Escola Normal para os rapazes permanecesse nos compartimentos do edifício onde funcionava o Liceu. Embora houvesse a preocupação do governo em encontrar um local adequado para a instalação da Escola Normal, o estabelecimento parece ter funcionado em espaço precário por um bom tempo.

José Veríssimo (1891) também reforçou em seu relatório geral que era preciso buscar um novo edifício para a Escola Normal, porque o local em que estava instalada não era adequado para os fins da educação. Do modo que se encontrava, anularia o programa da educação da época, porque faltavam espaços especiais para os serviços físicos, os trabalhos manuais ou domésticos, as aulas, gabinete e entrada dos alunos.

Deveria haver espaços para as escolas anexas, as salas de aula para as séries, a secretaria, o gabinete que funcionava para os estudos da Física e da Química e a biblioteca.

José Veríssimo (1891) ainda relatou um pouco do cotidiano dos alunos, com a falta desses espaços: “Nos intervalos das aulas, os alumnos amontoam-se na secretaria e as alumnas nos corredores, sem ar e sem comodidade” (PARÁ, 1891, p. 131). Infere-se que o espaço possivelmente era pequeno e desconfortável.

O relatório do governador Duarte Baccelar de Pinto Guedes de 24 de junho (PARÁ, 1891) mencionou, na seção de obras públicas: “Escola Normal – Este edifício é de propriedade particular e de tudo impróprio. Para a instalação da escola n’este prédio foi necessário mandar executar obras de caiçõ, pintura e assentamento de latrinas” (PARÁ, 1891, p. 45). A reforma foi executada pelos

engenheiros responsáveis Henrique Americo Santa Rosa (diretor) e Victor Maria da Silva. Esse trecho do relatório é um indício de que o prédio da Escola Normal era uma propriedade particular, sendo indispensável uma reforma para que pudesse funcionar como escola.

No relatório de José Veríssimo (1891), encontramos novos indícios de que a Escola Normal havia funcionado também em outra propriedade particular. O relator informa que a instituição passou para as novas instalações em uma casa que pertencia a Joaquim Victorio de Souza Cabral, alugada pelo Estado pelo “período de três anos, por 130\$000” e que “offerecia boas condições, alta, fresca” (PARÁ, 1891, p. 183).

Possivelmente, essas casas alocadas pelo estado pertenciam a famílias abastadas, já que se situavam no centro da cidade e tinham tamanho razoável, a ponto de poderem servir como escola. As casas burguesas eram um símbolo de modernidade, como indica Soares (2008).

A casa é aqui tratada como um documento, segundo a concepção de Le Goff (2013), como monumento/documento²⁰, evoca a ideia de preservação da memória e indício histórico de um fato. Como espaço alugado, o local passa a ter a nova função de ensino, mas ainda com a estrutura de uma casa. A partir das reformas na estrutura do prédio, aos poucos a construção se adapta para ser uma escola, porém elementos da decoração, da fachada e do interior talvez ainda remetam à lembrança de uma casa.

De acordo com Frago e Escolano (1998), a escola, assim como a casa, apresenta a criação cultural como semelhança, pois “qualquer outro tipo de habitação, incluindo a própria casa, é uma criação cultural, sujeita a mudanças históricas” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 44). Para Gonçalves (2012), o edifício da escola se distingue dos outros edifícios, pois apresenta a arquitetura própria que lhe confere singularidade como espaço público.

²⁰ Segundo Le Goff (2013), o monumento é tudo aquilo que pode chamar ao passado, perpetuar a sua recordação, enquanto o documento será o fundamento do fato histórico (LE GOFF, 2013). Logo, consideramos que o prédio da casa da Escola Normal evoca a um passado da instituição e também é tratado como um documento, porque o prédio ainda existe e preserva indícios do que representou em determinada época.

A emergência da arquitetura escolar separa e distingue a escola de outros edifícios, conferindo-lhe estatuto próprio como espaço social, possível de ser identificada visualmente como a expressão material da intervenção dos poderes públicos na educação (GONÇALVES, 2012, p. 27).

A diferença do prédio da escola para os demais prédios também remonta uma forma de distinguir a casa da escola, pois, conforme Viñao Frago (1998), “a ordenação do espaço, sua configuração como lugar constitui um elemento significativo do currículo” (FRAGO, 1998, p.78).

Na adequação dos espaços da casa para abrigar a escola, os novos espaços visavam à adequação para as novas funções, de modo que se tornassem úteis e possibilitassem a vigilância para a manutenção da disciplina escolar. E é nessa perspectiva que entendemos as várias reformas realizadas pelos governos do início da República.

A mensagem do governador Lauro Sodré²¹, dirigida ao Congresso do Estado do Pará em 1º de Fevereiro de 1893, informava que ele havia realizado modificações na Escola Normal com a conclusão do edifício naquele ano, e também informou que a falta de espaço para o funcionamento das escolas-modelo era uma das urgências a serem atendidas do antigo prédio.

Está concluído o edifício destinado à Escola Normal, que n'elle funcionará durante todo o ano corrente, ficando assim remediada uma urgente necessidade, reclamada pelo desenvolvimento dado a este utilíssimo estabelecimento de instrução pública, pois não permitia a falta de espaço, que fossem inauguradas as escolas modelos, tão essenciais para a completa formação dos professores (PARÁ, 1893, p. 21).

A Escola Normal é descrita no relatório de 1º de Fevereiro de 1893 como o lugar do qual saíam os grandes operários do futuro, que eram os mestres-escolas, com a missão de “ensinar o novo evangelho ao povo, educando a geração, que surge na República, para a República” (PARÁ, 1893, p.17). Ou seja, a escola deveria formar o homem moderno desejado pelos novos tempos do qual nos fala Villela (2010).

²¹ Quando assumiu o governo do estado em seu primeiro mandato, Lauro Sodré já tinha experiência na área de instrução pública. Ele foi secretário e assessor principal de Benjamim Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890. Criou o Liceu Benjamim Constant, o Orfanato, a Academia de Belas Artes, realizou obras no Liceu Paraense e na Escola Normal, difundiu as escolas primárias e também iniciou as obras do Instituto Lauro Sodré (BORGES, 1983).

O relatório de governo de Paes de Carvalho indicava a criação dos grupos escolares, sendo que, alguns viriam a suceder as escolas-modelo²² anexas à Escola Normal como espaços destinados à prática pedagógica dos alunos-mestres.

Segundo França (2013), os grupos escolares surgiram no Estado do Pará registrados na legislação de ensino em 1899. O Regulamento Geral do Ensino Primário – Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899, expedido pelo Governador, José Paes de Carvalho – estabelecia que o ensino primário público deveria ser ministrado em escolas isoladas, escolas modelos e grupos escolares.

Em 1900, a revista “A Escola”, de 1900, informava que a Escola Normal funcionava em prédio próprio, sem indicar qual o endereço, e contava com elementos pedagógicos indispensáveis para o ensino, assim como espaços como gabinetes para o estudo de Física, Química e História Natural e também de modelos para o estudo de Desenho. O ano letivo, segundo a mesma revista, iniciava em primeiro de fevereiro com término em trinta de setembro. As férias gerais eram entre primeiro de Outubro e trinta e um de Janeiro, período em que também acontecia a realização dos exames.

A imprensa pedagógica da época também informava a respeito dos espaços e elementos necessários para o ensino que provavelmente seriam os objetos escolares.

A modernização dos espaços de funcionamento da instrução pública ficou mais evidente no governo de Augusto Montenegro (1902-1909) pelo detalhamento das mudanças e reformas ocorridas no prédio da Escola Normal. As principais mudanças foram realizadas em relação à expansão dos locais de práticas pedagógicas. No entanto, o governo pretendia transformar as escolas-modelo da Escola Normal em grupo escolar e também indicava que as práticas de professores em formação pudessem ser realizadas em qualquer grupo escolar de Belém.

Sou da opinião de que as escolas-modelo, anexas à Escola Normal, devem ser transformadas em grupo, podendo os exercícios práticos desta escola de professores serem feitos em qualquer dos grupos escolares da capital (PARÁ, 1901, p.31).

²² Eram “seis escolas-modelo” (PARÁ, 1902, p.34).

Essas tentativas de mudanças são importantes porque, a despeito da importância da Escola Normal presente nos discursos, os políticos parecem expressar pouca preocupação com as suas especificidades e singularidades. No ano de 1903, continuaram as mudanças realizadas no prédio da Escola Normal, associando a modernidade da escola às prescrições da ciência pedagógica e da higiene.

Hoje, quem visitar o bello prédio encontral-oha completamente adaptado as modernas prescripções da sciencia pedagogica e da hygiene a mais escrupulosa. Todos estes melhoramentos foram definitivamente inaugurados no dia 14 de Julho último, quando o público teve ensejo de conhecer os esforços empregados pelo Governo em prol de tão útil instituição. (PARÁ, 1903, p.37).

A reinauguração do prédio foi um acontecimento que reuniu autoridades, como o governador Augusto Montenegro, o senador Antônio Lemos e Amazonas de Figueiredo. Na ocasião, foram colocados os retratos das autoridades no salão nobre da congregação da escola e se comemorou as melhorias realizadas com algumas peças de mobiliários vindas do Rio de Janeiro. Tais melhorias e o evento foram noticiados na revista “A Escola”, do ano de 1905.

O edifício situado a rua 28 de Setembro canto da Travessa de Santo Antônio, com as grandes obras e importantes melhoramentos que recebeu, ficou transformado em um belo estabelecimento de instrução. Ampliado e bem mais adaptado, o andar superior ficou exclusivamente destinado ao funcionamento do curso normal. No aumento que teve e, que consistiu em uma fachada para a dita rua medindo essa fachada 7 metros de largura por 20 de fundo, acha-se instalado, no primeiro compartimento o salão da congregação, está ricamente mobiliado com uma bancada de cancela, estilo Luiz XV, executada na marcenaria Leonardo Martins, do Rio de Janeiro [...]

[...] Reinaugurou-se o edifício no dia 14 de julho de 1903, com um festival solene e altamente deslumbrante, com a presidência do senhor doutor Augusto Montenegro, governador do Estado e Assistência Social de Senador Antônio Lemos, governador do município e Dr. Amazonas de Figueiredo, secretário d’Estado da Instrução Pública.

Por essa ocasião foi inaugurado no salão nobre da congregação, o retrato do excelentíssimo sr. dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, como um atributo de gratidão incondicional a S. Ex.^a pelos seus esforços e desvelos em prol do estabelecimento, sendo o retrato desvelado pelos alunos do grupo anexo, Carmosina e Edgar Cardoso, ao som do Hino Nacional, e por entusiastica salva de estrepitosas palmas (A ESCOLA, 1905, p. 344 e 345).

A imagem 1 na publicação de Theodoro Braga (1916) mostra o prédio da Escola Normal localizado na Rua 28 de Setembro com a esquina da Travessa Santo Antônio, no bairro da Campina, cujas obras de reforma foram inauguradas em julho de 1903.

Imagem 1 - Prédio da Escola Normal



Fonte: BRAGA, T. **Guia do Estado do Pará: organizado por determinação de S. Exa. Sr. Dr. Enéias Martins, Governador do Estado, em comemoração do 3º Centenário da fundação da cidade de Belém.** Belém, PA: Typhographia do Instituto Lauro Sodré, 1916, 198 p. p.159.

Buffa e Pinto (2002) descreveram os critérios para a escolha do terreno para a construção de um edifício escolar, os quais poderiam abranger “quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitissem múltiplos acessos”. (BUFFA; PINTO, 2002, p.44). Podemos observar que o prédio da imagem 1 se enquadra no critério em relação a sua localização que estava em uma esquina no centro da cidade de Belém.

Além disto, buscamos as referências para localizar o prédio da primeira Escola Normal em indicações na mensagem de 1903 do governador Augusto

Montenegro, publicada na revista “A Escola”, de 1905, e na fotografia da publicação de Theodoro Braga (1916). Ao cruzar as fontes, buscamos as pistas do prédio e dos espaços do que um dia foi a Escola Normal no início do século XX.

O primeiro prédio onde funcionou a Escola Normal ainda se encontra em bom estado de conservação, onde atualmente funciona a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJDUH). Embora o prédio tenha passado por reformas ao longo dos anos, ainda assim, alguns elementos permanecem ainda hoje. São resquícios que buscamos da época da primeira Escola Normal. A visita à secretaria foi previamente agendada, e ocorreu no dia 28 de Janeiro de 2020. Observamos os espaços internos e externos do prédio, na companhia de uma das funcionárias da secretaria. A imagem 2 revela o prédio na atualidade.

Imagem 2 - Prédio na esquina da Rua 28 de Setembro com a Travessa Santo Antônio nos dias atuais



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 2 apresenta o prédio no ângulo semelhante à fotografia de Braga (1916). O ângulo da imagem mostra a lateral à direita que é a Travessa Santo Antônio, onde ficava a entrada do grupo escolar, e lateral à esquerda, a Rua 28 de Setembro, em que ficava a entrada da Escola Normal. Nota-se que as portas e janelas continuam parecidas, assim como as sacadas no pavimento superior.

A Escola Normal também funcionou posteriormente em outro prédio também situado no bairro da Campina, na Travessa Serzedelo Corrêa esquina com a Rua Gama Abreu, onde atualmente continua a funcionar com o nome de Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), como revela a imagem 3.

Imagem 3 - Abertura das aulas da Escola Normal



Fonte: Revista **Pará Ilustrado**, n. 107, vol. 5, ano 1942. p.13. Acesso em: jan. 2019. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n107v5>

A imagem 3 mostra a Escola Normal do Pará por ocasião do começo das aulas, publicada na revista “Pará Ilustrado”, de 1942. É um prédio que apresenta como diferencial um gradil de ferro que o rodeia com um pátio ao lado. O prédio havia sido a antiga sede do Jornal “A Província do Pará” (ROCQUE, 1976), de propriedade do intendente Antônio Lemos. Esse é o segundo prédio de funcionamento específico para a Escola Normal.

No IEEP, encontramos uma referência à época de criação da Escola Normal no Pará e ao ano em que houve a mudança de nomenclatura. Trata-se de uma placa que indica que o I Centenário da Fundação do Instituto de Educação Estadual do Pará, antiga Escola Normal do Pará, foi celebrado em 13 de abril de 1971 no

governo de Fernando José Leão Guilhon. Registrava ainda que a instituição passou a ser chamada de Instituto de Educação do Pará (IEP) em 24 de janeiro de 1947, pelo decreto nº 736. Portanto, nesse pequeno fragmento histórico são registradas as três nomenclaturas adotadas para a escola de formação de professores nestes quase 151 anos de existência no Pará: Escola Normal do Pará, Instituto de Educação do Pará e Instituto de Educação do Estado do Pará. Isso nos estimulou a aprofundar ainda mais as pesquisas sobre as transformações da instituição em seus mais variados aspectos. Vejamos, então, como era o interior da Escola Normal no prédio da rua 28 de Setembro.

2.2 Os espaços internos da primeira Escola Normal

Nesse tópico, procuramos mostrar quais eram os espaços da escola e identificar aproximadamente a correspondência destes com o seu primeiro prédio. Adotamos como referência novamente Monarcha (1999) e sua descrição da Escola Normal da Praça sobre quais foram os espaços de uma Escola Normal e como estavam distribuídos.

O edifício contém quarenta salas – ocupadas pelo Curso Normal, Escola-Modelo, museu, gabinetes, biblioteca e administração e inúmeros vestíbulos e galerias abertas.

Os pavimentos são ocupados da seguinte maneira: superior – Curso Normal, sala dos professores, Museu de História Natural e Gabinete de Anatomia; térreo – Escola-Modelo preliminar “Antônio Caetano de Campos”. Administração, Gabinete de Física, Laboratório de Química e Física; e subterrâneo – oficinas de carpintaria, modelagem e câmaras escuras para experiência de ótica (MONARCHA, 1999, p. 192 e 193).

O autor também informava quais eram os demais espaços da Escola Normal da Praça: “Anfiteatro com cobertura sustentada por estrutura metálica, ginásio para ginástica pedagógica e plataforma de observação meteorológica completam as instalações deste estabelecimento público” (MONARCHA, 1999, p. 192 e 193).

Na Escola Normal da Praça, havia três pavimentos, um subterrâneo, um térreo e um superior. O pavimento superior era ocupado pelo curso normal, a sala dos professores, o Museu de História Natural e de Anatomia e o gabinete de Física. No térreo, ficavam a Escola-Modelo, a administração, o gabinete de Física e o

laboratório de Química e Física. O subterrâneo era constituído por espaços destinados às oficinas de carpintaria, modelagem e a câmaras escuras, além de um anfiteatro, um ginásio e uma plataforma de observação meteorologia.

Em relação à fachada do prédio, esta era “grandiosa, interior imponente e transparente – características da arquitetura da época republicana” (MONARCHA, 1999, p. 194), remetia ao sentimento de devoção, destaca o autor. O edifício foi projetado para cunhar a ideia de força e vitalidade, que eram próprios do poder atribuído à República e ao fim do século e provavelmente se esperava que servisse de modelo para outras escolas normais brasileiras.

No ambiente finssecular, o programa e o estilo arquitetônico da Escola Normal configuram o padrão a ser utilizado na construção de grupos escolares e escolas normais: fachada grandiosa, vestibulo artístico, escadarias de mármore branco e madeira nobre, alas perpendiculares e simétricas de corpo central, proporcionando completa separação entre a secção feminina e masculina, janelas altas e envidraçadas, portas largas, salas de aula retangulares, galerias abertas, pátio interno, fazendo com que a sua função seja extremamente evidente e integrada à vida urbana (MONARCHA, 1999, p.194 e 195).

A partir destas referências de espaços da Escola Normal da Praça, então, segue a pergunta: Quais foram os espaços da Escola Normal do Pará? Procuramos pesquisar sobre os espaços do primeiro prédio da Escola Normal da imagem 1, de Theodoro Braga (1916).

A Escola Normal paraense possuía dois pavimentos, um térreo e um superior, diferente da Escola Normal da Praça que eram três. As fontes foram a mensagem do governador Augusto Montenegro, de 1903, e a Revista “A Escola”, de 1905. De acordo com essas documentações, o acesso à escola era realizado por duas entradas: uma para o curso normal e outra para o grupo escolar.

A criação do grupo escolar²³ da Escola Normal foi necessária para atender à demanda crescente na antiga Escola-Modelo, localizada no comércio, e com os preços dos altos aluguéis dos prédios, o governo Augusto Montenegro realizou a obra da reforma no prédio para também atender a esta necessidade da escola:

²³ O grupo escolar da Escola Normal era o 3º Grupo (capital) – criado pelo Decreto nº 1.190 de 7 de Fevereiro de 1903 e desanexado da Escola Normal pelo Decreto nº 1.413 de 12 de Janeiro de 1906. Para mais informações consultar: PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, 1903, p. 27.

Escola Normal – O aumento sempre crescente na antiga Escola Modelo, que impunha a criação de um novo grupo escolar n'aquella zona já invadida pelo commercio, onde, portanto, são elevadísimos os aluguéis de prédios e onde mesmo seria difícil encontrar um apropriado para aquelle fim, a necessidade de dar maior desenvolvimento ao ensino pratico pedagógico dos alumnos da Escola Normal, determinaram que se fizessem as grandes reformas por que passou este proprio estadual. (PARÁ, 1903, p.61)

Essas reformas interferiram na reorganização dos espaços, tanto no pavimento inferior, como no superior, vejamos a seguir quais foram essas modificações.

2.2.1 O Pavimento térreo: de Escola-Modelo a Grupo Escolar

A casa, que inicialmente ficava a uma distância de “três passos do Colégio do Amparo”, passou a ocupar uma parte do antigo prédio, ficando ao lado, e, com essas reformas, seria modificada para atender às necessidades da Escola Normal. A mensagem informava a disposição dos espaços no pavimento térreo e as reformas realizadas.

Assim, pois, aumentou-se o edifício para o terreno do Instituto Gentil Bitencourt, pela rua 28 de Setembro, com dous salões e dous pequenos compartimentos iguaes aos de baixo no andar superior e adquiriram-se três compartimentos do andar terreo que eram ocupados pelo W.C do instituto (PARÁ, 1903, p. 61).

As modificações no andar térreo se referem ao aumento do prédio. Foram instalados dois salões e dois pequenos compartimentos iguais aos da parte inferior do prédio e foi feita a aquisição de três compartimentos no térreo que antes serviam como banheiros, no instituto Gentil Bittencourt. Sobre outra parte: “[...] havia falta completa de hygiene, já porque a luz e o ar eram mal distribuídos, já porque a installação de suas W.C era no centro do edifício no meio das aulas, teve de ser totalmente modificada” (PARÁ, 1903, p. 61).

A deficiente luminosidade do prédio e a necessidade de limpeza eram aspectos observados, assim como a precariedade em que se encontrava o prédio aliada à distribuição irregular dos espaços, eram indicativos para a urgência de uma

reforma para adequar a construção às necessidades da escola. Em outro trecho, a abertura de uma porta pela Travessa Santo Antônio era mencionada, serviria como entrada do grupo escolar.

No centro da fachada lateral pela Travessa Santo Antônio foi aberta uma porta para a entrada pelo Grupo Escolar que ficou ocupando todo o pavimento terreo, com a seguinte disposição: á esquerda, quatro salões para os meninos, á direita quatro salões, dous do antigo edificio e dous na parte nova para 50 meninas cada um, separados pela continuação do mesmo corredor, dos meninos e um dos pequenos compartimentos novos para W.C. (PARÁ, 1903, p. 61 e 62).

Os espaços para meninos e meninas eram separados por um grande corredor que delimitava os espaços para cada sexo, à esquerda para os meninos e à direita para as meninas, assim como a instalação para os banheiros.

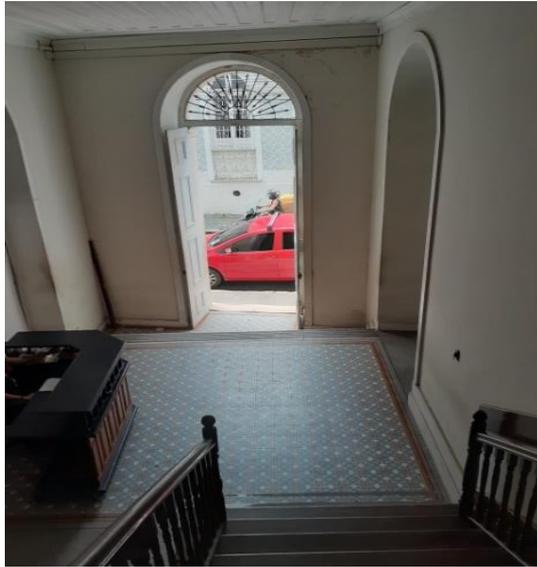
No extremo do grande corredor do lado da rua 28 de Setembro, está a Directoria que pela sua posição fiscaliza não só a entrada do Grupo, como também a da Escola Normal que é feita pela referida rua, para o primeiro andar (PARÁ, 1903, p. 61 e 62).

A diretoria se localizava no extremo do corredor da Rua 28 de Setembro, de modo que os diretores e funcionários pudessem vigiar a entrada e a saída dos alunos, fossem eles do grupo escolar ou da Escola Normal. A fachada da entrada tinha “7 m de largura por 26 de fundo” (A ESCOLA, 1905, p. 344).

As barreiras para que meninos e meninas não se misturassem – em nome da moralidade, do zelo e da disciplina – ficavam ainda mais evidente pela existência de duas grades no corredor central: “A secção dos meninos está completamente separada das meninas por duas grades no corredor central”. (PARÁ, 1903, p. 61 e 62). Tais delimitações de espaço convergem com o que indica Foucault (2014) quando teoriza a respeito do poder de cerceamento da liberdade dos indivíduos pelos espaços institucionais.

A imagem 4 mostra a entrada do prédio pela Rua 28 de Setembro, vista pelo interior do alto da escada. A porta à direita seria a localização da diretoria.

Imagem 4 - Interior do prédio com a entrada pela Rua 28 de Setembro, diretoria e acesso ao segundo pavimento



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 5, a seguir mostra a porta interna à direita onde possivelmente ficava a entrada da diretoria, estrategicamente localizada que se pudesse vigiar a entrada e o acesso ao segundo pavimento.

Imagem 5 - Sala que possivelmente pertenceu à diretoria



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Uma das funções atribuídas ao Diretor, segundo a revista “A Escola”, de 1905, era a de fiscalizar quem entrava e saía.

O director do estabelecimento na posição em que se ocupa, fiscaliza não só a entrada dos alumnos da Escola Normal, que é feita pela rua 28 de Setembro, como a do Grupo que é pela travessa de Santo Antônio, já pela disposição em que se acha as escolas do Grupo, já pela disposição da entrada da Escola Normal (A ESCOLA, 1905, p. 344 e 345).

A organização do espaço escolar da diretoria, do ponto de vista da disciplina, da vigilância e da organização, para Foucault (2014) é visto como:

A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil (FOUCAULT, 2014, p. 141).

Não se tratava apenas de ter um espaço, era necessário que fosse útil. Logo, a localização deveria ser determinada por suas funções e, nesse caso, o espaço era determinado com a função de vigiar quem entrava e saía. E isso estava impresso na organização do espaço, quando o prédio passou a ter uma nova função, antes era uma casa e depois, com as reformas, o prédio passou a ser uma escola. A respeito da arquitetura e de sua função pedagógica de modelar o comportamento, Foucault (2014) assim se pronuncia:

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura, que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis, os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modifica-los (FOUCAULT, 2014, p. 169).

O prédio e as disposições dos espaços deveriam ser funcionais. Mas não era apenas para ser admirado pela sua beleza ou imponência, era preciso que possibilitasse a vigilância, além da aprendizagem. A seguir, apresentamos a disposição do pavimento superior.

2.2.2 O Pavimento superior: um espaço exclusivo para o curso normal

Os espaços do pavimento superior, ainda segundo a mensagem do governo de Augusto Montenegro, de 1903, eram onze, de modo que sua distribuição o tornasse amplo e bem adaptado.

Os onze compartimentos do andar superior na parte do antigo edifício são ocupados pelas aulas, Gabinete de Physica e Chimica e História Natural, Biblioteca e sala de estudos dos alumnos, sala de espera das meninas, sala de prendas, caligrafia e desenho, toilette, e secretaria, o salão da parte nova pela congregação e os dois pequenos compartimentos para W.C dos alumnos e das alumnas (PARÁ, 1903, p. 62).

As reformas do prédio no pavimento superior também interferiram no pavimento inferior, na demolição das paredes para igualar as salas das escolas (modelo) com as salas de aula do curso normal.

As modificações consistiram em demolição de paredes no corredor central que achava dividido em pequenos quartos, para se fazer um único salão; em demolição e construção de paredes para equalar as áreas das salas das escolas e das aulas; na construção de wc e mictórios hygienicos; fartos de ar, luz, água sobre o solo mosaicado; pintura e caiação geral interna e externamente; construção do soalho na parte adquirida ao Instituto Gentil Bittencourt, modificação da escada do primeiro andar, somente em parte; construção de Amphiteatro; reforma das canalizações d'água e esgotto e reparo no salão da congregação (PARÁ, 1903, p. 62).

As obras mudaram a localização do acesso com a transformação da escada. Em parte, havia a preocupação com o esgoto e a higiene, a entrada de luz, do ar e da água, o piso era em estilo de mosaico. A revitalização do prédio incluiu a pintura interior e exterior e reparos no salão da congregação.

Detalhes do formato dos espaços e do mobiliário foram publicados pela revista "A Escola", de 1905. No salão para o primeiro ano, havia uma tribuna e com o formato de uma arquibancada: "O salão do 1º anno é preparado em archibancada com cento e vinte bancos-carteiras" (A ESCOLA, 1905, p. 344). Os bancos-carteiras para os alunos ficavam dispostos em ordem e simetria, para facilitar a entrada e a fiscalização e o professor tinha uma mesa.

Todos esses reparos e alterações na Escola Normal paraense tinham como objetivo atender às prescrições de higiene e também visavam dar mais conforto ao adaptar o espaço a uma visão pedagógica mais moderna de escola.

Contudo, o embelezamento dos prédios não podia ficar restrito a seus usuários, era preciso dar a conhecer à sociedade publicamente e isso foi feito durante as solenidades de reinauguração dos prédios reformados, a exemplo da que aconteceu em 1903.

2.3 A Solenidade de reinauguração do prédio da Escola Normal em 1903

A mensagem do governador Augusto Montenegro, de 1903, cita a reinauguração do prédio da Escola Normal no dia 14 de julho do referido ano. Foi um acontecimento que reuniu várias autoridades, a exemplo do senador Antônio Lemos e do secretário da Instrução Pública, Amazonas de Figueiredo. Na ocasião, o retrato de Augusto Montenegro foi fixado no salão nobre da congregação da Escola.

Reinaugurou-se o edifício no dia 14 de julho de 1903, com um festival solene e altamente deslumbrante, sobre a presidência do senhor doutor Augusto Montenegro, governador do Estado e Assistência Social de Senador Antônio Lemos, governador do município e Dr. Amazonas de Figueiredo, secretário d'Estado da Instrução Pública.

Por essa ocasião foi inaugurado no salão nobre da congregação, o retrato do excelentíssimo sr. dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, como um atributo de gratidão incondicional a S. Ex.^a pelos seus esforços e desvelos em prol do estabelecimento, sendo o retrato desvelado pelos alunos do grupo anexo, Carmosina e Edgar Cardoso, ao som do Hino Nacional, e por entusiástica salva de estrepitosas palmas (A ESCOLA, 1905, p. 345).

A solenidade de reinauguração contou com autoridades e certamente professores e alunos agradecidos. Isso oportunizou ao governo não apenas demarcar simbolicamente os feitos de sua gestão, mas também angariar maior prestígio junto à população.

Em relação à percepção dos espaços e à sua representação, Frago e Escolano (1998) escrevem:

Todo espaço é um lugar percebido. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isto é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da sua disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 78).

A sala da congregação, provavelmente seria a da imagem 6, porque as paredes eram ornamentadas e o desenho do piso em madeira também era diferente dos demais espaços. Estava localizada na parte da frente do prédio da SEDJUH/PA com vista para a Rua 28 de Setembro.

Imagem 6 - Entrada para acesso a sala



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

As imagens 6 e 7 mostram a amplitude da sala com entradas nas laterais e portas de acesso para outro ambiente, assim como o revestimento suntuoso.

Os revestimentos e acabamentos de prédios escolares também foram estudados por Buffa e Pinto (2002), para estes autores os materiais empregados nestas construções eram nobres e algumas vezes importados. Itens como a madeira eram usados em pisos e portas, além do mármore importado, considerado comum nestes prédios, assim como o ferro, que era usado para balaústres e também para a sustentação dos vidros importados. Ainda segundo estes autores, “os acabamentos mais nobres e a rica ornamentação foram utilizados em poucos grupos escolares e mais intensivamente nos edifícios das Escolas Normais Secundárias”. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 47). Sendo uma referência de ornamentação para as outras Escolas Normais do país.

Esses detalhes do acabamento mais requintado podem ser vistos nas imagens 6, 7 e 8.

Imagem 7 - Sala com a ornamentação das paredes e o desenho diferenciado do piso em madeira



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Os ornamentos em relevo nas paredes e muitas portas mostram uma sala bem ventilada e que se destaca das demais.

Imagem 8 - Sala com a vista para a Rua 28 de Setembro



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Esses foram os espaços do primeiro prédio que um dia abrigou a Escola Normal, uma instituição de ensino-modelo e referência para as demais instituições do Estado. Não se constituía apenas em um prédio, havia a necessidade de que houvesse materiais e funcionários para o seu funcionamento. Mas como estaria hoje esse primeiro prédio que guarda as memórias da Escola Normal do Pará?

2.4 O que um dia foi o primeiro prédio da Escola Normal do Pará

O primeiro prédio onde funcionou a Escola Normal do Pará ainda se encontra em bom estado de conservação e atualmente é onde funciona a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJDUH/PA). Com a finalidade de buscarmos resquícios da época da primeira Escola Normal, visitamos o local para buscar o que ainda pudesse estar preservado da época.

O espaço reservado para a escola-modelo ficava no primeiro pavimento. Na ocasião da visita, encontramos poucos elementos do espaço que pudessem remeter à escola, devido à colocação de divisórias. No entanto, podemos observar que o piso era de madeira em cores claras e escuras e o teto também era forrado com madeira.

Imagem 9 - Um dos espaços térreos ao lado do ambiente ao fundo em que funcionava a diretoria



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 10 seguinte, é possível observar a localização dos banheiros no primeiro pavimento.

Imagem 10 - Entrada dos banheiros no primeiro pavimento



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

O espaço do primeiro pavimento, imagem 11, era com uma grande área com um corredor em que havia saídas com portas dos lados direito e esquerdo para os possíveis locais das salas de aula da escola-modelo. No final do corredor, na visão oposta há uma parede, vejamos na imagem a seguir:

Imagem 11 - Corredor do primeiro pavimento com a perspectiva em direção à Rua 28 de Setembro



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Na imagem 12 a seguir, é possível observar a visão do espaço para o grande corredor que dava acesso às salas de aula, seria a provável localização de uma sala de aula.

Imagem 12 - Provável localização de uma das salas de aula das escolas-modelo



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Nota-se a modificação do prédio em um espaço em que o piso não é mais de madeira, possivelmente mudado em alguma das reformas anteriores. A imagem 13 mostra o corredor e a porta de saída para o pátio ao lado do prédio.

Imagem 13 - Corredor lateral de acesso ao pátio



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 14, por sua vez, mostra o espaço da lateral do prédio. Ao lado esquerdo, observamos que havia uma porta com saída para um pátio interno, onde hoje funciona o estacionamento de carros.

Imagem 14 - Lado esquerdo do prédio com a saída lateral para um pátio interno



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 15, a seguir é de uma escada localizada na lateral do prédio para acesso ao segundo pavimento pela área externa. Pelo material utilizado e pela semelhança com o restante do prédio, é provável que essa parte ainda seja original.

Imagem 15 - Escada na lateral do prédio do lado esquerdo



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 16 apresenta a lateral do prédio onde há um pátio ao lado esquerdo. Observamos que, diferentemente do lado direito do prédio, que fica na Travessa Santo Antônio, é uma parede regular. Esse lado esquerdo é diferente,

apresenta o prédio com uma área de extensão, de formato distinto, possivelmente servia para atender à necessidade da escola na época. Observamos outra saída, que estava fechada, para o pátio, algumas janelas com formato menor, com uma delas (parte superior) na mesma direção de uma porta, também fechada. As demais janelas do andar superior, do lado esquerdo da imagem, eram mais simples e as que ficavam no lado direito da imagem, com o formato com uma sacada, estavam na parte lateral e frontal do prédio.

Imagem 16 - Lateral do prédio do lado esquerdo



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A escada em madeira nas imagens 17 e 18, na próxima página, é o acesso ao pavimento superior e fica localizada na entrada da Rua 28 de Setembro. Esse pavimento era destinado à Escola Normal.

Imagem 17 - Escada de madeira para acesso ao pavimento superior



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Imagem 18 – Escada de madeira para acesso ao pavimento superior



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

O piso superior se mantém em madeira de dois tons nas imagens 17 e 18. Já a imagem 19 mostra o corredor central, nota-se que a divisão dos espaços é semelhante ao primeiro pavimento. Nas laterais, estão as portas para acesso a espaços menores.

Imagem 19- Corredor central do pavimento superior



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Observamos um espaço (sala) ao final do corredor, ao lado direito da imagem 19, que poderia ter sido um auditório, devido à ornamentação do grande arco da entrada. As imagens 20 e 21 a seguir, possivelmente seriam espaços de funcionamento de salas de aula da Escola Normal.

Imagem 20 - Espaço de provável funcionamento das aulas da Escola Normal



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Nota-se que a parede que divide o espaço na imagem 21, abaixo, é diferente das laterais, pois a divisão termina antes da finalização do forro em madeira. O piso também é em madeira.

Imagem 21 - Outro espaço de provável funcionamento das aulas da Escola Normal



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Na imagem 22, é possível observar a vista de dentro de uma das salas da secretaria em direção ao corredor. Ao fundo, há um corredor menor, do outro lado, com as portas e a claraboia no teto.

Imagem 22 - Vista do corredor



Fonte: Fotografia da autora, 2020

No decorrer da visita, encontramos uma ornamentação em um arco em um dos espaços, na imagem 23. O espaço foi fechado para servir como uma sala. A mesma ornamentação também foi encontrada em dois arcos menores localizados em outros espaços.

Imagem 23 – Ornamentação em um arco



Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A imagem 24 é de uma saída, também ornamentada em um arco menor, que fica logo em seguida ao prolongamento da parede. O espaço separado por uma parede construída em um material semelhante a compensado, em que observamos a divisão sem preencher totalmente a parede, ao olhar para o forro.

A parede da direita da fotografia abaixo fica no final do corredor que divide o prédio inteiro. No lado oposto da parede, ficava o prédio onde funcionava o Colégio Nossa Senhora do Amparo/Colégio Gentil Bittencourt, no qual atualmente funciona outra instituição pública do Estado.

Imagem 24 - Saída do corredor ornamentada em forma de arco

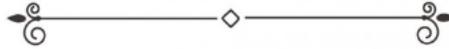


Fonte: Fotografia da autora, 2020.

Esses são os espaços do prédio da secretaria. Constatamos alguns elementos que ainda remetem à existência do primeiro prédio como escola, tais como a ornamentação das paredes, as portas, as janelas, as grades, os arcos, o teto, o piso e a escada em madeira, além do piso da entrada da Rua 28 de Setembro.

Vejamos no capítulo a seguir outro aspecto da cultura escolar: os objetos escolares, mais especificamente, os bancos-mesa e os uniformes.

3. PARA SENTAR E PARA VESTIR: OS BANCOS-MESA E OS UNIFORMES



A materialidade dos objetos não esgota o sentido cultural que eles possuem.
(REDE M., 1996)

A cultura escolar também pode se expressar por meio dos objetos escolares. Corroboramos com a ideia de Souza (2007) que “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas” (SOUZA, 2007, p. 174). Ou seja, ao estudar determinado objeto, é necessário atentar para o período histórico estudado e a sua utilização, o que poderia ser usado no começo do século XX não necessariamente permaneceu nos dias atuais. Aos objetos que permaneceram, muito provavelmente sofreram modificações ao longo dos anos.

Para Felgueiras (2005), é preciso olhar os objetos como resultados de ações que incorporam interesses, objetivos e tradições de quem os produz e de quem deles se apropria. E ainda é preciso questionar os interesses “e como se articulam objectos com origens e intencionalidades diferentes num mesmo projecto escolar, local e pessoal?” (FELGUEIRAS, 2010, p. 28). Cada objeto é pensado e produzido para uma realidade diferente.

A abordagem sobre objetos escolares está interligada à indústria escolar.

Ao entremear a obrigatoriedade escolar, método simultâneo da organização da aula, ensino graduado e intervenção do Estado no disciplinamento das rotinas escolares e dos saberes difundidos, a escola torna-se uma poderosa instância de aquisição de materiais escolares produzidos em série (VIDAL; SILVA, 2011, p. 22 e 23).

A prática pedagógica e o funcionamento da escola requeriam que houvesse materiais para dar suporte às rotinas escolares, ao disciplinamento e também à higiene escolar, pois o ambiente deveria ser limpo e organizado. Os materiais fornecidos pela indústria escolar eram desde pequenos objetos como lápis e cadernos a itens de uso mais geral da escola, tais como móveis, estantes, arquivos, quadros, cadeiras, itens de limpeza, entre outros:

a intromissão da indústria no universo escolar, não apenas como fornecedora de cadernos, livros, mapas, quadros parietais, lápis dentre muitos outros artefatos utilizados pela escola como móveis, uniformes, materiais de limpeza etc., respondendo a uma demanda constituída no âmbito escolar, mas também como produtora de novas necessidades impulsionando o comércio escolar (VIDAL; SILVA, 2011, p. 23).

Partindo desses pressupostos, a presente seção tem como objetivo analisar os bancos-mesas e os uniformes usados na Escola Normal paraense na Primeira República os quais integraram a cultura escolar da época. No entanto, para chegar a esses objetos específicos, antes encontramos uma variedade. Vejamos alguns deles para, em seguida, abordar os específicos.

3.1 Objetos gerais da Escola Normal: aquisição e intencionalidades

A relação entre os espaços escolares, ou adaptados para fins educacionais, e os objetos escolares é muito próxima. O prédio da escola não era suficiente, havia a necessidade de material de expediente e condições para o seu funcionamento. Em Minas Gerais, no ano de 1904, por exemplo, o secretário Delfim Moreira, citado por Faria Filho (2014), relatou a realidade das escolas e da falta de objetos escolares naquele estado.

Presentemente, as escolas se acham em sua grande maioria mal instaladas, sem prédios, sem necessário conforto, e nas quais não se podem observar as regras de higiene escolar. Além disso, é por demais sensível a falta de mobília e do necessário material pedagógico (MOREIRA, DELFIM, 1904, apud FARIA FILHO, 2014, p. 22)

Observamos que em Minas Gerais, seguindo os estudos de Faria Filho (2014), havia falta de mobiliário nas escolas que eram mal instaladas e careciam de higiene. A realidade paraense no início do século XX seria semelhante à mineira? Recorremos ao relatório de Paulino de Brito e José Veríssimo (1891) para buscar respostas.

Paulino de Brito abriu uma concorrência pública para o fornecimento da mobília e demais objetos necessários para o funcionamento da Escola Normal. Nenhuma empresa se candidatou, dessa forma, o diretor fez a aquisição do material mediante autorização verbal do governador em casas de confiança.

Não tendo aparecido concorrente algum, comecei, por vós verbalmente auctorizado, a fazer aquisição d'esses objetos nas casas que mereciam-me maior confiança, encomendando outros que não era possível obter de proncto na quantidade precisa. Esses objetos foram comprados ou encomendados, parte no Instituto Paraense, parte na casa dos Srs. M. F. da Silva & C^a, parte na dos Srs. Guilherme Guimarães & C^a, parte finalmente, na dos Srs. Gomes Pereira & C^a (PARÁ, 1891, p. 180).

Os locais das aquisições dos objetos para a Escola Normal eram o Instituto Paraense (de Educandos Artífices); a casa M. F. da Silva & C^a; a casa Guilherme Guimarães & C^a e a dos Gomes Pereira & C^a. José Veríssimo detalhava no relatório geral, na subdivisão “XI: A Escola Primária: A Instalação escolar – mobília e material – a Hygiene escolar – casas”. Essas eram as preocupações do governo com a situação da educação, das casas e do mobiliário escolar.

Criavam-se ou dividiam-se escolas sem attender que não basta ter a casa (e que casa!) e o professor, sinão que é ainda indispensável mobiliar uma e dar ao outro os meios de ensinar. Isso, porém, era a menor preocupação, a principal era a colocação de um individuo qualquer, para o qual adrede se criava ou se dividia a escola (PARÁ, 1891, p. 84).

O relato de José Veríssimo denuncia o pouco caso que os governos faziam em equipar as escolas com mobiliários adequados, o que dificultava as condições de trabalho do professor. Na verdade, o que o diretor da Instrução Pública via como a maior preocupação dos governos era a contratação de “um individuo qualquer”, o que nos leva a inferir que também não havia a preocupação com a formação desse individuo e tampouco com o espaço onde iria desenvolver o seu trabalho, bastando dividir a escola.

Em relação aos materiais e objetos da escola, Paulino de Brito (1891) descreveu os que existiam nas escolas e os que eram necessários, mas que ainda faltavam nos vários espaços da escola.

A Escola Normal tem o material e objetos necessários para a sua secretaria, para diversas aulas e escolas annexas etc. etc., tudo em excelentes condições de asseio e conservação, como tereis tido occasião de observar pela visita que fizestes ao estabelecimento. (...) Falta ainda o material para as aulas da 3^a, 4^a e 5^a séries, gabinete convenientemente disposto e fornecido para o estudo de physica e chimica, e aparelhos de gymnastica. A biblioteca possui muito poucos livros, por emquanto (PARÁ, 1891, p. 185).

Havia material para o expediente da secretaria, para as diversas aulas, para as escolas anexas. Contudo, faltava material para as aulas das 3^a, 4^a e 5^a séries, aparelhos de ginástica e livros para a biblioteca. Nesse trecho do relatório de Paulino de Brito, observamos que a escola, em meados de 1891, necessitava de objetos, de aparelhamento, de uma organização do espaço e da aquisição de objetos escolares para o seu funcionamento efetivo.

Outros pontos relevantes do relatório geral de José Veríssimo foram sobre as diversas funções que as escolas tinham além do ensino: “eleições, qualificações eleitoraes, recenseamento militar etc.” (PARÁ, 1891, p. 86). Logo, a escola, atendia a diversas funções de acordo com a necessidade do governo, o que conseqüentemente poderia afetar a aquisição de mobiliário escolar.

Dentre os objetos escolares, elegemos dois para analisar a sua importância na cultura material escolar da Escola Normal paraense: os bancos-mesas e o uniforme escolar.

3.2 Os bancos-mesas: da necessidade de importação ao início da indústria local

Durante todo o século XIX e início do século XX, a saúde e a higiene foram muito discutidas como forma de preservar o bem estar individual e social, concorrendo para alicerçar “a prosperidade e grandeza dos povos” (MACHADO, 2004, p. 29). E em relação às escolas, um tema que ganhava centralidade dizia respeito não apenas à arquitetura e à disposição dos espaços de funcionamento da escola, mas também ao mobiliário escolar, especialmente ao desenho da carteira escolar. Mas o que se entende por carteira escolar? Para elucidar o conceito, recorreremos à concepção de Machado (2004).

Quando neste estudo nos referimos a ‘carteiras escolares’, fazemo-lo tomando por definição o conceito de objecto composto por mesa e banco ou cadeira, unidos ou separados entre si, e que faziam parte do ‘mobiliário’ de uma sala de aula. As carteiras tinham por função servir ao aluno quer na sua atitude de sentado em descanso, quer na sua atitude de trabalho (MACHADO, 2004, p. 187).

Todavia, embora as carteiras escolares possuam funções semelhantes, os “modelos encontrados são muito numerosos e variáveis de país para país, ou até

mesmo dentro do país” (MACHADO, 2004, p. 187) atribuindo-se sua evolução aos propósitos higiênicos e pedagógicos. Para Machado (2004), a mudança no formato das carteiras foi uma clara manifestação das ideias higienistas.

A evolução do mobiliário escolar foi uma das mais claras manifestações do poder do higienismo na materialidade da escola, principalmente, no que respeita ao desenho das carteiras escolares, nas suas especificidades de adaptação ao corpo do aluno, tendo em conta as leis do crescimento (MACHADO, 2004, p. 36).

No entanto, “por mais rudimentares que fossem as instalações, o mobiliário constituía sempre, um reflexo da pedagogia” (MACHADO, 2004, p. 42). Nesse sentido, ao recuperar as características desses mobiliários no estudo sobre a história das carteiras escolares do ensino primário de Portugal, de 1835 a 1970, Machado (2004) identifica que a pedagogia se fazia à distância e o mobiliário indicado no sistema de ensino mútuo, ou método lancasteriano:

[...] eram mesas para escrever compridas, estreitas e inclinadas, com bancos corridos ao longo das mesas, tendo algumas delas ardósias incrustadas para a escrita. As mesas e bancos deveriam ser fortes e estar presos ao chão, que de preferência devia ser inclinado porque estando o mestre na parte inferior da sala, as últimas filas, num plano mais elevado, veriam assim tão bem o professor como os da primeira. Nestas – mesas-bancos, os alunos eram “encostados” uns contra os outros, tendo uma enorme dificuldade em se movimentarem sem incomodarem os colegas, embora o preconizado por Lancaster fosse que entre cada fila existisse um espaço de passagem para os alunos (MACHADO, 2004, p. 44).

Nesse caso, as mesas eram compridas, estreitas e inclinadas e os bancos eram de assento coletivo, ambos fixadas ao chão. O professor ficava em um plano inferior, de modo que todos os alunos pudessem vê-lo. A posição dos estudantes, lado a lado, dificultava a movimentação, o que provocava incômodo aos colegas.

Outro método destacado por Machado (2004) trouxe implicações para a evolução da forma das carteiras escolares. O “Método Castilho”, do português António Feliciano de Castilho, visava a um ensino rápido e aprazível que “inversamente ao anterior, baseava-se não numa prática “espartana”, mas apelando a qualidades como a afectividade e a actividade” (MACHADO, 2004, p. 45). Para isso, sugeria a carteira de dois lugares. Não obstante, as carteiras ainda continuavam a dividir os estudantes segundo o nível de adiantamento e os sexos.

A disposição dos alunos nos bancos fazia-se também como no ensino mútuo segundo os seus conhecimentos, colocando os alunos mais adiantados nas últimas filas e os alunos mais novos nas primeiras. Para além desta função, os bancos faziam ainda a separação completa dos dois sexos na mesma aula, ficando as meninas de um lado e os rapazes do outro (MACHADO, 2004, p. 46).

Com o advento da “Escola Activa” no século XX, método que pleiteava maior liberdade ao aluno como partícipe da construção do conhecimento, novas modificações na forma e organização dos mobiliários foram pleiteadas para que permitissem maior movimentação ao aluno e, conseqüentemente, uma aprendizagem mais ativa. Esse método não era bem aceito em Portugal pela classe docente, mas alguns inspectores como Joaquim Tomaz assumiram a sua defesa. Em uma das publicações da Revista Escolar datada de 1931, o inspetor assim se posicionava a esse respeito:

É que as suas carteiras de dois lugares, embora sejam as mais caras e bem construídas, meu ilustre amigo, são boas para escutar, mas incômodas para trabalhar. Bem vê, é preciso que os alunos se reúnam e agrupem para trocar impressões, para elaborar um plano, para redigir uma memória; que se levantem a cada passo para consultar um livro ou procurar um modelo para desenho; saiam em cata de elementos de observação ou de investigação... Bem sabemos que os médicos e pedagogos de há umas dezenas de anos se consumiram para encontrar o modelo do mobiliário que melhor se ajustasse à posição sentada e permitisse que os alunos escutassem com a menor fadiga as lições do mestre... Naquele tempo compreendia-se que o aluno era o sujeito passivo e o mestre o único sujeito activo, e a escola de hoje pretende precisamente o contrário — que o aluno seja o construtor do seu próprio saber e o mestre apenas o guia e o dirigente dessa construção (REVISTA ESCOLAR, 1931, p.537, apud MACHADO, 2004, p. 52 e 53).

Portanto, o inspetor reconhecia que as carteiras, embora as de dois lugares fossem mais bem feitas e caras, eram mais apropriadas para que os estudantes permanecessem sentados em uma posição passiva. Mas não eram apropriadas para que os estudantes assumissem os movimentos requeridos pelo método ativo, pois se tornava incômoda. O inspetor disse que “se estivesse dentro das suas possibilidades, não descansaria enquanto não conseguisse que o estado ou a câmara mandasse substituir as severas carteiras de dois lugares por modestas mesas de pinho” (MACHADO, 2004, p. 53). Em sua opinião, eram mais compatíveis para a nova forma de ensinar.

Em síntese, se no final do século XIX as preocupações relacionadas ao ensino se centravam “em questões pedagógicas ligadas ou à higiene do corpo ou aos diversos métodos tradicionais de ensinar, no século XX passou a atender-se também à higiene do espírito” (MACHADO, 2004, p. 50). Nessa perspectiva, segundo Machado (2004), os higienistas do século XIX se preocupavam com os prédios escolares, com os mobiliários (dimensões, mesas e bancos juntos ou separados, reguláveis em altura ou não, com tampos fixos ou móveis) e com as doenças dos alunos (se contagiosas ou adquiridas) e os pedagogos, com os métodos de ensino e com o material pedagógico compatível. No que diz respeito às carteiras escolares Machado (2004) afirma que:

os primeiros [higienistas] procuravam encontrar as dimensões mais correctas e que correspondessem às diferentes estaturas dos alunos, torná-las ergonómicas e adaptadas, enquanto os segundos [pedagogos] exigiam delas uma tal comodidade que os alunos se não cansassem de ouvir as suas aulas expositivas e que fossem indicadas para as funções da leitura e da escrita (MACHADO, 2004, p.50).

O estudo da autora revelou que as carteiras escolares sofreram transformações com o passar do tempo, assumindo diferentes formas, quer por propósitos higiênicos ou pedagógicos. Mas como essas evoluções repercutiram nos modelos de carteiras existentes na Escola Normal do Pará?

O mobiliário ideal para a organização escolar era o banco-mesa singular ou de um só assento, indicado no Relatório de José Verissimo (1891) e justificado porque “isolando o alumno garante mais a moralidade e a hygiene, a atenção que ele deve prestar, como o silêncio em que deve conservar-se” (PARÁ, 1891, p. 86). A aquisição desse tipo de banco acarretaria aumento nas despesas do governo, mas, por outro lado, conforme a descrição relatada, o fato de ter só um assento permitiria que o aluno ficasse sozinho e refletiria no seu ensino, pois teria como prestar mais atenção, evitando conversas paralelas; além de ajudar na higiene, ao manter certa distância dos bancos, e na moralidade.

Os bancos-mesa eram construídos nos Estados Unidos, assim como outros diversos tipos de mobiliário conhecidos no estado. Os móveis eram escolhidos considerando os requisitos da mobília escolar perfeita, recomendado pelos higienos-

pedagogistas. No entanto, ao serem deslocados devido às constantes mudanças ficavam suscetíveis a danos no deslocamento.

Para resolver esse inconveniente, os bancos deveriam ser aparafusados no assoalho, uma vez que eram originalmente projetados para serem fixos, mas, considerando a realidade local, nem sempre isso era possível fazer, o que tornava os bancos quebradiços quando não eram fixados.

Veríssimo enfatizava que, para adquirir o mobiliário escolar da indústria local, “teremos acaso, por força das circunstâncias, de contentar-nos com o bom, já que, por ora, ao menos, não temos o melhor” (PARÁ, 1891, p. 86). As indústrias locais eram consideradas “mofinas” (poucas, de baixa qualidade) e, mesmo com a boa vontade do governo, não foi possível fazer as aquisições localmente porque não houve candidatos que atendessem às exigências do edital da concorrência pública. O preço da confecção era exorbitante e as mobílias fabricadas no Pará eram julgadas como imperfeitas.

Como exemplo da indústria local, Veríssimo citou a mobília confeccionada para a Escola Normal pelo Instituto de Educandos Artífices

A mobília feita pelo Instituto Paraense de Educandos Artífices para a Escola Normal, bancos-mesas de dois lugares, imita o typo alemão e copia de um modelo feito por uma oficina do Estado da Bahia, sobre não corresponder aos preceitos e exigências da hygiene escolar, ser grosseira e encomoda, saío excessivamente cara, pois cada banco-mesa custou 35 mil réis (PARÁ, 1891, p. 87).

Nota-se que o governo tinha mais um problema a ser resolvido. Além de simplesmente adquirir o mobiliário escolar, tinha também o dever de alavancar a pequena indústria local considerada “rudimentar, incapaz, ignorante, e acha-se completamente desagregada” (PARÁ, 1891, p. 87). A saída encontrada pelo governo foi, através do decreto nº 189 de 4 de setembro e do ofício nº 8.672 de 10 de setembro, instruir o Tesouro do Estado a disponibilizar a quantia de até cem contos de réis para as escolas e outros estabelecimentos de instrução. A seguir, apresentamos outro objeto eleito para este estudo: o uniforme das normalistas.

3.3 “O encanto e a graça nas escolas”: o uniforme

3.3.1 Breve história sobre o uniforme das normalistas

Vestida de azul e branco, trazendo um sorriso franco em seu rostinho encantador... (LACERDA; NASSER Música “normalista”, grifo nosso).

Nas escolas normais, as moças já usavam o famoso conjunto “**saia azul e blusa branca**”, com muito pano e pouco corpo à mostra. As saias franzidas iam até os pés, as meias eram escuras, os sapatos eram fechados e as blusas brancas, sempre abotoavam até o pescoço (LONZA, 2005, p. 45, grifo nosso).

Os trechos acima fazem referência ao conjunto usado pelas normalistas descrito na música “Normalista”, de autoria de Benedito Lacerda e David Nasser, que indica as cores do uniforme: azul e branco; e no livro “História do Uniforme Escolar no Brasil”, de Lonza (2005), que descreve, de forma cronológica, a história do uniforme, relacionando-o com as instituições, a disciplina, a história política, a moda, o gênero, o esporte, a cultura e a identidade do período colonial até o século XXI, além de relacionar o crescimento do número de escolas à necessidade do uso do uniforme.

A descrição do uniforme nestes trechos mostra uma característica de como deveria ser o uniforme das normalistas: nas cores azul e branco, a saia azul e a blusa branca. As normalistas paraenses usavam uniforme? Qual a importância do uniforme para a cultura escolar da Escola Normal paraense da Primeira República? Essas perguntas nortearam o objetivo desta seção que é analisar o uniforme das normalistas paraenses.

Alguns dos autores que estudam a cultura material escolar e o uniforme são Dussel (2005), Ribeiro e Silva (2012), Lonza (2005) e Silva (2006). Os estudos sobre os uniformes escolares no Brasil ganham força com pesquisas como as de Ribeiro e Silva (2012) que procuram indícios da história e da memória de uma dada instituição, ou de um grupo de instituições, buscando desvendar os sentidos simbólicos que a indumentária adquiriu no universo escolar e social, desnaturalizando e historicizando seus usos (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 577). A instituição dos uniformes acompanha a expansão da rede de escolas públicas brasileiras, que tem a virada do século XIX para o XX como período particular.

Dussel (2005) concebia os uniformes escolares como coisas diminutas, por sua vez, Gvirtiz (2005) acredita que os uniformes definiam “silenciosamente a la trama política de la escuela” (RIBEIRO; SILVA, 2012). A visão dessa autora é percebida com clareza quando nos remetemos aos relatórios dos presidentes de província e governadores. Por trás da ideia de disciplina, o uniforme também poderia estabelecer as relações de poder de cada governo, cada qual querendo imprimir a sua marca também por meio das mudanças das simbologias institucionais.

Um breve histórico sobre o uniforme escolar no Brasil foi realizado por Sachemos e Thanh (2010). Para eles, a instituição da vestimenta ocorreu pela primeira vez no Rio de Janeiro, capital do Império, no Colégio Pedro II, em 1850, e mais parecia um fardamento militar. Desse período em diante, algumas escolas passaram a utilizá-lo como forma de padronizar a roupa dos alunos e identificá-los com as instituições de ensino aos quais estavam vinculados. Portanto, o início da utilização do uniforme no Brasil tinha como objetivo identificar alunos de acordo com a sua escola e garantir a segurança, a disciplina e o tratamento igualitário.

Segundo Lonza (2005), com o surgimento das escolas, houve a necessidade de caracterizar os alunos de cada instituição de ensino como uma forma de identificá-los, visando também a sua segurança extramuros e a disciplina. O uso do uniforme justificava-se para “melhor caracterizar uma categoria ou função dentro de um contexto pré-determinado e diferenciá-lo de outras” (LONZA, 2005, p. 18). Isto é, criar uma identidade de um grupo de modo que este pudesse se distinguir dos demais grupos ou funções. O autor também recorre ao Dicionário Aurélio para definir o que seja a vestimenta: “uniforme é (algo) que só tem uma forma, que não varia, (é) semelhante, análogo, idêntico” (LONZA, 2005, p. 19).

O autor também trata da distinção entre os tipos de uniformização. Embora existam vários tipos de uniformização, Lonza (2005), destaca as duas categorias mais conhecidas: a de dentro para fora, caracterizada por uma tomada de decisão consciente de determinado grupo, que escolhe, de comum acordo, por uma indumentária qualquer; e a de fora para dentro, caracterizada por “quem quiser se engajar, terá que se vestir daquela maneira para fazer parte do grupo ou categoria” (LONZA, 2005, p. 21). Entende-se que é nesta segunda categoria que se insere o uso de uniforme nas escolas e colégios.

A dissertação de Katiene Nogueira da Silva (2006) é uma das pesquisas que remetem o uniforme a cultura escolar. Para a autora, o uniforme escolar faz parte de: “uma simbologia que envolve as instituições educativas e postula valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica sem que, para isso, seja necessário o discurso verbal” (SILVA, 2006, p. 59).

O trecho da dissertação de Silva (2006) mostra que o tipo de roupa tem todo um simbolismo e que o uso do uniforme estava relacionado à escola, às normas e aos valores da instituição que representava, ideia que se aproxima da característica da segunda categoria descrita por Lonza (2005).

Com o advento da República no Brasil, um dos argumentos para a adoção dos uniformes nas escolas, segundo Ribeiro e Silva (2012), “foi a ideia de que, por meio dele, seria possível evitar o contraste entre ricos e pobres, tão caro à concepção de democratização do ensino” (p. 582), típica da época. Dessa forma, ao se constituírem como símbolos de padronização, os uniformes eram “considerados um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional que postulava uma educação igual para todos” (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 582). E, no caso brasileiro, a igualdade pretendida escondia as diferenças significativas das desigualdades sociais e econômicas da época.

No final da década de 1920, após um período de grande euforia depois da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, que provocou uma crise na economia mundial e teve seus efeitos no Brasil com a superprodução e queda no preço do café, a brochura “Uniformes Escolares – Distrito Federal” (LONZA, 2005, p. 91 e 92) foi publicada em 1929, através da Diretoria Geral da Instrução Pública. A publicação descrevia as regras de como deveria ser o uniforme das escolas públicas. Na obra, Lonza (2005) descreve como deveria ser o uniforme das normalistas do Distrito Federal.

Escola Normal - Blusa branca de pano não transparente (morim, linho ou tricoline), com botões de madrepérola, punho e gola de 7 cm de largura, cinto de casimira branca e 3 cm de largura. Gravata de fita de gorgurão número 12 azul-marinho escuro toda com machos de 10 cm. Casaco de casimira azul-marinho escuro com 2 bolsos e botões cobertos da mesma fazenda. Calçados pretos. Meias cor de carne. Chapéu de feltro azul-marinho com fita de gorgurão também azul-marinho número 9 passada em volta da aba, terminando num laço do lado direito. Os anos do curso serão distinguidos por cadarços de cor azul-marinho presos no punho sendo para

o curso anexo cordão estreito de ½ cm e para o normal cadaço de 1 cm (LONZA, 2005, p. 91 e 92).

A descrição minuciosa do uniforme da normalista aparentemente tem o objetivo de fazer a distinção entre o que deveria ser usado no curso normal e no curso anexo. Essas diferenças eram marcadas pelo número e tamanho dos cadaços, assim como a distinção do uniforme das escolas primárias, que, mesmo mantendo a cor de predominância das normalistas, azul e branca, tinha especificidades como o bordado de monograma no bolso com a linha D. M. C. e cadaços brancos estreitos, colocados horizontalmente para diferenciarem os anos do curso primário.

Lonza (2005) aponta um marco histórico para o começo do uso do uniforme. Nos anos 1920 começou a se firmar timidamente, ainda sem obrigatoriedade, o que parece ter ocorrido somente a partir dos anos 1930. Possivelmente, essa evolução da obrigatoriedade poderia estar relacionada com a expansão escolar. Inicialmente, os uniformes escolares eram feitos por costureiras ou em casa, e a venda em lojas ainda era muito pequena. A cor azul era o item comum (embora, na prática, se apresentasse em tons variados), mas os critérios em relação ao tecido e ao feitiço era particular, o que mostra que, embora houvesse uma tentativa de padronização de medidas e cor, como indicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, conforme citado por Lonza (2005), havia alterações na prática. Ou seja, nem sempre as medidas e o tecido seguiam a padronização, o único critério era a cor, mais comumente seguido, embora apresentasse variações no tom.

Como a roupa era confeccionada em casa ou na costureira, os volumes das saias eram diferentes, os tecidos utilizados mostravam vários tons de azul e as blusas brancas eram verdadeiras peças artesanais, com babados (jabós), bordados, rendas, fazendo com que cada uma vestisse um modelo único (LONZA, 2005, p. 45).

A confecção das peças em casa ou na costureira era uma tentativa de padronização, mas isso resultava em características diversificadas que tornavam os uniformes das normalistas diferenciados e únicos. No entanto, ainda assim havia a tentativa de uniformizar a veste das normalistas.

O uniforme das normalistas paulistas observado em Lonza (2005) era formado por uma blusa branca de manga longa com um tom escuro na manga, uma

saia longa (possivelmente azul), com babados, de gola alta, lenços com laços e cinto (claro ou escuro).

As normalistas de Santa Catarina, de acordo com Gladys Teive (2008), também usavam o uniforme nas cores azul e branco, constituído de “uma saia azul marinho e blusa branca, a [vestimenta] de gala era de palha de seda. E tinha o cabeção, com uma divisa bordada para cada série” (TEIVE, 2008, p. 182). Nota-se a predominância das cores azul e branco nos uniformes paulistas e catarinenses, com algumas variações sutis nos detalhes, como as golas e o tipo de tecido. Essas variações seriam encontradas também na vestimenta escolar das normalistas paraenses? É o que buscamos desvendar com a ajuda de fotografias e da legislação da época.

3.3.2 “Simples e prático”: os uniformes das normalistas paraenses

A primeira indicação sobre o uniforme escolar para as normalistas paraenses foi na mensagem do governador Enéias Martins de 1 de agosto de 1916²⁴. A mensagem faz referência à adoção do uniforme pelas normalistas paraenses, destacando que teria sido bem aceito por elas. Qualifica os uniformes como “simples e prático” com objetivo de ser vantajoso para a Educação cívica, a disciplina e contribuir nos “créditos” da escola. Desta forma, “foi estabelecido, com satisfação das alumnas da Escola, um uniforme para ellas, simples e prático, de grandes vantagens na educação cívica, na disciplina e nos créditos do estabelecimento” (PARÁ, 1916, p. 75).

Portanto, o uniforme das normalistas estava simbolicamente associado ao civismo, à disciplina e à credibilidade da escola, visto que atribuíam uma marca que distinguia as estudantes de outras moças, além de identificar o estabelecimento de ensino.

A publicação do decreto nº 4. 276-A, de 10 de abril de 1926, no governo de Dionysio Bentes, fazia referência à adoção do uniforme para os meninos: “Para os alunos o Governo adoptou um uniforme, de acôrdo com o decreto nº 4. 276-A, de 10

²⁴ A mesma mensagem informa que o uniforme também foi adotado pelos alunos do Instituto Lauro Sodré, confeccionado na própria instituição com adequações.

de Abril deste anno” (PARÁ, 1926, p. 31). A publicação justificava que o uniforme era “uma necessidade reclamada pela disciplina e a medida foi recebida com satisfação pelos estudantes que frequentavam a Escola” (PARÁ, 1926, p. 31). Essa vestimenta representava uma ideia de padronizar e democratizar o ensino e também era uma forma encontrada de identificar o Aluno da escola e possibilitar a visibilidade da instituição.

A intenção do governo em adotar os uniformes, segundo Ribeiro e Silva (2012), era criar “componentes do trabalho dos corpos” e “estratégias de visibilidade a projetos institucionais e governamentais”. Possivelmente, uma forma adotada pelo governo para o controle dos alunos e dar visibilidade à Escola Normal, como exposto na mensagem de Dionysio Bentes.

Conforme Inez Dussel (2005), outra função desta vestimenta escolar é a de exercer um papel na aprendizagem. Essa roupa representa e distingue quem pode ou não fazer uso dela, quem tem um ou mais uniformes, quais são semelhantes e quais tem elementos diferentes. As peças do uniforme também têm relação com a higiene escolar, dizem sobre a limpeza e a sujeira, assim como sobre o pudor entre o que pode ser coberto e desnudo. Ou seja, os uniformes dizem muito não apenas da cultura escolar, mas também revelam aspectos que tentam esconder como, por exemplo, a origem social e cultural dos estudantes.

Amparada em preceitos higienistas, ao situar a roupa como preservação da saúde e do pudor e como critério para adoção de uma estética, a escola construiu estratégias de intervenção sobre os corpos dos alunos, disciplinando-os de modo a torná-los adequados para circular na emergente e idealizada sociedade: limpa, ordenada, sã e, enfim, civilizada, já que a roupa/uniforme esculpe uma conduta e reflete uma dada organização social (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 582 e 583).

Analisamos o uniforme a partir das fotografias das normalistas pesquisadas nas revistas que abordavam a vida social paraense: “Belém Nova” (1924), “A Semana: Ilustrada” (1925) e “Pará Ilustrado” (1942).

Ao observar as imagens e os textos que acompanhavam as reportagens sobre a Escola Normal, não pudemos deixar passar despercebidos os adjetivos que as normalistas recebiam nas reportagens, tais como: “inteligentes, graciosas” (BELÉM NOVA, 1924), “estudiosas” (A SEMANA: ILLUSTRADA, 1924); “gentis, elegantes, encantadoras” (BELÉM NOVA, 1924) e remetiam a associação com

“inteligência e a beleza” (BELÉM NOVA,1924). Estes adjetivos revelavam como as normalistas eram vistas e quais qualidades a sociedade da época almejava para elas.

A imagem 25 mostrava as normalistas na revista “Belém Nova” de 1924 – com seus uniformes compostos por blusa clara de mangas compridas, com golas e punhos em tons escuros, acompanhadas de seus livros – é acompanhada pelo título que as destacavam como: “O encanto e a graça nas escolas”.

Imagem 25 - O encanto e a graça nas escolas



Fonte: Revista **Belém Nova**, v.1, n.20, Belém, 9 de Agosto de 1924, p.10. Acessado em: Agosto de 2020. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-20-agosto-de-1924/>

É possível também perceber escrito junto aos nomes das fotografadas adjetivos como “inteligentes”, “graciosas”, “alegrias da escola normal”, “sorrisos e olhos encantadores”. As fotografias das normalistas também remetiam à ideia de futuro da educação.

Na mesma revista, outra imagem mostra o título que destaca o papel dessas estudantes uniformizadas, consideradas como: “Nossas Futuras Educadoras”. Nota-

se ainda o uso do cabelo curto. O corte de cabelo das normalistas também é um traço de destaque nas fotografias. Nos anos 20, este modelo de corte era moda porque no ano de 1914, os homens foram para a guerra e por sua vez, as mulheres passaram a ocupar os espaços masculinos que ficaram vagos, logo, isto foi refletido na alteração dos trajés das roupas em que as saias passaram a ser mais encurtadas e também fez com que os cabelos fossem cortados.

Na imagem 26, o laço que compunha o uniforme aparecia com destaque maior, em cor escura contrastante à do tecido da blusa.

Imagem 26 - Nossas futuras educadoras



Fonte: Revista **Belém Nova**, v.1, n.20, Belém, 9 de Agosto de 1924, p.12. Acessado em: Setembro de 2020. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-20-agosto-de-1924/>

Novamente, além dos nomes das estudantes, a fotografia faz menção à inteligência e graciosidade das normalistas. A imagem 27 na página seguinte fazia referência às normalistas com os adjetivos como “intelligencia e beleza” e aparecem apenas as blusas do uniforme em tom claro com golas e laços em tom escuro.

Imagem 27 - Intelligencia e beleza



Fonte: Revista **Belém Nova**, v.1, n.21, Belém, 23 de Agosto de 1924, p.11. Acessado em: Setembro de 2020. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-21-agosto-de-1924/>

A reportagem da revista, “A Semana: Ilustrada” (1925) apresentava uma fotografia na imagem 28, de um grupo de cinco normalistas qualificadas como “estudiosas” e que estavam devidamente uniformizadas. O título remetia à ideia de que as moças representavam a escola com a seguinte frase: “Pela Escola Normal”:

Imagem 28 - Pela Escola Normal



Fonte: Revista **A Semana: Ilustrada**, 1925, v.7, n.391, Outubro, p. 23. Acessado em: Setembro de 2020. Disponível em: <http://177.74.60.161/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1925-v-7-n-391-outubro/>

A reportagem da revista “Pará Ilustrado” (1942) apresentava várias alunas de uniforme, agrupadas por ocasião da abertura das aulas da Escola Normal. Na fotografia da imagem 29, é possível observar as blusas com as mangas compridas, com os punhos, as golas e os laços em tons escuros, possivelmente azul-marinho. As saias apresentavam comprimento um pouco abaixo do joelho. Fazia parte da indumentária um pequeno chapéu que traziam nas mãos.

Imagem 29 - Começo das aulas da Escola Normal



Fonte: Abertura da Escola Normal do Pará. Revista **Pará Ilustrado**, n. 107, vol. 5, ano 1942. p. 13. Acesso em: Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n107v5>

A reportagem da mesma revista apresentava ainda outras fotografias que demonstravam uma ideia do quantitativo de estudantes, todos uniformizados, em início do ano letivo. Também é possível identificar outros personagens do sexo masculino, possivelmente, professores e/ou autoridades políticas. Nessa imagem (30), as alunas estão em frente à Escola Normal, no prédio do endereço da Travessa Serzedêlo Correa, que anteriormente foi à sede do jornal “A Província do Pará”.

Imagem 30 - Começo das aulas na Escola Normal



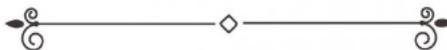
Fonte: Revista **Pará Ilustrado**, n. 107, vol. 5, ano 1942. p. 18-19. Acesso em: janeiro de 2019.
Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n107v5>

A sequência de fotografias retrata as normalistas uniformizadas onde se podem perceber mudanças nos detalhes da gola dos uniformes que não mais apresentam o acabamento em laço como nas versões anteriores. Na recepção aos alunos da Escola Normal, compareceram autoridades externas à escola, o que demonstra o prestígio e a importância da instituição e reflete um relevante traço da cultura escolar, a sua interrelação e troca com a sociedade.

Os objetos escolares pesquisados estavam relacionados com as questões higiênicas, morais e pedagógicas. Os bancos e os uniformes tiveram os seus significados e funções e também estavam entremeados por questões relacionadas ao governo, à sociedade e às necessidades e costumes da escola. De certa forma, tais objetos e tudo que os cercavam eram reflexos do período vivenciado em Belém que vivia ainda o auge da *Belle Époque* e suas contradições.

No último capítulo a seguir, apresentamos outro aspecto estudado: a trajetória pessoal e profissional dos professores da Escola Normal do Pará.

4. MESTRES ILUSTRES: A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ



Vim dizer-lhes o adeus clássico dos mestres que ficam, aos seus queridos discípulos que vão, e a isso deveria limitar-me, augurando-lhes farta messe de victórias e venturas no sacerdócio que escolheram.

(REVISTA DO ENSINO, 1912).

4.1 A distinção etimológica entre Mestre e Professor

O estudo sobre os professores nesta tese, a partir da perspectiva da cultura escolar, foi norteado pela seguinte pergunta: Como era a vida de um professor que trabalhava na Escola Normal no início do século XX? Procuramos respostas para a pergunta partindo da etimologia das palavras mestre e professor nos estudos de Eliane Peres (2005) e a distinção entre elas. Eliane Peres (2005) pesquisou sobre a etimologia das palavras mestre e professor em francês, essas palavras têm suas origens no latim “magister” e “professor”, respectivamente e são definidas como:

Mestre: a forma *maistre*, *mestre* aparece em francês em 1080 vindo do latim *magister* ‘chefe, mestre’, palavra provavelmente derivada de *magis* (*plus* mais). Em francês, a partir de 980 substitui a palavra erudita *magistre* corrente até o século XVI e serve de *magister* (s.m.) usado do século XV ao XVIII no sentido de ‘*maître d’école*’ (mestre-escola), algumas vezes com sentido pejorativo de pedante, dogmático. O emprego da palavra como substantivo está claramente atestado em meados do século XII, com um sentido de ser aquele que tem a autoridade sobre outros em qualquer domínio que seja, mais particularmente, no ensino (LOPES, 2005, p. 50).

Trata-se de uma palavra derivada de *magis*, (*plus* mais) que com o passar do tempo substituiu a palavra *magistre* e serviu de *magister* no sentido de “*maître d’école*” (mestre escola). Vejamos a definição de professor em Lopes (2005).

Professor: vem do latim *professor* – aquele que se declara esperto em uma arte ou em uma ciência, donde “*maître*”, empregado sozinho e com um complemento designando a disciplina ensinada. É derivado do verbo *profiteri*, declarar abertamente, donde se dar como, fazer profissão de e oferecer, propor, se engajar; composto de pro- “na frente” e de *fateri* – “confessar, reconhecer, afirmar que”, “declara, publicar”. A palavra profissão foi introduzida com o sentido de “declaração aberta de uma crença ou de uma opinião, de um comportamento, donde ‘fazer profissão de’ (religião)”. Professar (quando se pensa em professor), ensinar em público, a partir do

século XVII. Esse verbo envelheceu e foi substituído por ensinar (LOPES, 2005, p. 50).

Enquanto mestre vem a ser aquele que tem autoridade sobre outros em qualquer domínio, particularmente no ensino, professor, por sua vez, é um verbo que foi substituído por ensinar. Ambas as palavras têm em comum remeterem a ensino, ensinar, seja o que domina o ensino ou aquele que o professa.

Estes professores eram considerados os intelectuais da época por sua erudição, mas o quê exatamente caracterizava um intelectual? Tomamos como referência ainda a questão terminológica. Segundo Vieira (2015) o uso do termo “intelectuais” não é necessariamente um uso corrente, o reconhecimento desse tipo de elite, como o autor se refere, também apresentou outras terminologias em contextos sociais e históricos diferentes. Outros termos são; “inteligencia”²⁵, “Philosophers”²⁶ e “profissionais da educação”²⁷.

De acordo com Vieira (2011) em seu estudo sobre a história do intelectual como agente coletivo, o intelectual apresenta as características seguintes:

a) sentimento de pertencimento ao estado social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; d) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais (VIEIRA, 2011, p 3).

Os intelectuais fazem parte de um grupo reduzido de pessoas, mas com um poder que tem significado, consideradas as peculiaridades das conjunturas sociais e históricas. Vieira (2011) também apresenta os elementos de reconhecimento de um grupo intelectual:

As regras de reconhecimento desse grupo social incluíam credenciais formais, como diplomas, títulos, mas as transcendiam ao enfatizar as habilidades retóricas e textuais. Tratava-se do reconhecimento e do auto reconhecimento da condição de distinção social que advinham do processo de formação, seja este resultante de estudos realizados e certificados pelas

²⁵ **Inteligentsia**: era a nomeação de jovens literatos em luta no czarismo na Rússia (VIEIRA, 2015).

²⁶ **Philosophers**: segundo Vieira (2015), trata-se de como eram chamados os principais protagonistas do iluminismo francês.

²⁷ **Profissionais da Educação**: segundo Vieira (2015), era a forma que os intelectuais que fizeram parte da associação ao Movimento pela Escola Nova, quiseram se autorepresentar no ano de 1930.

escolas em seus diferentes níveis, seja decorrente do autodidatismo. (VIEIRA, 2011, p.30 e 31).

Logo, para que uma pessoa pudesse ser reconhecida como intelectual em um grupo, além da sua formação escolar, com a certificação dos seus estudos formais ou até mesmo obtidos por meio do autodidatismo, era importante que também possuíssem habilidades de persuasão oral e escrita. Para Vieira (2015), “à familiaridade dessa elite com as artes, as ciências, à filosofia, somam-se a capacidade oratória e, conseqüentemente, o poder de convencimento e de persuasão” (VIEIRA, 2015, p.7). Portanto, muitos eram os elementos necessários para que alguém pudesse vir a ser identificado como um intelectual e não se restringiam à formação.

A geração de intelectuais do ano de 1870, no contexto brasileiro, segundo esse autor, era formada por “advogados, jornalistas, médicos e literatos, foi constituída, na sua maioria, por homens oriundos dos estratos sociais mais altos, ainda que algumas mulheres tenham se destacado” (VIEIRA, 2015, p.6). Ou seja, os intelectuais eram de origem social elevada, majoritariamente homens, já que as mulheres tinham pouca inserção social e profissional na época. A esse respeito, Vieira (2015) afirma que:

A origem social dos intelectuais se explica pelo axioma: distribuição desigual de riqueza equivale, em regra geral, a distribuição geral de cultura e do conhecimento. O problema de gênero também tem uma premissa bastante conhecida e compartilhada, uma vez que, segundo as representações prevalentes na época (meados do final do século XIX), cabia aos homens a ocupação do espaço público, enquanto que à mulher, estava reservado o espaço privado, das tarefas domésticas e da vida familiar. Existem muitas exceções a essas lógicas estruturais e culturais, contudo elas apenas confirmam as regras (VIEIRA, 2015, p. 6).

A partir dessa discussão sobre a caracterização dos intelectuais, de como estava configurada a representação deles no fim do século XIX, inclusive com a distinção de espaços de atuação para homens e mulheres, entendemos que possivelmente isso poderia ainda ter reflexos no início do século XX, como parte da cultura social da época. Na concepção de Dominique Julia (2001) os professores exerciam um papel importante na cultura escolar:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e demais professores (JULIA, 2001, p. 10 e 11).

Para Julia (2001), a cultura escolar dos professores se apresenta em três pontos importantes: a) a profissionalização; b) os conteúdos ensinados e c) as práticas escolares. Partimos, então, desses pontos indicados pelo autor para apresentar o perfil dos professores para além do ambiente escolar.

Nossa hipótese é a de que o professor que trabalhava na Escola Normal possuía experiências formativas adquiridas em outras vivências sociais e profissionais e essas experiências de vida refletiam como um todo na sua carreira e na sua atuação profissional como docente, enriquecendo a cultura escolar. Por conseguinte, a análise da cultura escolar requer a investigação da trajetória do professor para buscar compreendê-lo em suas vivências e não apenas no ambiente escolar.

O que Julia (2001) quer enfatizar é que os professores eram os responsáveis pelo ensino e pela transmissão da cultura. Mas a vida dos professores não era modificada só por seu ofício, mas também por sua vivência em sociedade e com seus familiares.

Como a escola era um dos espaços de atuação e de convivência dos professores, começamos a narração sobre esses professores a partir desse espaço para, em seguida, abordar a sua relação com os outros espaços e suas inserções na sociedade belenense da *Belle Époque*. Neste capítulo, naturalmente, os documentos remeteram a tempos anteriores e, quando necessário, ao período mais próximo possível daquele eleito para o estudo.

4.2 Os professores e os espaços formativos da escola: entre ritos e formalidades

A escola pública sempre foi o cenário de inúmeros rituais escolares. Rosa Fátima de Souza (2000) estudou alguns desses rituais e os apresentou no artigo: “Rituais Escolares: liturgia cívica e glorificação da memória”. Segundo a autora, os rituais escolares abrangiam “as práticas de avaliação, as festas de encerramento do

ano letivo, o cerimonial de formatura, as comemorações cívicas, os desfiles escolares, entre outros” (SOUZA, 2000, p. 173).

Tais rituais invariavelmente eram acompanhados por professores, que, de alguma forma, introjetavam os valores presentes nessas manifestações da cultura escolar. Assim, trataremos de apresentar quem eram os professores da Escola Normal inseridos em alguns desses rituais escolares em relação aos exames e à festa de formatura.

Com base nos estudos da prosopografia, ou metodologia das biografias coletivas, buscamos identificar o que era comum a esse grupo, no caso, o fato de que todos pertenciam ao quadro de professores da Escola Normal. Mas o que os diferenciava entre si? Para buscar respostas, inicialmente procuramos identificar quem eram esses professores a partir dos seus nomes e das disciplinas que lecionavam no período estudado (1890-1926).

A relação dos nomes resultou em um inventário com 63 (sessenta e três) nomes de professores, sendo (cincoenta e cinco) do sexo masculino e (oito) do sexo feminino, no período compreendido entre os anos de 1890 a 1919. Os nomes foram pesquisados em documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no Arquivo do Instituto Estadual de Educação do Pará, nas plataformas virtuais e em bibliotecas.

Um desses documentos foi a mensagem do governador Lauro Sodré, de 7 de Setembro de 1919, que listava a quantidade de professores que faziam parte do corpo docente da Escola Normal, indicando seus nomes e as disciplinas que lecionavam.

Compõem-se presentemente de dezenove membros, sendo 14 cathedráticos e 5 interinos. São cathedráticos: Cornelio Pereira de Barros, lente dos 1º e 2º annos de Português; João Paulo de Albuquerque Maranhão, lente de literatura; Dr. Americo Campos, lente de Hygiene; Dr. Francisco Pondé, lente de Physica e Chimica; Dr. Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves, lente de Álgebra e Geometria; Dr. Francisco de Paula Pinheiro, lente de História do Brasil; Coronel Marcos Antônio Nunes, lente de Arithimética; Dr. Deodoro de Mendonça, lente de Educação Moral e Cívica; Dr. Elias Augusto Tavares Vianna, lente de Psychologia e Pedagogia; D. Sarah Ribeiro de Araújo, professora de Francêz; Manoel João Alves, professor de Calligraphia; José Girard, professor de Desenho e Genésio Alves de Leão, professor de Gymnastica. São interinos: Conego José de Andrade Pinheiro, lente de Português, no 1º anno; Maestro Manoel luz de Paiva, que substitue na cadeira de música o lente efetivo, Maestro José da Gama Malcher; Dr. Themistocles Alvares de Araujo, que rege a cadeira de

Geographia, em substituição do lente efetivo, o Dr. Eladio de Amorim Lima; Anyone Costa, substituto do Dr. Manoel Lobato, lente efetivo de História Geral; Cornélio Pereira de Barros que professa a 3ª cadeira de Português, da qual é efetivo o lente Antônio Ferreira dos Santos (PARÁ, 1919, p. 119).

O livro “Síntese Histórica do Instituto de Educação Estadual do Pará” de Orlando Rêgo (1972) fez referência aos primeiros anos de existência da Escola Normal do Pará e apresentava informações mais detalhadas sobre os professores, referindo-se à formação acadêmica e a outros aspectos que envolviam suas atividades além da escola normal: por exemplo, o trabalho como cientistas, como artistas (músicos, pintores) e como políticos.

Nesta primeira fase de sua gloriosa existência o nosso tradicional estabelecimento de ensino normal, teve militando em seu corpo docente grandes mestres e eminentes figuras da estirpe de um Domingos Soares Ferreira Penna, Professor de Geografia, cientista de renome internacional e um dos fundadores do Museu Paraense (Emílio Goeldi); Domênico De Angelis, Professor de Desenho, tão falado em nossas crônicas histórico-artísticas, por suas magníficas pinturas na Catedral de Belém, e seus belos e raros quadros, entre os quais o celebre “últimos Momentos de Carlos Gomes”; o Maestro Henrique Eulálio Antunes Gurjão, Professor de Música, diplomado pelo Instituto Musical de Gênova na Itália; Camillo Henrique Salgado, Professor de Pedagogia, formado pela Escola Normal de Versalhes na França; Guilherme Francisco da Cruz, Professor de Matemática, formado em Engenharia pela Universidade de Gand na Bélgica, e que chegou a ser presidente da Província do Pará; e outros dignos e ilustres mestres (REGO, 1972, p. 9).

O trecho demonstra que os professores da Escola Normal possuíam uma formação culta, refinada, muitos tinham graduações na Europa, como na França, na Itália e na Bélgica. Destacavam-se no cenário internacional como, por exemplo, o professor Domingos Soares Ferreira Penna cientista de renome. Eram imortalizados por meio de suas pinturas e alcançavam altos cargos no governo como é o caso do professor Guilherme Cruz, que esteve no cargo de Presidente da Província do Pará.

Na biografia de Camillo Salgado, escrita por Mattos (1932) é citada a lei que concedeu a pensão para que ele, junto com Luiz Valente do Couto, custeasse as suas despesas de estudo na Europa, no governo do Presidente da Província do Grão-Pará, Pedro Leão Velloso:

Lei nº 498, de 16 de Novembro de 1867.

Concede a pensão de 1:200\$000 a Camillo Henrique Salgado e Luiz Valente do Couto, a cada um delles, para estudarem na Europa, um curso de Escola Normal. (MATTOS, 1932, p.338).

Este trecho mostra que a formação do professor Camillo e de Luiz para estudarem na Escola Normal de Versailles, foi à custa do governo. Camillo regressou ao Pará em 27 de Outubro de 1870, conforme informou em uma carta ao Governador da Província. Nesta carta, publicada da segunda parte da sua biografia, um trecho mencionava sobre a ideia de que tivesse um curso normal para professores na província e outro para professoras no colégio N. Sra do Amparo, porque em ambos os estabelecimentos estavam montadas as aulas necessárias para o curso normal e complementa: “Isto enquanto não se fundar a Escola Normal propriamente dita, de accordo com as modernas organizações pedagógicas”. (MATTOS, 1933, p. 212).

A partir destas informações iniciais, elaboramos um quadro final com uma lista dos nomes dos professores da Escola Normal e das escolas-modelo anexas do ano de 1890 a 1919.

Quadro 2: Professores da Escola Normal e escolas-modelo do Pará – 1890-1919

Nomes	Sexo	Disciplinas
A. Ferreira dos Santos	M	Portuguêz
Adélia Lins de Hollanda	F	Francêz
Augusto Ramos Pinheiro	M	-
Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves	M	Álgebra e Geometria; Arithmetica e noções de Geometria; Arithmetica e noções de Algebra
Anésia Schüssler	F	Calligraphia
Aureliano Pinto de Lima Guedes	M	Música
Arthur Theodulo dos Santos Porto	M	História; História do Brazil; História do Pará
Aristides Carlos de Moraes	M	Geographia universal; Corographia do Brasil
Antônio Marques de Carvalho	M	Portuguêz; Francêz
Antônio Marçal	M	Physiologia humana; Physica; Chymica e Sciencias naturaes
Antônio Rabello	M	Francêz
Américo (de) Campos	M	Physica, Chimica; Hygiene Geral
Alexandre Tavares	M	Physica; Chimica
Carlos da Silva Pereira	M	Calligraphia
Carlos Weigandt	M	Desenho
Camillo Henrique Salgado	M	Pedagogia
Cornélio Pereira de Barros Junior	M	Portuguêz
David Osipovitsch Widhofpp	M	Desenho
Deodoro Machado Mendonça	M	Educação Moral e Cívica
Domenico De Angelis	M	Desenho
Domingos Soares Ferreira Pena	M	Geographia

Elias Augusto Tavares Vianna	M	Pedagogia; Educação moral e cívica; Instrução moral e cívica
Euphosino P. Francisco Nery	M	Geographia e Cosmographia; Chorographia do Brazil
Felipe Pinto Marques	M	Francêz, Português e Geographia
Francisco de Paula Pinheiro	M	História Universal; História do Brazil
Francisco Pondé	M	História Natural
Genésio Alves Leão	M	Gymnastica
Geraldo de Souza Paes de Andrade	M	História Universal
Guilherme Francisco da Cruz	M	Matemática
Henrique Eulálio Antunes Gurjão	M	Música
Hermenegildo Alberto Carlos	M	Geometria e Trigonometria
Joanna dos Santos Tocantis Maltez	F	Prendas de agulha; Prendas
Joaquim T. Vianna	M	Physica; Chimica, Geologia e História Natural
João Chaves da Costa	M	Arithmetica, Algebra elementar, Escripuração mercantil e Algebra.
João Corrêa Gomes de Faria	M	Desenho
José de Brito Bastos	M	Desenho
José Girard	M	Calligraphia; Desenho
José Pinto Marques	M	Geographia
Josepha T. de Lacerda Redig	F	Prendas
Julio César Antunes	M	Arithmetica, Algebra elementar e Escripuração mercantil
Marcos Nunes	M	Arithmetica
Maria Fiel Pena Soares	F	Calligraphia
Manoel João Alves	M	Calligraphia
Manoel Luiz de Paiva	M	Música; Elementos de Musica
Manuel Lobato	M	História; História Universal
Manoel João Alves	M	Calligraphia
Mamede Monteiro da Rocha	M	Portuguêz
Paulino de Almeida Brito	M	Portuguêz; Litteratura Nacional
Paulo Maranhão	M	Literattura
Pierre Maurice Blaise	M	Desenho
Raymundo Melchiades Alvares da Costa	M	Instrução moral e cívica
Rogério Miranda	M	História
Sarah Ribeiro de Araújo	F	Francêz
Sigismund von Paumgarten	M	História universal
Themistocles Alves de Araújo	M	Geographia; Cosmographia; Chorographia do Brasil
Vital Rego	M	Physica; Chimica; História Natural
Professores das escolas-modelo anexas à Escola Normal		
Anna A. Vieira Espíndola	F	*
Felippe Benício Gomes da Rocha	M	*
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	M	*
Ignêz Maria Ribeiro Dantas	F	*
Maria Madalena Figueiredo Moraes	F	*
Raymundo Joaquim Ramos Espíndola	M	*
Severiano Bezerra de Albuquerque	M	*

Fontes: Programmas de Ensino da Escola Normal do Pará nos 1º, 2º, 3º e 4º anos de 1903, 1905, 1917, 1918 e 1919. Revista “A Escola” (1900) e o livro “Síntese Histórica do Instituto de Educação Estadual do Pará” (1972). Quadro elaborado pela autora. (*) no decorrer da pesquisa não encontramos os nomes das disciplinas lecionadas por estes professores.

Entre 1890 e 1919 detectamos 63 (sessenta e três) professores, sendo 56 (cinquenta e seis) da Escola Normal e 7 (sete) das escolas-modelo anexas à Escola Normal. Dos 63 (sessenta e três) professores da Escola Normal, apenas 8 (oito) eram do sexo feminino. No conjunto dos 63 professores, o percentual de mulheres era de 12,6%, e o de homens, 87,4%, portanto, o corpo docente dessas escolas era majoritariamente masculino. Observa-se também que as disciplinas ministradas pelas professoras eram ligadas aos afazeres domésticos como: Prendas e Prendas de Agulhas, além de outras como Caligrafia e Língua Francesa.

Mas como eram selecionados esses professores? Como transcorria o exercício do magistério considerando as suas atividades exercidas em outros locais? Tendo em vista essas questões, a fase seguinte foi o levantamento de informações nos documentos sobre o ingresso, a substituição dos professores, pedidos de férias e quaisquer vestígios de informações importantes sobre o que era ser professor da Escola Normal do Pará no início do século XX.

4.3 O ingresso dos professores na Escola Normal

Em um dos exemplares de da revista “A Escola”, de 1900, havia a indicação sobre o quantitativo de professores que compunham o corpo docente da Escola Normal que, naquele ano, era formado por “onze lentes e dous professores” (REVISTA DE ENSINO, 1900, p. 363). A pergunta é: Como era o ingresso dos professores na escola? Vejamos.

Ainda tendo como referência a “Revista de Ensino”, de 1900, expusemos que a forma de ingresso na Escola Normal poderia ser por meio de concurso público em que as cadeiras eram oferecidas e os nomeados tinham a garantia de “vitaliciedade e enamovibilidade” (REVISTA DE ENSINO, 1900, p. 363). Ou seja, todos os concursados teriam a garantia de estabilidade até a aposentadoria, ou, ainda, a garantia de não transferência, exceto por vontade própria ou relevante para o interesse público.

O ingresso dos professores da Escola Normal por meio de concurso parece ter sido uma prática habitual. Um desses processos, o concurso para o provimento da cadeira de Português da Escola Normal, foi descrito no ofício datado de 20 de Abril de 1900, publicado na revista “A Escola”. A chamada pública apresentava o nome dos cinco candidatos inscritos e informava o local, a hora e o dia da realização do concurso. Entre os inscritos destaca-se o nome do normalista Cornélio Pereira de Barros Junior²⁸, que foi aprovado para a cadeira. O bacharel Paulino de Almeida Brito, que viria a ser posteriormente professor da Escola Normal, também estava entre os candidatos à vaga.

Offícios

Concurso da 1ª cadeira de Português da Escola Normal

O Sr. Dr. Diretor Geral manda fazer público que no dia 5 de Maio próximo, às 9 horas da manhã, no Salão da Congregação da Escola Normal, terá lugar o concurso para provimento efetivo da 1ª cadeira de Português do mesmo estabelecimento, cuja inspecção foi hoje encerrada, inscrevendo-se os Srs. Theodoro Rodrigues, Alipio Napoleão Serpa Filho, Cornélio Pereira de Barros Junior, Hilario Maximino de Sant’Anna e bacharel Paulino de Almeida Brito, que, pelo presente edital, são convidados a comparecer no dia, hora e lugar acima mencionados.

Secretaria da Diretoria Geral da Instrução Pública, 20 de Abril de 1900 – o secretário, Heráclito Pinheiro (A ESCOLA, 1900, p. 301).

No exemplar da revista “A Escola” de Junho de 1900, verifica-se o resultado do concurso da Escola Normal e o ato de nomeação do professor Cornélio de Barros para lente da cadeira de Português, aprovado no referido concurso, pelo governador José Paes de Carvalho.

Legislação

Nomeia o normalista Cornélio Pereira de Barros, lente da cadeira de Português na Escola Normal.

O governador do Estado, tendo presente o resultado do concurso procedido nos termos do capítulo I título II do regulamento que baixou, com decreto nº 809 de 25 de Janeiro do anno corrente, para o provimento efetivo da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, resolve, nesses termos do art. 83, combinado com o art. 115 do regulamento citado, nomear lente catedrático da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, o normalista Cornélio Pereira de Barros.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de Maio de 1900.

Dr. José Paes de Carvalho (A ESCOLA, 1900, p. 331).

²⁸ Nas demais documentações pesquisadas, o nome desse professor estava escrito sem o “Junior”, porém acredita-se tratar da mesma pessoa, visto que na mesma revista “A Escola”, na edição de Junho de 1900, havia a publicação com o resultado do concurso anteriormente anunciado.

Outra edição da revista pedagógica “A Escola”, de Maio de 1900, publicava a informação do diretor geral do Ensino sobre a nomeação do engenheiro João Muniz em substituição ao lente de Desenho, o senhor Maurice Blaise em razão de impedimento não especificado no documento.

Expediente do Senhor Dr. Diretor Geral
- AO MESMO – Propondo a nomeação do engenheiro João Muniz, para substituir o lente de Desenho da Escola Normal, Sr. Maurice Blaise, durante o seu impedimento.
Expediente do Sr. Dr. Diretor Geral Abril de 1900 (A ESCOLA, 1900, p. 202).

A nomeação de um professor ou outro cidadão para ocupar o lugar de um professor parecia ser recorrente. Neste outro exemplo encontramos a substituição do lente de História Universal da Escola Normal pelo cidadão Bernardino: “AO MESMO – Propondo o cidadão Bernardino de Sena Pinto Marques para substituir o lente de História Universal da Escola Normal, dr. Arthur Theodoro dos Santos Porto, durante o seu impedimento” (A ESCOLA, 1900, p. 182).

A formação da maior parte dos professores que lecionava na Escola Normal era diversa. Eram coronéis, padres, médicos, advogados e jornalistas, por exemplo. Uma vez que havia escassez de professores mestres e lentes catedráticos para atender à formação dos professores normalistas, outros profissionais com formações superiores acabavam por entrar para o magistério. A vida dos professores modificava à medida que conseguiam uma maior carga de trabalho ou eram colocados em disponibilidade.

Um mesmo professor ou professora trabalhava em mais de um colégio de acordo com a necessidade do governo e/ou também pela sua própria necessidade, se houvesse vaga e a possibilidade de trabalho.

Outra modificação na trajetória de atuação dos professores acontecia em decorrência da extinção das disciplinas que os professores ministravam, foi o caso da professora Joanna Maltez. O decreto nº 879 de 25 de julho de 1900 extinguiu a cadeira de Prendas da Escola Normal e deixava a professora da disciplina em disponibilidade: “Decreto nº 879 de Julho de 1900: Declara disponibilidade a professora da cadeira extinta de Prendas da Escola Normal, d. Joanna dos Santos Tocantins Maltez”. (A ESCOLA, 1900, p. 571).

A partir da extinção da cadeira é possível observar uma mudança no currículo da escola, sendo muito provável que essa mudança deva ter ocorrido também na vida da professora, uma vez que teria que procurar outro local para lecionar ou aguardar alguma posição do governo para a sua disponibilidade, talvez, exercendo outra função ou mudando de profissão.

A substituição de professores também era realizada na Escola-Modelo com a nomeação de normalistas para a função. Assim, encontramos na Revista “A Escola”, de 1900, o caso de uma professora normalista de nome Placida da Cunha Alves que foi substituir outra professora do curso elementar da Escola-Modelo. O ato de nomeação pela autoridade competente foi reproduzido nos seguintes termos: “nomeio a normalista d. Placida da Cunha Alves para substituir na Escola Normal a professora do curso elementar da escola modelo, d. Maria Stellina Voltaant, que requereu licença para tratar da saúde” (A ESCOLA, 1900, p. 546).

Além dessas nomeações, mudanças e substituições de professores, os documentos encontrados também revelaram que os professores exerciam outras funções além do magistério. Eram jornalistas, políticos, bacharéis, enfim, um grupo com uma formação variada. Veremos mais sobre isso no tópico sobre a vida dos professores. Antes, porém, vejamos como era o cotidiano dos ilustres professores da Escola Normal.

4.4 Dias de rotina: o cotidiano dos professores da Escola Normal do Pará

A pesquisa sobre como era a rotina dos professores da Escola Normal, foi consultada em documentos escolares encontradas no Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, fontes como: o livro de ponto, os programas de ensino, os registros de exames e também em notícias de jornais sobre os concursos para as cadeiras para o ingresso na instituição.

4.4.1 Os registros das frequências dos professores

A frequência dos professores era registrada todos os dias em um livro específico, o livro de ponto. O livro de ponto dos professores da Escola Normal

apresentava as informações sobre as aulas do dia, os lentes e professores, a rubrica do secretário e os horários de entrada e saída. Os professores que lecionavam na Escola-Modelo também assinavam no mesmo livro. Tivemos a oportunidade de identificar um desses livros, referente ao período de 17 de março a 6 de julho de 1899 (imagem 31).

Imagem 31 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899

AULAS	LENTES E PROFESSORES	HORAS DE ENTRADA	Rubricas	HORAS DE SAÍDA
Arithmetica	1º anno	7.00	Arithmetica	10.30
Português	1º anno	7.30	Português	8.30
Desenho	4º anno	7.30	Desenho	8.30
Chimica	4º anno	7.30	Chimica	8.30
Desenho	1º anno	8.40	Desenho	9.40
Chorographia	2º anno	8.40	Chorographia	9.40
História Natural	4º anno	8.40	História Natural	9.40
Francês	1º anno	9.00	Francês	10.00
Português	2º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	3º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	4º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	5º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	6º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	7º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	8º anno	9.00	Francês	10.00
Português	9º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	10º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	11º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	12º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	13º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	14º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	15º anno	9.00	Francês	10.00
Português	16º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	17º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	18º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	19º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	20º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	21º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	22º anno	9.00	Francês	10.00
Português	23º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	24º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	25º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	26º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	27º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	28º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	29º anno	9.00	Francês	10.00
Português	30º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	31º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	32º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	33º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	34º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	35º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	36º anno	9.00	Francês	10.00
Português	37º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	38º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	39º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	40º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	41º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	42º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	43º anno	9.00	Francês	10.00
Português	44º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	45º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	46º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	47º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	48º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	49º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	50º anno	9.00	Francês	10.00
Português	51º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	52º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	53º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	54º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	55º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	56º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	57º anno	9.00	Francês	10.00
Português	58º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	59º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	60º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	61º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	62º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	63º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	64º anno	9.00	Francês	10.00
Português	65º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	66º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	67º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	68º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	69º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	70º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	71º anno	9.00	Francês	10.00
Português	72º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	73º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	74º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	75º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	76º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	77º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	78º anno	9.00	Francês	10.00
Português	79º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	80º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	81º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	82º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	83º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	84º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	85º anno	9.00	Francês	10.00
Português	86º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	87º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	88º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	89º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	90º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	91º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	92º anno	9.00	Francês	10.00
Português	93º anno	9.00	Português	10.00
Desenho	94º anno	9.00	Desenho	10.00
Chimica	95º anno	9.00	Chimica	10.00
Desenho	96º anno	9.00	Desenho	10.00
Chorographia	97º anno	9.00	Chorographia	10.00
História Natural	98º anno	9.00	História Natural	10.00
Francês	99º anno	9.00	Francês	10.00
Português	100º anno	9.00	Português	10.00

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, fotografia da autora.

Em 17 de Março de 1899, os professores e lentes constantes no livro de ponto ministravam as seguintes disciplinas: Arithmetica (1º anno), Cornelio Barros; Português (1º anno), Francisco T. dos S. Porto; Desenho (4º anno), Euphosina Silva; Chimica (4º anno), Dr. Américo Marçal; Desenho (1º anno) sem efeito; Chorographia (2º anno) Euphosino Nery; História Natural (4º anno) sem efeito; Francês (1º anno),

Bernardo Marques; Geometria (2º ano), (inelegível); (inelegível) (3º ano), Elias Vianna; Literatura (4º ano), (inelegível); Preparador, (inelegível); Musica, (4º ano), Aureliano Pinto Lima Guedes; Prendas (2º ano), Josepha de Lacerda Reading; Instrução Moral (inelegível). Portanto, nesse dia, o livro de ponto demonstra que os professores de Desenho, do 1º ano, e de História Natural, do 4º ano, não se encontravam na escola, pois a expressão “sem efeito” encontrava-se no lugar destinado às suas respectivas assinaturas.

Os professores da Escola-Modelo ministravam as aulas no ensino superior, médio e elementar, respectivamente: Cornélio Barros Junior e Maria José B. Camizão; Raimundo (inelegível) e Ignez Maria Ribeiro Dantas; Marcia Selma (inelegível).

O horário de entrada dos professores era às 7:30 horas e a saída era às 10:50 horas, porém, havia variações quanto à entrada e saída de cada um no decorrer da manhã. Já os professores da Escola-Modelo entravam às 7 ou 7:30 horas e saíam às 11:30 horas, um horário mais longo do que o dos colegas de profissão da Escola Normal.

Sobre as faltas, o secretário da escola Raimundo Monteiro, no dia 29 de março, informava que seriam abonadas apenas três faltas dos lentes e professores que deixassem de comparecer durante o mês inteiro, de acordo com o artigo 122§10 do regulamento vigente.

A atuação dos professores na vida política em altos cargos também era registrada no livro. Também eram registradas outras informações sobre a disciplina, ou o professor, no referente campo.

Nos dias 3 e 4 de abril de 1919, no horário reservado para a aula de Química, o professor estava no Congresso Estadual e, no dia 5 de abril, na Câmara dos Deputados. Ou seja, mesmo ausente nesses dias, o professor havia informado que estava fora. Anotação semelhante também foi observada no dia 8 de abril, no campo da disciplina de geometria (2º ano), o professor estava em serviço no Conselho Superior de Instrução Pública.

No mês de Abril, no dia 10 e 11, o livro de ponto informava que os professores de Física (9º ano) e de Química (4º ano) encontravam-se “com assento na Câmara dos Deputados” (quarta linha), logo, esses professores também

transitavam pelas altas cúpulas políticas, além de atuarem no ensino da Escola Normal. Na imagem 32 a seguir, a página do livro do dia 11 de Abril de 1899:

Imagem 32 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899

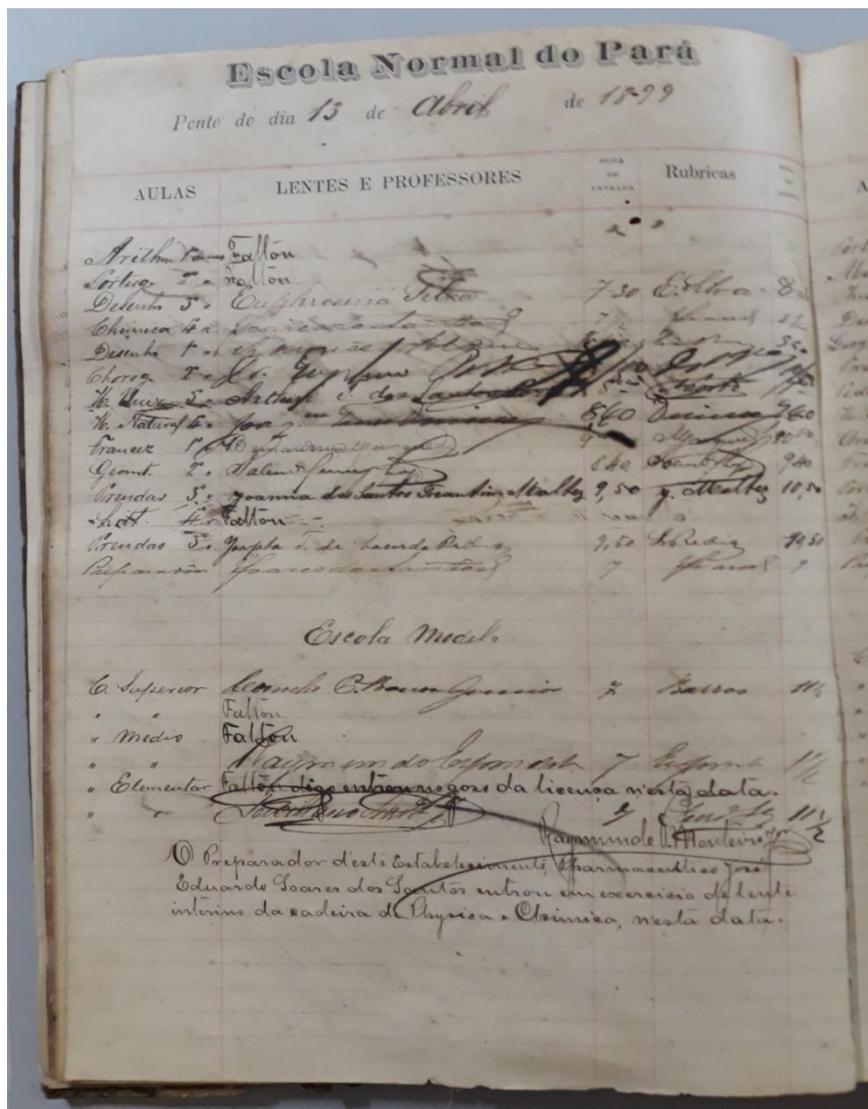
AULAS	LENTES E PROFESSORES	Rubricas
1.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
2.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
3.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
4.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
5.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
6.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
7.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
8.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
9.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
10.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
11.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
12.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
13.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
14.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
15.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
16.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
17.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
18.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
19.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
20.ª aula	Francisco F. de Alencar	2,50
Escola Média		
1.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
2.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
3.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
4.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
5.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
6.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
7.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
8.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
9.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
10.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
11.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
12.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
13.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
14.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
15.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
16.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
17.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
18.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
19.ª aula	Maria José de Alencar	2,50
20.ª aula	Maria José de Alencar	2,50

Raimundo de Alencar

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, fotografia da autora.

Na imagem 33, na página seguinte, as mudanças de função também eram registradas no livro. O secretário da escola informava que, no dia 13 de abril o preparador do estabelecimento, o farmacêutico José Eduardo Soares dos Santos, entrara em exercício como lente interino na cadeira de Física e Química.

Imagem 33 - Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1899



Fonte: Arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, fotografia da autora.

As anotações sobre os professores da Escola-Modelo também eram registradas, como podemos observar na imagem 33, acima. Assim, o livro informa que D. Maria dos Anjos Netto Martins assumira interinamente a cadeira de Puericultura Elementar Feminina nas escolas-modelo no dia 15 de Abril.

Além da esfera política, os professores também realizavam trabalhos relacionados com a Educação em outros locais, a exemplo do professor Sabino Lins que se ausentou no dia 22 de Abril para comparecer ao Conselho Superior de Instrução Pública.

O jornal “A República”, número 324, de 3 de Abril de 1900, informava as justificativas e os dias das faltas dos professores, incluindo os da escola-modelo. Faltaram os lentes: Arthur Porto, Elias Vianna, Francisco F. de Vilhena Alves e os professores da Escola-Modelo: Cornelio de Barros, Perciliano F e Silva, Maria Baena Camisão e Maria Valmont.

Tais registros revelam um cotidiano que expressa a dinamicidade da atuação dos professores da Escola Normal por meio de indícios dos lugares por onde transitavam além da escola. Mas qual o conteúdo de suas práticas pedagógicas? O item a seguir trata dos programas desenvolvidos pelos professores e lentes da Escola Normal.

4.4.2 Os programas de ensino desenvolvidos pelos professores da Escola Normal do ano de 1903

Os programas de ensino registravam o currículo da escola e os conteúdos de cada disciplina. Também davam a indicação de quem eram os professores e lentes e, alguns, as indicações das bibliografias utilizadas.

Nesta análise, apresentamos como exemplo o “Programma de Ensino da Escola Normal” do ano de 1903, no governo de Lauro Sodré. Analisando o documento, verificou-se que o curso normal tinha a duração de quatro anos e que alguns professores ministravam mais de uma disciplina. O quadro a seguir demonstra os professores, as suas respectivas disciplinas e anos em que atuavam, com base no “Programma de Ensino da Escola Normal” dos 1º, 2º, 3º 4º anos do curso referente a 1903.

Quadro 3: Professores da Escola Normal por disciplinas e anos – 1903

Professores	Disciplinas e anos
Cornelio de Barros	Português – 1º ano e 3º ano
Antônio Marques de Carvalho	Francês – 1º ano e 2º ano
Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves	Arithmetica e noções de geometria – 1º ano e 2º ano
Maurice Blaise	Desenho – 1º ano e 2º ano
Paulino de Brito	Português – 2º ano Litteratura nacional – 4º ano
Dr. Euphrosino P. Nery	Geographia – 2º ano Cosmographia do Brazil – 3º ano Cosmographia – 4º ano
Anesia Schüssler	Calligraphia – 2º ano, 3º ano e 4º ano
Arthur Theodulo dos Santos Porto	História – 3º ano História do Brazil e História do Pará – 4º ano
Vital Rego	Physica, Chimica e História Natural – 3º ano

Josepha T. de Lacerda Redig	Prendas – 3º ano e 4º ano
Elias Vianna	Pedagogia – 4º ano Educação moral e cívica – 4º ano

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903. Quadro elaborado pela autora.

As disciplinas da Escola Normal em 1903 estavam dispostas do seguinte modo: no 1º ano constavam: Português, Francês, Aritmética e Noções de Geometria e Desenho. No quadro, observamos que havia casos em que o professor ministrava duas disciplinas diferentes em anos distintos: como no exemplo de Paulino de Brito, Português e Literatura nacional, segundo e quarto anos, respectivamente.

De modo geral, a disciplina com mais turmas era a de Caligrafia, ministrada pela professora Anesia Schüssler, seguida da disciplina de Português, que era da incumbência de Cornélio de Barros e de Paulino de Brito. A disciplina de Francês era de competência de Antônio Marques de Carvalho nos dois primeiros anos e a disciplina de Pedagogia, aos cuidados de Elias Vianna, era ensinada apenas no último ano. Observamos que algumas disciplinas tinham mais turmas do que outras. Pedagogia, por exemplo, tinha apenas uma turma no 4º ano.

O quadro 4 a seguir apresenta uma comparação do “Programma de Ensino da Escola Normal” nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903 com o Programa dos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1905, com os nomes dos professores.

Quadro 4: Atuação dos professores da Escola Normal por disciplina – 1903-1905

Ano de 1903		Ano de 1905	
Professor(a)	Disciplina e ano	Professor(a)	Disciplina e ano
Cornelio de Barros	Portuguêz – 1º ano e 3º ano	Cornelio de Barros	Portuguêz – 1º ano e 2º ano
Antônio Marques de Carvalho	Francêz – 1º ano e 2º ano	Antônio Marques de Carvalho	Francêz – 1º ano e 2º ano
Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves	Arithmetica e noções de geometria – 1º ano e 2º ano	Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves	Arithmetica e noções de geometria – 1º ano e 2º ano
Maurice Blaise	Desenho- 1º ano e 2º ano	Maurice Blaise	Desenho - 1º ano e 2º ano
Paulino de Brito	Portuguêz - 2º ano Litteratura nacional – 4º ano	Paulino de Brito	Litteratura nacional – 4º ano
Dr. Euphrosino P. Nery	Geographia – 2º ano Cosmographia do Brazil – 3º ano Cosmographia – 4º ano	Dr. Euphrosino P. Nery	Geographia – 2º ano Cosmographia – 4º ano

Anesia Schüssler	Calligraphia – 2º ano, 3º ano e 4º ano	Não informava	Calligraphia – 2º ano
		Anesia Schüssler	Calligraphia – 3º ano e 4º ano
Arthur Theodulo dos Santos Porto	História – 3º ano História do Brazil e História do Pará – 4º ano	Arthur Theodulo dos Santos Porto	História do Brazil e História do Pará – 4º ano
Vital Rego	Physica, Chimica e História Natural – 3º ano	Joaquim T. Vianna	Physica, Chimica e História Natural – 3º ano Cosmographia do Brazil – 3º ano
Josepha T. de Lacerda Redig	Prendas – 3º ano Prendas – 4º ano	Josepha T. de Lacerda Redig	Prendas – 3º ano Prendas – 4º ano
Elias Vianna	Pedagogia – 4º ano Educação moral e cívica – 4º ano	Elias Vianna	Pedagogia – 4º ano Educação moral e cívica – 4º ano

Fontes: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903; PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1905. Quadro elaborado pela autora.

Comparando-se o quadro em relação aos professores, as disciplinas e anos, observa-se que, em 1905, permanecia grande parte dos professores e lentes de 1903. O corpo docente era formado por 9 (nove) homens e 3 (três) mulheres: Cornelio de Barros; Antônio Marques de Carvalho; Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves; Maurice Blaise; Paulino de Brito; Dr. Euphrosino P. Nery; Anesia Schüssler; Arthur Theodulo dos Santos Porto; Joaquim T. Vianna; Josepha T. de Lacerda Redig e Elias Vianna.

O lente Cornélio de Barros passou de duas para três turmas em 1905, ao ministrar a disciplina de Português do 2º ano, que anteriormente era ministrada por Paulino de Brito, em 1903. A disciplina de Physica, Chimica e História Natural do 3º ano, em 1903, era ministrada por Vital Rego e, em 1905, essa e também a de Cosmographia do Brazil – 3º ano do programa de 1905 – passaram a ser ministradas por Joaquim T. Vianna.

Na bibliografia ao final da disciplina de Português, observamos a indicação do livro de Paulino de Brito intitulado “Grammatica elementar”. Paulino era um dos professores de Português da Escola Normal e a indicação do seu livro por Cornelio de Barros é uma evidência de que as produções dos professores da escola também eram usadas como referências nos estudos dos alunos da Escola Normal.

Ao relacionarmos a cultura escolar com as funções exercidas pelos professores concordamos com o que Michael de Certeau denominou de “maneiras de fazer” e Dominique Julia definiu como a profissionalização e as práticas escolares.

4.4.3 A função dos professores nos concursos e exames

Os exames eram um dos rituais de avaliação (SOUZA, 2000, p. 174) e, junto a essa classificação, também podemos incluir os concursos, outros instrumentos de avaliação do aprendizado dos alunos aplicados pelos professores, que refletiam sobre a prática cultural e pedagógica própria do ofício dos professores.

O exame era uma forma de avaliar o aprendizado dos alunos e tinham a função de classificar, promover ou excluir e, ainda, de vigiar e normalizar. Era o exercício do poder que o professor tinha para determinar quem seria aprovado ou reprovado. É parte da ritualização da escola, conforme Souza (2000). Foucault (2014) também menciona os exames como um ritual que tende a hierarquizar e demonstrar poder.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível (FOUCAULT, 2014, p. 181).

O ritual do exame, para Foucault (2014), é descrito quando aborda a reunião entre o poder e a forma da experiência, em que é possível observar a demonstração da força (do professor) e o estabelecimento da verdade. Nesse momento, o aluno deve provar que aprendeu. Ainda sobre os mestres e os alunos, Foucault (2014) traça a distinção da hierarquia e do poder do professor em relação à aprendizagem do aluno por meio do exame.

O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Enquanto que a prova com que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida – a “obra prima” autenticava uma transmissão de saber já feita – o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola se torna o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência (FOUCAULT, 2014, p. 183).

A cultura dos exames, devidamente registrados em livro específico, era muito presente na Escola Normal. O livro de exames desta instituição apresentava o registro do termo de exame com o dia, o local e a hora da prova, a disciplina, os integrantes da comissão de avaliação, os alunos que iriam realizar os exames e o resultado com a apresentação das notas de cada aluno e a assinatura da comissão. O exemplo a seguir tratava do termo de exame da disciplina História do Brasil da 2ª época do ano letivo do 5º ano de 1919.

Termo dos exames de História do Brasil do 5º anno da Escola Normal do Pará da 2ª época do anno letivo de 1919.

Aos seis dias do mês de Fevereiro do anno de mil novecentos e dezenove de oito horas da manhã, em uma das salas da Escola Normal, **presente a comissão composta pelos Srs. Drs. Francisco de Paula Pinheiro, Deodoro Marechal de Mendonça e professora Eugenia Ferreira de Paiva Holanda, nomeados na forma do Regulamento sob a presidência do primeiro realizaram-se os exames escriptos de História Natural do 5º anno.** Feita a chamada, compareceram três examinandas.

Rubricado e distribuído o papel, foi convidada a examinanda Luzia Ferreira Sampaio como a primeira na ordem de matrícula para tirar a sorte o ponto para exame escripto, tendo sido dado o tempo máximo marcado no regulamento.

Concluíram e apresentaram as provas três examinandas que, em acto contínuo, retiraram-se da sala de exames. Logo em seguida, a entrega das provas, a comissão examinadora passou a julgá-las, lançando em cada uma delas as notas respectivas e de acordo com o Regulamento, tendo sido todas habilitadas.

No dia seis do mesmo mez e anno, às duas horas da tarde presente a comissão examinadora, sob a presidência do Dr. Francisco de Paula Pinheiro, realizaram-se os exames oraes dos alumnos da única turma de História do Brasil, avisados pela imprensa com antecedência de vinte quatro horas. Findos eles e julgados nos termos do Regulamento, deram o seguinte resultado: Approvadas plenamente, grao nove (9), Maria Travassos Vieira e Esmeralda Athayde Monteiro; simplesmente, grao cinco e um décimo, Luzia Ferreira Sampaio.

E para constar, eu Heliodoro F. de Brito. official lavrei o presente termo que vae assignado pela comissão examinadora: Francisco de Paula Pinheiro,

Deodoro Mendonça, Eugenia Ferreira de Paiva Holanda. (PARÁ, 1919. p. 3 e 4, grifo nosso).

Quando o professor faltava em algum dia de exame, o fato era registrado no livro. Em um dos documentos consultados sobre registro de exame do dia 1 de outubro de 1913, constam registros dessa natureza, na imagem 34, abaixo:

Imagem 34 - Folha de exames oraes de Português do Curso Normal

*Exames oraes de Portuguez do 1º anno do
Curso normal*

*Dia 1 de outubro de 1913
Das 8 horas da Manhã*

Nº	Nome dos alumnos	MEDIAS				
		Exames Escritos	Exames Oraes	Exerc. Escritos	Exerc. Oraes	Grã de Aprovação
1	Maria L. da Rocha Sotão	6,64				
2	Helena Branda Cunha	5,7				
3	Judith de Valle Albuquerque	6				
4	Isaura A. da Matta	4,6				
5	Adolphina Anunias	7,14				
6	Clara S. V. V.	4				
7	Isaura M. da Silva	4,42				
8	Edelma Carmem da Rocha	6				
9	Magdalena A. Valente	5,14				
10	Edna Maria S. Martins	5				
11	Helena S. Siqueira	4,5				
12	Barbara de S. Leão	5				
13	Maria M. Baneiros	5,5				
14	Blancina Sereira	4,78				
15	Lygia Justillo	6				
16	Cather M. de Sousa	4				
17	Zilda C. Proença	5,07				
18	Irma S. de Lima	5,3				
19	Corina R. de Castro	5,2				
20	Rosa de M. Guimarães	4,14				

Não haverá exame à falta de um professor, sn professor, Raymundo (inelegível)

Raymundo de Moraes Vitorino
Alunos: Edna M. S. Officinal

Art. 22 do Regulamento.—O resultado final de exames de um alumno será:
a) Nos exames em que houver prova escrita e oral a media entre as grã de aproveitamento annual de prova escrita e de prova oral.
b) Nas provas em favor de aproveitamento serão computadas quando superiores a 0,2 contanto que o resultado obtido não seja inferior a nota 4.
c) O alumno cujas notas menores não houverem nunca baixado no correr do anno letivo, constatará como nota de aproveitamento a media das tres ultimas notas menores, mas somente para o effeito do resultado final de exame e uma vez que o resultado obtido pelo termo determinado no artigo antecedente não seja inferior a 4.

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, fotografia da autora.

As faltas estavam anotadas na folha de exame, onde se verificou a seguinte mensagem: “não haverá exame à falta de um professor, sn professor, Raymundo (inelegível)”.

Em síntese, os professores exerciam um papel central nos rituais dos exames, momento em que se aferia o conhecimento dos alunos, mas também se

legitimavam práticas, se reforçavam atitudes e comportamentos, firmando, assim, a cultura escolar da meritocracia e das punições.

Outros registros da atuação dos professores além da sala de aula se referiam à congregação em reuniões com os governadores e à presença nas solenidades de formatura.

4.4.4 A reunião da congregação dos professores com o governador Lauro Sodré

A congregação de professores da Escola Normal se reunia em ocasiões especiais para saudar as autoridades. Uma dessas reuniões da congregação ocorreu para uma visita ao governador Lauro Sodré para felicitá-lo pela posse de seu segundo mandato e contou com a participação do recém nomeado secretário de governo Eládio Lima, que havia sido diretor da Escola Normal. A reunião também contou com a participação do desembargador e chefe de polícia, Santos Estanislau, e foi noticiada pelo jornal “Estado do Pará” de 1917.

A congregação da Escola Normal, composta dos srs. drs. Elias Vianna, director, Euphosino Nery, Alfredo Chaves e Americo Campos, professores Ferreira do Santos, Genesio Alves Leão, Cornelio de Barros, Marcos Nunes, José Girard, Sarah Ribeiro e secretario Heliodoro Ferreira Brito esteve de manhã em palácio, onde foi cumprimentar o exm. sr. governador pela sua posse (ESTADO DO PARÁ, 1917, p. 1).

Em mensagem do ano de 1917, o governador mencionou o acontecimento e destacou a nomeação do referido secretário, enfatizando o seu bom nome e os seus dotes de espírito, zelo, dedicação e lealdade.

Tive oportunidade de bôa hora para exercer o cargo de Secretario Geral do Estado o Dr. Eladio Lima, Director da Escola Normal, e que nesse como em outros cargos, tem posto em relevo os seus dotes de espírito e as suas qualidades de caráter, em virtude de que o seu nome é dos que mais valem e se recomendam na terra, que ele tem sabido servir sempre com muito zelo, dedicação e lealdade (PARÁ, 1917, p. 33).

Com a saída de Eládio Lima, assumiu a direção da Escola Elias Vianna que na ocasião fazia parte da comissão em visita ao governador. Além dele, outros professores integravam a comissão: Euphosino Nery, Alfredo Chaves, Americo

Campos, Ferreira dos Santos, Genésio Alves Leão, Cornélio de Barros, Marcos Nunes, José Girard e Sara Ribeiro.

O fato dos professores se reunirem em comissão para saudar uma autoridade governamental demonstra a necessidade da Escola se fazer próxima dos poderes constituídos. Isso parece que alimentava o prestígio do governante, mas também poderia possibilitar ao dirigente escolar e seus professores atenção especial a seus pleitos e necessidades. Talvez por isso, essas autoridades também se fizessem presentes nos eventos escolares, a exemplo das formaturas e quermesses, fortalecendo a cultura escolar de proximidade com o poder.

A formatura era uma das solenidades mais esperadas pela comunidade escolar, da qual a congregação de professores da escola também participava ativamente.

4.5 Os professores na solenidade de formatura das normalistas: a cultura escolar nas formalidades das festas escolares

Na definição de Souza (2000), a formatura é “um cerimonial que enlaça a formalização oficial e institucional com o conagraçamento, a festa” (SOUZA, 2000, p. 177). Esse ritual era uma forma de validar os exames e colocar em evidência o mérito de todos os que venceram os obstáculos. Havia a entrega de diplomas²⁹ que eram, segundo Pavan (1996), citados por Souza (2000), o que representava “a legitimação oficial do Estado às credenciais escolares”. (SOUZA, 2000, p. 177).

O Theatro da Paz, localizado no bairro da Campina, centro de Belém, era considerado “a principal vitrine da civilização da borracha amazônica” (FIGUEIREDO, 2001, p. 19), e, portanto, um dos locais escolhidos para a realização das solenidades de formatura da Escola Normal. Mas a formatura também podia ser realizada na própria Escola, já que era uma das solenidades que faziam parte das festas escolares. O fato do Theatro da Paz ser escolhido para a realização das solenidades de formatura da Escola Normal expressa o prestígio da instituição.

²⁹ Na revista “A Escola”, de 1900, encontramos um ofício do diretor geral da Instrução Pública referente ao pagamento da quantia de 375\$600 a C. Wrigrandt, para a “impressão lytrographica de 25 diplomas para professores normalistas – Ao Thesouro – para pagar, em termos” (A ESCOLA, a 1, n. 2, 1900. p. 184).

O evento de formatura contava com a presença das autoridades, dos funcionários da escola, dos familiares e da imprensa. Notas sobre as formaturas eram publicadas nos jornais e nas revistas, em sua maioria com o título de “Festa das Normalistas”. O jornal “O Pará” noticiou uma dessas formaturas no ano de 1900, realizada no dia 12, às 19 horas, no Theatro da Paz. O convite para a solenidade era enviado pelo diretor Dr. Antônio Firmo Dias Cardoso.

Eschola Normal

Do ilustrado director da Eschola Normal, Dr. Antônio Firmo Dias Cardoso, recebemos gentil convite em bellissimo cartão, para assistirmos a sessão solene da respectiva congregação, para a distribuição de prêmios aos alumnos e a colação de grau dos professores normalistas os que terminaram o curso normal.

A solenidade terá logar a 12 do corrente, ás 7 da noite, no theatro da Paz. A festa será imponente, distribuída em duas partes, com execução de admiráveis números de música, regendo a orquestra o distinto maestro Gama Malcher (JORNAL O PARÁ, 1900, p. 1).

O profissional da imprensa destaca a imponente da festa, com duas partes, provavelmente uma para a solenidade e outra para os festejos, onde se poderia ouvir belas músicas da orquestra regida pelo maestro Gama Malcher.

Uma das cerimônias de formatura foi descrita na revista “A Semana Ilustrada”, de 1923.

A festa das normalistas

Brilhante solenidade no Theatro da Paz

Uma nova turma de professoras, diplomadas pela escola normal colou grau sábado último. Há alguns anos desde que o ilustre Dr. Elias Vianna assumiu a direção daquele estabelecimento de ensino, a festa da normalista passou a ter aspectos mais encantadores, porque innegavelmente, s. s. tem sido duma dedicação sem limite, no desempenho do cargo a que empresta o brilho do seu talento e o calor de sua energia.

Basta assinalar-se que o Theatro da Paz, onde tem sido realizada a solenidade da entrega dos diplomas, toma um aspecto sem igual pela assistência vultosa que lhe toma os camarotes, as frisas, as varandas, etc.

É que todos allí comparecem com a certeza de assistir a uma festa da instrucção positivamente linda.

A turma de 1922, collou grau como acima dissemos, sabbado último, presidindo a solenidade como representante do governador, o Dr. Arthur Porto, que pronunciou brilhante alocução ao iniciar a sessão.

Interpretando o senir de suas colegas, falou a diplomanda a senhorinha Selva Cruz, cujo discurso, breve e bem coordenado, causou bôa impressão.

Como paranypho das novas professoras, que acertaram com grande felicidade na escolha feita, teve ocasião de proferir empolgadíssimo discurso, de idéias, sadias e phases lapidares, o fluente e erudito tribuno que é o dr. Elias Vianna.

A oração de s. s. foi uma nota relevo na enternecedora festa, não sendo poucos os que levantaram para saudal-o entusiasticamente.

O prêmio 'Lauro Sodré', que costuma ser conferido a diplomanda com melhor aproveitamento no curso, coube esta vez, a talentosa senhorinha Sylvia Frota de Salles, que deixou na Escola Normal, traços de seu exemplar comportamento e accendrado amor aos livros, fez a entrega do mesmo o eminente dr. Cypriano Santos.

Porque se houvessem distinguido durante o anno lectivo de 1922, entre as suas collegas, foram juntamente premiadas as distinctas alumnas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª series, respectivamente, Ignez de Lourdes Ramos, Maria Pereira de Soares, Celia Martins Bentes e Iolanda Frota de Salles (A SEMANA: ILLUSTRADA, 1926, p. 15, grifo nosso).

Os professores da escola geralmente participavam dessas cerimônias por fazerem parte da congregação e, algumas vezes, assumiam posições de destaque como a representação de autoridades governamentais, por exemplo. Nessa colação de grau, dois professores assumiram destaque: o professor e diretor da escola Arthur Porto, representando o governador – “presidindo a solenidade como representante do governador, o Dr. Arthur Porto” (A SEMANA: ILLUSTRADA, 1926, p. 15) –; o professor Elias Vianna como ex-diretor da Escola Normal e paraninfo da turma, que discursou na ocasião para as formandas. Assim, os professores assumiam funções de destaque na solenidade e, sempre que possível, deixavam mensagens.

O discurso do paraninfo da turma nas formaturas era um desses momentos da cerimônia em que os ilustres mestres deixavam uma mensagem e um último ensinamento para os seus jovens pupilos normalistas.

As revistas “A Semana: Illustrada” (1926) e “Educação e Ensino” (1912), apresentaram indicações sobre a realização do discurso do professor escolhido como paraninfo da turma, na segunda revista é possível analisar uma dessas mensagens. Lopes (2017) pesquisou sobre a missão pedagógica e uma das fontes utilizadas foram revistas, das quais extraiu os discursos dos paraninfos entre outros materiais que expressavam essa missão pedagógica. Na visão de Lopes (2017), estariam presentes nesses discursos “elogios, preceitos e conselhos que visavam à confirmação de compromissos com ética e ideologia” (LOPES, 2017, p. 30). A escolha do professor paraninfo da turma poderia significar que aqueles alunos “quissem ouvir aquela mensagem ao terem escolhido aquele orador” (LOPES, 2017, p. 30).

A “Revista do Ensino” publicou na edição de 15 de Março de 1912, um discurso proferido na formatura realizada na Escola Normal pelo orador oficial da solenidade e professor catedrático de Aritmética e Álgebra da Escola Normal Alfredo Chaves, substituindo o paraninfo eleito pela turma, o professor Paulino de Brito. Nesse caso, os alunos da turma ouviram um discurso de um de seus professores, mas não propriamente o escolhido por eles. No entanto, vejamos qual a mensagem do discurso.

Em um dos trechos, o professor faz referência à despedida como mestre de seus discípulos e à profissão de professor como um sacerdócio.

Vim dizer-lhes o adeus clássico dos mestres que ficam, aos seus queridos discípulos que vão, e a isso deveria limitar-me, augurando-lhes farta messe de victórias e venturas no sacerdócio que escolheram (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 43).

Pois bem, meus queridos discípulos, a vós está reservada essa sublime tarefa, que exige grande somma de obrigações e sacrifícios por parte d’aquelles que, animados pelo sentimento de acrysolado patriotismo, fazendo dignificante profissão um verdadeiro sacerdócio (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 46).

O professor também alertava sobre o que aguardava os formandos na profissão escolhida: a “messe de vitórias e de venturas”, mas também de obrigações e sacrifícios. E enaltecia a figura do professor primário descrevendo a sua importância no desenvolvimento intelectual, moral e físico dos povos.

Ao professor primário, meus caros discípulos, cabe, pode-se asseverar, o papel mais importante no desenvolvimento intellectual e moral e physica dos povos; e é, por isso mesmo, que a educação, moral, intellectual e physica da infância é o problema que mais preocupa as nações policiadas (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 44).

Em outro trecho, fez críticas aos métodos de ensino baseados na memorização e como isso poderia torturar a criança. Destaca, ainda, como deveria ser o professor de primeiras letras.

Demais exigir de uma creathurinha, que mal ensaia os primeiros passos no terreno do conhecimento o exhaustivo esforço de decorar páginas e páginas de compêndios, é torturá-la, é despertar-lhe na alma aversão pelos livros e o horror pelos estudos. Um critério mais elevado deve presidir ao ensino na primeira idade.

O professor não deve ser o ferrenho disciplinador na infância, mas o seu amigo dedicado, o seu guia paciente e bondoso no mundo dos conhecimentos (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 45).

Sua crítica era contra os métodos tradicionais que obrigavam as crianças a decorar, impondo-lhes o aprendizado como tortura, o que lhes faria ter aversão aos livros e aos estudos. Em relação a como deveria ser o professor, concebia que este não deveria ser um disciplinador exagerado, mas ser um guia bondoso, ter paciência com as crianças e ser um amigo dedicado. Essas eram qualidades que o professor indicava para os recém-formados para o bom exercício da profissão.

O mestre fazia referência à pedagogia moderna e às vantagens do método científico, em que a base do conhecimento fosse a própria natureza.

Ante as conquistas da pedagogia moderna, o aluno deixa de ser esse torturado de quem se exigia trabalho superior às suas forças no campo meramente especulativo, para ser um observador dos múltiplos fenômenos que se desenrolam na natureza, iniciando-se nas leis que o regem; a escola deixa de ser essa casa execrada pela infância, que instintivamente detesta tudo quanto lhe acarreta sacrifícios, para ser um centro de atrações, onde os conhecimentos são ministrados, de acordo com os princípios científicos, a par de distrações e exercícios apropriados (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 45).

A pedagogia moderna preparava o aluno para ser um “observador dos múltiplos fenômenos” e a mudança na escola se destinava a o que o professor chamava de “casa execrada pela infância” para ser um “centro de atrações”, um local em que o conhecimento fosse ensinado de acordo com os princípios científicos, mas cuja “prática do novo método, [...] exige do mestre aptidões especiais” (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 45). Para isso, o professor expressava sua preocupação com a necessidade da reforma da Escola Normal, para que o professor pudesse ter acesso a esses “indispensáveis conhecimentos”. Nesse sentido, o paraninfo da turma argumentava:

O que se afigura indispensável é a reforma da nossa Escola Normal, não só para imprimir-lhe um cunho mais profissional, como ainda para introduzir-lhe no curso matérias, cujo conhecimento se faz indispensável aos professores, tais como a fisiologia e psicologia infantis (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 45).

O professor indicava um caminho para o desenvolvimento da Escola Normal não apenas para os estudantes, mas para as autoridades presentes. Alertava para a necessidade de a Escola Normal ser “mais profissional”, introduzindo novas matérias oriundas das ciências modernas como a fisiologia e a psicologia infantil, conhecimentos que entendia como indispensáveis aos professores.

Quando se referiu às compensações da profissão, o professor mencionou apenas que “(...) A recompensa dos nossos exaustivos labores?! Essa encontrareis na gratidão dos vossos concidadãos e a paz de consciência que sempre gera a certeza do dever cumprido” (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 45). Portanto, na visão do paraninfo da turma, o professor deveria buscar satisfação e recompensa por meio da gratidão que pudesse receber dos cidadãos e da paz de consciência por ter realizado bem o seu dever como mestre. Ou seja, ainda que reconhecesse que essa profissão implicava em “exaustivos labores”, que destacasse a importância do professor para a formação da criança e para o desenvolvimento de um povo, que reclamasse o aperfeiçoamento e profissionalização da formação, o paraninfo da turma não vislumbrava a possível valorização financeira do professor, pois considerava essa profissão como uma missão ou sacerdócio, portanto, que exigia sacrifícios e abnegação de quem a exercesse.

As fotografias das solenidades eram veiculadas em revistas, mas também foram encontrados registros de imagens no livro da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017). A revista “Belém Nova” noticiou a festa das normalistas ocorrida no dia 13 de maio de 1924, provavelmente na própria escola, e indicava que estavam presentes a congregação da Escola Normal, os paraninfos e os professores que colavam grau (Imagem 35). Assim como o livro da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017) que também apresentava a imagem da formatura da Escola Normal no Theatro da Paz, (imagem 36), onde foi possível observar uma quantidade expressiva de formandos e convidados.

Ainda na revista “Belém Nova”, a imagem 37 apresenta a vista do palco para a plateia. A nota abaixo da fotografia informava que “A selecta e numerosa assistencia no acto da colação, vendo-se no camarote official o Governador do Estado e as auctas autoridades” (REVISTA BELÉM NOVA, 1924, p. 17). Observamos ainda do livro da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017), a

plateia (imagem 38), vista do palco em direção à plateia, em que estão as normalistas e demais convidados. A seguir a sequencia das imagens descritas:

Imagem 35 - A Festa das Normalistas



Fonte: Revista **Belém Nova**, v. 1, n.14, Belém, 17 de Maio de 1924, p.16. Acessado em: Novembro de 2020. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-14-maio-de-1924/>.

Imagem 36 - Formatura vista da plateia



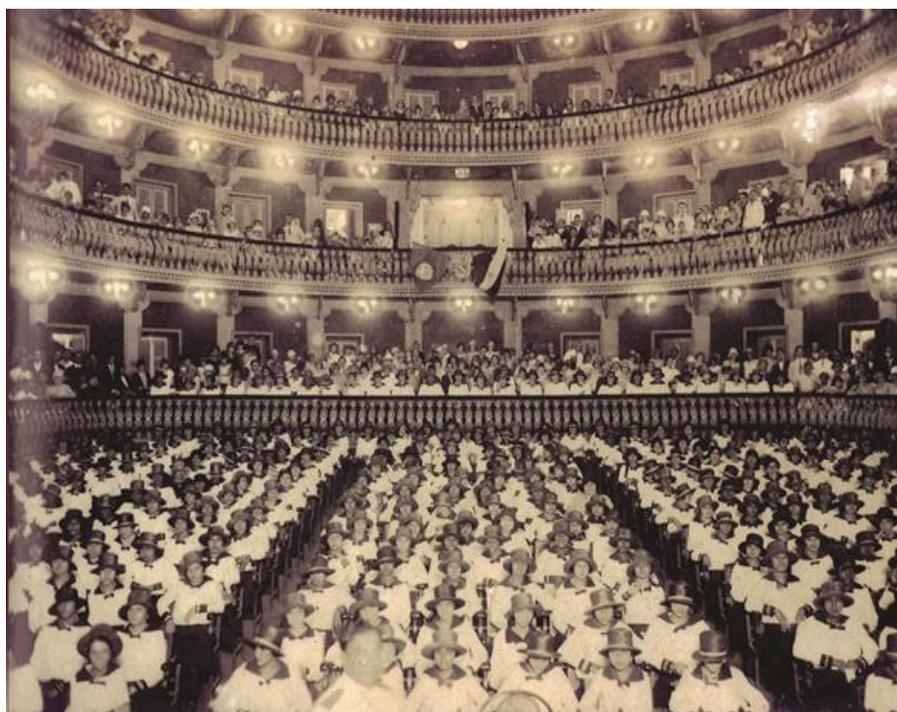
Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. O Parlamento Paraense na construção da cidade de Belém: Alepa, 2017. p. 175.

Imagem 37 - A Festa das Normalistas



Fonte: Revista Belém Nova, v. 1, n.14, Belém, 17 de maio de 1924, p. 17. Acesso em: Novembro de 2020. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-14-maio-de-1924/>.

Imagem 38 - Formatura dos alunos da Escola Normal vista do palco



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. O Parlamento Paraense na construção da cidade de Belém. Belém: Alepa, 2017. p. 173.

A roupa pode ser vista como um símbolo de distinção entre as estudantes e as formandas. Nota-se na imagem que havia dois modelos de roupas usadas pelas alunas na cerimônia, as alunas com os uniformes na plateia e as formandas com uma vestimenta luxuosa. O uniforme era a roupa de uso diário das normalistas, como vimos anteriormente, mas quando se tratava de uma cerimônia, o traje requeria a formalidade e distinção de acordo com o que a ocasião pedia. Logo, observamos nas imagens que as formandas estavam com suas “vestimentas sofisticadas” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 2017, p. 175) ou ainda com o traje “a rigor” para o famoso Baile do adeus.

A formatura era, portanto, uma cerimônia que simbolizava o momento áureo para os estudantes, pais e professores, pois coroava aqueles que receberam “a educação por parte dos eruditos do Pará” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ, 2017, p. 176), ou seja, os professores da Escola Normal. Era nesta cerimônia que os normalistas recebiam o diploma, que representava “a legitimação oficial do Estado às credenciais escolares”. (SOUZA, 2000, p.177).

O diploma tinha a função de altivez, era um dos elementos que compunham a solenidade, como menciona Souza (2000), uma distinção de percepção social, que quem o possuía recebia também ganhos simbólicos, tais como, “o reconhecimento público e autorizado de validação do título, direitos legítimos de utilização, uma identidade social, a validação do mercado de trabalho e da diferenciação de outros não portadores do mesmo título”. (SOUZA, 2000, p.177).

A solenidade de formatura tinha o seu momento de comemoração formal e um mais descontraído, após a cerimônia, porém não menos glamouroso, o baile do adeus. A imagem 39 mostra os formandos em frente ao Theatro da Paz na fotografia para o registro do referido baile.

Observa-se que os formandos se apresentavam com trajes a rigor. As moças, vestidas em cor clara, exibiam frondosos buquês de flores e enfeites nos cabelos. Os rapazes trajavam ternos escuros e seguravam chapéus de cor clara.

Imagem 39 - O Baile do adeus

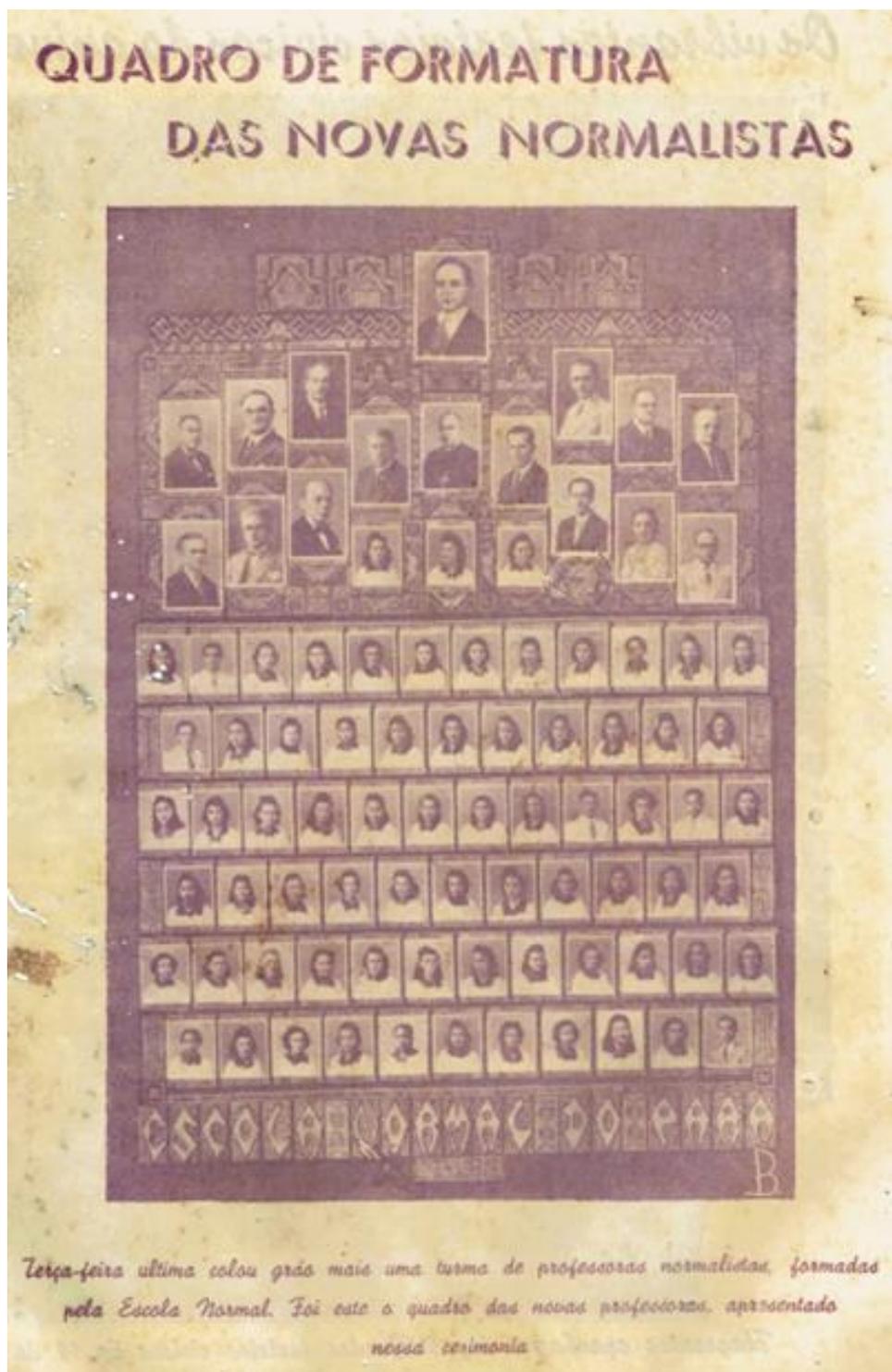


Fonte: Álbum dos Juvencios. Acesso em: Março de 2018. Disponível em:
<http://albumdosjuvencios.blogspot.com/2011/04/antiga-escola-normal-do-para.html>.

Na imagem 40 se trata do quadro apresentado na coluna social da revista “Pará Ilustrado” com as fotografias do governador, dos professores da Escola Normal do Pará e dos formandos. Apresentava ainda a seguinte descrição sobre a solenidade, logo abaixo das fotos: “Terça-feira última mais uma turma de professoras normalistas formadas pela Escola Normal, foi este o quadro das novas professoras, apresentado nesta cerimônia”. (PARÁ ILUSTRADO, 1942. p. 21).

O mesmo quadro da imagem 40 foi encontrado em uma sala do prédio novo (anexo) do Instituto Estadual de Educação do Pará, onde também estavam guardadas fotos antigas de professores da Escola Normal e do IEEP, assim como troféus, medalhas e lembranças de formaturas passadas.

Imagem 40 - Quadro de formatura das novas normalistas

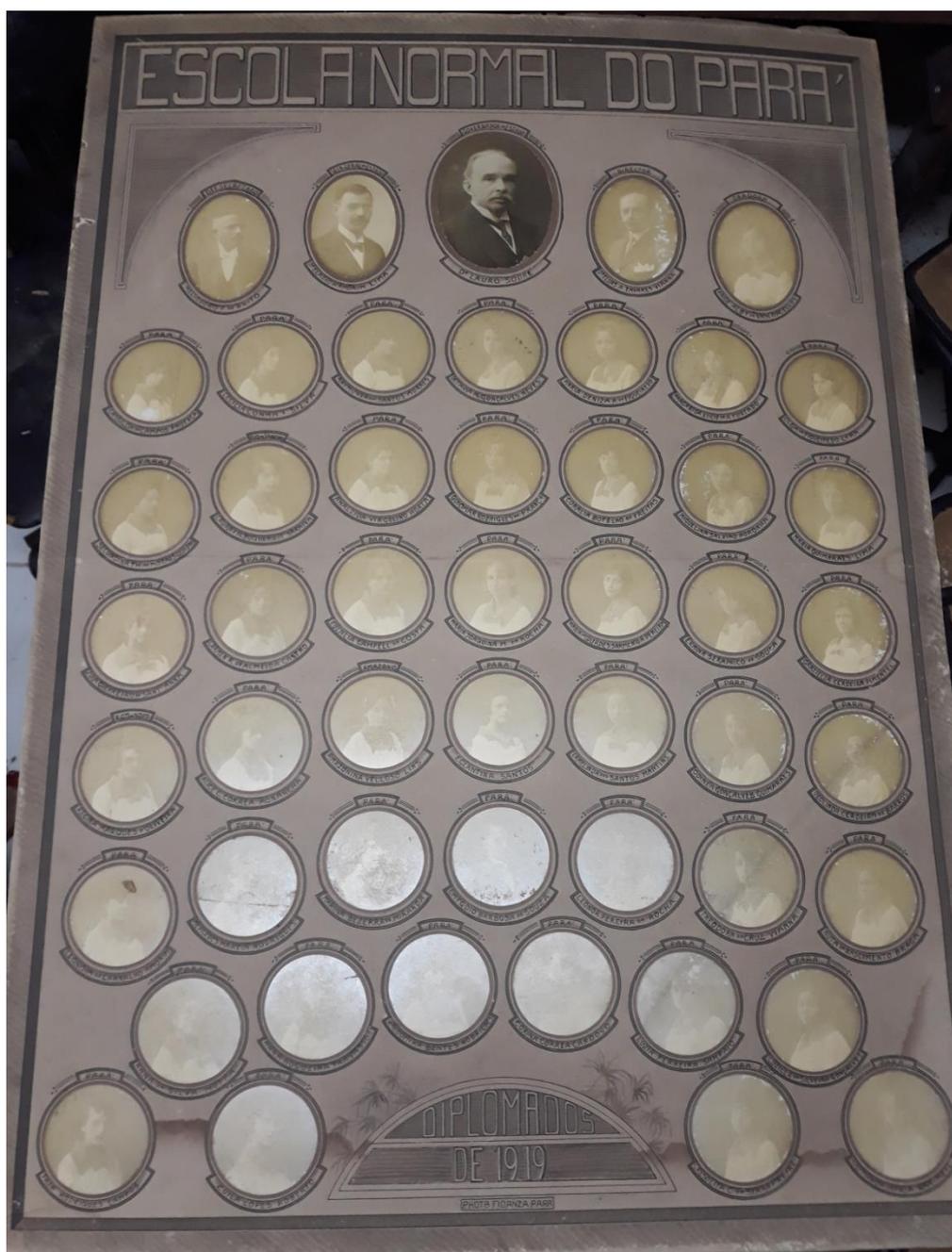


Fonte: Revista **Pará Ilustrado**, n. 109, vol. 5, ano 1942. p. 21. Acesso em: jan. 2019. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n109v5>

A imagem 41 apresenta ainda um quadro de formatura do ano de 1919, encontrado no anexo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, em que

está na fotografia ao centro, o governador Dr. Lauro Sodré, a sua direita o diretor Dr. Elias A. Tavares Vianna e a oradora Naide Alby de Vasconcellos, a sua esquerda, o Secretário Geral do Estado, o Sr. Eládio de Amorim Lima, o Oficial Secretário Hiliodoro F. de Brito e abaixo as formandas do ano de 1919 em trages do uniforme escolar. A fotografia é de Fidanza Pará.

Imagem 41 - Escola Normal do Pará Diplomados de 1919



Fonte: Anexo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, 2020.

As formaturas, portanto, reforçavam a cultura da meritocracia escolar, segundo a qual apenas os bons triunfavam e, por isso, mereciam o destaque nesses momentos de congratulações e festas. Esse comportamento também era reforçado pela premiação nas formaturas dos melhores alunos e de seu destaque nominal em jornais e revistas. Mas também tinham seus nomes publicados aqueles que apenas terminavam o curso.

Era comum que, nessas ocasiões, também tivessem seus nomes e imagens divulgados em jornais e revistas em sinal de prestígio e distinção. Mas tais distinções eram legitimadas, em última instância, pelo professor a quem cabia avaliar, atribuir notas e conceitos que classificavam e elevavam, mas que também desclassificavam, excluía e puniam. Afinal, quem eram eles? No tópico a seguir, abordamos mais especificamente a trajetória pessoal e profissional dos professores da Escola Normal.

4.6 Mestres ilustres: Quem eram os professores da Escola Normal?

As informações sobre os professores da escola normal do período estudado estavam dispersas, mesmo que em alguns casos tenhamos encontrado poucas informações de alguns professores. Como nos exemplos a seguir: o professor A. Ferreira dos Santos foi lente catedrático da segunda cadeira de Português da Escola Normal dos anos de 1917 e 1918. Também encontramos informações sobre Augusto Ramos Pinheiro que foi professor titulado da Escola Normal e começou sua proeminência quando ainda exercia suas atividades no interior do estado, um fato raro no magistério. Ainda há indicações sobre Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves, lente catedrático de Álgebra e Geometria da Escola Normal dos anos de 1917 e 1918. A escassez de informações não nos impediu de procurar por todo tipo de informação nas mais diversas fontes.

Realizar essa pesquisa foi como procurar as peças de um quebra-cabeças, visto que as informações estavam espalhadas e algumas vezes fragmentadas. Tínhamos a consciência de que ao final da montagem ainda assim poderiam faltar algumas peças como acontece em muitas pesquisas científicas.

Com o auxílio da metodologia da prosopografia, conforme especificado anteriormente, iniciamos a pesquisa pelo nome dos professores, primeiro, procurando a confirmação da grafia correta de cada um e o nome completo³⁰. Em seguida, procuramos agrupar os professores pesquisados considerando os critérios escolhidos e também por afinidade de profissões exercidas além do magistério. Alguns foram analisados individualmente por apresentarem características singulares. No caso das professoras, o agrupamento se fez por disciplinas que lecionavam. Apresentamos a seguir a trajetória de 14 (quatorze) professores dos 63 (sessenta e três) encontrados no quadro 2.

4.6.1 Lecionar também é uma arte: professores e pintores

A vida de três dos professores é o ponto de partida. Pierre Maurice Blaise, Domenico De Angelis e David Osipovitsch também tinham em comum o fato de serem pintores. Neste item apresentamos essas personalidades que, além de professores, foram renomados artistas.

4.6.1.1 Pierre Maurice Blaise: o francês que se encantou pela cidade morena

O ilustre professor de Desenho da Escola Normal, Pierre Maurice Blaise era francês, casado com Luise Blaise, também francesa e pintora. O casal residiu na travessa Quintino Bocaiuva, 96 e, posteriormente, na avenida São Jeronymo, 73, locais que também serviram para que realizassem exposições de quadros.³¹

A obra de Ignácio Moura (1895) sobre “A Exposição Artística e Industrial do Lyceo Benjamim Constant e os expositores de 1895” traz importantes informações sobre esses três professores-artistas, entre elas, uma breve descrição da biografia de Blaise, da qual destacamos alguns trechos.

O senhor Blaise, nasceu na França e estudou em Paris. Foi premiado no meio artístico e científico: “obteve sempre na Academia menções honrosas no curso das

³⁰ Isso se fez necessário porque em algumas páginas dos programas de ensino e do livro de ponto o nome do professor estava abreviado, ou só estava o primeiro e o último nome.

³¹ A primeira exposição na travessa Quintino Bocaiuva, 96 era sobre motivos e paisagens paraenses; a outra exposição, na avenida São Jeronymo, 73, abrigava cerca de 50 quadros diversos sobre assuntos locais e do interior do País.

trez artes: Desenho, Architectura e Esculptura, merecendo o primeiro prêmio nos exames de anatomia” (MOURA, 1895, p. 108). Apresentava uma ampla Educação e prestígio, seu nome constava no Catálogo *Salon* dos Expositores de Paris³². Sobre sua formação, prestou exames para professor de Desenho Linear e outros para colégios e para o Liceu da França.

A mudança de Blaise para o Pará foi a convite do dr. Pizza, ministro do governo brasileiro em Paris, para lecionar Desenho Linear e Topográfico no Liceu Paraense e na Escola Normal. Os atestados honrosos de diversos professores foram o que provavelmente impulsionaram o convite, fato descrito por Ignácio Moura (1895).

Maurice Blaise, á vista de attestados honrosos de diversos professores, foi contractado pelo sr. dr. Pizza, nosso Ministro em Pariz, em nome do Estado do Pará, para vir leccionar dezenho lineare topographico no Lyceo Paraense e na nossa Escola Normal. Blaise é um moço talentosíssimo e modesto: com mais algum trabalho será collocado na primeira categoria dos nossos mestres (MOURA, 1895. p. 108).

Suas qualidades – “talentosíssimo e modesto” – também foram enfatizadas como traços que nos dão pistas sobre as características do professor. A ênfase era que, com mais trabalho, logo seria alçado à primeira categoria dos mestres.

A disciplina de Desenho no “Programma de Ensino da Escola Normal” de 1903 era de incumbência do professor Pierre Blaise era assim descrita (não havia indicação de bibliografia ao final):

Desenho

- 1º - Preliminares: definição do desenho; instrumentos empregados.
- 2º - Dos pontos: de intersecção, de inflexão, de contato ou de tangencia.
- 3º - Das linhas: cheias e de construção, rectas, curvas e polygonaes, verticaes e horizontaes; inclinadas perpendiculares, paralelas e obliquas.
- 4º - Dos ângulos: definição;
- 5º - Circunferencia: concêntricas, excêntricas, tangentes e secantes.
- 6º - Linhas que tem relação com a circunferencia: diâmetros, raios, arco, corda, flexa, apothema, tangente e secante.
- 7º - Curvas usuaes; espiral, ovo e oval.
- 8º - “ “ ellipse.
- 9º - Polygonos em geral: retilíneos, curvilíneos, estrellatos, regulares e irregulares.

³² Nesse catálogo, segundo informações de Moura (1895), foram apresentados em média 6.000 quadros anualmente para uma seleção de 2.400 no *Salon*.

- 10^o - Polygonos iguaes, semelhantes, equivalentes.
 11 - Triangulos: acutangulo, rectangulo e obtusangulo; equiláteros, isocelos e escalenos.
 12 - Quadrilateros; quadrado, rectangulo, losango, parallelogrammo, trapezio e quadriláteros irregulares.
 13 - Circulo: semi-circulo, corôa circular, segmentos e sectores circulares.
 14 - Solidos: definição; polyedros retangulares; tetraedro, hexaedro, octoedro, dodecaedro e icosaedro.
 15 - Polyedros irregulares.
 16 - Corpos redondos; cylindro, cone e esphero.
 17 - Problemas relativos as linhas.
 18 - Diversos modos de traçar as perpendiculares.
 19 - “ “ “ “ “ parallelas.
 20 - Construcção e medição dos angulos.
 21 - Divisão das rectas em partes iguaes ou proporcionaes.
 22 - “ dos arcos.
 23 - “ ângulos.
 24 - Divisão da circumferencia em 2, 3, 4, 6, 8, 12 ou 24 partes iguaes.
 25 - “ “ “ “ 5, 10 ou 20.
 26- Procurar o centro de um arco dado.
 27 - Traçar tangentes interiores ou exterieores as circumferencias.
 28 - Concordar um arco com uma recta ou dous arcos entre si.
 29 - Traçar um arco tangente á uma recta e á uma circumferencia dada,
 30 - Construir um triangulo: sendo dados os lados ou dous lados e um angulo.
 31 – Construir um triangulo dados a base e dous lados.
 32 - “ “ “ “ a base a altura e um lado.
 33 - Problemas relativos aos quadrilateros.
 34 - Construir polygonos semelhantes.
 35 - “ “ iguaes.

2^a Parte

Applicação do Desenho linear ao Desenho de ornato.

O professor,
M. Blaise.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1^o, 2^o, 3^o 4^o annos de 1903. p. 7. (grifos do documento)

No 2^o ano da disciplina de Desenho, o conteúdo era muito condensado em relação ao apresentado para o 1^o ano e continuava aos cuidados de Blaise.

Desenho

Flores, ornatos e composições decorativas.

O professor,
M. Blaise.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1^o, 2^o, 3^o 4^o annos de 1903. p. 12. (grifos do documento)

Sobre as suas obras, o professor escreveu um livro chamado “Desenho Linear Geométrico”³³, destinado ao curso primário. A seguir, na imagem abaixo, o frontispício do livro:

Imagem 42 - Frontispício do livro “Desenho Linear Geometrico”



Fonte: FIGUEIREDO, 2001, p. 21.

Outras obras de Blaise constam no acervo do Museu de Arte de Belém (MABE), no Decreto nº 29.473/96-PMB: o “retrato do Intendente José Coelho da Gama e Abreu (Barão do Marajó)” (Decreto nº 29.473/96-PMB), o “retrato Gentil Bittencourt”³⁴ (Decreto nº 29.473/96 - PMB), o “retrato do Intendente Antônio Joaquim Silva Rosado”³⁵ e o Brasão d’Armas do Município de Belém³⁶.

³³ O livro “Desenho Linear Geométrico” foi publicado pela editora Ailand (Paris-Lisboa, 1904). ARRAES. R. M. L. (Org). Entre Imagens e Memórias do Poder. Belém/Museu de Arte de Belém – MABE/Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL/Prefeitura Municipal de Belém-PMP (PA) 2012. p. 71.

³⁴ Decreto nº 29.473/96-PMB, de 11 de Dezembro de 1996. Diário Oficial do Município de Belém. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8.415. p. 3. A obra é da categoria artes visuais, subcategoria pintura, sendo a técnica/material: óleo, tela, madeira, estuque, ano: 1896, nas dimensões: 122,5 cm x 90 cm.

³⁵ Decreto nº 29.473/96-PMB, de 11 de Dezembro de 1996. Diário Oficial do Município de Belém. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8.415. p. 3. A obra é da categoria artes visuais, subcategoria pintura, sendo a técnica/material: óleo, tela, madeira, estuque, ano: 1896, nas dimensões: 76 cm x 61 cm.

³⁶ Esse brasão aparece no canto superior esquerdo da moldura dos retratos que fazem parte da galeria municipal. ARRAES. R. M. L. (Org). Entre Imagens e Memórias do Poder. Belém/Museu de Arte de Belém – MABE/Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL/Prefeitura Municipal de Belém – PMP (PA) 2012. p. 71.

Coelho (2014) também informa a respeito de outras obras de Blaise na cidade de Belém: um monumento com duas figuras femininas que simbolizavam a música e a história, inaugurado em 17 de Dezembro de 1906 e dois bustos de Augusto Montenegro e Antônio Lemos como uma forma de homenageá-los.

Um dos grandes símbolos do Bosque Municipal foi o monumento construído por Maurice Blaise, inaugurado em 17 de dezembro de 1906, em que duas figuras femininas simbolizam a Música e a História. No conjunto escultórico ainda pontificavam os bustos de Lemos e Montenegro, homenagem do artista às figuras dominantes da política do Pará de então (COELHO, 2014, p. 60).

Tanto Antônio Lemos como Augusto Montenegro eram mecenas da época e faziam uso da estratégia de “economia política da imagem”, como enfatiza Coelho (2014), que passou a ser uma prática ideológica dominante na sociedade da cidade de Belém: “combinando obras públicas e patrocínios culturais: as riquezas da belle époque serviriam principalmente à montagem de cenários urbanos modelares – a Paris nos trópicos” (COELHO, 2014, p. 47).

Outro artista que também trabalhou como professor foi o italiano Domenico De Angelis. Vejamos um pouco sobre a sua vida.

4.6.1.2 Domenico De Angelis: professor italiano e um dos artistas do embelezamento da cidade de Belém

Domenico De Angelis, segundo Arraes e Fernandes (2012), nasceu em Roma, Itália, no ano de 1852 e faleceu na Itália aproximadamente em 1900. O artista chegou ao Brasil no final do século XIX, no período da economia da borracha na Amazônia, e seus trabalhos foram realizados no Pará e no Amazonas.

Na cidade de Belém, De Angelis deixou muitas obras artísticas, entre elas, como indicou Coelho (2014), a pintura do forro da sala de espetáculos do Teatro da Paz. Souza (2010) indica que a primeira reforma do Teatro da Paz ocorreu no período de 1887 a 1890, em que foram: “inseridas as pinturas artísticas da sala de espetáculos: [...] e as pinturas decorativas das dependências da plateia [...], de autoria do italiano Domenico de Angelis” (SOUZA, 2010, p. 112).

Outras informações sobre o episódio da reforma do teatro envolvendo Domenico de Angelis, segundo Souza (2010), se referiam à assinatura de um

contrato com o governo da época, em maio de 1887. O renomado artista italiano, contou com a ajuda de uma equipe para realizar toda “a decoração das dependências da sala de espetáculos – camarotes, plateia, paraísos etc. –, assim como projetar e executar a pintura do teto” (SOUZA, 2010, p. 114). Porém, ainda de acordo com a mesma autora, o pintor teve de retocar toda a decoração, sem que fosse ressarcido dos custos adicionais desse trabalho. Uma forma encontrada de compensá-lo pelos prejuízos econômicos sofridos foi ser contratado novamente pelo governo de Lauro Sodré em 1896 “para decorar o salão nobre do teatro” (SOUZA, 2010, p. 114).

Uma descrição destas obras realizadas pelo artista no teatro foi registrada numa mensagem de Lauro Sodré em 1897.

A pintura do proscênio, dos camarotes e do tecto d’este último salão, executada a alguns anos pelo eminente artista italiano, Domenico de Angelis, constitue verdadeiro primores da arte. Imponente a perspectiva do tecto, onde quatro lindíssimos quadros representando uma Diana em meio a opulenta e verdejante floresta, uma Venus a surgir das ondas, uma primorosa allegoria, às Artes e um deslumbrante carro de Apollo, formam o mais delicioso conjunto de belezas artísticas (PARÁ, 1897, p. 20).

A obra de arte realizada por De Angelis no Theatro da Paz foi descrita como um verdadeiro primor, mas, tempos depois, foi destruída pela infiltração das águas das chuvas. A imagem a seguir é parte da obra.

Imagem 43 - Domenico de Angelis, a representação de Mnemosine e algumas das musas da arte, parte da pintura em têmpera do teto da sala de espetáculos, 1889, Theatro da Paz (Pará)



Fonte: Souza, R de S. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do grão-Pará. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 93-121. jul.-dez. 2010.

Coelho (2014) lembra que a obra foi novamente reformada no governo de Augusto Montenegro, pelo também italiano Armando Balloni e foi substituída por outro painel, mas “manteve as linhas dominantes na peça de De Angelis, um cenário realçado pela majestade e beleza do lustre central da mesma sala” (COELHO, 2014, p. 64). Essa reforma do Theatro da Paz, assim como tantas outras, era considerada um dos pontos altos do mecenato de Augusto Montenegro por serem realizadas por artistas de renome, ainda de acordo com Coelho (2014).

Outras obras que foram atribuídas a este artista, conforme Coelho (2014) foram as telas dos dez altares laterais na igreja da Sé que também foram produzidas em outra parceria com Giovanni Capranesi. A nova obra foi a tela que representa a morte de Carlos Gomes, que, segundo Arraes e Fernandes (2012), encontra-se no antigo Paço Municipal, atual Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura Municipal de Belém. A seguir, apresentamos a obra “Últimos momentos de Carlos Gomes”, publicada no livro: “Instituto Estadual Carlos Gomes – 120 anos de história”:

Imagem 44 - “Últimos dias de Carlos Gomes”. Óleo sobre tela de Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi, Itália, 1899



Fonte: BARROS, L. VIEIRA, L. B. (Org.) **Instituto Estadual Carlos Gomes. 120 anos de História.** Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes da UFGPA, 2015. p. 26.

De acordo com Coelho (2014), dois anos após Antônio Lemos assumir a intendência de Belém, o mecenas encomendou a tela a De Angelis e Caprenesi, que foi feita em Roma no ano de 1899. A obra foi entregue em 17 de setembro do mesmo ano e recebeu o devido destaque no gabinete do intendente.

Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi, segundo Coelho (2024), também foram responsáveis pela confecção das máscaras mortuárias do maestro Carlos Gomes e de outro renomado professor e artista, David Widhofpp. Sobre este último, apresentaremos informações sobre a sua vida e os seus registros na capital paraense mais adiante.

Além dessas obras, outra encomenda de Lemos para os mesmos artistas foi, de acordo com informações de Coelho (2014), um monumento para homenagear o bispo D. Frei Caetano Brandão, fundador da Santa Casa de Misericórdia do Pará. O monumento ficaria localizado no largo da Sé, no bairro em que atualmente se situa a cidade velha. A confecção da obra, no entanto, teve que ser interrompida, devido ao falecimento de Domenico De Angelis no ano de 1900. Gioavani Capranesi e Enrico Quattrini concluíram o trabalho que foi inaugurado no governo de Paes de Carvalho em 15 de agosto de 1900.

4.6.1.3 David Osipovitsch Widhofpp: o russo que chegou à Amazônia

O professor David Osipovitsch Widhofpp, segundo Braga (1933), era de origem russa, nasceu na cidade de Odessa em 1867, onde iniciou seus estudos artísticos. Com a idade de 16 anos, frequentou a academia de Belas Artes de sua cidade natal, por um ano, e foi premiado por seu raro aproveitamento. Em seguida, continuou os estudos na cidade de Munique, na Baviera, até o ano de 1887, onde também recebeu várias menções honrosas. Foi aluno do grande mestre alemão Loeftz, que tinha por critério selecionar seus próprios alunos.

Segundo Moura (1895), Widhofpp seguiu sua carreira acadêmica em Paris, o grande centro da arte moderna. Estudou com Bouguereau, Jules Lefevre e Robert Fleury. Expunha seus trabalhos e ganhava reconhecimento com o crescente sucesso e premiações. Chegou a trabalhar no ateliê de Eugène Thirion, um renomado artista da época.

Além do trabalho com a arte, ainda de acordo com Moura (1895), Widhofpp também trabalhou como colaborador em jornais e revistas. Em 1887, prestou serviços para o “*Kuns furalle*”, um jornal alemão ilustrado que reproduzia obras de artistas renomados. Trabalhou posteriormente no “*London News*”, em 1889; no “*Artist*”, de Moscou, na “*Revista*”, um jornal português que era publicado em Paris, e na revista parisiense “*Illustration*”. Em Belém do Pará, trabalhou como redator artístico dos periódicos “*Mosquito*” e da “*Província Illustrada*”, no magistério, como pintor e como diretor da Academia de Belas Artes do estado.

No relato de Moura (1895), o ingresso de Widhofpp na Escola Normal foi por meio de contrato. Em 1893, o governo do estado procurava contratar na Europa algum professor de pintura para preencher as cadeiras criadas no Liceu Paraense e na Escola Normal, ocasião em que mandou abrir concorrência naquele continente. Logo, Widhofpp candidatou-se à vaga.

Em Paris, Widhofpp, que a instancias da colônia brasileira ali residente se inscrevera no concurso, exibiu tão valiosas provas, que o nosso ministro naquela capital, dr. Pizza e Almeida, não hesitou em celebrar com elle o respectivo contrato (MOURA, 1895, p. 16).

O russo Widhofpp viveu na capital paraense no período de 1894 a 1895 e concorreu com seus quadros para a exposição do Liceu Benjamin Constant no ano de 1985.

De Pariz, para onde partira ha mezes a fazer aquisição de materiais para executar importantissimos trabalhos de pintura que lhe foram cometidos, regressou a esta capital o emérito artista sr. David Widhofpp, ínclito professor da nossa Escola Normal, cavalheiro estimabilissimo pelo seu primoroso talento e pelos seus dotes cívicos e moraes que lhe adornam o carater (MOURA, 1895, p. 104).

O mesmo autor também indicou o documento que fazia referência às contribuições do professor para a divulgação da imagem positiva do Estado na Europa, sendo considerado como um amigo sincero do Pará.

Widhofpp, que é um amigo sincero do Pará, e um entusiasta das suas belezas e dos seus crescentes progressos, vae ter occasião de eleva-lo mais do que ate aqui o fazia com seu valioso concurso, estimulando o gosto das bellas artes neste Estado: o exímio pintor entrou para o corpo de collaboração artistica da *Illustration* de Pariz, o mais completo e mais interessante de todos os jornaes illustrados da Europa, e deste modo vae

elle tornar conhecidas no velho mundo as belezas deste Estado, remetendo desenhos originaes ao grande periódico parisiense, com o que prestará a gleba paraense prestigiosos serviços, constituindo-se por tal motivo credor de todo o nosso reconhecimento e das nossas mais vivas sympstias (MOURA, 1895, p. 105).

A biografia de Widhofpp mostra que foi um artista premiado e exerceu diversas funções, atuando na pintura, no jornalismo e no magistério. Certamente, a riqueza dessa experiência formativa repercutia favoravelmente na cultura escolar da Escola Normal paraense.

4.6.1.4 José Girard: o professor que gostava de fotografia

O professor José Girard, segundo informações de Lima e Nasser (1996), nasceu em 24 de maio de 1862 em local desconhecido e faleceu em 7 de maio de 1938. Foi casado com a pintora francesa Margueritte Gabrielle Girard com quem teve um filho chamado Reinaldo Girard (LIMA; NASSER, 1996, s/p)³⁷.

Em Belém, José Girard destacou-se como paisagista, retratista e foi considerado um dos precursores da fotografia, e participou de inúmeras exposições coletivas, incluindo os salões oficiais de Belas Artes do Pará. No ano de 1908, representou o estado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro com trabalhos inspirados na Amazônia (dois retratos e quatro telas).

Girard era um artista reconhecido nacional e internacionalmente. Foi membro da Academia Humbert de Paris. Entre suas obras, destacamos o “Retrato do Governador Magalhães Barata”³⁸, do acervo de obras do Museu de Arte de Belém (MABE).

Além do trabalho artístico, também lecionou na Escola Normal do Pará, como professor de Caligraphia e Desenho e foi um dos jurados na Exposição de Desenho Escolar, conforme consta na mensagem de 7 de setembro de 1926 do governador do estado Dr. Dionysio Auser Bentes³⁹. Na Exposição de Desenho Escolar,

³⁷ LIMA, J; NASSER, G. Biografias. In: **7 de Setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Auser Bentes**, p.17-18. Belém, 1996. (Caminhos da Cultura, 4). p. s/p.

³⁸ Decreto nº 24.473/96 – PMB, de 11 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial do Município de Belém**. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8. 415. Dispõe sobre o Tombamento das obras pertencentes ao acervo do Museu de Arte de Belém/Mabe. p. 6.

³⁹ PARÁ. **Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de Setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Auser Bentes**, p.17-18.

concorriam todos os grupos da capital, os institutos Lauro Sodré e Gentil Bittencourt, a Escola Normal, o Gymnasio Paes de Carvalho, os colégios particulares Progresso Paraense e João Baptista, além dos cursos particulares do professor Manoel Pastana e da professora O. Nunes.

A exposição ocorreu no dia 20 de Setembro de 1925. Girard nomeado para o júri de acordo com o art. 276 do decreto n. 3.356 de 7 de maio de 1918. Sua nomeação ocorreu junto a outros membros do júri⁴⁰. Na exposição, a Escola Normal concorreu com 114 candidatos, obteve 9 prêmios com 16 menções honrosas.

4.6.2 O ensino da música em lindas canções: os professores e músicos

O grupo de professores a seguir, tinha em comum também o interesse pela música, eram Aureliano Pinto de Lima Guedes, Henrique Eulálio Gurjão, Antônio Marques de Carvalho.

4.6.2.1 Aureliano Pinto de Lima Guedes: professor, músico e tenente-coronel

Um breve relato sobre Aureliano Pinto Guedes foi descrito por Moura (1895) no artigo “Os concertos musicaes da exposição” que tratava dos musicais durante o período dos quinze dias do evento. Esses musicais foram dirigidos pelos professores Clemente Ferreira, Roberto de Barros e Aureliano Guedes. Além destes, também esteve presente o maestro Carlos Gomes.

Essa corrente de músicos ajudou a fundar em Belém o Conservatório de Música e a Academia de Belas Artes, a segunda academia do Brasil depois do Rio de Janeiro. Isso foi possível por intermédio da “Sociedade Propagadora de Bellas Artes”, cujo presidente era Pedro Chermont.

⁴⁰ Os demais membros do júri eram o júri de admissão composto das normalistas: Carlota Justo Ribeiro, Maria Luiza do Amaral, Maria Martins Sarmanho, dra Hilda Vieira e Antonieta dos Santos Feio e do júri de julgamento: desembargador dr. Theodulo dos Santos Porto; drs. Henrique Santa Rosa; João de Paula Muniz, Raymundo Tavares Vianna, Alfredo Souza e os professores Carlos Azevedo, José Sidrim e Adolpho Pereira. In: **PARÁ. Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de Setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Auser Bentes**, p.17.

Moura (1895) relata sobre a música nas exposições, considerada a grande atração do evento, mas também sobre a convivência fraternal entre os músicos, uma das razões pela qual o Maestro Carlos Gomes não hesitou em se estabelecer em Belém como diretor do conservatório de música.

A música tem convertido ainda em uma virtude orgânica da alma paraense: os concertos à grande orquestra são a *grand attraction* de todas as nossas primeiras festas; professores e maestros convivem de tal estímulo fraternal de arte que, o velho Carlos Gomes, na sua última viagem á esta terra, em primeira deste anno, não trepidou em aceitar o conservatório de música, vindo assim passar os seus últimos dias entre nós [...] (MOURA, 1895. p. 87).

Para Moura (1895), o professor Aureliano Guedes era um distinto professor catedrático de Música da Escola Normal que nasceu na Bahia e chegou a Belém ainda criança, iniciando os seus estudos na capital. Assim foi descrita a sua Educação: “muito do que elle sabe de música deve-o ao seu reconhecido talento, ao continuado exercício de Arte e ao seu estudo de gabinete” (MOURA, 1895. p. 89). Foi aluno de Adolpho Kauffass no Seminário do Pará e, além de ministrar aulas na Escola Normal, também foi professor no Liceu Benjamin Constant. Também participou da Exposição Interestadual.

Outro cargo que exerceu foi o de tenente-coronel da Guarda Nacional e diretor de quase todas as bandas dos corpos estaduais. Moura o definiu ainda como um homem trabalhador.

4.6.2.2 Henrique Eulálio Gurjão: o professor e músico que viajou e retornou para Belém

Henrique Eulálio Gurjão era professor e artista, mas sua arte era voltada para a música, disciplina que lecionava na Escola Normal. Na obra de Vicente Salles (2016) “Música e músicos do Pará”, que se encontra no Conservatório Carlos Gomes, as informações sobre a vida de Henrique Gurjão revelam que foi compositor e regente, começou seus estudos na área da música em Belém, mas em maio de 1851, partiu para continuar os estudos na Europa, mais precisamente na Itália. Gurjão havia recebido uma pensão do governo provincial, pela Lei nº 218. Continuou seus estudos em Roma e foi aluno de G. Paccini. Em seguida, foi para o Instituto

Santa Cecília, em Gênova. Após a conclusão dos estudos, retornou ao Brasil, para residir no Rio de Janeiro com a bagagem cheia de diversas composições como a partitura da ópera “Idália”.

Nas relações em sociedade, ao chegar à cidade do Cristo Redentor, tornou-se amigo de Carlos Gomes. Retornando a Belém, desejava estreitar sua ópera em terras morenas, o que o fez recusar apresentá-la na Companhia da Ópera Nacional, quando estava no Rio de Janeiro. Em Belém do Pará, teve contato com “a produção de óperas e libretos em português” (SALLES, 2016, p. 287), o que teve reflexo, segundo Vicente Salles (2016), nas suas obras religiosas em vernáculo. O que se tem de conhecimento sobre a sua atividade como professor é que: “vivendo exclusivamente de sua arte, HEG desenvolve grande atividade como professor e músico. Dois de seus discípulos, José Domingues e Aureliano Guedes, projetam-se rapidamente” (SALLES, 2016, p. 287). Seria esse seu discípulo o mesmo Aureliano Guedes que também lecionava na Escola Normal? Não se sabe, mas provavelmente sim. Entre as suas obras merecem destaque: a romança – “As doces crenças de seu primeiro amor” (também conhecida por “A laranjeira”); quatro missas solenes, “Kyrie” e *SANTUS AVULSOS*; “Invocação á Virgem de Nazaré”, para soprano e órgão; e “*Deum Ludamus*”, para coro e órgão que foi cantado em 7 de setembro de 1922, na Catedral de Belém.

4.6.2.3 Antônio Marques de Carvalho: professor e pianista

Antônio Marques de Carvalho nasceu em 06 de Outubro de 1867 e faleceu em 23 de Outubro de 1915 em Belém (ILDONE, MEIRA, CASTRO, 1995). Foi poeta, pianista, compositor, crítico de arte, Consul em Caiena, jornalista e professor de Português. Também exerceu o ofício de jornalista na “Província do Pará”. Foi um dos intelectuais que fundaram a Academia Paraense de Letras em 1900 e, em 1913 ampliou o número de cadeiras de 30 para 40. Sua cadeira era a de número 4, que posteriormente foi ocupada por Eládio Cruz Lima, em seguida por Romeu Mariz e em 1963, por Octávio Mendonça.

No discurso de posse na Academia Paraense de Letras, Octávio de Mendonça traçou uma breve descrição sobre Antônio Marques de Carvalho: “Tinha

bom estilo, fina verve, sólida base cultural, mas era um inquieto, um dispersivo, um diletante” (ILDONE, MEIRA, CASTRO, 1995, p.128). Professor Antônio foi considerado um humanista, mas, dispersivo, a ponto de não reunir seus trabalhos.

Octávio de Mendonça lembra também que na passagem de Antônio Marques por Paris, ele tinha preferência por Bocage e escreveu um soneto em homenagem ao construtor da Torre Eiffel. Porém, não chegou a publicar o livro que anunciara sobre esse assunto.

Os conteúdos das disciplinas de Francês e Português ministradas por Antônio Marques de Carvalho na escola normal no ano de 1903 eram os seguintes:

Francês

- 1º - Phonetica franceza.
- 2º-Morphologia e ortographia dos substantivos, correspondentes exercícios oraes, escriptos e traducções simples de prosa.
- 3º - Idem, dos adjetivos.
- 4º - Idem, dos artigos.
- 5º - Idem, dos pronomes.
- 6º - Idem, dos particípios.
- 7º - Idem, dos verbos.
- 8º - Idem, das preposições.
- 9º - Idem, dos advérbios.
- 10 - Idem das conjuncções e interjeições.

A analyse etymologica e a conjugação progressiva dos verbos regulares constituirão objecto acurado do estudo, durante o anno letivo.

O lente catedrathico,
Antônio Marques de Carvalho

Bibliographia:

- Compendio* de Säid- Ali.
Selecta de Moreira de Sá.
Diccionários português-francês e francês- Português.
Grammatica de Halboul.
Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903, p. 3 (grifos do documento).

Portuguéz

- 1 Revisão da Phonologia.
- 2 “ “ Taxinomia.
- 3 Morphologia: Elementos. Orgãos das palavras.
- 4 “ Divisão dos affixos. Prefixos vernáculos.
- 5 “ Prefixos gregos e latinos.
- 6 “ Suffixos. Derivação. Composição.
- 7 Syntase: Idéas geraes. Elementos essenciaes da oração. Termos da oração.
- 8 “ Divisão da syntase. Regencia, Concordancia e Construcção.
- 9 “ Regencias de concordancia.
- 10 “ Regras de construcção. Collocação dos pronomes.
- 11 “ Regras de Regencia.

- 12 “ Relações.
- 13 “ Classificação das orações.
- 14 “ Constituição do Período. Vícios de oração.

O lente catedrático,
Antônio Marques de Carvalho

Bibliographia:

O compêndio adoptado continua a ser o da cadeira - *Grammatica Complementar*.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903, p. 8 (grifos do documento).

Francês

1º - Prática da syntaxe dos substantivos.

2º - Idem, dos adjetivos.

3º - Idem, dos artigos.

4º - Idem, dos pronomes.

5º - Idem, dos participios.

6º - Idem, dos verbos.

7º - Idem, das preposições.

8º - Idem, dos advérbios.

9º - Idem das conjunções

10 Idem, das interjeições.

Gradativamente, durante o anno lectivo: - conjugação dos verbos irregulares, analyse logica, exercício de conversação, themas e traducção de poesias.

O lente catedrático
Antônio Marques de Carvalho

Bibliographia:

Compendio de Säid- Ali.

Selecta de Moreira de Sá.

Diccionários portuguez-francês e francês-portuguez.

Grammatica de Halbout.

Compendio de verbos francezes irregulares.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903. p. 8 e 9. (grifos do documento)

4.6.3 Magistério, lei e ordem: professores, advogados e políticos

Outro grupo de professores tinha em comum, além do magistério, a atuação na política e a formação em Direito: Deodoro de Mendonça, Elias Vianna e Arthur Teodulo dos Santos Porto.

4.6.3.1 Deodoro Machado de Mendonça: um cametaense atuante no magistério e na política

O intelectual paraense Deodoro Machado de Mendonça, segundo o catálogo das Obras Raras (19--), nasceu na cidade de Cametá⁴¹ no estado do Pará, e segundo Clovis, Ildone e Castro (1990, p. 157), nasceu em 23 de Agosto de 1888 e faleceu em 16 de Agosto de 1968. Deodoro de Mendonça teve um filho de nome Octávio Mendonça que seguiu uma carreira semelhante à do pai, foi advogado, professor e acadêmico. Deodoro de Mendonça estudou no Ginásio Paes de Carvalho e, posteriormente, ingressou na Faculdade Livre de Direito⁴² em 1908, colou grau em 15 de Novembro de 1912.

Sobre sua carreira, segundo Clovis, Ildone e Castro (1990), trabalhou como promotor público em Belém, intendente na sua cidade natal, Cametá, foi deputado estadual por diversos mandatos, na maioria das vezes como líder. Ainda segundo Clovis, Ildone e Castro (1990) o estimado professor foi constituinte federal em 1946, também atuou como secretário geral e consultor dos governos de Emiliano Souza Castro, Dionísio Bentes e José Malcher. Foi eleito para a Câmara Federal em 1928 e abandonou a política partidária em 1968, quando mudou sua residência para uma granja nas proximidades de Belém.

Participou da Juventude Republicana do Partido Republicano Federal, da Frente Única Paraense e organizou e integrou o Partido Progressista, pelo qual exerceu seu mandato. Como jornalista publicou diversos discursos em jornais de Belém como, por exemplo, o Diário do Congresso.

Segundo o Catálogo de Obras Raras (19--), Deodoro de Mendonça também foi comerciante na firma Dias & Cia, Ltda. Outra função que exerceu foi a do magistério como professor de Educação Moral e Cívica (PARÁ, 19--. p. 63) de História da Escola Normal do Pará (PARÁ, 19-- , p. 63). Foi membro da Academia Paraense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 21, do Instituto Histórico e Geográfico

⁴¹ O município de Cametá, no Estado do Pará, Brasil, está localizado à margem esquerda do Rio, p. 157. num espaço que compreende cerca de 3 km de extensão. Os limites da cidade são, ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul com Mocajuba, ao leste com Igarapé Mirim e ao oeste com Oeiras do Pará. Cametá fica em uma distância de aproximadamente 150 km em linha reta de Belém do Pará. Fonte: Prefeitura Municipal de Cametá. Disponível em: <https://prefeituradecameta.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>. Acesso em:

⁴² Foram colegas de Deodoro: Antônio Teixeira de Lemos, Alfredo Lamartine Nogueira, Francisco Djard de Mendonça, Raimundo Fraga de Castro, homens que tiveram elevada atuação na administração e na política do estado. In: MEIRA, C. ILDONE, J. E CASTRO, A. **Introdução à Literatura no Pará – Vol. IV** – Antologia ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. Belém: CEJUP, 1990.

do Pará e do Instituto da Ordem dos Advogados. Foi sócio do Paysandu Sport Clube, Clube do Remo, Assembleia Paraense de Sports e membro do conselho do júri da Confederação Brasileira de Desportos. Deixou as seguintes obras: “Pelo Tocantins Paraenses...” e “Problemas do Tocantins”.

4.6.3.2 Elias Augusto Tavares Vianna: Ilustrado no ensino e nas leis

Elias Augusto Tavares Vianna formou-se em Direito pela faculdade de Recife, no ano de 1892, foi catedrático da Escola Normal como lente interino de Pedagogia (ILDONE, MEIRA, CASTRO, 1995) e também de Educação Moral e Cívica, nos anos de 1917 e 1918. Sua formação e atuação eram notícias em jornais. A imagem do Dr. Elias Vianna está na imagem 41 referente à placa dos diplomados da Escola Normal do Pará do ano de 1919.

O Jornal Diário de Notícias do ano de 1895 publicou a notícia da nomeação do Elias Vianna: “Foi nomeado o dr. Elias Vianna para reger interinamente a cadeira de Pedagogia da Escola Normal” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1895, p. 2).

No “Programma de Ensino” de 1903, suas disciplinas eram as de Pedagogia e Educação Moral e Cívica. A primeira tinha o seguinte conteúdo:

Pedagogia

- 1º - A educação na antiguidade: Chinizes e Hindús.
- 2º - A educação na antiguidade: Egypcios e Hebreos.
- 3º - A educação na antiguidade: Persas, Phenicios e Arabes.
- 4º - A educação na antiguidade: Spartanos e Athenienses.
- 5º - A educação na antiguidade: Romanos.
- 6º - A educação depois do apparecimento do Christianismo.
- 7º - A educação na Edade Média.
- 8º - A educação na Renascença.
- 9º - A educação entre os Jesuitas.
- 10 - Pestalozzi e o problema educativo.
- 11 - Froebel e o problema da educação.
- 12 - Pedagogia. Sem objeto; sua importancia; necessidade de seu estudo.
- 13 - Educação physica.
- 14 - Educação intellectual.
- 15 - Educação moral.
- 16 - Educação profissional.
- 17 - Casas des escolas e seus requisitos.
- 18 - Mobilia escolar.
- 19 - Disciplina. Influencia da disciplina na educação.
- 20 - Recompensas. Punições. Exames.
- 21 - Methodologia geral. Methodo, sua divisão e seus elementos.
- 22 - Formas de ensino; sua divisão e subdivisão.

- 23 - Processos e suas divisões.
 - 24 - Modos e suas especies; vantagens e inconvenientes de cada espécie.
 - 25 - Hygiene da escola. Gymnastica.
 - 26 - Organização escolar; classificação dos alumnos; divisão do tempo e do trabalho.
 - 27 - Livros escolares; seus attributos.
 - 28 - Bibliothecas escolares.
 - 29 - Museos escolares.
 - 30 - Methodologia especial. Didactica. Methodos e processos no ensino da leitura e da escriptura ou calligraphia.
 - 31 - Methodos e processos para ensinar a grammatica.
 - 32 - Methodos e processos para ensinar o calculo e a geometria.
 - 33 - Methodos e processos para ensinar a história e a geographia.
 - 34 - Methodos e processos para ensinar elementos de sciencias. Lições de cousas, Calkins:
 - 35 - Qualificações de um bom professor primário.
- O lente cathedratico,
Elias Vianna.
Bibliographia:
Tratado de pedagogia. de Rousselot.
Curso pratico de pedagogia - de Daliguault.
História da Pedagogia- de Jules Paros.
Methodologia - pelo professor Felisberto de Carvalho.
 Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903.** p. 22 e 23. (grifos no documento).

Na disciplina de Educação moral e cívica, o conteúdo era o seguinte:

Educação moral e cívica

Educação Moral

(Psychologia)

- 1º- Psychologia, seu methodo e seu pepel.
- 2º- Os factos psychologicos.
- 3º- As faculdades.
- 4º- O physico e moral do homem; o homem e o animal.

Moral Practica

- 5º- Os direitos e deveres individuais.
- 6º- A familia.
- 7º- Deveres cívicos.
- 8º- Deveres para com os nossos semelhantes – a justiça.
- 9º- Deveres para com os nossos semelhantes – a caridade – Deveres religiosos.

Educação cívica

- 10.- Educação cívica, seu objeto; sua importância, sua necessidade.
- 11.- A pátria e o Estado – A pátria; elementos que a constituem. – O Estado e os cidadãos – Poderes do Estado; direitos do Estado; deveres do Estado. – Direitos dos cidadãos; deveres do Estado. – Direitos dos cidadãos; deveres dos cidadãos; patriotismo.

- 12.- Origens do nosso direito publico. A soberania nacional. – Legitimidade e limites da soberania nacional; deveres que ella impõe. – Exercito da soberania nacional.
- 13.- Organização federal. – Forma do governo. Os Estados e o Districto Federal.
- 14.- Do poder legislativo. – O Congresso. – A Camara dos Deputados. – O Senado. – Atribuições do Congresso. – Leis e resoluções.
- 15.- Do poder Executivo. – O presidente e o vice-presidente. – Eleição do presidente e do vice-presidente. – Atribuições do poder executivo. – Dos ministros. – Responsabilidade do presidente.
- 16.- Do poder judiciário. – Atribuições do poder judiciário. – Organização da justiça federal.
- 17.- Administração e economia federal. – Exercicio harmonioso e independente entre os poderes da União. – Fontes da receita da União.
- 18.- Administração e economia dos Estados. – Exercicio harmônico e independente entre os poderes estaduais. – Fontes de receita dos Estados.
- 19.- Das qualidades do cidadão brasileiro. – Direitos dos cidadãos brasileiros.
- 20.- Igualdade perante a lei. – Liberdade de consciência. – Liberdade de pensamento. – Inviolabilidade e sigilo da correspondência.
- 21.- Casamento civil. – Secularização dos cemitérios. – Inviolabilidade do domicilio. – Inviolabilidade e sigilo da correspondencia.
- 22.- Direito de petição. – Direito de propriedade. – Direitos de invenção e marcas de fabrica. – Propriedade litteraria, artística e industrial.
- 23.- Flagrante delicto. – Coardemnação. – Penas de galés e de banimento. – Extensão da penalidade. – Jury. – *Habeas-corporus*.
- 24.- Exercito e armada. – Serviço militar. – Voluntariado e sorteio.
- 25.- Eleição. – Qualidades para ser eleitor. – Processo eleitoral.
- 26.- Imposto: suas fórmias e pagamento.
- 27.- Instrucção. – Organização do ensino.
- 28.- Hymno nacional e da Republica. – Bandeira e armas nacionais. – Datas nacionais. – Os patriotas e os beneméritos da pátria.
- O lente cathedratico,
Elias Vianna

Bibliographia:

Leitura cívica. – pelo dr. Virgilio Cardoso.

Instrucção moral e cívica. – do professor Felisberto de Carvalho.

Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903**. p. 23 e 25.

No jornal “O Pará” foi noticiado a sua formação em Direito e atuação como professor na Escola Normal, a notícia gerou polêmica.

Instrucção Pública

No artigo que hontem publicamos, referimo-nos a cadeira de pedagogia, nas escholas normaes, dissemos:

Em regra agarra-se um Bacharel – pois sem offensa para a classe, são os bacharéis únicos diplomados julgados aptos para tudo, – agarra-se, dizíamos, um bacharel, e insveste-se-o da cadeira de pedagogia n’uma eschola normal.

Ora... cada um no seu.

A menos que não tenha longa prática no ensino e feito um estudo especial, um bacharel não poderá fazer n’essa matéria.

Fálavamos em these, e não nos recordamos então, de que, a frente, da cadeira de pedagogia da nossa eschola normal, está o illustre sr. dr. Elias Vianna em quem, fazendo justiça, reconhecemos competência. Pois elle é dos que se tem dedicado especialmente ao estudo dessa matéria.

Esta nota, á giza de corrigenda dos períodos citados, apressamo-nos a fazê-la, para evitar que adversários desleais, queiram com taes períodos especular e ainda porque, á falta de espaço, só amanhã poderemos prosseguir ao nosso estudo. Arievi (O PARÁ, 1898, p. 1).

A notícia no jornal nos revela que haveria uma tentativa de separação da atuação de cada profissional em sua respectiva área no trecho em que se destaca “ora... cada um no seu”. E, em seguida, a tentativa de amenizar o mal-estar ao justificar que o autor da reportagem havia esquecido que Elias Vianna era, além de Bacharel em Direito, estudioso da área de Pedagogia, reconhecendo a sua competência e procurando evitar especulações de adversários desleais.

Sua formação em Direito foi na Faculdade de Direito do Recife, seu desempenho nos estudos era destacado nos jornais: “ELIAS VIANNA Sahio hontem para o Recife, onde vai fazer o segundo anno de direito, este illustre homem provinciano” (A REPÚBLICA, 1890, p. 1).

Além das duas profissões, o professor também trabalhou na redação da revista “A Escola”. Em um comunicado encontrado na referida revista, constava o seu pedido de saída.

Tendo o illustre lente de pedagogia e legislação do ensino na Escola Normal, dr. Elias Augusto Tavares Vianna, apresentado, verbalmente, a esta Directoria, excusas ponderosas sobre a permanência de seu nome entre os membros da redação A Escola, revista official do ensino, lamentando essa circunstância que vem privar essa publicação de tão valiosa cooperação, mas podendo deixar de aceitar as justas ponderações feitas [...] (A ESCOLA, 1900, a. 1, n. 2, p. 187).

O trecho da revista ilustra que também exercia uma função no periódico. Alguns aspectos puderam ser observados em sua vida privada. Em uma das páginas do livro de ponto da Escola Normal, havia dias em que o professor Elias havia faltado por motivo de falecimento de algum familiar e, nesses dias de ausência, constava a inscrição da justificativa “por motivo de nojo”. Mas sua vida não foi só de tristeza. Paraense de nascimento, filho de João Pinto Vianna e Anna Vitorina Tavares Vianna, tinha dois irmãos, “Maria Julieta Vianna (...) e Agostinho Vianna” (FOLHA DO NORTE, 1897, p. 2). Contraiu matrimônio com a jovem Anna

Philomena da Cunha Carvalho, uma “distinta normalista” (O PARÁ, 1898, p. 1) e tinha um filho chamado Mario na época em que era deputado estadual, como revela o anúncio no jornal: “Dia Social Anniversarios (...) – o menino Mario, filho do sr. dr. Elias Vianna, deputado estadual” (ESTADO DO PARÁ, 1911, p. 1).

A nota no jornal sobre os festejos do aniversário indicava ser uma pessoa distinta, que trabalhava no fórum como advogado e na Escola Normal.

Dr. Elias Vianna
Festeja mais um anniversario amanhã, este distinto advogado do nosso fórum e lente da Escola Normal.
Nossos parabéns (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1896, p. 1).

O escritor Mecenaz Rocha escreveu uma descrição em seu livro “Entre os vivos e os mortos”, citado por Meira, Ildone e Castro (1997) sobre a personalidade de Elias: “Em Elias Vianna surgiram duas mentalidades perfeitamente distintas, ambas, porém, entrelaçadas pela correlação verbal das ideias, na cátedra profissional ou na tribuna oratória” (MEIRA, ILDONE, CASTRO, 1997, p. 346 e 347).

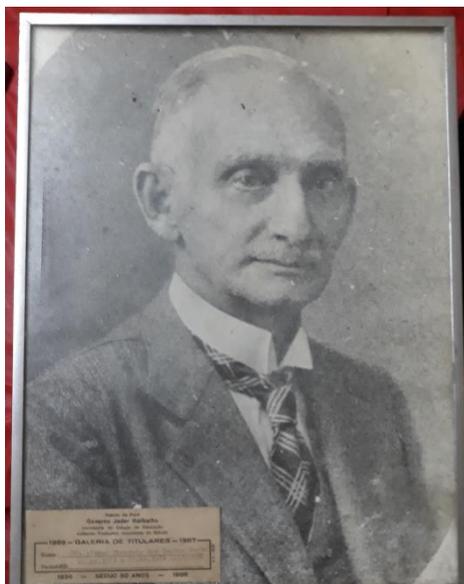
O estimado professor também foi membro da Sociedade Propagadora de Ensino, criada em 16 de novembro de 1891, data do segundo aniversário da Proclamação da República no Pará (GAIA, 2008). Essa Sociedade foi criada no primeiro governo de Lauro Sodré e, de acordo com Moura (1895), tinha como objetivo “divulgar o ensino theorico e prático, sobretudo às classes proletárias e ocupadas da sociedade” (MOURA, 1895, p. 21).

4.6.3.3 Arthur Theodulo dos Santos Porto: de Pernambuco para Belém do Pará

Arthur Theodulo dos Santos Porto nasceu em 4 de abril de 1866, em Pernambuco, e faleceu em 1942, em Belém do Pará, era casado com Julia e teve um filho chamado Edgar. O professor Arthur Porto era prosador, desembargador, advogado, educador e poeta. Estudou na Faculdade de Direito de Recife. Um pouco antes da sua formatura em Bacharel em Direito, foi nomeado e exerceu a Promotoria Pública da Comarca de Bragança, no Pará. Também chegou a ser oficial de gabinete nos governos de Justo Chermont, Huert Bacelar e Gentil Bittencourt.

A seguir a imagem 45 é de Arthur Theodulo dos Santos Porto, encontrada no anexo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP, em que consta na inscrição o período que professor esteve na escola: de 06.09.1923 a 23. (inelegível). 1924:

Imagem 45 - Professor Arthur Porto



Fonte: Anexo do Instituto de Educação do Estado do Pará – IEEP.

No ano de 1891, ingressou no magistério secundário quando foi nomeado para reger a cadeira de História e Geografia do Brasil no Liceu Paraense, em março daquele ano, e posteriormente foi transferido para a cadeira de História Universal da Escola Normal do Pará, tornando-se lente catedrático de História, História do Brasil e História do Pará.

O professor também exerceu outras funções. Além do magistério e do direito, foi membro do Conselho Superior de Ensino e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no qual ocupou a cadeira de nº 9, e diretor do Colégio Progresso Paraense (ILDONE, MEIRA, CASTRO, 1995). Alternava sua vida entre o Direito e o magistério. Também foi procurador fiscal do estado, secretário geral e, em 27 de março de 1924, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça.

A revista “Belém Nova”, de 1924, apresentou um resumo de sua trajetória pública:

Desembargador Arthur Porto

Tomou posse em aplausos geraes, do seu alto cargo no Tribunal Superior de Justiça, s. exc. o desembargador Arthur Porto.
 Nessa honrosa investidura vae certo, o acatado homem publico, prosseguir na sua faina fructuosa em benefício da collectividade, sem solução de continuidade, com a sua tarefa de educador notável, procurador geral do Estado e, ultimamente, Secretario Geral e director do ensino publico.
 Basta registrar o que conseguiu fazer s. exc. nos poucos meses que servio nesse último cargo (REVISTA BELÉM NOVA, 1924, p. 21).

O esforço para reformar a Escola Normal e os argumentos de Arthur Porto foram publicados no jornal “Estado do Pará” do ano de 1912, com o título de “A Reforma da Escola”, em que destaca a necessidade de mudança nos métodos para desenvolvimento do ensino.

Já há muito a escola espera por este elo forte [refere-se à nomeação de um novo diretor] à nossa congregação de mestres, para ajudarnos a reformar os velhos methodos adoptados, em unidades de vistas, bem orientar o nosso esforço e para reclamar junto ao governo do Estado as urgentes providências, necessárias ao melhoramento do ensino normal (ESTADO DO PARÁ, 1912, p. 2).

Arthur Porto faz referência ao Instituto Normal de São Paulo, o qual relaciona com a escola normal. Diz que aquele, mantido com esmero, era o contraste deste. Em seguida, informa às leituras que entusiasmavam os professores.

Quando lemos por exemplo, um livro como o de Binet, ou de Ellen Key sobre o conhecimento das creanças, ou compusamos a obra de um Omer Buyse sobre os modernos methodos das escolas dos Estados Unidos, o entusiasmo apossa-se em nossa alma, para logo depois passarmos ao sentimento de tristeza ao verificar quanto nos achamos distanciados do progresso que vae por outros centros da vida intensa. Mas não desesperançamos (ESTADO DO PARÁ, 1912, p. 2).

O conteúdo da disciplina de História, ministrada por Arthur Porto era o seguinte:

- 1º - A História e a Prehistoria, seus caracteres e suas divisões. Primeiros typos sociaes.
- 2º - Methodo, fontes e sciencias auxiliares da História. Raças historicas. Critica Histórica.
- 3º - Antiguidade Oriental: Egypcios, Phenicios e Hebreus; influencia de sua cultura.
- 4º - Antiguidade Ocidental: Grande Monarchia Asiatica; concorrência dos Assirios, Babylonios e Iranianos; suas civilizações.

- 5º - Antiguidade Oriental: A Índia, a China e o Japão; evolução social e religiosa respectivamente.
- 6º - Antiguidade Clássica: Os Gregos. Organização de seus grandes centros e de suas colónias. Influência de seus grandes homens. Principalmente lutas e vicissitudes sociais.
- 7º - Antiguidade Clássica: Grandeza da Civilização Grega. O Helenismo do Oriente com o império de Alexandre da Macedónia. Desmembrando deste.
- 8º - Antiguidade Clássica: O povo romano, sua evolução política; vicissitudes e conquistas até o Império.
- 9º - Antiguidade Clássica: O Alto e o Baixo Império. Triunfo do Cristianismo.
- 10 - Civilização do povo romano. A Política, o Direito e o Municipalismo.
- 11 - A sociedade medieval no período das invasões dos Bárbaros. Influência da Civilização Árabe.
- 12 - A Sociedade Feudal na Europa. Relações e atritos com a Igreja. As comuns. Queda de Constantinopla.
- 13 - Origem dos tempos modernos. Invenções e Descobertas. A Renascença e a Reforma.
- 14 - Commoções políticas na Europa: Itália, Hespanha, Alemanha e Inglaterra. Proeminência da França.
- 15 - Intervenção Slava na política europeia: a Prússia. Formação do Império Colonial Inglês.
- 16 - Os tempos contemporâneos. A Revolução Francesa de 1789; suas causas, suas fases e sua obra. Império Francês.
- 17 - Revoluções e reformas políticas na Europa a datar de 1815. As regras do Oriente.
- 18 - Agitações, Independência e Organizações nacionais. Estado actual da Europa.
- 19 - (inegível) nos diversos países conquistados.
- 20 - Elevação moral e intelectual da sociedade humana civilizada no século 19. Prognóstico sobre o seu futuro.
- Arthur Theodulo dos Santos Porto*
Lente Catedrático

Bibliographia:

Compendio de história universal – por Consiglieri Pedroso.
História da civilização – por Crozals (PARÁ, 1903, p. 14 e 15, grifos do documento).

A seguir o conteúdo das disciplinas de História do Brasil e História do Pará:

História do Brasil

- 1º- Os ciclos dos grandes navegadores. Descobrimto do Brasil por Cabral. Questões e dúvidas a respeito da sua viagem.
- 2º- Os selvagens brasileiros. Ethnologia brasileira.
- 3º- Primeiras explorações. A colonização. O drama e a tragédia das capitanias.
- 4º- Os três primeiros governadores do Brasil: suas aptidões administrativas.
- 5º- A sociedade dos primeiros tempos coloniais: as três raças e suas influências.
- 6º- O Brasil sob o domínio da Hespanha; suas primeiras vicissitudes: expedições colonizadoras do Norte do país. Expulsão dos franceses do Maranhão. Criação do Estado d'esse nome.

- 7º- Invasão dos holandeses. Guerras de libertação, Governo de M. de Nassan.
- 8º- Administrações coloniais. As estradas, as bandeiras. Lutas entre os Jesuitas e os Colonos. Escravidão negra.
- 9º- Erros administrativos. Leis coercitivas e proibitivas do commercio e da industria. Revolta de Beckman.
- 10.- Revoluções nativistas. Guerra dos Mascates em Pernambuco e dos emboadas em Minas.
- 11- Progresso do Brazil nos reinados de D. João 5º e D. José 1º O Marquez de Pombal.

História do Pará

- 1º- Explorações de estrangeiros no Pará. Fundação de capitania. Causas do retardamento da colonização do norte.
- 2º- Os primeiros tempos. Conquista do Amazonas. Serviços de Pedro Teixeira.
- 3º- Influencia do Senado na Camara de Belém. Administração de Gomes Freire d'Andrade.
- 5º- Os Jesuitas no Grão-Pará; seus serviços e vicissitudes. O Padre Antônio Vieira.
- 5º- Instabilidade legislativa sobre catechese dos índios. Seus efeitos no Pará.
- 6º- Independencia do Pará do Governo do Maranhão. Factos mais importantes até a revolução portugueza de 1820.
- 7º- Efeitos da revolução portugueza de 1820 no Pará. Saliencia de Patroni.
- 8º- Agitações partidárias: Romualdo de Seixas, João Balby e Baptista Campos.
- 9º- Os patriotas paraenses e a revolução de 1824 em Pernambuco. O Pará sob o 1º reinado.
- 10.- Estudo sobre a Cabanagem: suas causas, phases e efeitos.
- 11- Processos da Provincia do Pará no 2º reinado.
- 12- Os republicanos paraenses. Movimento de 16 de novembro de 1889. O lente da cadeira,
Arthur T. dos Santos Porto

Bibliographia:

Historia do Brazil – João Ribeiro – 2ª edição – 1901.

Historia do Brazil – Maltoso Maia – 1895.

Historia do Pará – Arthur Vianna (PARÁ, 1903, p. 20 e 22, grifos do documento).

Destacamos algumas publicações editoriais de Arthur Porto: “Conselhos escolares”, livro em que reproduziu e divulgou os ensinamentos do catecismo do Círculo Brasileiro de Educação Nacional, de José de Albuquerque, então, em grande evidência no país. Também publicou um livro sobre Educação sexual em 1938 que integra a série Biblioteca do Colégio Progresso Paraense; “Escola Brasileira”, Belém, 1923; “Palavras Amigas a Mestres e Alunos”, edição aumentada, 1941; três volumes do Anuário do Colégio Progresso Paraense e alguns versos, principalmente hinos,

como o hino do Pará⁴³. No livro *Escola Brasileira*, o autor tinha como objetivo documentar sua ação educativa no Colégio Progresso Paraense e faz, na página dedicada ao leitor, referência à sua formação acadêmica.

Desde os estudos acadêmicos que comecei a ensinar num colégio do Recife, e vim completar a minha formação de professor, como lente da Escola Normal oficial e Membro do Conselho Superior de Ensino, durante longos anos (PORTO, 1923, p. 3).

Sua formação acadêmica se iniciou em Recife e foi concluída na escola normal oficial, futuramente chegou a ser membro do Conselho Superior de Ensino.

Três obras de Arthur Porto foram encontradas no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará: “Fundação da Cidade Paraense e outros aspectos da História do Brasil”; “Palavras Amigas a Mestres e Alunos” e “Conferência Pedagógica”, das quais apresentamos os frontispícios em anexo.

4.6.4 Felipe Pinto Marques: Seminarista, professor e Secretário de Instrução Pública

Felipe Pinto Marques foi seminarista, professor de Francês, Português, Geografia e Secretário de Instrução Pública. Sobre a sua personalidade e a sua relação com o magistério, é retratado como: “um homem de trato afável, muito piedoso, e dedicado ao magistério” (MOREIRA, 1979, p. 32). Felipe Marques completou sua formação sacerdotal na Europa, no “célebre Seminário de São Suplício, na França” (MOREIRA, 1979, p. 33).

Sobre suas obras, Felipe Marques publicou a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, sendo que as primeiras edições foram provavelmente impressas no Pará, sendo a 4 ed. e a 6 ed. impressas no Maranhão em 1889 (MOREIRA, 1979). Para Moreira (1979) a gramática escrita por Felipe Marques era superior à de Júlio César Ribeiro, pelo método, pelas qualidades expositivas e pela apresentação gráfica. Outra obra de Felipe Marques foi o *Compêndio de Geografia*, considerado o

⁴³ Hino do Pará: esse poema, musicado por Nicolino Milano, tornou-se o hino oficial do Pará, através da Emenda Constitucional nº 1, de 29.10.69. Para mais informações, consultar: MEIRA, C. ILDONE, J. E CASTRO, A. **Introdução à Literatura no Pará – Vol. IV** – Antologia ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. Belém: CEJUP, 1990.

mais completo do gênero de até então. A obra compreendia tanto a geografia geral como a do Brasil e foi impressa na França. Em síntese, esse professor se destacou como dirigente educacional, professor e escritor de obras didáticas. Sua personalidade considerada afável, piedoso e de muita dedicação ao magistério talvez se devesse à sólida formação humanística adquirida como seminarista.

4.6.5 Manoel Lobato: engenheiro, professor e Deputado Estadual

O professor Manoel Lobato, de acordo com as informações de Ildone, Meira, Castro (1995), nasceu no município de Humaitá no Estado do Amazonas em 3 de Junho de 1875 e veio a falecer em 4 de Novembro de 1960. Chegou ainda criança em Belém e aprendeu as primeiras letras que foram ensinadas pelo próprio pai. Posteriormente, ingressou no colégio Americano, de José Veríssimo, onde estudou os preparatórios que foram concluídos no Liceu Paraense, em 1892. Seguiu os estudos com o curso de Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, concluindo o curso no *Reenselaer Politecnic Institute*, em Nova York. Ainda na juventude, Manoel havia mostrado interesse por literatura e participou de sessões da Mina Literária, com a programação realizada na casa de Eustáquio de Azevedo.

Exerceu o magistério secundário durante muitos anos, quando lecionou, por volta de trinta anos, a disciplina de História na Escola Normal e também no Instituto Gentil Bitencourt. Outra função foi a de titular do Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Sua carreira também foi no jornalismo, com sua atuação desde a época acadêmica, compartilhada com o espaço das redações dos jornais “Diário de Notícias”, de Belarmino Costa, sob a direção de Paulino de Brito; “Correio de manhã”, do Rio, nas revistas “Belém Nova” e “A Semana” ambas de Belém, sendo esta última fundada por ele e Alcides Santos, cuja circulação era sempre aos sábados, o que ajudou na prosperidade dela por muitos anos. Sua produção literária é considerada vasta e dispersa pelos jornais e revistas. O professor Manoel Lobato publicou ainda as seguintes obras no Estado do Amazonas: “O vale do Amazonas”, “O Problema da Borracha” e a novela “Bodas de Ouro” (ILDONE, MEIRA, CASTRO,

1995). Outras produções na Academia Paraense de Letras foram “Notas à margem de um livro” e um discurso para a recepção de Alcides Gentil.

Sua vida política também merece destaque, pois foi deputado estadual e prefeito no município de Cachoeira do Arari, além de secretário no jornal “A Folha do Norte” e sócio fundador da Academia Paraense de Letras. Nesta associação ocupou a cadeira nº 1 e escolheu como patrono Artur Vianna, sendo sucedido pelos acadêmicos Cândido Marinho da Rocha, Abelardo Santos e Ubiratan do Rosário. Também foi sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico do Pará. Em resumo, o professor Manoel Lobato se destacou como engenheiro, político, literato e professor.

4.6.6 Ex-normalistas e Professores: entre o aprender e o ensinar

Três professores que compõem esse grupo tinham em comum o fato de terem sido ex-normalistas, são eles: Francisco Ferreira de Vilhena Alves, Cornélio de Barros e Paulino de Almeida Brito.

4.6.6.1 Francisco Ferreira de Vilhena Alves: o professor enciclopédico, autodidata e jornalista

O professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves era natural da cidade de Vigia de Nazaré⁴⁴ e uma breve biografia de poucas linhas encontrava-se na contracapa de um de seus livros com o título: “Miscellania Literaria”, que se constituía de uma coleção de artigos. Foi autodidata aprofundando-se no estudo da língua portuguesa e da Astronomia. Exerceu o cargo de professor nas vilas de Porto Salvo e São Caetano de Odivelas. Depois da publicação de artigos na capital, foi convidado a morar em Belém onde se formou como normalista no ano de 1889. Lecionou no Instituto Paraense de Educandos e na Escola-Modelo. De acordo com Ildone; Meira; Castro (1995), Vilhena Alves trabalhou como jornalista em “A Província do Pará” e em outros jornais. Escreveu ainda artigos para a revista “Ciências e Letras”, fundada em 1891 por José Veríssimo e Barroso Rebelo, voltada para o magistério.

⁴⁴ A cidade de Vigia de Nazaré, conforme informações do Inventário da Oferta Turística do Município de Vigia de Nazaré – PA (2017), fica situada a “101 km via trajeto rodoviário e 77 km em linha reta” (PARÁ, 2017, p. 14) da capital Belém.

O escritor Clóvis Meira et all (1995) apresentou suas impressões sobre a trajetória desse educador.

Era um professor ensinando desde as primeiras letras, inclusive em sua própria casa, e nos cursos secundários – lente da Escola Normal e do Ateneu Paraense, os dois importantes estabelecimentos de ensino de que dispunha a mocidade paraense. Como professor, talvez forçado pelas circunstâncias e as necessidades de momento, também, percorreu os domínios da história natural, da geografia e da história, o que o fez apresentar como um professor enciclopédico, capaz de ministrar aulas com absoluta segurança em vários domínios da cultura (MEIRA, s/d, apud ILDONE; MEIRA; CASTRO, 1995, p. 11).

Portanto, o professor Vilhena Alves foi autodidata com domínio de várias disciplinas. Como professor, vivenciou o magistério na capital e no interior do estado e exerceu as profissões de “literato, jornalista e filólogo” (VILHENA ALVES, [18--]). Por seu destaque na Educação paraense, foi eternizado na memória paraense. Uma escola pública de Educação Básica, situada na avenida Nazaré, centro da capital paraense, carrega seu nome desde ao ano de 1920.

4.6.6.2 Cornélio de Barros: de normalista advertido a professor da Escola Normal

As informações sobre a vida de Cornélio de Barros remontam à época de estudante da Escola Normal. As documentações dos arquivos de sua trajetória acadêmica demonstram que não era um aluno muito comportado, pois no dia 19 de maio de 1893, o jovem Cornélio foi suspenso por oito dias por infringir o art. 139 do regimento da Escola Normal, conforme a Portaria descrita a seguir.

Secretaria da Escola Normal do Estado do Pará
em 19 de Maio de 1893.

Portaria

O Diretor da Escola Normal usando das atribuições que lhe confere o Art. 139, nº 8 do Reg. de 24 de Setembro de 1891, resolveu suspender por oito dias o alumno da Escola Normal Cornelio N de Barros por ter infringido o a Art 139 do mesmo Reg.

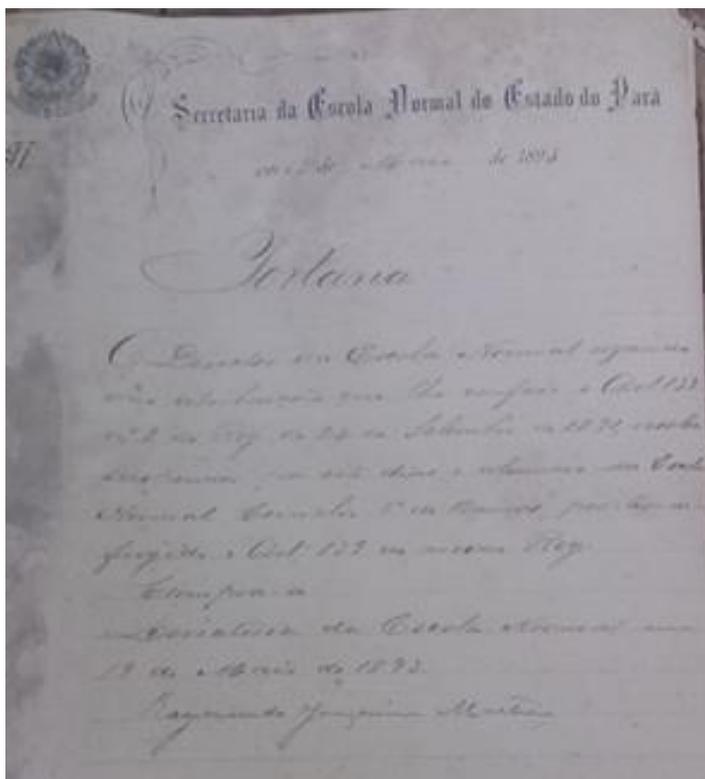
Cumpra-se.

Secretaria da Escola Normal em
19 de Maio de 1893.

Raymundo Joaquim Martins. (PARÁ, 1893).

O documento transcrito acima está na imagem 46, abaixo:

Imagem 46 - Portaria de suspensão do aluno Cornélio de Barros



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo da Escola Normal. Serie: Atestado. Fotografia da autora.

A suspensão ao aluno Cornélio foi uma forma encontrada pelo diretor para puni-lo. Na concepção de Foucault (2014), o significado da palavra punição carrega em si os efeitos que deseja imprimir naquele que é punido:

pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentirem a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las de confundi-las: [...] uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto (FOUCAULT, 2014, p.175).

Na concepção de Foucault, a suspensão de Cornélio, guardadas as devidas proporções, estava mais próxima do que se pode considerar uma destituição de seu posto, uma vez que o aluno estava impedido de frequentar as aulas pelo período de oito dias. Mas certamente isso também resultou em sentimentos de vergonha e humilhação como consequências da punição recebida.

Reconstituímos a família do professor a partir dos anúncios de seus aniversários e de falecimento no jornal “O Pará” de 1900. Cornélio de Barros foi casado com Maria Moura de Carvalho Barros com quem teve sete filhos: Olavo,

Guiomar, Ubiratan, João, Marietta, Waldemar e Marina, esta última veio a falecer ainda criança. O professor e sua família residiram na travessa Ruy Barbosa, nº 105.

No jornal “Republica” de 15 de setembro de 1900, o professor Cornélio foi descrito como “ilustrado e muito digno”, a reportagem também descrevia que o aniversário de sua esposa foi uma “bela *soirée* dançante que se prolongou até tarde da noite” (A REPUBLICA, 1900, p. 2).

No trecho a seguir, há a descrição sobre o concurso para provimento da cadeira de Português da Escola Normal descrito no ofício publicado na revista “A Escola”, de Abril de 1900, com o nome dos candidatos, local, hora e dia da realização do concurso. Entre os candidatos, estava o normalista Cornélio Pereira de Barros Junior que foi aprovado para a cadeira. Nas demais documentações encontradas, consta o nome sem o “Junior”, porém, acredita-se tratar da mesma pessoa, visto que o trecho a seguir, na mesma revista na edição de junho de 1900, apresenta o resultado do concurso com seu nome para nomeação. O bacharel Paulino de Almeida Brito, que viria a ser posteriormente professor da Escola Normal, também foi mencionado entre os candidatos a vaga.

Offícios

Concurso da 1ª cadeira de Português da Escola Normal

O Sr. Dr. Diretor Geral manda fazer público que no dia 5 de Maio próximo, às 9 horas da manhã, no Salão da Congregação da Escola Normal, terá lugar o concurso para provimento efetivo da 1ª cadeira de Português do mesmo estabelecimento, cuja inspecção foi hoje encerrada, inscrevendo-se os srs. Theodoro Rodrigues, Alipio Napoleão Serpa Filho, Cornélio Pereira de Barros Junior, Hilario Maximino de Sant’Anna e bacharel Paulino de Almeida Brito, que pelo presente edital, são convidados a comparecer no dia, hora e lugar acima mencionados.

Secretaria da Diretoria Geral da Instrução Pública, 20 de Abril de 1900 – o secretário, Heráclito Pinheiro (A ESCOLA, 1900, p. 301)

No mesmo exemplar da revista, de junho de 1900, o resultado do concurso da Escola Normal apresentava a nomeação do Professor Cornélio de Barros para lente da Cadeira de Português.

Legislação

Nomeia o normalista Cornélio Pereira de Barros, lente da cadeira de Português na Escola Normal.

O governador do Estado, tendo presente o resultado do concurso procedido nos termos do capítulo I título II do regulamento que baixou, com decreto nº 809 de 25 de Janeiro do anno corrente, para o provimento efetivo da 1ª

cadeira de português da Escola Normal, resolve, nesses termos do art. 83, combinado com o art. 115 do regulamento citado, nomear lente catedrático da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, o normalista Cornélio Pereira de Barros.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de Maio de 1900.
Dr. José Paes de Carvalho (A ESCOLA, 1900, p.331).

Chama a atenção a carreira de Cornélio de Barros de normalista a professor da Escola Normal, um ingresso que poderia ser por nomeação ou concurso.

A permanência de Cornélio de Barros na capital possivelmente ocorreu em decorrência da escassez de professores e/ou pela sua provável vontade de permanecer na capital. O professor chegou a substituir outro colega.

Nomeado o normalista Cornélio Pereira de Barros Junior, lente da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, para substituir o Lente da 2ª cadeira de igual disciplina do mesmo estabelecimento, durante o seu impedimento (A ESCOLA, 1900, p. 543).

Cornélio também foi diretor do Instituto Lauro Sodré em 1912 (ESTADO DO PARÁ, 1912, p.1). O conteúdo e a bibliografia da disciplina de Português que ministrava na Escola Normal no 1º ano eram os seguintes:

Português

- 1º - Noções geraes. Grammatica portugueza. Sua divisão
- 2º - Phonologia – Letras. Abreviaturas e symbolos
- 3º - Sons – Sons vogaes e sons consoantes.
- 4º - Syllabas e grupos syllabicos. Grupos vocálicos e consoantes
- 5º - Accentuação. Quantidade.
- 6º - Dos meloplastos.
- 7º- Orthographia. Os diversos sistemas. Suas vantagens e seus inconvenientes.
- 8º - Notações léxicas e notações syntacticas.
- 9º - Observações sobre o emprego das letras.
- 10º - Taxinomia – Palavras variáveis: do substantivo.
- 11 - Do adjetivo.
- 12 - Do pronome.
- 13 - Do verbo. Sua divisão. Conjugação dos verbos auxiliares e dos verbos substantivos.
- 14 - Dos verbos regulares. Os paradigmas das conjugações portuguesas.
- 15 - Da formação regular dos tempos dos verbos. Dos tempos simples. Dos Tempos compostos.
- 16 - Conjugação dos verbos irregulares e dos verbos pronominaes. Vozes do Verbo.
- 17- Palavras invariáveis; da preposição e do adverbio.
- 18 - Da conjugação e da interjeição.
- 19 - Morphologia – Elementos das palavras. Órgão das palavras: derivação e composição. Flexão.

20 - Lintaxel – Idéas geraes.
O lente catedrathico,
Cornelio de Barros

Bibliographia:

Grammatica elementar do dr. Paulino de Brito (PARÁ, 1903, p. 2 e 3, grifos do documento).

Já a disciplina de Português do terceiro ano, continuava aos cuidados do professor Cornélio de Barros. Vejamos o conteúdo a seguir:

Portuguêz

- 1º - Noção da Grammatica e sua divisão. Grammatica histórica. Grammatica comparativa. Grammatica Expositiva.
- 2º - O grupo das línguas latinas.
- 3º - Phonolonia histórica. – Leis Portugueza.
- 4º - Origem das lettras de que se compõe o alfabeto Português.
- 5º - Comparação entre a prosodia portugueza e latina. A importancia da acentuação no Português e no Latim.
- 6º - Metaplasmos.
- 7º - Dos systemas de orthographia e causas de sua irregularidade.
- 8º - Morphologia: estructura da palavra. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem: desenvolvimento de sentidos novos.
- 9º - O pronome pessoal: noções de declinação latina. Seis vestígios em Português.
- 10 - Etymologia das palavras variaveis.
- 11 - Etymologia das palavras invariáveis.
- 12 - A origem do S como expoente do plural em Português.
- 13 - Estudo do caso Etymologico.
- 14 - Particularidades do verbo *haver*.
- 15 - Particularidades do pronome *se*.
- 16 - Famílias de palavras. Seus agrupamentos.
- 17 - Da constituição do lexico português. Linguas que maior contingente fornecem ao vocabulario.
- 18 - Character diferencial entre os vocabularios de origem popular e os de formação erudita. – Duplas ou formas diferentes.
- 19 - Etymologia do artigo e do pronome.
- 20 - Etymologia das formas verbaes.
- 21 - Da syntese em geral. Breves noções sobre a estrutura oracional do latim culto e do latim popular. Typos syntacticas equivalentes na língua portugueza.
- 22 - Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos da composição.
- 23 - Regas de syntexe relativas a cada um dos termos da proposição.
- 24 - Regras de syntaxe relativas ao pronome e ao artigo.
- 25 - Figuras de syntaxe. Particulas do realce. Dos vícios de linguagem.

O lente cathedratico,
Cornelio de Barros

Bibliographia:

O compendio adoptado é a Grammatica portugueza, 3º anno, de João Ribeiro (PARÁ, 1903, p. 12 e 13, grifos do documento).

4.6.6.3 Paulino de Almeida Brito: o renomado diretor da Escola Normal

Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, em 9 de abril de 1858 (BRITO, 1970, p.103) e faleceu em 16 de Setembro de 1919. Era filho do capitão Paulino d'Almeida Brito e Ricarda d'Almeida Brito e morou na província de Mato Grosso. Mas quando ocorreu a Guerra do Paraguai e essa província foi invadida, seu pai foi morto em batalha em 1862 deixando a família na situação “mais crítica e na mais atroz penúria” (BRITO 1970, p.104). Após esse triste episódio, sua vinda para Belém foi relatada por Brito (1970):

Num meio estranho, assolado pela guerra, completamente segregado pelo resto do país, aí ficaram Paulino e os seus, até que acontecimentos precursores do fracasso de Lopez Ihes permitissem abalançar-se a uma acidentada viagem para aqui chegar, a esta cidade de Belém, como chegaram, em 8 de junho de 1870 (BRITO, 1970, p. 104).

Paulino, então com 12 anos, aprendeu as primeiras letras, no novo local de moradia e desejou continuar os estudos na capital paraense, porém o pai só havia deixado 28\$800 mensais que era a renda da família. A minguada renda familiar o obrigou a abandonar os estudos e amadurecer desde a infância, pois “com o precoce amadurecimento de espírito que dá o infortúnio, viu, apesar de criança, que era preciso trabalhar” (BRITO, 1970, p. 104).

Após diversos rumos tomados, Paulino de Almeida Brito foi aprendiz de tipografia no jornal “O Liberal do Pará”, época também em que cursou o ensino secundário: “Foi aí o seu ensino secundário: quando chegava à noite suarento, estafado e ainda tismado de tinta de todos os tipos, acendia a luz, abria o livro e nêle esquecia-se das agruras da vida” (BRITO 1970, p.104). Após um dia cansativo de trabalho, o momento reservado para os estudos poderia ser uma válvula de escape para a estafa diária.

Pouco tempo depois começou a se destacar entre os tipógrafos, pelo hábito de compor o que os outros escreviam, facilitando o contato com obras de homens de talento. Conseqüentemente, tomou gosto pela literatura e se tornou orador obrigatório em festas e grêmios, o que lhe rendeu certo prestígio nessas rodas.

Passou a publicar no Jornal “O Liberal” como repórter e noticiarista, o que permitiu que ele tivesse assim mais tempo para estudar. Foi neste período que conciliou o trabalho com os estudos na escola normal:

Foi pouco mais ou menos por essa época que começou a funcionar a nossa Escola Normal, único estabelecimento de ensino profissional que os jovens sem recursos e com aspirações encontravam diante de si; Paulino nela matriculou-se com imensas dificuldades, fazendo prodígios para conciliar os seus deveres de estudante com as funções em que ganhava a vida (BRITO, 2008, p. 105).

A sua notoriedade começou quando foi escolhido para representar a escola normal na solenidade de sagração a Dom Macêdo Costa, na ocasião, recitou diante do prelado uma poesia que fez grande sucesso. Quando terminou o curso na escola normal, foi considerado destaque notável no meio literário, em reuniões patrióticas, festas artísticas, entre outros.

Paulino abandonou o jornalismo para se dedicar ao magistério. No ano da sua diplomação, foi interino da cadeira de Português da escola normal, fundou também um curso modelo com um dos companheiros de estudo, que veio a falecer, o que o fez deixar o curso e desgostar-se profundamente. Em meados de 1882, quando ocorreram essas mudanças na vida de Paulino de Brito, foi a época em que Belém vivenciou uma intensa vida literária, de notoriedades intelectuais como: Teodorico Magno, João e Antônio Marques de Carvalho, João de Deus do Rêgo, Frederico Rhossard, Inácio Moura, Magalhães Castro, Bertino Miranda e muitos outros, sendo Paulino de Brito a figura central desse núcleo.

Em 1884, foi para São Paulo cursar Direito, transferiu o curso em seguida para Recife, que concluiu em 1889, quando “formou-se entre as aclamações que celebravam o advento da República” (BRITO 1970, p.106). Ao retornar para o Pará, envolvido na empolgação do novo regime republicano, envolveu-se na política como secretário do Diretório. Porém não tinha muita vocação para a política, tendo deixado o cargo no Diretório por este entrar em conflito com seus sentimentos de católico.

Em seguida, dedicou-se ao magistério e à imprensa, escrevendo sobre artigos doutrinários, poesias, crônicas humorísticas, assuntos de filologia (ciência que se especializou). Lecionou como interino nos institutos oficiais até o momento

em que vagou a cadeira de Português da Escola Normal e foi colocada em concurso. A conquista da cadeira foi descrita pelas suas qualidades:

Paulino conquistou-a, revelando por essa ocasião, além de notável erudição, as qualidades que o notabilizaram como professor: fluência da palavra, clareza de exposição e um admirável sentimento de método e precisão (BRITO, 1970, p. 106).

As qualidades de Paulino o levaram mais além, a conquistar a cadeira de Literatura no Ginásio Paes de Carvalho, também a ser Catedrático de Literatura Nacional e Português na escola normal e professor de Estética e História da Música no conservatório de música, a convite de Carlos Gomes.

As referências a Paulino de Brito foram muitas. Uma delas está no Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros do ano de 1927, no qual consta como homenageado ao nomear uma das escolas noturnas que funcionava em um dos grupos escolares da capital:

Além dos 8 grupos, funcionam na capital 3 escolas agremiadas nocturnas denominadas: - José Augusto, Ignácio Moura e Paulino de Brito; com sede nos grupos escolares – Ruy Barbosa, Wenceslau Braz e Paulo Maranhão, respectivamente, com 3 escolas cada uma. (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1927, p. 20)

Esse fato persiste até os dias de hoje, quando ainda se tem na capital do estado uma escola que preserva a homenagem prestada ao ilustre professor, a Escola Estadual de Ensino Médio Paulino de Brito situada na Avenida Almirante Barroso. Paulino de Brito também foi um dos redatores do periódico literário e artístico: “A Arena”, que era publicado aos domingos e também deixou sua marca em escritos em jornais e muitos livros publicados.

A revista literária *Cenáculo* (1900), referia-se ao Pará como um lugar que marchava para o futuro literário e mencionava o nome de Paulino como um dos mais citados e conhecidos do Brasil:

Já podemos dizer com orgulho, aliás justificável que o Pará marcha para o futuro literário cheio de esperanças e de glórias.
Tem-se desenvolvido nestes últimos tempos uma verdadeira *febre* intelectual, publicando-se livros sobre quasi todos os ramos do saber humano.

(...)Paulino de Brito é um nome bastante conhecido em todo o Brasil. Publicou ultimamente os *cantos amasonicos*, volume de versos repassados de um sentimentalismo sadio, por vezes alegre, por vezes triste, como nesse adorável soneto – Adeus á Amasonia. Tem muitos livros publicados e promette para breve os *Romancetos*, colleção de contos e outras manifestações de seu bello espirito de poeta e prosador (REVISTA CENÁCULO, 1900, fasc. 3, Anno 1, p. 11).

Na edição nº 2 da revista “A Escola”, um ofício do Diretor Geral da Instrução Pública referia-se ao pagamento de duas contas, sendo uma delas relativa ao pagamento de mil exemplares da gramática primária de Paulino de Brito:

[...] sendo uma do dr. Paulino de Almeida Brito, na importância de 2:700\$020, proveniente de mil exemplares de sua Grammatica Primária, fornecidas as escolas públicas, e outra de C. Wrigrandt, na de 375\$600, de impressão lytographica de 25 diplomas para professores normalistas – Ao Thesouro – para pagar, em termos (A ESCOLA, a1, n.2, 1900. p.184).

Esta informação sobre o pagamento da gramática de Paulino de Brito mostra que o trabalho do professor como autor de livros era remunerado pelo governo e, seus livros, possivelmente adotados nas escolas.

Este notável e ilustre professor também foi autor dos seguintes livros de acordo com Moreira (2008) e Ildone, J. Meira, C. Castro, A. (1997): três gramáticas (Gramática Primária da Língua Portuguesa, Gramatica complementar da Língua Portuguesa e Gramática Superior); escreveu ainda os romances “O Homem das Serenatas” e “Dolores” e as poesias “Cantos Amazônicos” e “Noites em Claro”.

Paulino de Brito foi um professor com profundas convicções religiosas que atuou em diversas áreas como o direito, a literatura e o jornalismo, mas tinha especial apreço pelo magistério.

A disciplina de Literatura Nacional, ministrada por Paulino, era constituída por:

Litteratura nacional

Introdução:

1º- Noções da Litteratura. Sua divisão.

2º- Periodo Classico. Periodo Medieval. Renascença.

3º- Litteratura portugueza. Noções de versificação e estylo.

Litteratura brasileira:

4º- Existencia, no brazil de uma literatura distincta da de Portugal.

5º- Primeiros tempos: influencia dos missionarios na formação da litteratura brasileira.

6º- Seculo XVII: Escola Bahiana.

7º- Seculo XVIII (primeira metade)

8º- Seculo XVIII (segunda metade): Escola Mineira.

- 9º- Seculo XIX: Antes do Romantismo.
- 10.- Seculo XIX: O Romantismo no Brazil.
- 11.- Seculo XIX: Depois do Romantismo.
- 12- A linguagem no Brazil.

O lente cathedratico,
Paulino de Brito

A acadeira adopta, como anteriormente, a pratica de fazer escrever as licções pelos alumnos, por não existir compendio que lhe pareça vantajoso e adequado.

Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903**, p. 19 (grifos do documento).

A seguir, vejamos a atuação das mulheres como professoras da Escola Normal do Pará.

4.6.7 Distintas professoras, mestras exemplares: a atuação das mulheres no ensino normal

A Educação para as mulheres na década de 1830, no começo da implantação das escolas normais no Brasil, segundo Villela (2010), era feita em escolas destinadas para meninas, no caso da província do Pará, o Colégio Nossa Senhora do Amparo. Nessas escolas, segundo a mesma autora, preparava-se as meninas às “prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura” (VILELLA, 2010, p. 108).

Do currículo da Escola Normal constava a disciplina de Prendas que não era exclusiva das escolas para meninas, também pertencia à grade curricular da Escola Normal do Pará. Mas, ainda assim, havia a distinção do que as meninas deveriam aprender em relação aos meninos.

Elas deveriam aprender a ler, escrever e a fazer as quatro operações. A parte relativa às decimais e proporções, bem como **o estudo da geometria, que fazia parte dos currículos dos meninos, era interdita as meninas. Elas aprenderiam, em contrapartida, a cozer, a bordar e os demais ‘misteres próprios da educação doméstica** (VILELLA, 2010, p. 108 e 109, grifo nosso).

Para as meninas, a Educação era voltada para o lar com o ensino de culinária, bordados e prendas domésticas, e, para os meninos, havia disciplinas como Geometria, restrita a estes.

Observa-se que o ensino para as meninas era destinado à formação da mãe protetora e zelosa, reflexo de uma sociedade patriarcal em que o homem era visto como superior à mulher, tida como um ser humano com pouco raciocínio. O pensamento remete à época do Marquês de Pombal que enfatizava que: “as meninas não tem desenvolvimento de raciocínio tão grande como o dos meninos” (VILELLA, 2010, p. 109).

Uma sutil mudança neste currículo ocorreu no final do século XIX, com a Coeducação, em que o número de mulheres que estudava ultrapassava o de homens. Nessa época, encontramos um currículo unificado, nivelado por baixo, ou seja, as disciplinas da área de exatas, como Matemática, seriam oferecidas sem profundidade.

O magistério foi um dos campos em que a mulher teve a possibilidade de atuar fora do lar, mas que não foi conquistado facilmente. Antes restrito aos homens, aos poucos foi sendo ocupado pelas mulheres, porque era relacionado com a função materna, especialmente quando direcionado para a formação de professoras normalistas.

Possibilitar a visibilidade das professoras Josepha Torreão de Lacerda Redig, Joanna dos Santos Tocantins Maltez e Anesia Schüssler como professoras da Escola Normal é uma forma de mostrar a atuação dessas senhoras na formação de professores, em suas relações sociais e familiares. Ministravam disciplinas como Prendas, que era voltada exclusivamente para a educação feminina, e Caligrafia. Da mesma forma, é preciso enfatizar a pouca visibilidade que as mulheres tinham na sociedade em relação aos homens, evidenciada pelas notícias de jornais.

4.6.7.1 Borda, ensina, corta e costura: As mestras de Prendas Josepha Torreão de Lacerda Redig e Joanna dos Santos Tocantins Maltez

A professora de Prendas Josepha T. de Lacerda Redig prestou concurso para a cadeira concorrendo com Joanna dos Santos Tocantins Maltez e Amália Faria. O concurso ocorreu na Escola Normal e a notícia foi publicada no jornal “A República” (1893) junto com o programa de avaliação do concurso em que as professoras estavam inscritas. Os itens do programa, conforme a publicação eram os seguintes:

Instrucção publica
Programma dos pontos da 1ª cadeira de prendas da Escola Normal

De ordem o sr. director geral da instrucção publica e na forma dos art 24 e 25 da Escola Normal que baixou com o decreto n. 409 de 24 de Setembro de 1891, faço publico o seguinte programma de pontos organizados pela comissão organizadora do concurso da 1ª cadeira de prendas da mesma Escola a realizar-se no dia 28 do corrente, á 1 hora da tarde no salão de honra da referida Escola para que são convidadas as candidadas inscriptas: Dd. Joanna dos Santos Tocantins Maltez e Amalia Rosalina Corrêa de Faria.

I

Bordado de applicação liso, em relevo, sobre setim, veludo, cachemira, a renda frouxa e o fróco matizado.

II

Bordado a lã, ponto de cruz, de meio ponto, de allinhavo applicado a vários objectos de uso domestico.

III

Bordado a branco sobre cambrais e cachemira.

IV

Bordados a canutillho de ouro, singello, em alto relevo e a fio crespo e ondulado.

V

Flores de lã cortada, de cêra, de panno, de papel, de filigrana e de couro.

VII

Bordados de escamas sobre diversas fazendas.

VII

Marcas singelas, dobrada e a fantasia.

Labirynto cheio e serzido. Pontos de crochet.

VIII

Costura branca.

IX

Flores de papel de arroz, couro e canarana.

X

Trabalho em folha e cortiça.

Secretaria da directoria geral da Instrucção Publica do Pará, em 24 de Março de 1893. – O secretario geral *Manoel A. F. de Moraes*. (A REPUBLICA, 1893. p. 2).

Os itens do programa do concurso para a disciplina de Prendas, apresentam os conhecimentos necessários para a aprovação no concurso.

No jornal “O Democrata” (1893), foi publicada a informação da nomeação das professoras aprovadas: “Foram nomeadas D. Joanna dos Santos Tocantins Maltez e Josepha Torreão de Lacerda Redig para regerem efetivamente as cadeiras de prenda da Eschola Normal” (O DEMOCRATA, 1893, p.1).

A partir do anúncio do exame do concurso no jornal “A República” (1893) para o resultado no jornal “O Democrata” (1893), constatamos que apenas as duas primeiras professoras haviam sido aprovadas e logo foram nomeadas.

Quando pesquisamos sobre o que a professora ensinava na escola no programa do ano de 1903 nessa disciplina, o conteúdo estava focado em corte e a confecção de roupas.

Prendas

- 1º- Corte e organização de roupas de cama: lençóis, fronhas e colchas.
 - 2º- Corte e confecção de roupas de meza: toalhas, guardanapos. Suas respectivas dimensões.
 - 3º- Corte e organização de roupas de senhoras: camisas, anagôas, corpinhos, saias, blusas, golas etc.
 - 4º- Corte e organização de roupas de crianças e meninos: camizinhas, calças, louças, sapatinhos, vestidos, aventaes bibes, etc.
- A professora cathedratica,
Josepha T. de Lacerda Redig
 (PARÁ, 1903, p. 18, grifos do documento).

A professora deveria ensinar no 3º ano sobre o corte e a confecção de roupas de cama, de mesa para senhoras, meninos e crianças. Era uma Educação voltada para o lar.

As habilidades com as prendas da professora Josepha e de suas alunas foram noticiadas no jornal “A República” (1893), por ocasião da quermesse, realizada na Escola Normal, em favor dos órfãos. Era uma forma de reverter o que havia sido confeccionado nas aulas em renda para a caridade.

O evento tinha como objetivo arrecadar fundos para os órfãos do Orfanato Paraense e foi prestigiado por grande número de visitantes e autoridades como Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Justo Chermont. O bazar contou com apresentações musicais das alunas da escola, regência do catedrático Aureliano Guedes, e também com recitações de poesia.

Os trabalhos manuais da professora Josepha Redig e suas discípulas estavam expostos em duas grandes mesas no meio do salão. Segundo a reportagem, “entre aquellas notavam-se objectos de luxo, de valor e preço inestimáveis, quer pela beleza da obra, quer pela delicadeza e gosto do trabalho” (A REPÚBLICA, 1893, p. 1). Entre alguns dos objetos luxuosos, segundo o jornal, constavam: um leque de ottomane canário, bordado a matiz, com as varetas ornadas com fios e ouro; trabalhos de costura branca em cambraia de linho e seda; camisas com o peito elástico; dois pés de parasitas (cataléia) arranjadas em veludo arroxeadado e amarrados a toscas raízes; uma armação de palha finíssima, amarrada

à romana; entre outros inúmeros objetos que não foram relatados no jornal, mas apenas indicados pelo redator ao escrever que seria enfadonha a descrição de todos.

O leque confeccionado pela professora Josepha, foi um dos objetos arrematados e presenteado ao governador Lauro Sodré.

[...] um leque de ottomane canario, bordado a matiz, com varetas ornadas com fios e ouro, servindo de passe-partout às fotografias dos drs. Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Justo Chermont, e trabalhado pela exm^a. sr^a. d. Josepha Redig, cathedratica do estabelecimento, ostentava, na multidão de objetos do bazar, o apurado gosto e a maestria, com que foi preparado, havendo sido, ao que nos dizem, offertado pela pessoa que o arrematou ao primeiro daqueles cavalheiros (A REPÚBLICA, 1893, p.1).

A reportagem informava ainda que, além dos objetos de prendas, também havia objetos como frutas, flores, charutos e licores que seriam leiloados. A renda daquela noite teria chegado a 870\$000 réis. Fora da Escola, Josepha T. de Lacerda Redig convivia nos círculos sociais e era devotada à religiosidade.

O jornal “A Republica”, de 21 de outubro de 1892, noticiava a participação da professora na comissão de senhoras responsáveis por uma tómbola no arraial de Nazaré com a finalidade de arrecadar fundos em benefício das obras na Igreja de Sant’Anna ou ajudar algumas das senhoras da comissão.

A outra professora de prendas era Joanna dos Santos Tocantins Maltez que era filha do capitão João Fellipe dos Santos e irmã de Bonifácia Francisca dos Santos Tocantins, Leandro E. dos Santos Tocantins, João F. dos Santos Tocantins e Francisco P. dos Santos Tocantins. Na notícia do falecimento de sua irmã Bonifácia, no jornal “A República” de 4 de dezembro de 1892, não havia a indicação do nome de sua mãe.

O conteúdo da disciplina de Prendas para o 4^o ano, ministrado por esta professora catedrática era o seguinte:

Prendas

- 1^o- Bordados em tapeçarias, de diversos sistemas e gostos.
- 2^o- Bordados a branco sobre filó, cambraia, linho e casemira.
- 3^o- Bordados a seda e ouro em diferentes qualidades.
- 4^o- Bordados a seda mesclados e simples sobre diversos tecidos.
- 5^o- Aplicações de bordados e rendas sobre diversas fazendas.
- 6^o- Bordado – estylo Richilieu.

7º- Flores de diversas qualidades: de seda, cambraia, setineta, cera, cortiça, couro, canarana, frocô e ouro.
A professora cathedratica,
Josepha T. de Lacerda Redig
(PARÁ, 1903, p. 26, grifos do documento).

A disciplina era predominantemente ao ensino de bordado e confecção de flores em materiais diversos e requintados como seda e ouro. Vejamos a seguir a outra professora da Escola Normal, a mestra Anesia Schüssler.

4.6.7.2 A mestra das letras belas: Anesia Schüssler

Anesia Schüssler foi presidente da Sociedade das Senhoras de Caridade do Pará (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1897, p.1) e também participou como candidata do concurso para a disciplina de Caligrafia, realizado na Escola Normal.

Concurso de Calligraphia
Realizou-se, hontem sob a presidência do dr. Alexandre Tavares, director geral, a prova escripta do concurso de calligraphia da Escola Normal. Compareceram somente os candidatos seguintes: d. Anessia Schüssler, d. Servita Silva, João Antônio de Souza Bahia e Joaquim Carlos de Aguiar. Faltaram- d. Julia Barreto e M. Barreiros Lima.
A' 1 hora da tarde realisa-se a prova oral, que é muito possível não ficar hoje terminada (A REPUBLICA, 1893, p.1).

A professora Anésia Schüssler, além de professora de Calligraphia da Escola Normal, também lecionou Alemão no Liceo Paraense como mostra a publicação da revista "A Escola" do ano de 1900: "Nomeação: A professora d. Anésia Schüssler para reger a cadeira de Allemão do Liceo Paraense, durante o impedimento do respectivo lente" (A ESCOLA, 1900, p. 544).

Possivelmente, a informação sobre a nomeação da professora Anésia Schüssler para lecionar no Liceu Paraense foi a forma encontrada pelo governo de ocupar a cadeira que estava em disponibilidade e da professora de aumentar a sua renda, com mais uma disciplina em outra instituição.

O conteúdo da disciplina ministrada pela professora na Escola Normal, para o 1º ano, era o seguinte:

Calligraphia

Theoria – Noções geraes sobre a arte d'escrever, definição de calligraphia.
Pratica – Exercicios das linhas elementares da lettra inglesa.
Theoria – Da posição de escrever e modo de pegar na pena.
Pratica – Exercicios de lettras do alfabeto minúsculo.
Theoria – Sobre a escolha do papel, sua colocação para a lettra inglesa, pena, etc., etc.
Pratica – Formação do alphabeto minusculo.
Theoria – Das proposições da lettra minuscula, suas hastes e de sua inclinação ou obliquidade.
Pratica – Exercicios para a formação das lettras capitaes ou maiusculas do caracter inglez.
Theoria – Das distancias e regularidade a guardar na letra ingleza.
Pratica – Formação do alphabeto maiusculo.
Theoria – Divisão das lettras. Recordação, e regras d'espaco.
Pratica – Composição de palavras em bastardo. Composição de palavras em cursivo maior e menor.
 A professora cathedartica,
Anesia Schüssler.

Bibliographia:
Collecção de traslados – de Manoel J. Alves e Augusto Pinheiro.
 (PARÁ, 1903, p. 12, grifos do documento).

Em relação à disciplina ministrada pela professora na Escola Normal, para o 2º ano, o conteúdo era o seguinte:

Calligraphia

Theoria - Caracter francêz (RONDE).
Pratica - Pementos. Penas e methodo de usal-as.
Theoria - Elosição do corpo e do papel.
Practica – Exercicios sobre as figuras que concorrem para a formação da lettra (RONDE).
Theorica – Regras d'igualdade.
Pratica - Alphabeto minúsculo.
Theoria - Explicação das linhas que formam as letras maiúsculas.
 A professora cathedratica,
Anesia Schüssler.

Bibliographia:
Colecção de traslados- de Manoel J. Alves e Augusto Pinheiro.
 (PARÁ, 1903, p. 19, grifos do documento).

Ela também ministrava a mesma disciplina no 4º ano com o seguinte conteúdo:

Calligraphia

1º – *Theoria* - Elementos e formatação da letra GOTHICA.
 2º - *Pratica* - Exercicios elementares das linhas.
 3º - *Theoria* - Regras d'igualdade.

4º - Prática - Alfabeta minúsculo e maiúsculo. Composição de palavras.
A professora cathedratice
Anesia Schussler.
(PARÁ, 1903, p. 26, grifos do documento).

O ensino do(a) professor(a) abrangia a teoria e a prática. Com relação à prática e à postura corporal do aluno, o professor ou professora de Caligrafia deveria também ensinar como o aluno deveria se sentar para obter um melhor resultado em seu aprendizado. Sobre isso, recorreremos aos estudos de Foucault (2014).

No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador. Deve-se: manter o corpo direito, um pouco voltado e solto do lado esquerdo, e algo inclinado para a frente, de maneira que, estando o cotovelo pousado na mesa, o queixo possa ser apoiado na mão, a menos que o alcance da vista não o permita; a perna esquerda deve ficar um pouco mais avançada que a direita, sob a mesa. Deve-se deixar uma distância de dois dedos entre o corpo e a mesa; pois não só se escreve com mais rapidez, mas nada é mais nocivo à saúde que contrair o hábito de apoiar o estômago contra a mesa; a parte do braço esquerdo, do cotovelo até à mão, deve ser colocada sobre a mesa. O braço direito deve estar afastado do corpo cerca de três dedos, e sair aproximadamente cinco dedos da mesa, sobre a qual deve apoiar ligeiramente (FOUCAULT, 2014, p. 149 e 150).

O autor ainda afirma que “o mestre ensinará aos escolares a postura que estes devem manter ao escrever, e a corrigirá seja por sinal seja de outra maneira, quando dela se afastarem (FOUCAULT, 2014, p. 150). É importante destacar que, embora essas professoras fizessem parte do quadro efetivo da escola, são poucas as informações encontradas a seu respeito além da atuação no magistério e as relações com a comunidade decorrentes da função, tais como a *quermesse*, aqui exemplificada. Isso pode indicar um traço cultural desse período, quando à mulher eram reservadas poucas oportunidades de atuação profissional e de quem era exigido um papel social discreto.

A última lição do mestre Alfredo Chaves para seus discípulos formandos da Escola Normal do Pará, ávidos que deveriam estar para seguir novos caminhos, sintetiza a mensagem que servia para prepará-los, mesmo que no último minuto, para o que os aguardava no exercício da profissão – uma representação do pensamento cultural da época. O que importava era que a profissão de professor

deveria ser semelhante a um sacerdócio, e quem a praticasse deveria apenas ter a consciência de que seu dever fosse cumprido, sem dar muita atenção ao baixo salário e às dificuldades relativas aos espaços precários da Escola.

Os professores tinham uma forte presença nos círculos sociais, políticos e culturais, em contraste com as professoras, para as quais as atividades, além das funções domésticas, era um pouco mais do que as festas e ações de caridade, sendo o magistério uma alternativa digna e ainda tímida de inserção no mundo do trabalho.

Tentamos retratar um pouco dos personagens da vida real, os professores e professoras, cada um destes com trajetórias de vidas distintas que representavam a cultura de seu tempo.

CONCLUSÕES



Neste trabalho apresentamos a tese de que a Escola Normal teria elementos característicos em sua história no período de 1890 a 1926 que inserimos na cultura escolar. Para isso, elegemos como objetos específicos da pesquisa os prédios da Escola Normal, os bancos-mesa, o uniforme e a trajetória pessoal e profissional dos professores da instituição, analisados a luz da cultura escolar com referência em Dominique Julia (2001), assim como outros autores relacionados à História Cultural, à pesquisa documental, à prosopografia, à cultura escolar e à cultura material escolar.

A primeira questão a ser respondida foi: De que modo o prédio e os espaços da Escola Normal do Pará expressavam a cultura escolar? Chegamos à conclusão que, sobre o primeiro prédio da Escola Normal, encontramos indícios da necessidade de serem adaptados e reformados em todos os espaços de funcionamento da Escola Normal para que pudessem funcionar como escola. Logo, a cultura escolar no prédio mostrou-nos que o espaço escolar não tem a função apenas de delimitar uma sala de aula, ou uma diretoria, por exemplo, o espaço e o prédio também têm uma função educativa. É necessário que sejam adequados às necessidades da escola.

No percurso da pesquisa, foi possível observar que no início do século, a Educação paraense ainda era muito precária, estava em formação e reorganização de modo a se adequar ao novo regime republicano. No caso de Belém, a influência europeia, mais especificamente francesa, pode ser percebida quando José Veríssimo viajou até Paris em busca de referências sobre o que havia de mais moderno na Exposição Universal para trazer para a capital paraense. Aliado a isso, a sociedade belenense aspirava parecer cada vez mais à afrancesada, mesmo que ainda houvesse contrastes na cidade, como mostrou Figueiredo (2016), que foram revelados pela arquitetura, embelezamento e urbanização no período de Antônio Lemos.

Assim, o primeiro prédio da Escola Normal não poderia estar à parte da modernidade e civilização que os governos buscavam. Como Antônio Lemos, na

intendência de Belém, e Augusto Montenegro, no governo do estado, eram aliados políticos e se ajudavam mutuamente, foi no governo de Augusto Montenegro que o prédio da Escola Normal apresentou reformas com mais detalhes, alinhadas com o que se esperava da pedagogia moderna. Ou seja, as ideias, costumes e comportamentos de civilidade, modernidade e sofisticação ecoadas na *Belle Époque* e almejadas pela elite da borracha que ansiava cada vez mais parecer com os costumes franceses, como demonstraram Sarges (2010) e Coelho (2000), o que incluía a Educação e a instrução pública.

A pesquisa revelou que o prédio onde originalmente funcionava a Escola Normal ainda existe e atualmente abriga outra repartição pública no local. Esta descoberta, possibilitou a realização de uma visita de pesquisa ao local com o objetivo de conhecer o seu interior e buscar elementos que pudessem remeter ao que um dia foi a Escola Normal. Na visita, observamos os espaços dos prováveis locais dos banheiros, diretoria, sala da congregação, ou dos professores, auditório e salas da aula, assim como o espaço no primeiro pavimento que seria reservado à escola-modelo.

Além disso, a pesquisa indicou qual foi o segundo prédio de funcionamento da escola, situado na Travessa Serzedêlo Correa, esquina com a Travessa Gama Abreu, também no bairro da Campina, nas proximidades da Praça da República, no centro da cidade. O local ainda funciona como uma instituição de ensino com o nome de Instituto Estadual de Educação do Pará. Nessa seção, foi possível fazer a reconstituição da história dos espaços de funcionamento desde os cursos normais, passando pela transição cultural da casa em escola, até a identificação dos prédios que abrigaram a instituição.

A segunda questão era: Quais aspectos da cultura escolar eram expressos com os objetos da escola, tais como os bancos-mesa e o uniforme das normalistas? Ao estudar sobre os bancos-mesa, concluímos que o estudo não deveria se limitar a esse objeto mobiliário. Foi necessário relacioná-lo ao conjunto maior a que se inseria, como as carteiras escolares, que, por sua vez, estão inseridas no mobiliário escolar e resgatar a sua historicidade.

Outra conclusão a que chegamos foi que a escolha do governo para adotar os bancos-mesa estava relacionada com o higienismo, a moralidade e os métodos

pedagógicos conforme o relatório de José Veríssimo (1981), prática também mostrada nos estudos de Machado (2004), em Portugal. Mesmo que o governo paraense não mencionasse a questão do método de ensino como requisito para a escolha dos bancos-mesa, ainda assim entendemos que isso estava implícito em sua opção por esse tipo de mobiliário.

E ainda, a relação econômica e social que estava atrelada a esse objeto, mostrou a necessidade do governo de importá-lo da Europa e dos Estados Unidos, visto que a indústria local era rudimentar e em formação. Porém, diante do valor elevado, o governo precisou adquirir peças de fornecedores locais, como a casa dos Srs. M. F. da Silva & C^a; casa Srs. Guilherme Guimarães & C^a e a dos Srs. Gomes Pereira & C^a, assim como produzindo o próprio mobiliário escolar no Instituto Paraense de Educandos Artífices, o que ajudou no desenvolvimento local.

Em relação ao uniforme escolar das normalistas, autores como Dussel (2005), Lonza (2005) e Ribeiro e Silva (2012) foram fundamentais para compreender a história da vestimenta, pois esse objeto escolar era considerado um elemento fundamental para a construção de um sistema que postulava uma Educação igual para todos (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 582). Ou seja, tinha a função de igualar e não provocar a distinção entre alunas ricas e pobres, além de ser considerado um símbolo de identidade da escola.

O estudo mostrou quando esse objeto do vestuário escolar foi estabelecido, como indicado na mensagem do governador Enéias Martins em 1 de agosto de 1916. Foi primeiro adotado pelas moças e somente dez anos depois pelos rapazes da instituição, com o decreto nº 4. 276-A, de 10 de abril de 1926, no governado de Dionysio Bentes.

A concepção do uniforme para as alunas da Escola Normal paraense no governo de Enéias Martins era de que deveria ser “simples e prático” e ter o objetivo de ser vantajoso para a Educação cívica, a disciplina e contribuir nos “créditos” da escola. Observamos ainda, nas fotografias nas revistas, que o uniforme sofreu modificações nos detalhes ao longo dos anos, ora com laços nas golas, ora não, o uso de casquete, saias longas e escuras, blusas claras de mangas longas ou curtas.

Nas fotografias das normalistas, foi possível relacionar a ideia que a imagem das alunas procurava representar na concepção de representação de Chartier

(1988). Os adjetivos como graciosa, inteligente e estudiosas, por exemplo, compunham as legendas das fotografias e remetiam a ideia de que as alunas da Escola Normal eram o futuro da Educação.

E, por fim, a última questão foi: Como a trajetória pessoal e profissional dos professores e professoras da Escola Normal do Pará contribuía para evidenciar a cultura escolar da época? A concepção de intelectual adotada se baseou em Vieira (2011; 2015) para quem as regras de reconhecimento desse sujeito incluem credenciais formais, tais como diplomas e títulos, além da capacidade de persuasão decorrente de habilidades retóricas e textuais. Ou seja, boa parte dos aspectos da distinção social do intelectual pode ser decorrente do processo de formação formal ou até mesmo do autodidatismo, mas elas não são suficientes, pois requerem habilidades especiais como capacidade de escrita e de persuasão como orador. Não basta aos intelectuais a familiaridade com as artes, as ciências, a filosofia, mas com base nestas ferramentas, é preciso que também sejam capazes de liderar, de influenciar e de convencer. E acima de tudo, de assumir o “engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social”, ou seja, o compromisso ético com a verdade, o bem e a justiça.

Com base nesses pressupostos, e por meio da prosopografia, a pesquisa possibilitou a análise da trajetória pessoal e profissional de quatorze professores da escola normal dos sessenta e três encontrados. Os professores foram contemporâneos de uma Belém que vivenciava a prosperidade propiciada pelo ciclo econômico da borracha, período em que as artes, a literatura, a arquitetura e o embelezamento da cidade ganharam centralidade, tendo como referência as ideias de modernidade e civilidade propagadas na Europa, especialmente na França. No Pará, assim como em todo o Brasil, a República fora recém-proclamada e trazia consigo novas perspectivas para a educação que se encontrava precária.

Todos os professores pesquisados eram oriundos dos extratos sociais mais elevados, pois embora um deles tenha passado por problemas financeiros na juventude, era filho de um Capitão do Exército, morto na guerra do Paraguai. Em relação a suas nacionalidades, era um grupo formado por professores de origem diversa. Havia estrangeiros vindos da França, Rússia e Itália de outros estados

como Pernambuco e Amazonas e do interior do Pará como de Cametá e Vigia de Nazaré.

Constatou-se que os professores da Escola Normal ingressavam por meio de concurso e posterior nomeação. A formação desses professores era muito variada: direito, engenharia, literatura, sacerdotal. No decorrer de suas carreiras, além de professores exerceram outras profissões como: jornalista, escritor, compositor, crítico de arte, pintor, músico, poeta, literato, prosador, noticiarista, policiais. Dentre eles, alguns exerceram profissões manuais, a exemplo de Paulino de Brito que na juventude trabalhou como tipógrafo. No caso das mulheres, estas se dedicavam também à caridade, à religiosidade e a associações beneficentes, como no caso de Anesia Schüssler, que foi presidente da Associação de Caridade das Senhoras do Pará. Observamos que os homens do início do século XX tinham muito mais inserção na sociedade e em locais de trabalho variados do que as mulheres, para quem o trabalho era associado à ideia de mãe e dona de casa e também era mais restrito à escola e a ações beneficentes.

Os quatorze professores também assumiram cargos e posições de destaque social como: cônsul em Caiena, diretor da instrução pública, diretor da escola normal, diretor do colégio Progresso Paraense, titular do Cartório de Registros, deputado estadual, prefeito, desembargador do Tribunal de Justiça, oficial do gabinete do governador, procurador fiscal do Estado, secretário geral, membro do Conselho Superior de Ensino, membro da Sociedade Propagadora de Ensino, membros fundadores da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dentre outros. Tais posições sociais e profissionais evidenciam a condição do exercício de liderança política, distinção social e habilidades de oratória, o que conseqüentemente lhes propiciava poder de persuasão.

Como jornalistas, literatos e professores, escreveram artigos jornalísticos, crítica literária, livros didáticos, poesias, romances, novelas, hinos e discursos. Essas habilidades de escrita lhes permitiam não apenas produzir literatura, arte e conhecimentos, mas também a elaboração e veiculação de ideias.

Portanto, as práticas culturais assinaladas por Certeau (2014) também estavam presentes na trajetória dos professores por meio de sua formação, de seu ofício, das atividades sociais e políticas que assumiam e também pelas suas

produções culturais. Tanto as formações como as práticas pedagógicas dos professores estavam associadas também à profissionalização e à prática escolar, corroborando a concepção de cultura escolar de Julia (2011).

Os quatorze professores assumiram posições profissionais, sociais e políticas de destaque, apresentavam habilidades de escrita e de oratória que lhes permitiam poder de persuasão como lideranças e homens e mulheres de distinção. Como figuras públicas influenciavam o meio acadêmico, literário e político da sociedade em que viviam. Sem dúvida, eram intelectuais de seu tempo.

Conceitos como a vigilância de Foucault (2014) e os rituais escolares de Souza (2000) estavam entremeados nas funções exercidas pelos professores dentro e fora da Escola Normal, quando mencionamos a formatura escolar. Ideias sobre a Educação na época surgiram no discurso do professor paraninfo: o que seria uma pedagogia moderna na concepção dos professores, quais seriam as necessidades do ensino, como ser um bom professor e a associação de magistério a um sacerdócio.

Também recorreremos às ideias de Foucault (2014) a respeito de punição e relações de poder para compreender a relação entre a função dos professores na aplicação dos exames e o poder de aprovar ou reprovar os alunos. Assim como na vida pessoal de um dos mestres pesquisados, o professor Cornélio de Barros, que sofreu uma advertência quando ainda era aluno normalista.

Logo, concluímos que este trabalho abordou a escola normal em relação à cultura escolar além dos muros da escola, com um diálogo entre a cidade, a economia, a política, a educação e a sociedade. A escolha dos aspectos da cultura escolar, como os prédios, os bancos-mesa, o uniforme e os professores da escola foi uma forma de contar a história da escola normal a partir desses elementos, uma vez que fazem parte da instituição e são ricos em suas singularidades, significados e representações, por isso, necessitavam de um estudo mais apurado. Esperamos que este estudo possa vir a estimular novas pesquisas sobre a história da educação paraense.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA. Revista Oficial de ensino, Belém: Imprensa Oficial, Anno 1900, a.1, n.1.

A ESCOLA. Revista Oficial de ensino, Belém: Imprensa Oficial, Anno 1900, a.1, n.2.

A ESCOLA. Revista Oficial de ensino, Belém: Imprensa Oficial, Anno 1900, a.1, n.5.

A ESCOLA. Revista Oficial de ensino, Belém: Imprensa Oficial, nº 60, 31 de Março de 1905.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, S.M.S. (org.) **José Veríssimo: raça, cultura e Educação.** Belém: EDUEPA, 2007.

ARRAES. R. M. L. FERNANDES. C. Os Pintores. In: Fundação Cultural do Município de Belém. **Museu de Arte de Belém: Entre Imagens e Memórias do Poder.** Belém, 2012. (Caminhos da Cultura, 4).

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). **Fontes Históricas.** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, J. A. O uso dos jornais como fontes históricas. In: BARROS, J. A. **Fontes históricas Introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, J.D. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História,** Vol. 11, nº 1/2, 2003.

BARROS, J.D. **Teoria e Formação do Historiador.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARROS, L. VIEIRA, L. B. (Org.) **Instituto Estadual Carlos Gomes. 120 anos de História.** Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA, 2015.

BASTOS, M. H C. As revistas pedagógicas e a atuação do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, D. B. BASTOS, M H C. (Org.) **Educação em Revista. A Imprensa Periódica e a História da Educação.** São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BELÉM, Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). **Álbum de Belém: 15 de Novembro de 1902.** Paris: P. Renouard, 1902.104 p.il.

BELÉM, Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). **Álbum de Belém: 15 de Novembro de 1902**. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p.il.

BENCOSTTA, M. L. A Noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da História da Educação. In: CASTRO, C.A. CASTELLANOS. S. V. (Orgs.) **A Escola e seus artefatos culturais**. São Luis: EDUFMA, 2013.

BENITO, A.E. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2017.

BENITO, A. E. Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas Exposições Universais. In: SILVA, V. L. G. SOUZA, G. CASTRO, C. A. (Org.) **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: Escritas e Possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

BERRIO, J. R. El método histórico en la investigación histórica de la educación. **Revista Española de Pedagogia**. Madri: Instituto “San José de Calasanz” de Pedagogía/Consejo superior de investigaciones científicas. Año XXXIV. – Núm. 134. Octubre/ Diciembre, 1976. Acessado em: Dezembro de 2018. Disponível em: <https://revistadepedagogia.org/volume/xxxiv/no-134/>

BLOCH. M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES. R. **O Pará Republicano 1824-1929. Ensaio Histórico**. Coleção “História do Pará”. Série “Arthur Vianna”. Conselho Estadual de Cultura. Belém-Pará. 1983.

BOTO, Carlota. **A Liturgia Escolar na Idade Moderna**. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

BRAGA, T. **Guia do Estado do Pará: organizado por determinação de S. Exa. Sr. Dr. Enéias Martins, Governador do Estado, em comemoração do 3º Centenário da fundação da cidade de Belém**. Belém, PA: Typhographia do Instituto Lauro Sodré, 1916, 198p.

BRAGA, T. A Arte no Pará (1888-1918) Retrospecto Histórico dos últimos trinta anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 1933. Vol. III.

BUFFA, E; PINTO, G. A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971**. São Carlos: Editora da UFSCAR; Brasília, DF: INEP, 2002. 174 p.

BURKE, P. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BURKE, P. **O que é história cultural?** 2ª ed. revista e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURKE, P. Origens da história cultural In: BURKE, P. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. (Encyclopaideia).

CAMINHA, A. **A Normalista**. São Paulo – SP. Editora Martin Claret, 2007.

CANCELA, C.D. **A Família na Economia da Borracha**. 1ª ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

CARAVALHO.M.M.C de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Eduf. 2003. 355p. (Estudos CDAPH. Série Historiografia).

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano. 1. As Artes de Fazer**. 22. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes. 2014.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Coleção Memória e sociedade. Lisboa, Difel, 1988.

CHARTIER, R. **História da Leitura no Mundo Ocidental 2**. São Paulo – SP. Editora Ática. 1999.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados, MS, v.13, n. 24, p. 15-29, jul/dez. 2011. Acessado em: Abril de 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>

CLOVIS, M. ILDONE, J. CASTRO, A. (Org.) **Introdução à Literatura no Pará: Volume VI**. Academia Paraense de Letras. Belém – CEJUP, 1995.

CLOVIS, M. ILDONE, J. CASTRO, A. (Org.) **Introdução à Literatura no Pará. Volume V** – Antologia. Academia Paraense de Letras. Belém: CEJUP, 1995.

COELHO, G. M. Na *belle-époque* da borracha (1870-1910): dirigindo olhares. **Escritos**, revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, nº 5, 2011. Acessado em: 07 de Agosto de 2020. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo08.php>

COELHO. G. M. **A Lira de Apolo**. O mecenato de Antônio Lemos e Augusto Montenegro (1897-1912). 1ª ed. Belém – Pa: Editora Estudos Amazônicos, 2014.

CUNHA, E. da. Euclides da Cunha e seus amigos. In: ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará**. 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup.1996.

DAOU, A.M. **A Belle Époque Amazônica**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004.

Decreto nº 29.473/96-PMB, de 11 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial do Município de Belém**. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8.415. p.3. A obra é da categoria artes visuais, sendo a técnica/material: óleo, tela, madeira, estuque, ano de 1894, nas dimensões: 75,2 cm x 63 cm.

Decreto nº 29.473/96-PMB, de 11 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial do Município de Belém**. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8.415. p. 3. A obra é da categoria artes visuais, subcategoria pintura, sendo a técnica/material: óleo, tela, madeira, estuque, ano: 1896, nas dimensões: 122,5 cm x 90 cm.

Decreto nº 24.473/96 – PMB, de 11 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial do Município de Belém**. Sexta-feira, 13 de Dezembro de 1996. Belém, Pará – Ano XIX – nº 8. 415. Dispõe sobre o Tombamento das obras pertencentes ao acervo do Museu de Arte de Belém/Mabe. p.6.

DIAS, R. CHAVES, C. **A cidade a partir do edifício: narrativas urbano - edíficias na cartografia histórica de Belém (1886 a 1912)**. XVII ENANPUR São Paulo 2017 ST7: cidade e História. p. 14. Acessado em: 12 de Junho de 2020. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2272>

DUBY, G. Problemas e métodos da História Cultural In: DUBY, G. **Idade média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

DUSSEL, I. Cuando las aparecias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares em Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX). **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. I (46), jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2292/46-dossie-dusseli.pdf> Acessado em: Maio de 2019.

ESTRADA, O. D. O Norte. In: ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará** 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup.1996.

FARIA FILHO, L.M de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2ª edição revista e ampliada. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, L.M de. et al. A Cultura Escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, L.M de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M de. (ORG). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte. Autêntica editora. 1998.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa. Presença. 1985.

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. Revista **Pro-posições**, v.16, n I (46), jan.abr. 2005.

FELGUEIRAS, M.L. Cultura Escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, M. L. VIEIRA, C. E. (Org.) **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania. Sociedade Portuguesa de Ciências Sociais e Educação e autores**. Porto, 2010.

FIGUEIREDO, A. M de. **A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia a constituição de um campo de estudo 1970-1950**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo. 1996.

FIGUEIREDO, A. M de. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2001.

FIGUEIREDO, A. M de. **No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha**. 5ª ed. São Paulo: Atual. 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRAGO, A. V. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

FRANÇA, M.P.S.A. A Escola Normal na Província do Grão-Pará no Império. **Revista Cocar**, Belém, Vol. 6, nº 11, Jan/Jul, 2012. Acesso em: Setembro de 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/211>

FRANÇA, M.P.S.A. **A implantação dos grupos escolares no Estado do Pará**. Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

FREITAS, A. G. B., LOPES, A. P. C, ARAÚJO, J. C. S. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

FREITAS, M. E. Viver a Tese é preciso! In: BIANCHETTI, L. MACHADO, A. M. N. (Org.) **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

GAIA, W. **O Alvorecer da República no Pará (1886- 1897)**. 2008, p.64.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo, LTC, 1989.

GINZBURG, C. Representação, a palavra, a idéia, a coisa. In: GINZBURG, C. **Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, R de C. A Arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, V. L, G da. PETRY, M G. (Org.) **Objetos da Escola. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

ILDONE, J. MEIRA, C. CASTRO, A. (Org.) **Introdução à Literatura no Pará: Volume V**. Academia Paraense de Letras. Belém – CEJUP, 1995.

ILDONE, J. MEIRA, C. CASTRO, A. (Org.) **Introdução à Literatura no Pará: Volume VI**. Academia Paraense de Letras. Belém – CEJUP, 1995.

ILDONE, J. MEIRA, C. CASTRO, A. (Org.) **Introdução à Literatura no Pará: Volume VII**. Academia Paraense de Letras. Belém – CEJUP, 1997.

HEINZ, F. M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Jardins D’Infância Escolas Primárias e Normaes na Suíça, França e Espanha.

Acessado em: Julho de 2016. Disponível em:

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/Cadastro.login.mtw>

Jornal **A Republica**, Belém, 8 de Junho de 1890, Anno I, num. 90.

Jornal **A Republica**, Belém, Terça-feira, 4 de Abril de 1893, Anno 4, num. 897.

Jornal **A Republica**, Belém, Domingo, 10 de Setembro de 1893, Anno 4, num. 666.

Jornal **A Republica**, Belém do Pará, Terça-feira, 03 de Abril de 1900, Anno II, num. 324.

Jornal **A Republica**, Sabbado, 15 de Setembro de 1900, Anno II, num. 518.

Jornal **A Republica**, Sabbado, 23 de Março de 1893, Anno IV, num. 891.

Jornal **Diário de Notícias**, Pará - Belém, Domingo, 04 de Outubro de 1896, Anno XVII, num. 222.

Jornal **Diário de Notícias**, Pará - Belém, Domingo, 13 de Junho de 1897, Anno XVIII, num. 131.

Jornal **Diário de Notícias**, Pará - Belém, Terça- feira, 05 de Março de 1895, Anno XVI, num. 52.

Jornal **Estado do Pará**. propriedade de uma sociedade anonyma, Belém, Quinta- feira, 21 de março de 1912, Anno II, num 346.

Jornal **Estado do Pará**. propriedade de uma sociedade anonyma, Segunda-feira, 19 de setembro de 1921, Anno XI, numero 3.776.

Jornal **Folha do Norte**, Sabbado, 7 de Novembro de 1896, Anno I, num. 312.

Jornal **Folha do Norte**, Domingo, 07 de Fevereiro de 1897, Anno 2º, num 403.

Jornal **Folha do Norte**, Quinta-feira, 23 de Janeiro de 1896. Anno I.

Jornal **O PARÁ**, Belém, 08 de Março de 1900, Anno III, n. 676.

Jornal **O PARÁ**, Quinta-feira, 13 de Setembro de 1900, Anno III, numero 814.

Jornal **O Pará**, Belém, 26 de Maio de 1898, Anno I, nº 146.

Jornal **O Democrata: orgam do Partido Republicano democrático**, Pará, Domingo, 04 de Dezembro de 1892, Anno III, num. 801.

Jornal **O Democrata: orgam do Partido Republicano democrático**, Pará, Quinta- feira, 13 de Abril de 1893, Anno IV, num. 83.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 1, jan/jun, 2001, p. 10. Acessado em: Junho de 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>

KOSSOY, B. Estética, Memória e Ideologias Fotográficas. Decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Volume 6. Número 01/02. Jan/Dez 1993.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 5. ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KULESZA. W.A. A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **R. bras. Est. pedag. Brasília**, v.79, n. 193. p. 63-71, set./dez.1998.

Lakanal, J. **Report sur l'établissement des écoles normales**. Paris: De l'imprimerie Nationale, 1794. In: ARCE, A. NERY, A. C. B. (Org) Ideias pedagógicas em movimento: Produção de saberes na Escola Normal Secundária de São Carlos. São Carlos: EduFSCar, 2011.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7ª edição revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, J; NASSER, G. Biografias. In: Fundação Cultural do Município de Belém. **Museu de Arte de Belém: Memória & Inventário**. Belém, 1996. (Caminhos da Cultura, 4). p. s/p.

LONZA, F. **História do Uniforme Escola no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

MACHADO, M de F C M de S. **Maneiras de sentar. Contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)**. Dissertação. Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Lisboa, Maio de 2004.

MALHEIROS, R.G. **Formação de Professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal 1838-1871**). Dissertação.

MATTOS, N. Às Portas do Templo – Biographia do prof. Camillo Henrique Salgado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, Anno VII, vol. VII. p. 336-343, 1932.

MATTOS, N. Às Portas do Templo – Biographia do prof. Henrique Camillo Salgado. (continuação do VII volume). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, Pará. Vol. VIII. p. 209-226, 1933.

MEIRA, C. ILDONE, J. E CASTRO, A. **Introdução à Literatura no Pará – Vol. IV – Antologia ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS**. Belém: CEJUP, 1990.

MENESES. U.T.B. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório. Propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n.45, 2003.

MENEZES. M. Os habitantes na virada do século. In: MARANHÃO. H. **Pará, Capital: Belém: memórias & coisas & loisas da cidade** – Belém- Super-cores, 2000.

MEREGE, A. L. **A Metrópole da Amazônia: 400 anos da cidade de Belém**. Biblioteca Nacional Digital: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/introducao-a-metropole-da-amazonia/>

MIGUEL, M. L. C. A fotografia como documento. Uma investigação à leitura. **Acervo. Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro. Volume 6. Número 01/02. Jan/Dez 1993. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/v6_n1_2_jan_dez_1993.pdf

MOREIRA, E. **O Livro Didático Paraense**. (Breve Notícia Histórica). Belém, Pará. 1979.

MOURA, I. **A Exposição Artística e Industrial do Lyceo Benjamin Constant e os expositores de 1895**. Belém. Typ. do Diário Oficial, 1895. 202 p.

NUNES, C. CARVALHO, M. M C. de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONGRA, J. G. (Org). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007. In: SÁ-SILVA, J.R. ALMEIDA, C. D. GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I – Número I – Julho de 2009. p.6. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6> Acessado em: Junho de 2017.

PARÁ. **Livro de registro de exames do 5 anno de 1919**.

PARÁ. **Livro de ponto da Escola Normal do Pará de 1919**.

PARÁ. **Inventário da oferta turística do município de Vigia de Nazaré – PA**. Secretaria de Estado de Turismo-SETUR. Belém. 2017. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_vigia_2017.pdf

PARÁ. Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. **Catálogo de Obras Raras**. Belém, PA: [s.n.],[19--].

PARÁ. **Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, pelo Exm. Sr. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhea administração da província no dia 17 de Janeiro de 1875**.

PARÁ. **Falla com que o exm. sr. general barão de Maracajú abriu a 2.a sessão da Assembléia Legislativa da província do Pará em 15 de Fevereiro de 1883**.

PARÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado. Ao expirar o seu mandato, no dia 1º de Fevereiro de 1897**.

PARÁ. **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré para o Congresso do Estado do Pará em 1º de Fevereiro de 1893**.

PARÁ. **Falla com que o exm. sr. conselheiro João Silveira de Souza, presidente da província do Pará, abriu a 2.a sessão da 24. a legislatura da Assembléia Provincial do Pará em 18 de Abril de 1885**.

PARÁ. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José de Araujo Roso Danin 1º vice-presidente da província do Pará passou a administração da mesma ao Exm. Sr.**

Dr. Antônio José Ferreira Braga, presidente nomeado por dec. de 22 de Julho de 1889.

PARÁ. Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado. Ao expirar o seu mandato, no dia 1º de Fevereiro de 1897.

PARÁ, Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura à 07 de Setembro de 1919 pelo Governador do Estado Dr. Lauro Sodré.

PARÁ. A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Justo Leite Chermont, Governador do Estado por José Veríssimo, Director Geral. Pará. 1891.

PARÁ. Mensagem de 10 de Setembro de 1901, Augusto Montenegro, Governador do Estado, 1901.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, 1902.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, 1903.

PARÁ. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro. Governador do Estado. 1908.

PARÁ, Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura à 07 de Setembro de 1919 pelo Governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Belém da Saudade: A Memória de Belém do Início do Século em Cartões-Postais. 2 ed. ver. aum. Belém, Secult, 1998, 278p.

PAULILO, A. L. A cultura material da escola: Apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação** (V. 19, 2019). Acessado em: Junho de 2019. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46818>

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Pena.** Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971-1973. 2 v. (Coleção Cultura Paraense: série Ignácio Moura)

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **A Região ocidental da província do Pará: resenhas estatísticas das comarcas de Obidos e Santarem;** apresentadas a S. EXC. o SR. conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. [Belém]: Typografia do Diário de Belém, 1869. 248 p., viii

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. 3.ed. 1.Reimp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

PINTO, C. Belém – Imagens e Evocações. In: ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará**. 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup.1996.

PORTO, A. **Escola Brasileira (Idéias e processos de ensino)**1923. Livraria Clássica. Pará. Belém. 312p. il.

PORTO, A. **Fundação da Cidade Paraense e outros aspéctos da História do Brasil**. Rio de Janeiro. Irmãos Pogetti Editores. 1938.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. **Anais do museu paulista**. São Paulo, v.4, p.265-82,1996.

RÊGO, O.L.M de M. **Síntese Histórica do Instituto de Educação Estadual do Pará**. (1972).

Regulamento orgânico e provisório dos Jardins D'infância creados e mantidos a expensas da Câmara Municipal de Lisboa. Acessado em: Julho de 2016.

Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/Cadastro.login.mtw>

Revista **A Semana: Ilustrada**. 28 de Abril de 1923, v.6. n. 262, p.15. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1923-v-6-n-262-abril/>

Revista **A Semana: Ilustrada**, 1925, v.7, n.354, Janeiro, p. 31. Acessado em: Setembro de 2020. Disponível em: <http://177.74.60.161/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1925-v-7-n-354-janeiro/>

Revista **Belém Nova**, v. 1, n.14, Belém, 17 de Maio de 1924. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-14-maio-de-1924/>

Revista **Belém Nova**, Belém, 3 de Maio de 1924, Anno 1 num 13. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/belem-nova-v-1-n-13-maio-de-1924/>

Revista do Ensino. Tomo 2- 7. 15 de Março de 1912. Acessado em: Dezembro de 2020. Disponível no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina:

<https://repositorio.ufsc.br/>

Revista **Pará Ilustrado**, n. 107, vol. 5, ano 1942. p. 13. Acessado em: 12 de Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n107v5>

Revista **Pará Ilustrado**, n. 109, vol. 5, ano 1942. p. 21. Acessado em: Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/para-illustrado/1942n109v5>

RIBEIRO, I. SILVA, V.L.G. **Das materialidades da escola: o uniforme escolar.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará.** 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup.1996.

ROCQUE, C. **História de A Província do Pará.** Belém: Mitograph, 1976. 311p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas & metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6> Acessado em: Junho de 2017.

SALLES, V. **Música e músicos do Pará.** 3 ed. Ver. – Belém: FCP. 2016.

SARGES, M.N. **Belém: Riquezas produzindo à Belle-époque (1870-1912).** Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, M.N.S. **Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos (1869 – 1973).** Campinas, SP: [s.n], 1998. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SAVIANI, D. (Orgs.) **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados: Histerdbr; Sorocaba, SP: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. - (Coleção memória da educação).

SILVA, K. N. da. **“Criança calçada, criança sadia!”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970).** Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2006. Disponível em <HTTP://teses.usp.br/teses/dsiponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/>

SOARES, K, G. **As Formas de Morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

SOUZA, R. F de. Rituais Escolares: Liturgia Cívica e Glorificação da Memória (Aproximações Históricas). In: PORTO, SANCHEZ TEIXEIRA, FERREIRA SANTOS & BANDEIRA (Org.) **Tessituras do Imaginário. Cultura e Educação.** Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000.

SOUZA, R. F de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas Escolares e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R de S. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do grão-Pará. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 93-121. jul.- dez. 2010.

STONE, L. **Prosopografia**. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, v.19, n.39, p. 115-137, jun, 2011.

TAVARES JUNIOR, R. W. **Um Viveiro de Mestres: A Escola Normal e a cidade de Belém em Tempos de Modernização (1890-1920)**. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

TEIVE, G.M.G. **“Uma vez normalista, sempre normalista” cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935)**. Florianópolis: Insular, 2008.

TOCANTINS, L. Santa Maria de Belém do Grão Pará. In: ROCQUE, **Carlos**. **Antônio Lemos e sua época História Política do Pará**. 2. ed. revista e ampliada – Belém: Cejup.1996.

TOCANTINS, L. Século XX. In: CLOVIS, M. ILDONE, J. CASTRO, A. **Introdução à Literatura no Pará**. Academia Paraense de Letras. 2ª edição. Belém: CEJUP,1990.

TORRES BALBAS, L. (1933) In: VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

VERÍSSIMO, J. **Cenas da Vida Amazônica**. Editora WMF Martins Fontes, 2011.

VIANNA, A. **O Instituto Gentil Bittencourt. Esboço Histórico**.1967. Imprensa Oficial. Belém-Pará.

VIDAL, D. G. SILVA, V. L. G da. Por uma História sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, C. A. (Org). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA: café & lápis, 2011.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional brasileiro. In: LEITE, J. L. ALVES, C. (Org.) **Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-21, abril – jun/2015. Acessado em: Dezembro de 2020. Disponível em:
http://pensaraeducacao.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_no__Carlos_Eduardo_Vieira.pdf

VILHENA ALVES, F. F de. **Miscellanea litteraria: coleção de artigos**. Belém: R. L. Bittencourt & Cia., [18--]. 183 p.

VILLELA, H.O. O Mestre Escola e a Professora. In: LOPES, E. M. T. VEIGA, C. G. FARIA FILHO, L. M. (Org) **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

W. M. Moser (1933) In: VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.
Plataformas virtuais

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Center for Research Libraries Global Resources Network:
<https://www.crl.edu/collaborations/global-resources-programs>

Provincial Presidential Reports: Pará:
<http://ddsnxt.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0>

Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA): <http://ihgp.net.br/principal/>

Museu Paraense Emílio Goeldi: <https://www.museu-goeldi.br/>

Setor de obras raras (Centur): <http://www.fcp.pa.gov.br/consulta-do-acervo/obras-raras>

Fórum Landi: <http://forumlandi.org/>

Biblioteca Legislativa “Deputado Newton Miranda”:
<https://www.alepa.pa.gov.br/biblioteca.asp>

Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina: <https://repositorio.ufsc.br/>

Repositório da Universidade de Lisboa: <https://repositorio.ul.pt/>

Secretaria de Estado de Turismo-SETUR:
http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_vigia_2017.pdf

Prefeitura Municipal de Cametá: <https://prefeituradecameta.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>

Álbum dos Juvencios: <http://albumdosjuvencios.blogspot.com/2011/04/antiga-escola-normal-do-para.html>

ANEXOS

ANEXO A - DISSERTAÇÕES DE MESTRADO QUE TRATAM SOBRE A ESCOLA NORMAL – 2011 A 2016

	Título	Autor	Ano/Inst.
01	A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana	Felipe Tavares de Moraes	2011 UFPA
02	A formação de professores da Primeira República no Pará (1900-1904)	Rafaela Paiva Costa	2011 UFPA
03	O ensino de história na escola normal de São Paulo (1880-1890)	Ritchie Soares Barbosa Martins	2013 PUC/SP
04	A escola normal primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte	Maria Aurelia Sarmento	2013 UERN
05	A Escola Normal da Bahia: Saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914)	Débora Magali Miranda Vieira	2013 UFBA
06	A Escola Normal de Juiz de Fora: crises e permanências (1881-1911)	Priscila Alves Ferreira	2013 UERJ
07	O papel da escola normal secundária de São Carlos na constituição de um poder local de elite (1911-1923)	Belissa do Pinho Jambersi	2014 UFSCar
08	Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)	Edivando da Silva Costa	2015 UFPA
09	O jardim da infância público anexo à escola normal da praça: um estudo sobre o gênero (1896-1926)	Maite Custodio Rios Aird	2015 PUC/SP
10	A Escola Normal Primária de Casa Branca: Criação, Instalação e Cotidiano Escolar	Simone Maria Monteiro	2016 UNIMEP/SP
11	Escola normal de Piracicaba (1913-1945): patrimônio estético-cultural	Marcia Scarpari de Giacomo	2016 UNESP/SP
12	Saberes necessários à formação docente na escola normal de Sabará, em Minas Gerais (1882-1904)	Alexsandra Borges Fernandes	2016 UFMG
13	Educação, higiene e saúde: “história natural e higiene geral e escolar” na escola normal de Sergipe (1879-1930)	Angela Maria Melo Sa Barros	2016 UNIT
14	A escola normal livre de Santos: uma realização da associação instrutiva José Bonifácio 1928-1933	Lucia Tavares Nascimento	2016 UNISANTOS

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

ANEXO B - TESES DE DOUTORADO QUE TRATAM SOBRE A ESCOLA NORMAL – 2011 A 2016

	Título	Autor	Ano
01	Um Viveiro de Mestres: A Escola Normal e a cidade de Belém em Tempos de Modernização (1890-1920)	Raimundo Willian Tavares Junior	2012 PUC/SP
02	Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)	Francinaide de Lima Silva	2013 UFRN
03	O Ensino de Psicologia na Escola Normal em Santa Catarina	Ana Paola Sganderla	2015 UFSC
04	A Escola Normal do Amazonas: A formação de uma identidade (1889 – 1945)	Assislene Barros da Mota	2015 UNISO/SP

05	Entre o Monumento Idealizado e o Realizado: A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967)	Adriana Ricardo da Mota	2015 UNISO/SP
06	Manuais didáticos e a formação de professores nas escolas normais paranaenses (1920-1960)	Shirlei Terezinha Roman Guedes	2015 UEM
07	Matemáticas elementares na escola normal de Natal: Legislações, Programas de Ensino, Materiais Didáticos	Marcia Maria Alves de Assis	2016 UFRN
08	O Ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)	Ismael Krishna de Andrade Neiva	2016 UFMG
09	Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz – A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)	Marina Natsume Uekane	2016 UFF

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

ANEXO C - REPORTAGEM SOBRE “A FESTA DAS NORMALISTAS”



Fonte: Revista **A Semana Ilustrada**. 28 de Abril de 1923, v.6. n. 262, p.15. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-semana-revista-illustrada-1923-v-6-n-262-abril/>.

ANEXO D - DISCIPLINAS DO PROGRAMA DE ENSINO DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ DO ANO DE 1903

Physica, Chimica e História Natural Physica

- 1.- Physica, sua divisão e importancia. A materia e a força. Phenomenos, leis e teorias physicas. Propriedades geraes da materia.
- 2.- Noções elementares sobre força e movimento.
- 3.- Attracção universal. Gravidade, sua direcção e intensidade. Peso. Centro de gravidade. Equilibrio; condições de equilibrio dos sólidos e suspensos apoiados.
- 4.- Leis de queda dos corpos; processos de verificação experimental.
- 5.- Pendulo, suas leis e applicações.
- 6.- Alavancas e balanças comuns e de precisão. Dynamometros.
- 7.- Caracteres geraes dos líquidos. Principios de Pascal e de Archimedes; demonstracções práticas e principaes applicações.
- 8.- Peso específico; processos para determinaçãp. Areometros.
- 9.- Capilaridade.
- 10.- Caracteres geraes dos gazes. Pressão atmosférica medida da pressão atmosférica. Barometros.
- 11.- Lei de Marionette. Manometros.
- 12.- Machinas pneumáticas e de compressão. Usos da machina pneumatica e do ar comprimido.
- 13.- Bombas: suas differentes especies. Syphão. Fonte intermittente. Vaso de Mariotte.
- 14.- Acustica: produção do fenômeno acustico; suas condições essenciaes. Velocidade, propagação e reflexão do som; echo e resonancia.
- 15.- Instensidade do som. Altura do som e aparelhos usados para verifical-o.
- 16.- Calor: definição e teorias do calor. Fontes de calor. Thermometros.
- 17.- Mudanças de estado dos corpos.
- 18.- Propagação do calor. Irradiação calorifica e suas leis. Reflexão do calor.
- 19.- Hygrometria.
- 20.- Optica: luz e teorias da luz. Propagação da luz e suas leis. Photometria.
- 21.- Reflexão da luz e suas leis. Espelhos e suas applicações.
- 22.- Refracção da luz e suas leis. Passgem da luz e suas leis. Photometria.
- 23.- Instrumentos opticos; suas especies e tins para que são destinados.
- 24.- Magnetismo.
- 25.- Eletricidade e fenômenos electricos.
- 26.- Machinas electricas.
- 27.- Condensação electrica, efeitos e applicações da eletricidade statica.
- 28.- Pilhas em geral. Efeitos geraes da electricidade dynamica.
- 29.- Meteorologia.

Chimica

- 1.- Definição, objeto e importancia do estudo da chimica. Corpos simples e compostos. Combinação e suas leis; caracteres que a distinguem da mistura.
- 2.- Equivalentes.
- 3.- Theoria atômica.
- 4.- Nomenclatura e notações da chimica. Estabelecimento das formulas.
- 5.- Reações chimicas.
- 6.- Radicaes; atomicidade dos racicaes.
- 7.- Acidos, bases e saes.
- 8.- Typos chimicos.

9.- Classificação dos elementos.

Quanto á chimica descriptiva far-se-á o estudo dos metaloides e metaes mais importantes e, succintamente, o de algum dos compostos.

História natural

1.- História natural, sua divisão e importancia. Discripção entre mineraes, vegetaes e animaes.

ZOOLOGIA

2.- Zoologia, seu objetcto e divisão. Estudo da cellula animal. Tecidos, sua classificação. Noção sobre orgam, aparelho e funcção.

3.- Digestão: aparelho disgestivo; alimentos; fenômenos mechanicos e chimicos da digestão. Modificações do aparelho digestivo nos animaes.

4.- Respiração e seu mecanismo funcional. Phenomenos physico-chimicos da respiração. Modificações do aparelho respiratório de animaes.

5.- Circulação em geral. Sangue. Apparelho circulatório. Modificações do aparelho circulatório dos animaes.

6.- Secrecções. Assimilação e desassimilação.

7.- Musculos e suas funções. Systema ósseo. Modificações do aparelho locomotor dos animaes.

8.- Systema nervoso no homem. Modificações do systema nervoso nos animaes.

9.- Estudo sucinto sobre os orgams dos sentidos Modificações dos orgams dos sentidos dos animaes.

10.- Taxonomia zoológica; processos de classificação.

BOTANICA

11.- Botanica: seu objeto, divisão e importância. Cellula e tecidos vegetaes.

12.- Estudo da raiz, suas funções.

13.- Estuda da haste, suas funções.

14.- Estudo das folhas, suas funções.

15.- Flor e inflorescenci; fecundação.

16.- Fructo e infructescencia: germinação.

17.- Taxonomia vegetal; processos de classificação.

Bibliographia

Lições de physica – M. de Lemos.

Chimica geral (noções de) – Dr. Martins Teixeira.

Chimica inorgânica (noções de) – Dr. Martins Teixeira.

Histoire naturelle élémentaire – Aubert.

O lente cathedratico,

Dr. Vital Rego

Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903**, p. 15-17 (grifos do documento).

Chorographia do Brazil

1º- Chorographia physica geral do Brazil.

2º- Idem politica geral do Brazil.

3º- Geographia particular do Estado do Pará.

4º- “ “ “ “ “ Amazonas.

5º- “ “ “ “ “ Maranhão.

6º- “ “ “ “ “ Piauhy.

7º- “ “ “ “ “ Ceará.

8º- “ “ “ “ “ Rio G. do Norte.

9º- “ “ “ “ “ da Parahyba.

10 ^o -	“	“	“	“	de Pernambuco.
11 ^o -	“	“	“	“	“ Alagôas.
12 ^o -	“	“	“	“	“ Sergipe.
13 ^o -	“	“	“	“	da Bahia.
14 ^o -	“	“	“	“	do Espirito-Santo.
15 ^o -	“	“	“	“	“ Rio de Janeiro.
16 ^o -	“	“	“	“	“ Districto Federal.
17 ^o -	“	“	“	“	de S. Paulo.
18 ^o -	“	“	“	“	do Paraná.
19 ^o -	“	“	“	“	de Santa Catharina.
20 ^o -	“	“	“	“	do Rio Grande do Sul.
21 ^o -	“	“	“	“	de Minas Geraes.
22 ^o -	“	“	“	“	“ Goyaz.
23 ^o -	“	“	“	“	“ Matto Grosso.

O lente catedrático,
Dr. Euphosino P. Francisco Nery

Bibliographia:

Chorographia do Brazil – Moreira Pinto.

Atlas – Barão Homem de Mello.

Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1^o, 2^o, 3^o 4^o annos de 1903**. p. 18 (grifos do documento).

Cosmographia

- 1^o- Generalidades.
- 2^o- Descrição da esphera celeste e leis do movimento diurno.
- 3^o- Nebulosas, constellações e estrellas.
- 4^o- Sol, seus movimentos e parallaxe.
- 5^o- Planetas e seus movimentos.
- 6^o- Attractão universal e leis de Kepler.
- 7^o- Perturbações que experimenta a Terra em seu movimento em torno do Sol.
- 8^o- Comêtas.
- 9^o- Systemas do mundo.
- 10.- Meteoros cósmicos.
- 11.- Forma da Terra.
- 12.- Movimentos da Terra.
- 13.- Circulos, linhas e pontos da esphera celeste.
- 14.- Medida do tempo. Dias.
- 15.- Desigualdade dos dias e das noites.
- 16.- Crepusculo.
- 17.- Estações.
- 18.- Distribuição do calor na superfície da Terra.
- 19.- Posições de esphera.
- 20.- Coordenadas celestes e terrestres.
- 21.- Lua, seus movimentos e phases.
- 22.- Eclipses.
- 23.- Phenomeno das marés.
- 24.- Exercicios de esphera.

Dr. Euphosino P. Francisco Nery.
Lente cathedratico

Bibliographia:

Cosmographia, de F. I. S.

Fonte: PARÁ, Estado do. **Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1^o, 2^o, 3^o 4^o annos de 1903**, p. 25 e 26 (grifos do documento).

Arithmetica

1º - Noções preliminares. Definições e ideias geraes. Numeração. Formação e representação dos números: numeração fallada e escripta. Regras de lêr e escrever numeros. Diversos systemas de numeração. Systema decimal. Systema decimal romano.

2º - Operações fundamentais. Adição: sua definição. Differentes casos: regra geral. Prova. Provas reaes da adição e da subtracção. Noções sobre os complementos arithmeticos.

3º - Multiplicação; sua definição. A multiplicação considerada como um caso particular da adição. Differentes casos de multiplicação: regra geral. Numero máximo e numero mínimo de Algarismos de um produto. Methodo abreviado de effectuar uma multiplicação. Prova.

4º - Divisões: sua definição. A divisão considerada como um caso particular da subtração. Differentes casos da divisão; regra geral. Observações. Provas da divisão. Prova real da multiplicação. Passagem de um para outro systema de numeração.

5º - Potenciação: ideias geraes. Quadrado e cubo: Theoremas principaes. Regras geraes para a formação do quadrado e do cubo de um numero composto. Provas.

6º - Radiciação: ideias geraes. Raizes quadradas e cubicas. Diferentes casos: regras geraes para effectuar a radiciação quadrada ou cubica de um numero. Provas.

7º - Theoremas relativos as seis operações arithmeticas.

8º - Divisibilidade: definição e teoremas geraes. Caracteres de divisibilidade por 2, 3, 4 e 11. Provas das operações arithmeticas sobre numeros inteiros, por meio dos divisores 9 e 11.

9º - Maximo commum divisor: ideias geraes. Theoremas fundamentaes. Determinação do max. com. div. a dois ou mais números.

10 - Menor múltiplo commum: ideias geraes. Theoremas fundamentaes. Determinação do menor multiplo comum a dois ou a mais números inteiros.

11 - Numeros primos: ideias geraes. Theoremas fundamentaes. Determinação dos números primos. Formação de uma taboa de números primos. Theoremas relativos aos números primos. Decomposição de um numero em factores primos. Determinação de todos os divisores de um numero inteiro. Composição do max. Com. viv. E do menor múltiplo commum.

12 - Fracções ordinárias: preliminares. Propriedades geraes. Transformações. Operação sobre as fracções ordinarias.

13 - Fracções decimaes: preliminares. Propriedades geraes. Transformações. Operações sobre as fracções decimaes. Conversão de uma fracção ordinaria em decimal. Geratrizes. Dizimas periódicas: seus caracteres.

14 - Fracções Continuas preliminares. Conversão das fracções ordinárias em reduzidas.

15 - Numeros incommensuraveis: ideias geraes. Origem e propriedades d'elles. Operações sobre numeros incommensuraveis. Calculos de radicaes.

Geometria

1º - Geometria, sua definição. Ideias geraes sobre a extensão. Noções preliminares.

2º - Dos angulos em geral. Theoremas relativos aos angulos.

3º - Das perpendiculars e obloquas. Definições e teoremas.

4º - Theoria das parallelas. Angulos de lados respectivamente parallelos e perpendiculars.

5º - Dos triangulos em geral. Theoremas relativos aos triangulos,

- 6º - Dos polygonos em geral. Quadrilateros: diferentes espécies e suas propriedades. Propriedades geraes dos polygonos.
- 7º - Da circunferencia, do circulo e das rectas que nelle se podem traçar: Principaes theoremas.
- 8º - Da medida dos arcos e dos ângulos: definição e teoremas. Problemas graphicos sobre a linha recta.
- 9º - Dos triangulos, e em geral dos polygonos regulares. Problemas relativos aos polygonos regulares.
- 10 - Propriedades do circulo que assentam nas dos polygonos regulares. Rectificação da circunferência de círculos.
- 11- Da medida das áreas das figuras retilíneas.
- 12 - Da medida das áreas das figuras curvilíneas. Problemas sobre as áreas.
- 13 - Noções geraes sobre os planos e sobre os ângulos por estes formados.
- 14 - Noções geraes sobre as figuras terminadas por superfícies planas.
- 15 - Noções geraes sobre as figuras terminadas por superfícies curvas.
- 16 - Noções geraes sobre a avaliação das áreas das figuras terminadas por superfícies planas.
- 17 - Noções geraes sobre as figuras a avaliação das áreas das figuras terminadas por superfícies curvas.
- 18 - Noções geraes sobre a medida dos volumes das figuras terminadas por superfícies planas.
- 19 - Noções geraes sobre a medida dos volumes das figuras terminadas por superfícies curvas.

O lente cathedratico,
Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves

Bibliographia:

Arithmetica de Aarão Reis.

Geometria de Serrasqueiro.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903, p. 3 (grifos do documento)

Arithmetica

Repetição dos pontos principaes do 1º anno.

1º - Equidiferenças. Principio fundamental. Consequencias. Propriedades.

2º - Proporções. Principio fundamental. Consequencias. Propriedades.

3º - Progressões: Idéias geraes, progressões arithmeticas e geométricas. Propriedades.

4º - Logaritimos: ideias geraes. Propriedades geraes. Taboas de algorithmos. Uso de taboas de Callet. Cologarithmos.

5º - Metrologia. Unidades de comprimento, superfície volume, peso e moeda. Sua conversão em unidades do systema antigo e vice-versa. Vantagens do systema métrico decimal.

6º - Numeros complexos. Reduzir numero complexo a fracção ordinaria da unidade principal. Operações sobre números complexos.

7º - Regra de três simples e composta.

8º - Regra de juros simples.

9º - Regra de juros compostos. Applicaçãõ dos logarithmos.

10º - Regra de companhia seimples e composta.

11º - Regra de desconto por fora e por dentro.

12º - Regra conjunta.

13º - Regra de falsa composição.

14º - Cambios. Reduções de moedas estrangeiras ao systema monetário brasileiro e vice-versa.

Algebra

- 1º - Noções preliminares. Diferença entre o calculo algébrico e o calculo arithmetico. Noções de formula, de função e de equação.
- 2º Adição e subtracção algébrica. Somma algébrica e soma arithmetica. Reducção dos termos semelhantes. Applicações.
- 3º - Multiplicação algébrica: Casos diferentes. Deducção das respectivas regras. Regra dos signaes. Applicações.
- 4º - Multiplicação dos polynimios ornados. Caso em que a letra ordenatriz entra em mais de um termo com os mesmos expoentes. Maior e menor numero de termos de um producto. Producto de polynomios homogeneos. Composição do quadrado e do cubo de um binomio. Applicações.
- 5º - Divisão algébrica: Casos diferentes. Deducção das respectivas regras. Caracteres de impossibilidade. Expoente zero e expoente negativo. Applicações.
- 6º - Divisão de polynomios ordenados: Caso em que a letra ordenatriz entra em mais de um termo com o mesmo expoente. Diferenças e analogias entre a divisão algebraica e a divisão arithmetica. Applicações.
- 7º - Fracções algébricas: sua origem. Reducção de fracções ao mesmo tempo denominador. Simplificações de fracções. Theoria elementar do max. comm. Doxisor em algebra. Applicações.
- 8º - Operações sobre as fracções algébricas. Applicações.
- 9º - Equações do 1º gráo a uma incógnita. Principios em que se funda a sua resolução. Transposição dos termos. Reducção á forma inteira: regra pratica. Problemas.
- 10º - Noções sobre as equações simultâneas do 1º gráo. Systemas equivalentes. Principios em que se funda a resolução das equações simultâneas.
- 11º - Resolução de um systema de m equações a m incógnitas: Mathodos de eliminação.
- 12º - Formulas geraes para a resolução das equações do 1º gráo; sua discussão. Problemas.

1º gráo; sua discussão. Problemas,

O lente Cathedratico,

Alfredo Lins de Vasconcellos

Chaves

Bibliographia:

Arithmetica de Aarão Reis.

Algebra de Aarão Reis ou Serrasqueiro.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903, p. 9 e 10 (grifos do documento).

Geographia

- 1º Introducção ao estudo da geographia physica.
- 2º Geographia physica da America.
- 3º Idem “ “ Europa.
- 4º Idem “ “ Asia.
- 5º Idem “ “ Africa.
- 6º Idem “ “ Oceania.
- 7º Introducção ao estudo da geographia politica.
- 8º Geographia politica da America do Norte.
- 9º Geografia politica dos paizes da America do Sul.
- 10º “ “ “ “ da Europa septentrional.
- 11º “ “ “ “ “ Europa central.
- 12º “ “ “ “ “ Europa meridional.

13º	“	“	“	“	“	Europa oriental.
14º	“	“	“	“	“	Asia septentrional.
15º	“	“	“	“	“	Asia meridional.
16º	“	“	“	“	“	Asia occidental.
17º	“	“	“	“	“	Asia oriental.
18º	“	“	“	“	“	Africa septentrional.
19º	“	“	“	“	“	Africa meridional.
20º	“	“	“	“	“	Africa central.
21º	“	“	“	“	“	Africa meridional.
22º	“	“	“	“	“	Africa oriental.
23º	“	“	“	“	“	Africa occidental.
24º	“	politica da	Malasia.			
25º	“	“	Melanesia.			
26º	“	“	Micronesia.			
27º	“	“	Polynesia.			
28º	“	“	“	“	“	Considerações geraes sobre as cinco partes do mundo.

Dr. Euprosino P. Nery
Lente cathedratico

Bibliographia:

Geographia geral – de Moreira Pinto.

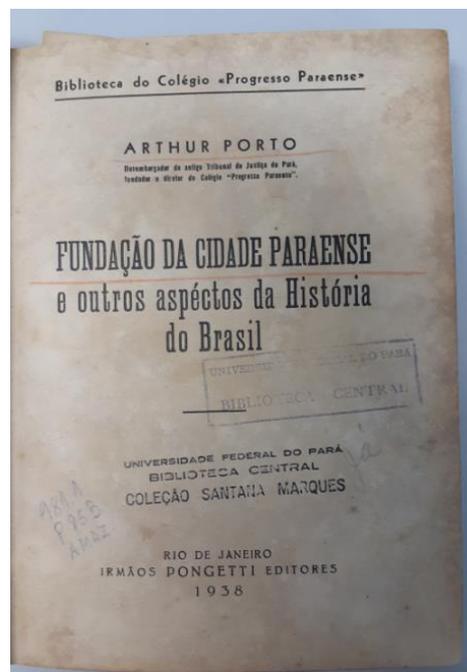
Geographia geral – de Lacerda.

Mappa de Delamarche n. 1.

Fonte: PARÁ, Estado do. Programmas de Ensino da Escola Normal nos 1º, 2º, 3º 4º annos de 1903, p. 11 (grifos do documento).

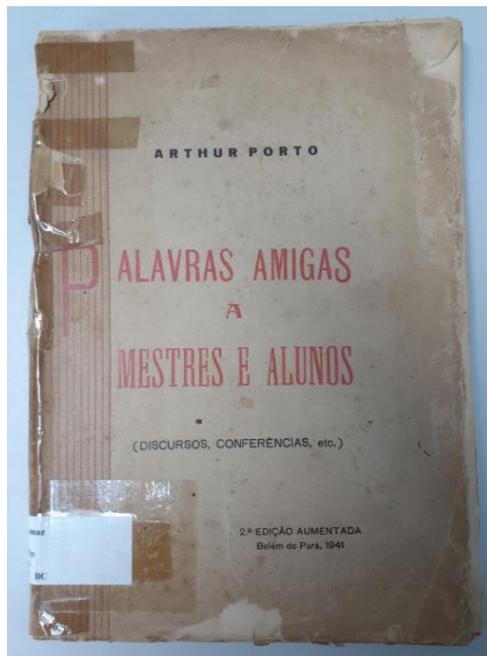
ANEXO E – OBRAS DO PROFESSOR ARTHUR PORTO

Imagem: Livro Fundação da Cidade Paraense e outros aspectos da História do Brasil



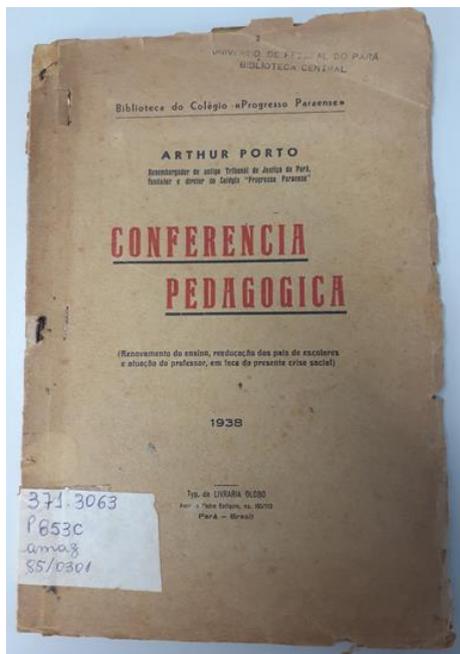
Fonte: Biblioteca Central Prof. Dr. Fernando Beckmann, setor de obras raras, fotografia da autora.

Imagem: Livro Palavras Amigas a Mestres e Alunos



Fonte: Biblioteca Central Prof. Dr. Fernando Beckmann, setor de obras raras, fotografia da autora.

Imagem: Livro Conferencia Pedagogica



Fonte: Biblioteca Central Prof. Dr. Fernando Beckmann, setor de obras raras, fotografia da autora.